

# PROBLEMAS DA HABITAÇÃO EM ÁFRICA REFLEXÕES SOBRE A ÁFRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

## PROBLEMAS DA HABITAÇÃO EM ÁFRICA REFLEXÕES SOBRE A ÁFRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

### REFLEXÕES TEÓRICAS

A habitação low-cost [in]formal entre a super e a infra-estrutura

David Viana

Habitar – Casas

Miguel Santiago

Tectónica e técnica em projecto e construção do habitar

Ricardo Caetano de Freitas

### DA TEORIA À PRÁTICA – ESTUDOS DE CASO

Cabo Verde: Habitação: uma política, uma estratégia e uma visão

Pedro Manuel Delgado

Problemática da Habitação do ponto de vista social na Guiné-Bissau

Estanislau Ferreira

Casas para um planeta pequeno – registos de uma investigação

Margarida Louro e Francisco Oliveira

Contribuições para o sucesso do desenvolvimento do sector habitacional em Angola

Ilídio Daio

Luanda: cidade (in)formal. Reflexões sobre o papel da sociedade civil na qualificação do território

Sílvia Leiria Viegas

Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique – como abordar o assunto

Anselmo Cani

### UM PROJECTO DE CAMPO

Arquitectura Sustentável no Contexto Africano: o Projecto SURE-África

Manuel Correia Guedes

### • ENTREVISTA

Mário Rosário

Entrevista conduzida por Bruno Marques e David Viana

### • ÁFRICA EM DEBATE

Problemáticas do Desenvolvimento em África

Cultures de rente et mutations politiques dans les sociétés toupouri et massa du Nord-Cameroun (1920-2010)

Jean Gormo e Patrice Pahimi

Segurança alimentar, ajuda pública ao desenvolvimento e pobreza: propostas internacionais e a situação de São Tomé e Príncipe

Manuela Cardoso

A Produção alimentar mundial e a dependência de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe em relação às condições do mercado mundial

Victor Reis

De Portugal para a UEMOA, com escala na Guiné-Bissau

Miguel Filipe Silva e Susana Costa e Silva

### • NOTAS DE LEITURA

De l'Atlantique au Pacifique: Quels Héritages?

René Pélissier

Marleen Dekker; Rijk van Dijk (eds) – Markets of Well-being.

Navigating Health and Healing in Africa

Fernando Florêncio

Nº 16

Problemas da Habitação em África  
Reflexões sobre a África de Língua Portuguesa

**Africana Studia**

ISSN 0874-2375



9 770874 237000

  
**Africana Studia**

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

# **Africana Studia**

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS  
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

**Centro de Estudos Africanos**  
Universidade do Porto

## **AFRICANA STUDIA**

**Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies**

**Entidade proprietária:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto  
FLUP – Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

**Director:** Maciel Morais Santos (maciel999@yahoo.com)

**Sede da Redacção:** FLUP - Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

**Nº de registo:** 124732

**Depósito legal:** 138153/99

**ISSN:** 0874-2375

**Tiragem:** 500 exemplares

**Periodicidade:** Semestral

**Nº de contribuinte da entidade proprietária:** 504045466

**Tipografia:** Sereer, soluções editoriais

**Edição:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Editor:** Miguel Silva

**Revisão gráfica e de textos:** Henriqueta Antunes

**Conselho Científico/Advisory Board:** Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHSSS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Capela (CEAUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA – Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Maria Rosa Sil Monteiro (U. Minho), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa).

**Conselho Editorial/Editorial Board:** Isabel Galhano Rodrigues, José Ramiro Pimenta, Maciel Morais Santos, Nuno Costa.

**Secretariado:** Raquel Cunha

**Advertência:** Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

*Africana Studia* é uma revista publicada com arbitragem científica.

*Africana Studia* é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

**Capa:** Zona urbana habitacional e informal da periferia da Praia (Cabo Verde)  
Fotografia de António Baptista Coelho

# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos  
International Journal of African Studies

**N.º 16 - 1.º semestre - 2011**

## Índice

Editorial ..... 7

### **Problemas da habitação em África – Reflexões sobre a África de Língua Portuguesa**

#### **Reflexões teóricas**

A habitação *low-cost* [in]formal entre a super e a infra-estrutura. .... 13  
**David Viana**

Habitar – Casas ..... 27  
**Miguel Santiago**

Tectónica e técnica em projecto e construção do habitar. .... 33  
**Ricardo Caetano de Freitas**

#### **Da teoria à prática – Estudos de Caso**

Cabo Verde: Habitação: uma política, uma estratégia e uma visão ..... 41  
**Pedro Manuel Delgado**

Problemática da habitação do ponto de vista social na Guiné-Bissau. ... 57  
**Estanislau Ferreira**

Casas para um planeta pequeno – registos de uma investigação. .... 65  
**Margarida Louro e Francisco Oliveira**

Contribuições para o sucesso do desenvolvimento do sector habitacional  
em Angola ..... 79  
**Ilídio Daio**

Luanda: cidade (in)formal. Reflexões sobre o papel da sociedade civil na  
qualificação do território ..... 87  
**Sílvia Leiria Viegas**

Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique – como abordar o assunto 107  
**Anselmo Cani**

## Um projecto de campo

- Arquitectura sustentável no contexto africano: o projecto SURE-África. . . 115  
**Manuel Correia Guedes**

### Entrevista

- Mário Rosário . . . . . 123  
*Entrevista conduzida por Bruno Marques e David Viana*

### África em debate

#### Problemáticas do desenvolvimento em África

#### Problemáticas do Desenvolvimento em África

- Cultures de rente et mutations politiques dans les sociétés toupouri et  
massa du Nord-Cameroun (1920-2010) . . . . . 133  
**Jean Gormo e Patrice Pahimi**

- Segurança alimentar, ajuda pública ao desenvolvimento e pobreza: pro-  
postas internacionais e a situação de São Tomé e Príncipe . . . . . 147  
**Manuela Cardoso**

- A produção alimentar mundial e a dependência de Cabo Verde e S. Tomé  
e Príncipe em relação às condições do mercado mundial. . . . . 163  
**Victor Reis**

- De Portugal para a UEMOA, com escala na Guiné-Bissau – Análise  
das oportunidades e constrangimentos do investimento português na  
Guiné-Bissau . . . . . 175  
**Miguel Filipe Silva e Susana Costa e Silva**

### Notas de Leitura

- De l'Atlantique au Pacifique: Quels Héritages? . . . . . 189  
**René Pélissier**

- Marleen Dekker; Rijk van Dijk (eds.), *Markets of Well-being. Navigating  
Health and Healing in Africa* . . . . . 201  
**Fernando Florêncio**

- Resumos** . . . . . 207

- Legendas das ilustrações** . . . . . 211

# Reverendo Padre Muanamosi Matumona (1965-2011)

Foi com enorme espanto, consternação e dor que o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) tomou conhecimento do fatídico infortúnio do Padre Muanamosi Matumona, ocorrido no dia 13 de Abril de 2011, no Hospital Militar de Luanda (Angola), vítima de doença.

Muanamosi Matumona nasceu no Uíge (Angola), em 1965. Foi Sacerdote católico, jornalista e Professor de Sociologia e de Filosofia Africana na Universidade Agostinho Neto e no Seminário Maior da Diocese do Uíge (Angola). Doutorado em Teologia Fundamental, pós-graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica Portuguesa, e doutorando em Sociologia pela Universidade de Lisboa. É



autor de várias obras, entre as quais “Jornalismo Angolano: História, Desafios e Expectativas (2002)”, “A Reconstrução de África na Era da Modernidade. Ensaio de uma Epistemologia e Pedagogia da Filosofia Africana (2004)”, “Cristianismo e Mutações Sociais em África. Elementos para uma Teologia Africana da Reconstrução (2005)”, “Teologia Africana da Reconstrução como Novo Paradigma Epistemológico”, “Contributo Lusófono num Mundo em Mutação (2008)” e “Os Media na Era da Globalização. Para uma Sociologia do Jornalismo Angolano (2009)” e “Filosofia Africana – na linha do tempo (2011)”.

Exerceu ainda jornalismo durante quase três décadas. Como profissional da informação pública angolana, trabalhou no extinto Jornal Desportivo Militar de Angola (JDM), na Angop (Agência Angolana de Notícias), no Jornal dos Desportos, no Jornal de Angola. O seu desaparecimento aconteceu três semanas depois de ter tomado posse como Director-Geral da Rádio Ecclésia, a Emissora Católica de Angola, função que passou a acumular com a de Director do Jornal Católico, O Apostolado.

O Padre Muanamosi Matumona foi, até ao dia do seu falecimento, notável investigador/ colaborador do CEAUP, tendo participado em alguns eventos de carácter científico organizados pelo Centro, no Porto, com apresentação de algumas comunicações; pelo que, lembrando-se dele não como perda, mas daqueles momentos em que ele soube traduzir a sua vida em dedicação sapiencial personalizada a todos nós, o CEAUP rende-lhe, por esta singela nota, a sua mais profunda homenagem.

**Manuel Severino Tchimbwembwe**  
CEAUP



# Editorial

O volume 16 da revista *Africana Studia* tem como tema de dossier *Problemas da Habitação em África – Reflexões sobre a África Portuguesa*.

Trata-se de um tema estruturante na dimensão africana, dada a premente necessidade básica de habitação e infraestruturização urbana latente em grande parte do território africano. Neste número, damos especial destaque à África de Língua portuguesa.

Os artigos apresentados para representarem esta temática foram seleccionados\* com o propósito de estabelecer uma sequência de escala de aproximação à problemática da habitação desde a grande escala urbana ao sentido do habitar e suas especificidades locais.

Os materiais seleccionados apresentam na sua maioria, (para os diversos países e cidades estudadas) considerações sobre o habitar num sentido mais lato, com a inclusão de estudos a montante da construção/realização da habitação. Da reorganização do tecido urbano (in)formal, num conjunto de cenários urbanos onde a concentração de população em meio urbano (em especial nas capitais) tem criado constrangimentos urbanos e demográficos de difícil organização e gestão, à apresentação de estratégias nacionais e municipais de habitação de cariz social e soluções de construções de baixo custo de iniciativa própria e colectiva (cooperativa e estatal), este dossier da *Africana Studia* procura apresentar distintas perspectivas dos seus autores sob a problemática da habitação em África.

Efectivamente, falar de habitação em África significa ainda ter de estabelecer estruturas de suporte à organização e gestão do território; significa também assegurar localmente sistemas construtivos e materiais de forma sustentável, que permitam, por um lado, uma menor “mochila ecológica” por habitação e, por outro lado, criar empregabilidade às populações locais ou outras fontes de rendimento que permitam fixa-la a elevar o seu nível de vida.

Para além de três artigos teóricos, de âmbito trans-nacional africano, estruturados de acordo com a escala de estudo/intervenção, o dossier inclui estudos de caso reportando-se a: Cabo Verde (um artigo), Guiné Bissau (um artigo), Angola (três artigos) Moçambique (um artigo).

Para complementar a actualidade do tema, inclui-se igualmente uma entrevista ao Arq. Mário Rosário, da AMDU de Moçambique, cujas opiniões sobre habitação em Moçambique nos apresentam uma perspectiva alargada das problemáticas urbanas e territoriais que condicionam o desenvolvimento do país , bem como das possíveis soluções para a falta de habitação condigna para as populações carenciadas.

**Bruno Marques**

NOTA – Os artigos seleccionados para representarem esta temática provêm na sua maioria da selecção de artigos apresentados no 1º CIHEL realizado em 2010 no ISCTE, tendo contado com a preciosa colaboração do Arq. António Baptista Coelho na sua selecção e organização a quem envio o nosso sincero agradecimento.

***Problemas da habitação em África  
– Reflexões sobre a África  
de Língua Portuguesa***





A black and white photograph of a multi-story, weathered building in an urban setting. The building shows signs of significant decay, with crumbling concrete and exposed brickwork. A black horizontal bar is overlaid across the middle of the image, containing the text 'Reflexões teóricas'. In the foreground, there is a utility pole with several power lines, and a dark-colored dog is visible in the lower-left corner. The ground is littered with rubble and debris.

*Reflexões teóricas*



# A habitação low-cost [in]formal entre a super e a infra-estrutura

David Viana\*

p. 13-26

## 1. A habitação em espaços urbanos indefinidos: características informais – em transição

São ainda pouco divulgados os estudos disponíveis sobre espaços urbanos de países em desenvolvimento, quando comparados com os das cidades dos países ditos «desenvolvidos». No entanto, trabalhos recentes de autores como Arecchi (1991), Jenkins (1992), Anderson (2000), Bruschi (2001), Salvador (2004), Oppenheimer e Raposo (2002 e 2008), Morais e Raposo (2005), entre outros, para além de relatórios de instituições internacionais (ONU, por ex.), referem assentamentos informais que se desenvolvem à margem da planificação urbanística e que conformam uma parte considerável do solo urbano de muitas cidades de países em desenvolvimento. Adjacente, e/ou envolvendo, sobrepondo, justapondo a cidade dita «formal», surge um território com características de «entropia», configurando geometrias complexas, por vezes «rizomático», no qual a formalidade e a informalidade se sobrepõem num mosaico urbano difícil de interpretar e no qual intervir, principalmente sobre a habitação, é muito complexo.

A literatura contemporânea sobre a actual situação do espaço urbano, principalmente a dos países em desenvolvimento, refere comumente uma profunda transição e contradição nesses espaços, reflectindo (com diferentes intensidades, e com distintas escalas) a condição de indefinição que marcam essas cidades. Conforme se depreende da leitura dos trabalhos de investigação que, por exemplo, R. Koolhaas desenvolveu na capital nigeriana (Lagos), cidades de países em vias de desenvolvimento amplificam o teor dos problemas generalizados que se vão sentindo um pouco por todo o resto do globo. A “reverbera-



\* CEAUP/Escola Superior Gallaecia/ESAP

ção” da sua «caixa de ressonância» pode ser de tal forma potente que, de acordo com o mesmo autor, é quase como se estivéssemos a “auscultar” o futuro do nosso próprio espaço urbano.

Segundo Raposo (2005), a atenção dos estudos deve ser recentrada para a questão de *como viver* nesta época de transição. Considera determinante encontrar uma solução para o problema não do aspecto que terá o espaço urbano mas de como este deve servir os cidadãos. Em contextos urbanos em situação de transição, a cidade formal favorece a expansão da cidade informal, seja em áreas consolidadas ou em novas centralidades criadas, por exemplo, por zonas industriais e comerciais em espaços mais distantes dos principais centros. A proliferação de assentamentos formais e informais dá lugar a intrincadas redes de relações que multiplicam [micro]centros e respectivas conexões estruturadas em [micro]estratégias de [auto]organização morfo-espacial, com origem na proximidade física e em novos nexos funcionais com uma distribuição tipo-espacial diversificada (Lage, 2001).



Conforme Doxiadis (1965), a concentração urbana, traduzida na habitação extensiva (resultado de tantas forças irreversíveis), instalou-se em definitivo e (segundo o mesmo autor) é necessário aceitá-la, mais do que procurar contrariá-la. Esta situação, de grandes concentrações humanas, tem reflexos assinaláveis nas qualidades dos espaços urbanos e respectivo parque habitacional, principalmente nos casos em que para tal não estavam preparados – como acontece com as estruturas em traçado regular próprias do legado colonial urbano de países lusófonos, da África subsaariana, em vias de desenvolvimento. Como refere Oliver (1971 e 2007), o movimento pulsante da cidade informal (assentamento, expansão, densificação habitacional) segue os rastros da cidade formal e a dualidade formal-informal dá lugar a um espaço urbano com matrizes entre ambas realidades: [in]formal – os limites, enquanto áreas de fronteira, encontram-se cada vez mais diluídos/fluidos. A oposição formal-informal tem vindo a se desfazer, tornando-se esta relação cada vez mais solvente, consubstanciada num quadro intrincado (por vezes em conflito) que pode gerar não só ineficiência urbano-habitacional mas também grandes desequilíbrios ambientais e sociais.

«Hibridação» e «contaminação» com outras disciplinas são, de acordo com Pinon (2001), palavras-chave para entender novas visões, perspectivas e abordagens sobre

o espaço urbano, tipos de habitação e respectivos valores expressivos, apoiadas numa sensibilidade complexa e combinando-se num processo de transversalidade. O espaço urbano é cada vez mais estudado não tanto de um ponto de vista unitário (como se de um todo imutável e constante se tratasse, ao modo de um corpo teórico e crítico indivisível), mas como *avalanche* de sentidos e significados, com especificidades próprias que, longe de esgotarem o tema, propõem conceitos que orientam a mais do que a uma definição de espaço urbano, de integração urbana.

Reflectir sobre a temática da habitação na esfera da lusofonia implica ter consciência que grande parte das construções para habitação nos países lusófonos em vias de desenvolvimento da África subsaariana existe entre a rede de infra-estruturas (ferro



e rodoviárias, dos espaços públicos/colectivos e dos serviços urbanos) e a super-estrutura (da natureza). Constitui um parque habitacional que, a par das actividades produtivo-comerciais também informais, se consubstancia numa espécie de [sub] estrutura que “coloniza” de forma «camaleónica» (Viana, 2009), que emerge, se sobrepõe e se agrega à infra-estrutura e à super-estrutura de forma adaptativa e flexível.

## 2. A construção generalizada de habitação: a proposta SyLC – da cidade à edificação

O estado da arte confirma um crescente interesse pela pluralidade de significados implícitos em espaços urbanos cada vez mais complexos e com especificidades mutantes em termos habitacionais, de valores e significado (Lage, 2001). A produção literária versando a temática em análise procura entender as «diferenças» e «variações» que progressivamente vão caracterizando «cartografias dissidentes» (Cortez, 2008) e respectivas [sub]estruturas «camaleónicas» do espaço urbano. São elas que estabelecem a sua diversidade, tensão, contraste e dinâmicas. Já não é possível utilizar um só sujeito, predicado ou objecto, nem sequer privilegiar uma só corrente. Esta condição expõe a dificuldade em se representar (definindo-a conceptualmente e “desenhando-a” fisicamente) os tipos de habitação entre o formal e o informal.

É neste quadro, de elevado grau de indefinição e transitoriedade, que a sustentabilidade se deve consolidar, de facto, como uma das actuais grandes linhas de investigação na arquitectura e urbanismo do espaço da lusofonia: perspectivando a criação/ensaio de modelos construtivos para os diversos programas governamentais de construção extensiva de habitação (a baixo-custo) em implementação em países em vias de desenvolvimento, especialmente na África subsaariana.

A sustentabilidade deve ser entendida simultaneamente nas fases de serviço (na utilização corrente dos espaços urbanos e das edificações habitacionais) e de produção (durante a construção) – tendo atenção a processos de pré-fabricação e auto-construção (o que implica modelos sociológicos). Para além deste aspecto, prefigura-se indispensável a coabitação e articulação das mais proeminentes tecnologias, desde o nível de gestão de projecto até à das soluções construtivas avançadas, com o saber-fazer local/vernacular. O quadro habitacional, entre o formal e o informal, circunscreve-se – comumente – num contexto de pobreza generalizada, traduzida na sua degradação precoce e na falta de capacidade de operação e manutenção de infra-estruturas, equipamentos, elementos e componentes da edificação, que provocam quotidianamente problemas ao nível da gestão do ambiente e dos recursos locais.

Não obstante, é estruturante reconhecer a importância das [micro]estratégias de produção e de [auto]organização habitacional, consubstanciadas na informalidade criativa e na operacionalidade espontânea dos cidadãos. Afigura-se igualmente indispensável o registo dessa informalidade criativa e dessa operacionalidade espontânea de modo a se consolidar metodologias sistémicas para processos urbano-construtivos mais abrangentes e plurais, que integrem o maior número possível de manifestações, expressões e maneiras de apropriação e usufruto do espaço habitacional.

O diagnóstico revelado por relatórios como os das Nações Unidas: *Building operations in low-cost housing construction* (1981); *Appropriate building materials for low-cost housing. African region* (1985) – expõem a incapacidade operativa sentida por muitas



das entidades responsáveis por cidades de países em desenvolvimento, conduzindo à adopção de medidas de incentivo à auto-construção, mas que ocorrem de forma desapojada. Apontam que a optimização e adequação de metodologias, técnicas e tecnologias de construção à especificidade local debate-se com entraves não só no que diz respeito à sua aplicabilidade generalizada, mas também ao nível das carências sentidas relativamente à respectiva operacionalidade sistematizada.

A condição de crise, indefinição e transição implica uma correcção sistemática de percepções e aferição de modelos de acção: ampliação do «campo de visão» e revisão de modelos tipológico-habitacionais e de crescimento urbano em contexto de dúvidas. Estes espaços consubstanciam-se em múltiplas conexões, com retracções e dilatações, com extensões e recortes, de evolução aberta, não contrapondo espaço natural/rural e urbano, mas antes fazendo-os coabitar em sistemas em transição, zonas mistas, uniões ambíguas entre realidades (ora dicotómicas, ora cúmplices) e de desenvolvimentos encadeados, gerando lugares e *entre-lugares* (vazios e cheios) (Salvador, 2004).

Este é um momento para que o actual campo para o desenvolvimento da construção de habitação em massa se converta, de facto, numa oportunidade que seja ancorada em metodologias integradas, multi-operativas, interescolares e interdisciplinares para a obtenção de uma construção mais apoiada e adequada para a especificidade dos diversos contextos sociais, ambientais, naturais, de disponibilidade de recursos, culturais, tipológicos e construídos. É preciso enfatizar, de forma abrangente, a necessidade de revisão de metodologias, materiais, técnicas e tecnologias a aplicar no projecto e edificação habitacional de modo a se garantir uma construção sustentável, sistémica e *low-cost* que vise a consolidação de uma renovada metodologia para a

construção generalizada de habitação, a qual designarei doravante SyLC - *Systemic Low-cost Construction*.<sup>1</sup>

Esta proposta compreende estratégias de [auto]construção e de desenho [in]formal e a consolidação do ciclo integrado para a construção sustentável que foca, a partir do reconhecimento específico dos recursos disponíveis caso-a-caso, a proposição de um pensamento e prática arquitectónicos devidamente adequada e ajustada a realidades objectivas e com consciência das respectivas especificidades/singularidades (limitações, constrangimentos, potencialidades, fragilidades, condicionantes, etc.). É através da análise das energias e das capacidades envolvidas na construção da habitação, espaço de elevado carácter simbólico, que se poderão identificar as mutações que melhor exprimem mudanças sociais, inovações tipológicas, cruzamentos culturais e adaptações tecnológicas (Salvador, 2004). A não compreensão da transmutação operada pode descurar alternativas diferenciadas para a [re]leitura e representação das extensas manchas residenciais e respectiva condição relativa aos perfis de habitabilidade que neles se processam.

Forjaz (1999) refere que é na dicotomia entre «sobrevivência» e «ruptura» que se deverão perspectivar caminhos mais ajustados para o adequado desenvolvimento arquitectónico-construtivo na África subsaariana. Sobrevivência porque é precisamente disso que se trata: de sobreviver dia-a-dia – e de ruptura porque «( ) necessitamos de uma nova estratégia para resolver a inevitável ruptura com as tradições técnicas e formas e com o legado colonial, pois que ambos esses sistemas não respondem agora às novas ambições culturais e materiais dos povos da nossa região ( )». Ainda segundo este autor, as soluções a estudar não poderão apoiar-se em estratégias totalizadoras e herméticas. Antes pelo contrário, terão que se consolidar directrizes para a construção sustentadas em padrões-base locais abertos à interacção (combinando-os entre si), de modo a favorecer o seu reconhecimento, assimilação e real aplicabilidade *in situ*. Deve-se, então, estar atento às especificidades e qualidades urbanas, entre a macro e a micro escala, articulando-as entre si.

São cidades nas quais os agregados habitacionais congregam um conjunto de significados, um acumular de experiências coloniais e pós-coloniais que condicionaram o processo da sua integração urbana. Traduzem experiências que não existem *per se*, mas relacionadas, por continuidade ou por ruptura, e que tornam necessária a percepção da matriz das distintas realidades habitacionais, bem como das diferenças entre elas: revelam uma extensa rede de resistências críticas e criativas baseadas em cruzamentos culturais, plurais e multifacetados de experiências habitacionais alternativas, que incorporam todo um conjunto de [sub]espaços [in]formais e vivências «marginais» (e/ou «indigentes») como elementos constitutivos de uma abrangente convivência urbana.

Tendo a noção do papel das tipologias habitacionais enquanto conformadoras da forma urbana (Lage, 2001) e do impacto da função residencial no consumo de recursos das cidades, a metodologia SyLC contribui, de forma transversal, para o aprofundamento do conhecimento e de práticas construtivas indexadas a temas como a eficiência energética, a redução da necessidade de matérias-primas e diminuição de esbanjamentos, a optimização do [re]uso de recursos autóctones, a reciclagem de

<sup>1</sup> Esta sigla teve origem no âmbito de um projecto de I&D estruturado pelo autor deste artigo, pelo Prof. Doutor Franklim Morais e pelos arquitectos Jorge Vaz, Sérgio Mendes e Paulo Oliveira.



matérias, materiais, desperdícios, técnicas, tecnologias, a reutilização e reinterpretação de processos construtivos de baixo-custo locais, etc.

É uma metodologia que foca a revisão dos fundamentos e conceitos relativos, por exemplo, à industrialização, pré-fabricação, etc., e enfatiza a urgente necessidade de desenvolvimento de materiais *híbridos* para a construção, articulando o saber construir local e o conhecimento científico. Perspectiva novos métodos construtivos de cariz artesanal para a habitabilidade (Christopher *et alii*, 2007), que exploram metodologias construtivas alternativas apoiadas no *factory-built, industrialised/system building and prefabrication* e na importância do *design process in producing high quality, low-cost homes*. Existem pontos de inflexão, momentos decisivos que traduzem e expressam tensões e sinais que obrigam a ter em consideração a necessidade de mudança de rumo, por via da complexidade e da diversidade, em direcção à metodologia SyLC: propostas que, através da experimentação *in situ*, se auto-organizem no espaço urbano, moldando-se a regras preestabelecidas e/ou a definir, gerando sistemas aparentemente desordenados mas onde existam regras “ocultas”, subentendidas. Perspectiva-se premente consolidar propostas operativas que abordem a problemática da construção habitacional de forma sistémica e onde esteja presente um apurado processo de articulação das diferentes questões e opções possíveis para soluções que cruzem, de forma integrada, monitorizem e simulem os mais distintos aspectos implícitos no acto de pensar, projectar e construir a arquitectura doméstica também apoiadas em ferramentas BIM (*Building Information Modelling*) – articulação entre técnicas construtivas *low-cost* e tecnologias *high tech*.

A reformulação das opções tipológico-construtivas deve ter em consideração a necessidade de se alterar o paradigma tectónico vigente, procurando na especificidade das matérias, técnicas e tecnologias os indicadores mais adequados aos respectivos contextos, de forma sistémica e conjuntamente integrada. Este tipo de posicionamento, apesar de estar focado em temas da construção, terá impacto (porque é sistémico) também ao nível da própria qualidade da arquitectura em geral, das cidades, das infra-estruturas, dos equipamentos, do ambiente dos espaços urbanos, da natureza, da paisagem e respectivos territórios: implica com valores e problemáticas



transversais à sociedade (entendida no sentido lato do termo). Cada vez mais se torna inadiável a consolidação de linhas de I&D mais amplas, que tenham como domínio toda a área de planeamento urbano e construção, numa abordagem sistémica: natural, antropológica, histórica, económica, social e política, tecnológica e construtiva e com um ponto de vista central – sustentabilidade e baixo-custo. Esta interacção de áreas, domínios científicos e regras, balanceando diversos factores e comportamentos, é frequente em processos «biológicos», gerando e adaptando-se a padrões e [ir] regularidades – próprias, por exemplo, de princípios «camaleónicos» - e evoluindo para mutações tipo-morfológicas adaptativas e flexivelmente moldáveis, prefigurando ensinamentos para arquitecturas habitacionais de tipo «incremental» em espaços urbanos [in]formais.

Afigura-se estruturante o desenvolvimento de modelos sistémicos que atendam à multiplicidade das realidades concretas de cada caso, desde os modos tradicionais de habitar, às técnicas construtivas vernaculares, às disponibilidades locais de recursos, entendidos no sentido lato (matérias-primas, materiais, energéticos, produtivos, financeiros, humanos) e que tenham como objectivo, como anteriormente indicado, a eficiência energética, a redução da necessidade de matérias-primas, a optimização do [re]uso de recursos autóctones, a reciclagem de matérias, materiais, desperdícios, técnicas, tecnologias, e reutilização e reinterpretção de processos construtivos de baixo-custo locais, etc., associada à criação de regras metodológicas de gestão de informação da construção (a utilização de novas tecnologias e de elevada intensidade não é contraditória com a produção de produtos *low-cost*). É forçoso produzir modelos de edificação com modos de habitar, volumes e espaços, organização espacial e linguagens [in]formais adequadas à realidade antropológica, histórica, económica e social das sociedades em que irão ser construídas e que simultaneamente introduzam avançadas técnicas de sustentabilidade.

### **3. SyLC: uma metodologia integrada e sistémica - complementada pela participação**

Qualquer reforma urbana, que tenha por base a requalificação do parque habitacional em grande escala, deve contemplar a oferta de imóveis construídos de tal forma que

possam ser melhorados e ampliados pelas famílias que os ocupem. Neste sentido, considero que o aprofundamento e actualização do conhecimento da temática relativa à habitação no espaço lusófono da África subsaariana exige - como antes mencionado - uma metodologia integrada e sistémica, atenta à aceleração e complexidades crescentes da transformação dessas cidades, consubstanciada na observação permanente das várias dimensões sócio-territoriais que directa ou indirectamente, formal ou informalmente, condicionem o esbatimento de assimetrias habitacionais nos respectivos espaços urbanos. Pensar no desenho e realização de bairros para populações com baixos rendimentos, considerando perfis de habitabilidade e de infra-estruturação, equipamentos, funções e potencialidades do espaço público (muitas vezes inadequado para os usos que nele realmente acontecem quotidianamente) e de serviços urbanos e sociais, implica uma panorâmica de âmbito largo, na melhor das tradições holísticas das abordagens arquitectónicas: integração do antropológico, social, económico e histórico, não se focando exclusivamente nos avanços tecnológicos construtivos da engenharia dos comportamentos energéticos, que obviamente serão integrados, mas numa perspectiva abrangente de resposta a uma realidade social concreta, e não de importação de modelos pretensamente universais, estetizantes, meramente conceptuais ou pueris - nos quais a participação pública é diminuta ou até inexistente.



A metodologia SyLC propõe a expressão da individualidade, da personalidade, da articulação em rede das questões centrais e complementares à temática da habitação, segmentando a sua complexidade, delimitando unidades mínimas de forma e significado constantes, isolando [sub]secções indivisíveis das [sub]estruturas emergentes entre a super- e a infra-estrutura. Implica a identificação, a partir da decomposição das tipologias habitacionais e respectivas formas das cidades, mono ou polimórficas, de sintomas de esvaziamento de significados e reconhecimento, inadaptabilidade territorial, inadequação a recursos disponíveis, redundâncias operativas, etc.

As características das tipologias habitacionais codificam-se, desta forma, em subunidades de propriedades no seu interior e sujeitas a princípios sócio-tipo-morfológicos *relacionais*, de modo a se sintetizarem afinidades com distintos processos de transformação *incremental*. Implica analisar quer os constituintes de propriedades

dos espaços urbanos, quer os [sub]processos tipológicos (simples ou complexos) que alterem, ou tenham alterado, o seu significado, categoria e respectiva relação com a forma urbana: estabelecendo nexos cognitivos cruzados sobre [sub]acções urbanas de adição, afixação, composição, conversão, modificação, permutação, repetição, sobreposição, substituição e subtracção entre a infra-estrutura e a super-estrutura [tendo a natureza e a agricultura urbana para auto-consumo – hortas, *machambas*, espaços de vegetação arbustiva, lenhosa (comuns em áreas habitacionais dispersas das periferias informais, também auto-construídas mas distintas das manchas habitacionais extensivas e densas) como grandes «ligantes urbanos»]. A integração urbana de conjuntos habitacionais deve assentar numa plataforma de leituras múltiplas e cruzadas de micro-unidades internas à morfologia urbana, perspectivando formas derivadas das mesmas.



A metodologia *transformacional* a adoptar para a articulação em rede de habitação, equipamentos, infra-estruturas e serviços urbanos deve abordar o morfologicamente arbitrário e indiscriminado – [sub]estruturas «camaleónicas» (com graus elevados de variabilidade) – procurando nas idiosincrasias urbanas formas de integração possíveis mas ainda inexistentes. É um sistema que se estrutura numa capacidade descritiva e *relacional* que torna possível a distinção entre formas existentes e formas possíveis. Esta metodologia observará as [ir]regularidades urbanas nos seus distintos aspectos, isolando o [sub]estrutural do complementar, de modo a [re]definir componentes tipo-morfológicos que permitam [re]criar o espaço urbano vinculado a significados e formas habitacionais já existentes nas suas [sub]unidades. Constitui um procedimento *derivativo*, que actua sobre o processo urbano de maneira *derivacional*, admitindo modos de actuação em *sequências de contrastes*, cruzando especificidades de tipo «camaleónico» e tornando-as propriedades da [sub]estrutura urbana.

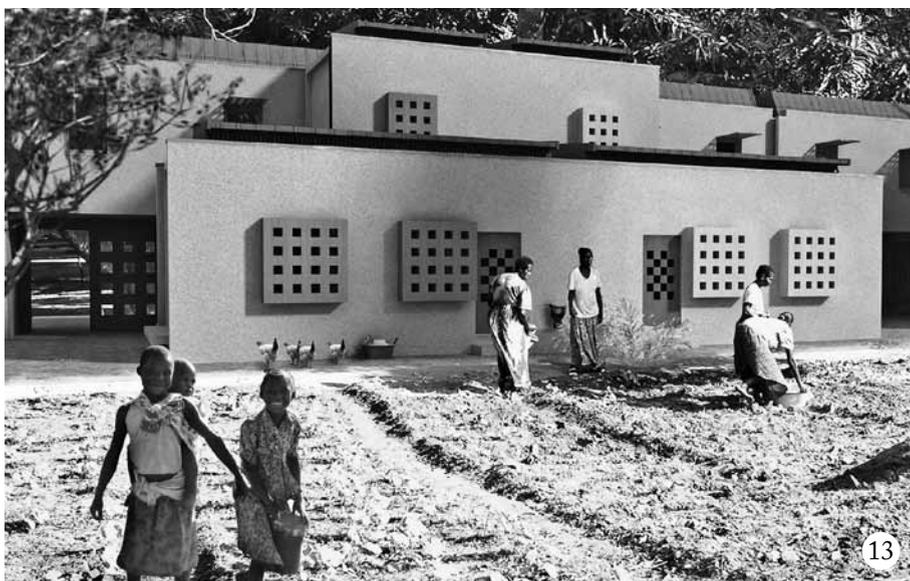
Objectiva-se uma organização operativa capaz de adquirir um conhecimento *in situ*, não só das características físicas mas da composição social e respectiva dinâmica interna do grupo e estrutura real local. Procura mutações morfológicas mais inesperadas, mas adaptativas, sustentadas na flexibilidade e desaguando em configurações

habitacionais integradas no espaço urbano de forma mais orgânica e híbrida: o resultado serão conjuntos habitacionais menos formais que os coloniais, mais moldáveis. Implica processos de actuação sobre os interstícios de origem clandestina, informal, articulando-os e impregnando-os de significados sociais, sustentados numa rede de referências e *cartografias alternativas*.

A metodologia SyLC tem implícita a noção de que a requalificação da habitação em grande escala envolve a articulação entre o desenvolvimento participativo e a gestão urbana, em parceria com comunidades periurbanas e autoridades locais e municipais. Participar no desenvolvimento do parque habitacional de forma activa, equilibrada e sustentável é um direito e um dever dos cidadãos também. Para o efeito, é forçoso consolidar a sensibilização e programação das acções a encetar sobre os conjuntos habitacionais com as respectivas comunidades.

Investir no desenvolvimento dos assentamentos residenciais, em meios onde o denominador comum entre as estruturas habitacionais e a estrutura urbana é o informal, é contribuir para uma mais adequada gestão do sistema urbano e para um maior equilíbrio entre as várias partes do mosaico urbano (entre o formal e o informal). Ao fazer referência à participação (complementada pela formação), a proposta SyLC perspectiva um olhar actualizado pela cultura e tradições locais, recuperando, revendo saberes tradicionais, acrescentando-os e incorporando-os na evolução dos processos sociais e tecnológicos (como já referi neste estudo quando aludi ao BIM).

A participação abrange igualmente o desenvolvimento das relações entre a sociedade, os agentes sociais e cívicos e as autoridades locais para promover uma gestão urbana sustentável. A consolidação da consciência de cidadania implica um esforço endógeno, a racionalização dos recursos e a potencialização do saber local, promovendo o seu *upgrade*. A requalificação da habitação no espaço lusófono exige a discussão e



o planeamento participado das necessidades a suprir e respectivas acções a tomar. A construção da habitação em grande escala deve ter por base uma programação prévia na qual se seleccione os beneficiários, se perspetive a mobilização dos cidadãos, se estructure a organização, monitorização e avaliação dos processos de [auto]construção. Para a participação dos cidadãos em programas para habitações evolutivas é importante comunicar, informar, trocar experiências, transferir tecnologias e enquadrar da forma mais adequada a iniciativa criadora das populações – que trazem soluções imediatas [Koolhaas *et alii* (2003) designa-as de «real time solutions» para «real time problems»] de modo a consubstanciá-las enquanto actividades produtivas capazes de gerar rendimentos: condição necessária para o financiamento e sustentabilidade de qualquer iniciativa de construção e requalificação da habitação a baixo-custo e em grande escala (com materiais duráveis, que necessitem de pouca ou nenhuma manutenção e de poucos recursos).

#### 4. Apontamentos finais

A integração urbana de conjuntos habitacionais depende da medida em que as suas próprias características são absorvidas como partes dos aglomerados em que se inserem em termos urbanísticos, funcionais e simbólicos, desde a concepção até à sua conclusão. Torna-se fundamental a articulação das entidades públicas e privadas de modo a se garantir a sua viabilidade e sustentabilidade em todas as dimensões (incluindo os processos evolutivos e os procedimentos participativos). A participação activa dos cidadãos na resolução de carências habitacionais no espaço lusófono da África subsaariana exige a proposição e partilha de soluções técnicas (pelo menos parcialmente) simples e compreensíveis, que tornem possível o envolvimento de mão-de-obra local, com baixo consumo energético, adoptando soluções essencialmente passivas em detrimento das forçadas (que exigem maior assistência técnica ao longo da vida). Perante a condição de transitoriedade dos espaços lusófonos na África subsaariana, a sua consolidação sócio-física, económica-produtiva e energético-ambiental



(logo sustentável) implica metodologias *relacionais* (sistemas abertos; formas livres): absorvendo o irregular, o imprevisível, a aparente desordem, a inovação espontânea – processo que se constitui como colectivo gerível com pouca hierarquia e estratificação, organizado de forma flexível e adaptável, como um camaleão.

Princípios que se metamorfoseiam para melhor se adequarem às microestratégias desenvolvidas e delas extraírem ensinamentos para a construção da habitação e [re]qualificação das respectivas estruturas espaciais domésticas.

A habitação *low-cost* [in]formal entre a infra-estrutura e a super-estrutura ancora-se nas características [i]mutáveis dos espaços residenciais e perspectiva modelos tipomorfológicos sistémicos que referenciem a interdependência, hibridiz e integração do permanente «jogo de variáveis» (formais e informais) diagnosticadas em muitos dos espaços lusófonos da África subsaariana, propondo processos urbano-arquitectónicos (e construtivos) mais eficazes e ajustados para o seu desenvolvimento (sistemas *emergentes* que respondam com *criatividade* à pluralidade cultural e material dos cidadãos). Termino este artigo com a seguinte citação:

(...) the “informality” of many African cities points to the importance and value of participatory and activist planning by citizens. This type of bottom-up, “extraterritorial” urbanism, developed outside conventional legal and regulatory frameworks, often produces novel and ingenious solutions to urban life. (...) Can we not incorporate the lessons learned from the informal and provisional character of these cities into our future plans? (...)».

Defendo que não, na medida em que cidade e residência coabitam num sistema complexo em que a vida quotidiana da habitação prolonga-se para o exterior da mesma, interagindo com e na vastidão do espaço urbano, ocupando as suas infra-estruturas e aproveitando os recursos disponibilizados pela própria natureza e demais estrutura ecológica do território.

### Referências bibliográficas:

- Anderson, D; Rathbone, R (2000) – Africa’s urban past: James Currey.  
 Arecchi, A (1991) – La casa africana: Edizioni Clesav di Cirtà Studi.  
 Bruschi, S (2001) – Campo e cidades da África antiga: Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat.  
 Cortés, J (2008) – Cartografias disidentes: Sociedad Estatal para la Acción Cultural de España, Seacex.  
 Doxiadis, C (1965) – Arquitectura em transição: Arménio Amado Editor.



- Forjaz, J (1999) – Entre o adobe e o aço inox. Ideias e projectos: Caminho.
- Gleiniger, A, Vrachliotis, G (ed.) (2008) – Complexity: Birkhauser.
- Jenkins, P (1992) – Bases para uma Política de Desenvolvimento Urbano em Moçambique: Workshop sobre Bases Metodológicas para a Investigação das Tendências do Crescimento da População Urbana em Moçambique, Comissão Nacional do Plano/Direcção Nacional de Estatística/Unidade de População e Planificação.
- Koolhaas, R, Boeri, S, Kwinter, S, Fabricius, D, Obrist, H, Tazi, N (2003) – Mutations: Actar.
- Lage, L (2001) – Produção de habitações informais. O caso de Maputo, Um olhar para o habitat informal moçambicano: de Lichinga a Maputo, págs. 68 a 85: Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat.
- Morais, J, Raposo, I (2005) – Da cidade colonial às novas urbes africanas: notas exploratórias, Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, nº5, págs. 88 a 91.
- Mostafavi, M (2010) – Why Ecological Urbanism? Why Now?, pág. 40. Doherty, G (ed.), Ecological Urbanism: Harvard University, Graduate School of Design, Lars Muller Publishers.
- Oliver, P (1971) – Shelter in Africa: Barrie & Jenkins.
- Oliver, P (2007) – Dwellings: Phaidon.
- Oppenheimer, J, Raposo, I (2002) – Urbanização acelerada em Luanda e Maputo: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- Oppenheimer, J, Raposo, I (2008) – Subúrbios de Luanda e Maputo: Edições Colibri, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- Pinón, J (2001) – La recomposicion de la ciudad informal: C.I.C.I.
- Raposo, I (2005) – Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, nº5.
- Salvador, C (2004) – Mutações nas periferias das cidades africanas: Congrès Internacional d'Estudis Africans, IV Congrès d'Estudis Africans del Món Ibèric, Àfrica camina, Organizat per la Generalitat de Catalunya i LISA (Laboratori per a la Investigació de les Societats Africanes), Sota la direcció científica d'BARDA (Agrupament per a la Recerca i Docència d'Àfrica).
- Viana, D (2009) – Maputo: transformação de uma estrutura urbana de origem portuguesa. Um contributo para a requalificação do espaço urbano (resumo da tese de doutoramento), Ciudad[es] 12, págs. 233 a 241: Instituto Universitário de Urbanística da Universidade de Valladolid, Espanha.

# Habitar – Casas

Miguel Santiago\*

p. 27-32

## 1. Onírico, Conceptual e Tipológico

A casa, como objecto, encerra em si, um conjunto de tradições, modelos, conceitos, categorias; remete-nos para uma ancestralidade, para o habitar, para o sonho, para a família. Sempre foi objecto de estudo protagonizando as mais diversas análises. Resume por isso, com algum rigor, a evolução da arquitectura desde os tempos mais remotos. Nela, encontramos as origens da casa, o “mito” da casa originária, ou, segundo Quatremère de Quincy, a caverna, a tenda e a cabana. Foram inúmeros os tratadistas que apresentaram as suas ideias e as suas representações da cabana primitiva, desde Vitruvius a Marc Laugier, passando por Viollet-le-Duc e Jean Nicolas-Louis Durand.

Este tema não passou despercebido a Fernando Pessoa e Herberto Helder. No primeiro, o quarto de Bernardo Soares, apesar de obscuro, “olha” pela janela um território de fuga; no segundo, o verso *Falemos de Casas* permite “vaguear” pelas memórias, corpos, sentimentos e melancolias do habitar. Ambos os poetas personificam as relações do ser com o espaço, nas suas mais ínfimas direcções. Há mais de meio século que Gaston Bachelard publicou *La poétique de l'espace* (1957). Esta reflexão filosófica sobre a casa, partindo de uma imagem poética que, segundo o autor, se atinge através de uma fenomenologia da imaginação, ainda hoje é proveitosa para o estudo do espaço, da imagem, e fundamentalmente, dos aspectos simbólicos da casa e do habitar.



“(...) Em suma, na mais interminável das dialécticas, o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa na sua realidade e na sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos. Por conseguinte, todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores de onirismos consonantes. Já não é na sua positividade que a casa é verdadeiramente «vívida», não é somente no momento presente que reconhece-

---

\* CEAUP/UBI.

mos os seus benefícios. Os verdadeiros bem-estares têm um passado. Todo um passado vem viver uma casa nova.”<sup>1</sup>

O indivíduo aprisiona a casa como o lugar íntimo do seu habitar, legitimando-a como lugar de morada e de de-mora sobre a Terra. Assim se estabelece a singularidade de cada Ser e o seu lugar no mundo. Esta relação entre o ninho e o ventre materno e as questões antropológicas e sociais permitiram um conjunto de metamorfoses, em que o tempo dissolveu o carácter fenomenológico do habitar.

A arquitectura na sua constituição mais elementar, delimitada por chão, paredes e tecto, define o espaço, tornando-o interior e exterior, finito e infinito; revela os limites físicos, marca o território. Estes três elementos básicos formam a pele que aprisiona a luz e a sombra, o côncavo e o convexo. A parede, como plano de uma divisão espacial, tendo em conta as funções programáticas, é um elemento intemporal da arquitectura. A sua rigidez ou flexibilidade são formas de encerrar ou abrir os espaços interiores; as paredes, mais do que elementos rígidos, comportam vãos, permitindo fragmentar ou ampliar os diversos espaços. Descrevemos as questões tectónicas, a construção. Mas, como refere Heidegger, o construir é mais do que um “meio”, uma vez que a sua existência já implica um habitar. Já Alberto Campo Baeza refere que, o homem como ser e instrumento criador do mundo, toma a casa, como morada para habitar. Este é o lugar do ser-no-mundo. É o reflexo da vivência do Homem, das dinâmicas e dialécticas próprias da vida, que serenamente repousam nas formas deste abrigo primordial. É aqui que se começa a ser abrigado, os limites do abrigo – a casa –, através da sua realidade, acolhe pensamentos e sonhos, permitindo pensar o passado, viver o presente e projectar o futuro.



É este o ponto de partida para uma constante procura, invenção e reinvenção pelas formas que traduzam o lugar essencial da “nossa” morada. Assim, o indivíduo procura a dimensão física, que dá forma aos significados que compõem o conceito de casa, e, a partir dos quais, começa a construir a dimensão física que corresponde e formaliza os conceitos.

## 2. Casas em África – Pancho Guedes

Tomemos, como exemplo de análise, projectos que Pancho Guedes desenvolveu em África, principalmente em Moçambique. Encontramos, sem grande esforço, um conjunto de arquétipos presentes na história da arquitectura.

Nas casas que Pancho Guedes idealizou e realizou ao longo da sua vida, as tipologias, os locais, os clientes e os programas são tão variados que se aproxima de dois paradigmas tão distantes como o antropocêntrico e o fragmentado. Enquanto algumas das habitações mantêm um espaço doméstico tradicional, sendo desenhadas para um “homem” perfeito, livre, feliz e sereno, outras, pelo seu carácter labiríntico e complexo

<sup>1</sup> In BACHELARD, Gaston – *La poétique de l'espace*. 9<sup>o</sup> édition Paris: Presses Universitaires de France, 1978. p. 24, 25. (tradução pessoal).

parecem construídas para sujeitos embrenhados num mundo problemático, caótico e fragmentado.

Desde muito cedo, Pancho Guedes sentiu-se atraído por formas antropomórficas. A primeira destas experiências terá sido o Hotel em São Martinho do Bilene (1955). Depois de várias experiências (umas melhor sucedidas do que outras), destacamos a *Mulher Habitável* (1963). Este projecto (nunca foi realizado apesar da construção se ter iniciado) representa uma fase de sedimentação. A figura do plano dá lugar ao espaço. A tridimensionalidade, a espacialidade, as superfícies moldáveis e a interligação com a topografia do lugar são os elementos marcantes deste projecto.

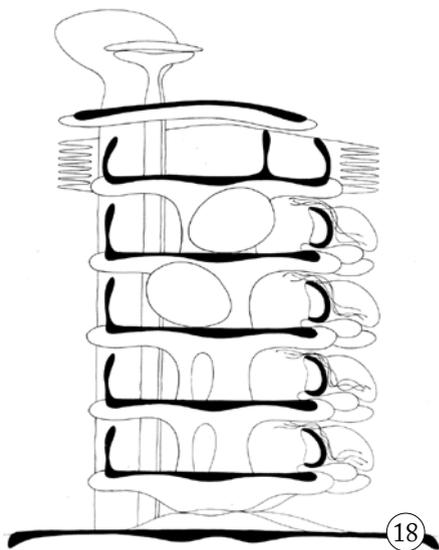
Todas as peças desenhadas (plantas, cortes, alçados) possuem grande complexidade, mas o projecto só se revela, na sua totalidade, na tridimensionalidade das perspectivas e vistas axonométricas.

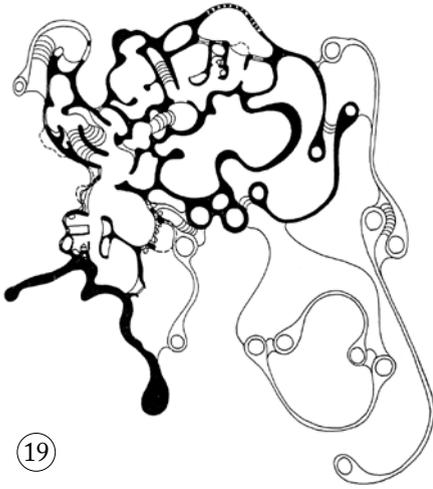
Na *Mulher Habitável* surge o símbolo feminino e materno. Esta casa encerra a forma de um ovo, o espaço gerador de toda a planta. Este “ovo”, também representado nas pinturas dos cortes dos edifícios *Leão que Ri* e *Núcleo de Arte* (1954), remete a obra pictórica e arquitectónica para uma dimensão fenomenológica, apoiada no pensamento de Gaston Bachelard. A casa é um ser em gestação, um universo próprio, que abriga e encerra a vida humana.

No texto *Le Pli, Leibniz et le baroque* (1988), o filósofo Gilles Deleuze legitima o pensamento inerente à arte e arquitectura Barrocas. A dobra representa as formas côncavas e convexas, inflexões e tensões, curvas e contracurvas, pequenos espaços exteriores e interiores de grande intensidade; ela permite uma enorme tensão entre elementos, mas estes fundem-se num só; planos verticais tornam-se horizontais, da mesma forma que as lajes se convertem em paredes. A dobra transmite a própria lógica da natureza, um conjunto de linhas de força que formam planos e espaços moldados, o espaço torna-se musculado, apaixonado. As superfícies côncavas e convexas dominam este espaço, dotando-o de grande energia. Esta energia é-nos dada pela relação entre os planos verticais e horizontais e pela forte relação que o construído estabelece com a envolvente, diluindo-se, por vezes, na areia das dunas onde se localiza.

Esta diluição, que nos desenhos surge com uma dimensão surreal, acentua propositamente a simbiose entre as várias partes, tornando o projecto ambíguo.

A luz é um elemento fundamental que nos transporta para valores intemporais. Manifesta normalmente valores religiosos e espirituais que sempre estiveram presentes na arquitectura. A iluminação natural, continua a ser um elemento que penetra, enche,





19

ilumina, encerra e ensombra espaços arquitectónicos; como tal é um factor valorativo relativamente ao objecto arquitectónico. Pancho recorre muitas vezes a luz filtrada, não através de vidros translúcidos, como havia feito Mies ao longo do século XX, mas recorrendo a vãos recuados em relação ao plano das fachadas, à introdução de palas, pérgolas e *brise-soleil*. Os materiais utilizados, nos elementos referidos, como o latão, o mármore e as lonas, transmitem reflexos e uma imagem de desmaterialização, que só é superada pelo desenho rigoroso das portadas em madeira, que conferem aos espaços interiores um desenho e uma luminosidade única, como no caso de Quatro Casas para a *Coop.* (1953-59).

Neste caso, as superfícies em betão criam situações de contraste entre luz e penumbra, tanto no interior como no exterior, permitindo que a luz se torne protagonista da espacialidade, aprofundando as sombras e definindo as formas.

A riqueza do projecto reside na unidade formal dos volumes, como se tratasse apenas de um plano, que se vai moldando constantemente, encontrando sempre a sua própria forma. Nesta casa a materialidade e plasticidade do betão assumem uma presença tectónica muito marcante. A forma plástica é elaborada segundo a tríade composta por material, luz e lugar; adquirindo uma intensidade fortíssima, que nos remete para uma dimensão onírica.

Mas, se ovo representa a gestação e o início de uma nova vida, outras obras de Pancho resolvem-se na dicotomia entre a vida e a morte. Desde sempre, o túmulo representa a segunda morada. Dependendo da religião, este local de passagem, de transição entre dois mundos ou duas vidas, foi motivo de interesse arquitectónico. O Jazigo da Família Boesh (1973) representa a imagem de uma habitação; com um volume depurado, este micro-volume puro mantém uma relação simbólica com uma arquitectura de matriz modernista, que lembra a pureza dos primeiros modernos, ou as várias experiências desenvolvidas por inúmeros arquitectos a partir da forma do cubo; tais como, Giuseppe Terragni, Peter Eisenman, Bernard Tschumi.

A subtracção, por outro lado, está sempre presente em todas as superfícies côncavas que Pancho utiliza, proporcionando um espaço intimista, em que a sombra ou a penumbra adquirem um valor de mistério, que é realçado no caso dos espaços exteriores. Esta é uma das características fundamentais da obra do arquitecto português. A importância do contraste entre luz e sombra, que se torna evidente com a abertura de vãos, como na Casa Vermelha (1969), com a utilização de platibandas salientes, como na *Yeshouse* (1960-62), ou com volumes cúbicos, como as varandas na Residência de Estudantes *Khovolar* (1966-73).

As casas de Pancho agrupam-se em modelos, que podem ser interpretados de modos distintos. Enquanto algumas das suas habitações mantêm uma forma predominan-

temente horizontal, outras, como a Casa Dr. Luz de Sousa (1955) e a Casa Vermelha (1970), assumem um carácter vertical que lhes é atribuído pela escada, no primeiro caso, e pelos telhados inclinados e pelas dimensões das chaminés, no segundo.

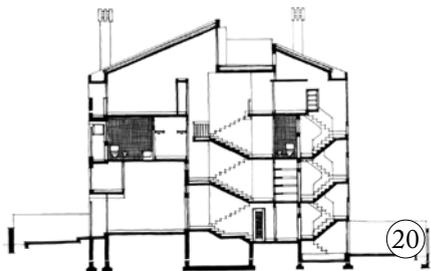
Nos projectos designados como “A elegante arte de curvar o espaço” verificamos que a centralidade se define a partir de um ponto exterior à composição, sendo este o elemento gerador de todo o espaço. Já na *Casa que se Esvazia de Sangue para a Piscina* (1970), o espaço é-nos dado pela intersecção da casa com a piscina.

A utilização de pátios cria situações diversas. Enquanto na Casa para um Técnico Agrícola (anos 60), o vazio é o ponto central, no Grupo de Oito (1953-54) e de Doze (1954-56) Casas para a Coop. os pátios tentam dissolver os limites entre interior e exterior, mantendo, no entanto, uma certa individualidade e privacidade.

Na planta da *Casa Swazi Zimbabwe* (1960-65) é notória a intenção de introduzir quatro centros. Nesta composição policêntrica destacam-se quatro volumes com coberturas independentes.

A arquitectura não segue sempre modelos e tipologias, experimenta novas realidades. Pancho Guedes não se furtou a experimentar e ensaiar novas formas de habitar. A *Casa Möslein* (Desirello) partiu de seis casas iniciais, que, com o decorrer de tempo, se foram aglutinando. Devido a impedimentos legais, a área de construção era diminuta, o que conduziu a uma solução fragmentada, tendo sido criadas, para além da casa de habitação, a casa da piscina, a casa dos automóveis, a casa dos criados, a casa da sombra (pérgola) e a casa das festas.

Apesar desta orientação hermenéutica, é sempre possível recorrer a outras linhas interpretativas quando queremos analisar o habitar na sua forma mais ancestral – a casa. Como escreve Iñaki Ábalos, no livro *La buena vida* (2000), a casa como arquétipo pode ser a casa de Zaratustra (que se caracteriza pela utilização do pátio, como nas casas de Mies van der Rohe), a casa existencialista ilustrada como o refúgio de Heidegger, a casa positivista exemplificada como a máquina de habitar de Jacques Tati, a casa fenomenológica apresentada com a casa de férias de Pablo Picasso, o *loft*





Novaiorquino de Andy Warhol e da *Factory*, a desconstrução da casa traduzida na cabana e na reacção aos modelos convencionais e, finalmente a casa do pragmatismo “*a bigger splash*”. Não propomos um paralelismo entre os arquétipos estabelecidos por Ábalos e as casas desenhadas por Pancho, apesar de, numa primeira leitura, ser possível estabelecer essas relações em alguns casos.

Esta análise demonstra, inequivocamente, que a heterogeneidade presente na obra de Pancho, relativamente a aspectos técnicos e estéticos, decorre de uma polissemia projectual. A concepção é a matriz de uma ideia globalizante do objecto arquitectónico; origina percursos distintos e é formadora de um conjunto alargado de hipóteses, que se articulam na procura da “boa” solução final.

Terminamos com um exemplo paradigmático de casa, em que a casa remete o habitar para o brincar. Na *Casa das Bonecas da Kiti* (1967) o objectivo era inventar um grau de intensidade tal capaz de transmitir a ideia de sonho; mostrando uma espacialidade orgânica, solta e “terrivelmente” espontânea.

“(…)paredes torcidas e reviradas de tal maneira que Alberti achava tão chocante”<sup>2</sup>

## Bibliografia

- A.A.V.V. – Vitruvius Mozambicanus: as vinte e cinco arquitecturas do excelente, bizarro e extraordinário Amâncio Guedes. **Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: [s.n.]. A.1, 5ª série, N.2 (Julho/Agosto, 1985).
- ÁBALOS, Iñaki – **La Buena Vida**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2000.
- BACHELARD, Gaston – **La poétique de l'espace**. 9ª édition Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- BAEZA, Alberto Campo – **A ideia construída**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.
- Heidegger, Martin – **Essais et conférences**. Paris: Éditions Gallimard, 1958.
- MONTANER, Josep Maria – **Las formas del siglo XX**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2002.
- SANTIAGO, Miguel – **Pancho Guedes – Metamorfoses Espaciais**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

<sup>2</sup> In A.A.V.V. – Vitruvius Mozambicanus: as vinte e cinco arquitecturas do excelente, bizarro e extraordinário Amâncio Guedes. **Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: [s.n.]. A.1, 5ª série, N.2 (Julho/Agosto, 1985). p. 27.

# Tectónica e técnica em projecto e construção do habitar

Ricardo Caetano de Freitas\*

p. 33-38

Observamos continuamente, tal como afirma Ignasi Solá-Morales em – “A obra arquitectónica na era da sua reprodutibilidade técnica”<sup>1</sup> (1972) – com base no artigo de Walter Benjamin (1936), sobre a convicção da morte da Arte, que a tecnificação da Arquitectura, fruto das novas condições de produção, rompe com a outrora unidade prática da arquitectura desde o projecto à obra acabada, sobretudo a partir da autonomização disciplinar resultante da divisão entre a Arquitectura (como disciplina de tradição *Beaux Arts*) e a Engenharia (como disciplina eminentemente técnica na tradição da anterior Engenharia Militar e que a fundação da *Ecole de ponts et chaussées* em 1747 é o primeiro sinal).

De facto, o processo de construção é hoje ainda mais complexo, e a sua crescente industrialização aliada à velocidade de resposta às necessidades, ou vontades, de construção, pode produzir uma certa alienação das preocupações arquitectónicas não só da construção, mas também, e principalmente, das preocupações sociais e éticas para com as populações e o seu sentido de pertença do lugar.

Nesta perspectiva, e considerando os caso da realidade dos continentes Africano e Sul-Americano e a sua urgente necessidade de dar resposta ao problema da habitação para estratos económicos muito desfavorecidos, propõe-se abordar a temática do Projecto e da Construção pelos olhos da cultura tectónica.

Propõe-se um recuo na história, como a entende Fernando Távora “na medida em que pode resolver os problemas do presente”<sup>2</sup>, por paralelismo com a convicção da necessidade de revisão do processo de construção do habitar, tentando contribuir para o enriquecimento do debate teórico da nossa própria contemporaneidade.

O momento pós “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal”<sup>3</sup>, de aproximação ao realismo social e aos problemas concretos da sociedade, consequentemente mais humanizado, é feito a partir da exploração dos materiais e técnicas locais, que acreditamos não ser apenas por escassez de recursos e economia de meios, mas sobretudo, como sentido ético do local e seus recursos e enquanto possibilidade de correcção da perda do lugar, identidade e comunidade, gerada pela globalização do estilo, materiais e técnicas, e consequente arbitrariedade do lugar do homem no mundo.

\* Universidade Lusíada.

<sup>1</sup> Solá-Morales, Ignasi de; “A obra arquitectónica na era da sua reprodutibilidade técnica”; in *Diferencias*, Barcelona, GG, 2003.

<sup>2</sup> Távora, Fernando; “O problema da casa portuguesa” (1947), pag. 7.

<sup>3</sup> Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, realizado entre 1955 e 1960, publicado em 1961.

O discurso sobre a terceira via do Moderno, exponenciado no ensaio de 1983 por Kenneth Frampton, “perspectivas para um regionalismo crítico”, propõe que o fenómeno da universalização e o problema da arquitectura concebida e percebida como uma moda efémera, possa ser contrariada com a alternativa de uma Arquitectura autêntica, baseada nos dois aspectos essenciais da disciplina: a consciência do lugar (orientação, clima, topografia, relação com a envolvente, etc.) e a Tectónica, “capaz de condensar o potencial artístico da região e, ao mesmo tempo, de reinterpretar as influências culturais vindas de fora”, permitindo simultaneamente “ser moderno e voltar à origem”<sup>5</sup>.



Mais do que uma abordagem regional, de tom paroquial, K. Frampton procura encontrar a inteligência que se perdera no mundo que avança ferozmente, evocando a importância do lugar e a necessidade de salvaguarda dos materiais e práticas locais enraizadas no “saber construir”, baseado num discurso protocológico (que engloba naturalmente as

diferentes facetas – económico, ambiental e social), de origem fenomenológica que produziu e pode ainda produzir horizontes mais democráticos para a Arquitectura, em especial em estratos económicos muito desfavorecidos.

Nuno Portas e Carlos Duarte no prefácio da revista *Arquitectura* nº60 (1957), confirmavam a importância de “definir, claramente, uma atitude realista (...) refutando a actualidade de uma arte pseudo-universalista, purista abstracta, desinteressada do aprofundamento das condições específicas do meio (...)”<sup>6</sup> “relançando na moderna Arquitectura portuguesa o uso de materiais tradicionais, sem ignorar a riqueza contida nas novas tecnologias, desenvolvendo um método de projectar aberto (...) Esta nova posição projectual, baseava-se na utilização dos condicionanismos e das limitações de cada projecto, que deixavam de constituir um obstáculo, transformando-se, pelo contrário, no tema central, em volta do qual se constitui o (próprio) projecto”<sup>7</sup>. Propõe-se por isso uma atenção especial à vertente construtiva, a partir do entendimento de que a tecnologia aparte do ponto de vista económico e instrumental, deverá operar também na construção de significado como gerador de novas percepções, de modo a contribuir para o forçar de uma nova atitude crítica sobre a construção como uma dimensão ética no desenho de Arquitectura.

O ambiente de experimentação, mas de resistência e revisão ao modernismo (estilo internacional), e a afinidade neo-realista que a Arquitectura portuguesa atravessou, não manifesta uma rejeição ao moderno mas antes um simultâneo regresso às origens que abre caminho a opções mais humanizadas e atentas a essas origens e que não é exclusivamente português, “tem antecedentes na Finlândia, com figuras

<sup>4</sup> FRAMPTON, Kenneth; “Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica”. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, Contemporânea Editora, Matosinhos, 1998.

<sup>5</sup> Barata, Paulo Martins; in *Conferência* “Discursos (Re)visitados – Ciclo de Vídeo – KENNETH FRAMPTON”; 02 Março 2010.

<sup>6</sup> Portas, Nuno; Duarte, Carlos; in AA/VV; *Arquitectura*, 2ª série, nº60, Lisboa, 1957.

<sup>7</sup> Tostões, Ana; “modernização e regionalismo 1948-1961”, in AA/VV; *Arquitectura do Século XX – Portugal*, Lisboa, DAM Prestel Frankfurt am Main, Centro Cultural de Belém, 1998.

como Aalto, ou em Itália, com Rogers, Gardella, entre outros, e mais tarde com Gian Carlo de Carlo, na Grã-Bretanha, com os Smithsons, Stirling ou Gowan, em Espanha, com Coderch, ou no próprio Corbusier, que tinham, de maneiras diferentes, aberto caminho no sentido de se repensarem os ensinamentos do caminho moderno”<sup>8</sup> e as alternativas do futuro da profissão.

No entanto, o que nos parece mais relevante quando falamos deste discurso proto-ecológico, (cada vez mais actual nas abordagens bioclimáticas com critérios passivos de sustentabilidade) e considerando os aspectos de escassez de recursos (material, mão de obra qualificada e tecnologia de construção), são os exemplos com pretensão a uma

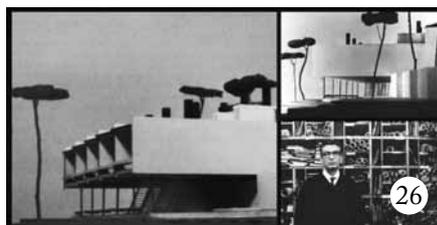


reeducação do processo construtivo pela extracção dos componentes mais banais e presentes em qualquer construção popular que, por recombinação, têm na escassez e na precariedade de meios, a própria possibilidade de expressividade e emancipação. Considera-se exemplar nesta abordagem, o grupo Arquitectura Nova.

Certamente com influência de Le Corbusier, sobretudo da fase onde este explora variações sobre a arquitectura vernacular terceiro mundista e adopta materiais brutos (como o tijolo e o betão aparente), num Corbusier “despido” do supérfluo de que são exemplo a casa Jaoul (1954-56), só possível por dispor de mestres construtores argelinos e a sua técnica de construção de abóbadas, ou a casa Shodam (1956) em Ahmedabad com mestres indianos, e que é de igual importância na revisão do moderno em Portugal, juntamente com outras figuras como o catalão Josep Antoni Coderch, cuja aproximação às condições construtivas locais, são também exemplares, como se verifica na urbanização Torre Valentina (na Costa Brava – 1961) onde a modulação é definida pela dimensão das vigotas pré-esforçadas disponíveis no mercado.

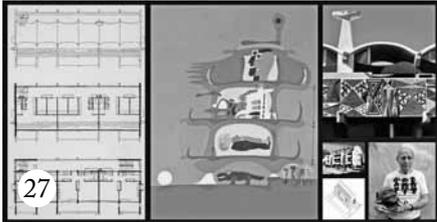
Coderch afirma como princípio, a exigência de afrontar a criação arquitectónica desde uma responsabilidade ética, num sentido que implica oferecer construções surgidas de uma atitude intelectual fundamentada na dignidade espiritual do humano e na subordinação do ego à procura da excelência.

Também em Moçambique, na obra mais emblemática de Pancho Guedes – “o leão que ri” (1954-55) é legível uma certa leitura de contenção estrutural pela rigidez da modulação, sem que isso implique a perda do “justo equilíbrio entre a sua

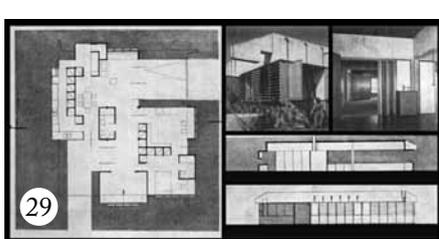
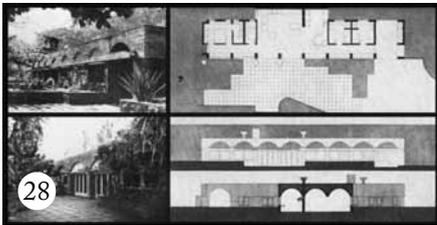


<sup>8</sup> Fernandez, Sérgio; “arquitectura portuguesa 1961-1974”, in AA/VV; Arquitectura do Século XX – Portugal, Lisboa, DAM Prestel Frankfurt am Maim, Centro Cultural de Belém, 1998.

vontade de modernidade «africana» (por referência com as máscaras e pinturas *naifes* moçambicanas), e o surrealismo, o expressionismo, a ambição escultórica e a capacidade de espacializar (e construir) sonhos, visões, grafismos (...)»<sup>9</sup>.



O trabalho do grupo brasileiro “Arquitetura Nova” de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, que os próprios definem por “poética da economia”<sup>10</sup> explora precisamente a optimização dos procedimentos com o objectivo de aumentar o desempenho de produção e o acesso e democratização da arquitectura, a partir de sistemas de construção simplificados, modulares, muitas vezes em sistema de auto-construção, com materiais em bruto e sem revestimento, com caixilhos produzidos em estaleiro de obra, etc., enquanto preocupação em criar um processo voltado para reduzir o custo de obra, objectivando a sua socialização tanto material como intelectual.



São exemplo as casas Simon Fausto (1961) pela inserção no contexto (cobertura ajardinada), pela rígida modulação e sistema construtivo adoptado, tal como na casa Boris Fausto (1961) onde os próprios armários respeitam uma modulação comercial standard e cujas solução de painéis deslizantes potenciam a flexibilidade dos espaços,

ou ainda as casas Marietta Vampré (1961), Pery Campos e Dino Zammataro (1970), entre inúmeras outras, onde exploram as abóbadas parabólicas com sistema de assentamento similar a uma parede tradicional de tijolo sempre na perspectiva de reduzir o custo de obra sem reduzir, aliás pelo contrário aumentar, a qualidade arquitectónica, ou recor-

rendo à expressão que Alberto Campo Baeza utiliza: “Do more with less”<sup>11</sup> – Fazer mais (arquitectura) com menos (meios).

O recurso às casas/moradias de classe média alta, permite confirmar que a acção da economia de meios / poética da economia é livre e não forçada, correspondendo a uma posição crítica sobre a prática construtiva.

De resto, esta é ainda hoje a realidade observável em países a sul do deserto do Sahara, onde se trabalha em condições que são substancialmente diferentes das condições de trabalho dos arquitectos e urbanistas do mundo industrializado ou desenvolvido, e

<sup>9</sup> “edifício residencial «O leão Que Ri» Maputo (Moçambique) 1954-1955”; in AA/VV; *Arquitetura do Século XX – Portugal*, Lisboa, DAM Prestel Frankfurt am Maim, Centro Cultural de Belém, 1998.

<sup>10</sup> Expressão dos autores Sérgio Ferro, Rodrigo Lefevre e Flávio Império no texto que acompanha a apresentação dos seus projectos publicados em 1965 na revista *Acrópole*, n. 319, p. 23-44.

<sup>11</sup> Baeza, Alberto Campo; “Works & Projects”; ed. GG; Barcelona; 1999.

cuja “adopção sistemática de valores e de formas importados de outras culturas, sociedades, climas e ambientes técnicos criaram, e continuam a criar aberrações, e a impor uma disciplina espacial e uma arquitectura que, em muitos casos, agrava as já dramáticas condições de vida da população urbana. (...) Nestas condições é fácil compreender a necessidade de uma simplificação dos processos e de uma estrita economia de materiais como condições fundamentais para uma arquitectura possível na (nossa) região. Tecnologias alternativas, também conhecidas como “doces”, “intermédias”, “básicas”, etc. são um importante campo de pesquisa e podem, dentro de certos limites, ajudar a resolver alguns problemas.”<sup>12</sup>



É com recurso ao momento temporal que mais claramente abordou os problemas reais de democratização da Arquitectura e os problemas sociais, rejeitando a arquitectura como artigo de luxo, que se entende que “nenhuma inovação abandona a antiquíssima razão”<sup>13</sup> e que “hoje, a inovação, de tão invocada em vão (...) corre o risco de se tornar numa palavra vazia.”<sup>14</sup>, considerando-se que esta perspectiva poderá contribuir para o repensar dos caminhos de modernização do tecido habitacional de países em vias de desenvolvimento como Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau, e cuja necessária modernização e democratização do acesso à habitação não deverá sacrificar uma consciência do lugar e de identidade como povo.

Nesta perspectiva, a ética no projecto e tectónica da construção a que aludimos, procura traduzir o acto de (bem) construir o suporte físico do habitar, (entendido como habitat, segundo Martin Heidegger), em detrimento do acto de auto-satisfação da criação arquitectónica objectual ou meramente técnica.

Identificam-se por isso múltiplas vertentes da construção em Arquitectura – material e formal, mas também social e ética, com resultado em que a construção material é um “instrumento para conceber e não uma técnica para resolver”, e está intimamente ligada com a função ética que para além das questões de resistência, durabilidade e eficácia, ainda mais pertinentes quando consideramos as limitações económicas dos destinatários de estratos económicos muito desfavorecidos, remetem para um tipo de comportamento entre o arquitecto e a sociedade onde interage – a consciência social da profissão.

### Referências bibliográficas:

- AA/VV, – “Arquitectura do Século XX – Portugal”. Lisboa, DAM Prestel Frankfurt am Maim, Centro Cultural de Belém, 1998.
- “Arquitectura y Técnica”. Buenos Aires, Nobuko, 2008.
- “ra – revista de arquitectura”, ano1, nºo, (nº único), Porto, FAUP, outubro 1987.

<sup>12</sup> Forjaz, José; in “Entre o adobe e o aço inox – Ideias e Projectos”; Editorial Caminho; 1999.

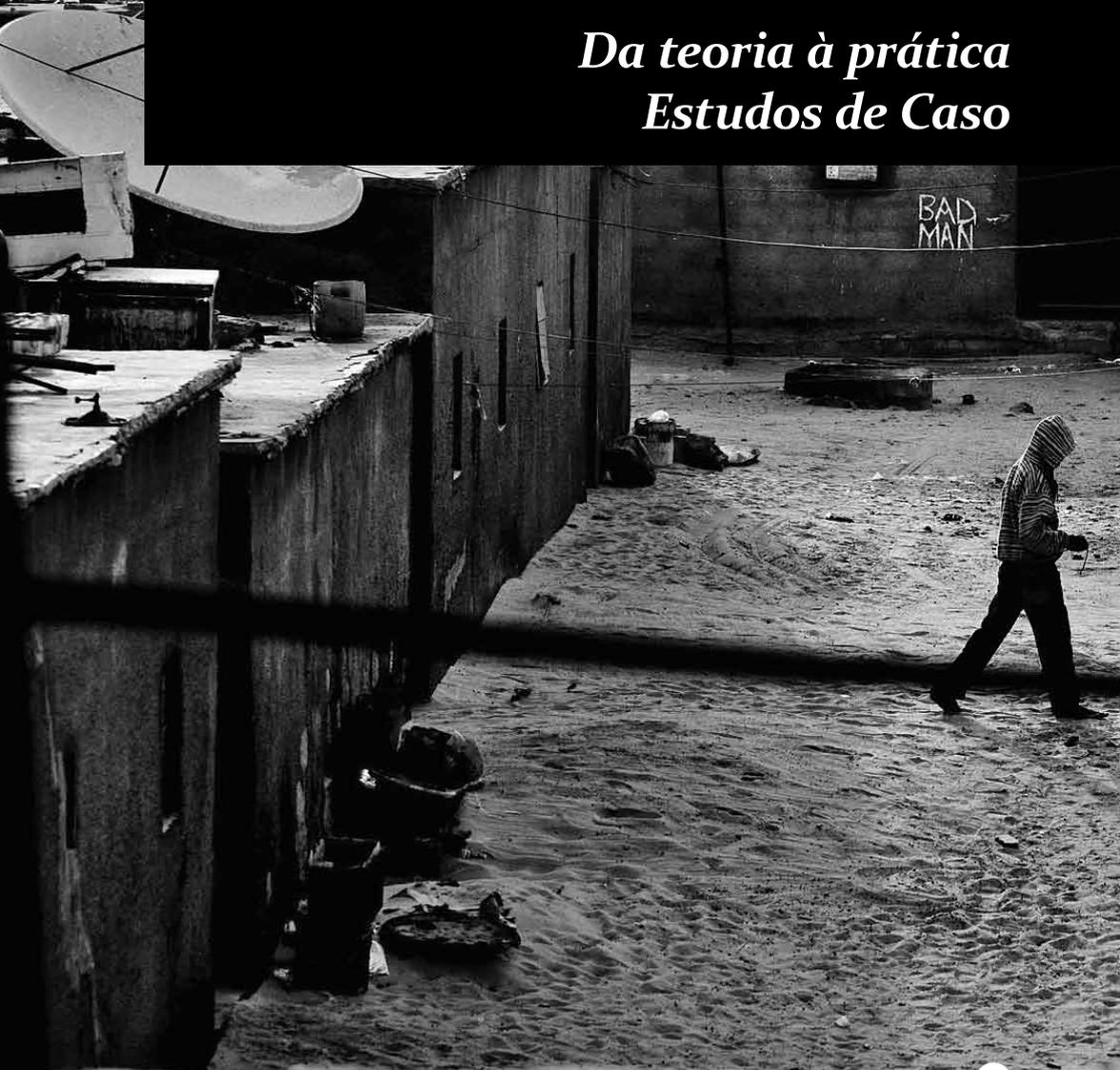
<sup>13</sup> Vieira, Alvaro Siza; in “Alvaro Siza, Scritti di Architettura, ed. Skyrá, 1997, p. 97.

<sup>14</sup> Morais, Carlos Campos; os textos por Alvaro Siza, Civilização Editora, Porto, 2009, p. 7.

- ARANTES, Pedro Fiori – “Arquitetura nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos multirões”; São Paulo; Editora 34; 1ª edição, 2002.
- BEIM, Anne – “Tectonic Visions in Architecture”. Copenhagen, Arkitektens Forlag, 2004.
- FERNANDEZ, Sérgio – “Percurso, Arquitectura Portuguesa, 1930/1974”. Porto: edições FAUP, 1988.
- FIGUEIRA, Jorge – “Escola do Porto: Um mapa crítico”. Coimbra, e|d|arq, 2002.
- FORJAZ, José – “Entre o adobe e o aço inox – Ideias e Projectos”; Editorial Caminho; 1999.
- FRAMPTON, Kenneth – “Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica”. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, Contemporânea Editora, Matosinhos, 1998.
- HARRIES, Kartsten – “The ethical function of architecture”. Massachusetts, MIT, 1998.
- PORTAS, Nuno – “A Arquitectura para Hoje”. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”. *Arquitectura*, n.º 66. Lisboa, Novembro/Dezembro, 1959.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de – “Inscripciones”. Barcelona, GG, 2003.
- TAVARES, Domingos – “Os Anos do Inquérito”. In “António Meneres: dos anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”. Porto, edições FAUP, 2006.
- TÁVORA, Fernando – “O problema da casa portuguesa”. Lisboa, cadernos de arquitectura, 1947.
- KOURY, Ana Paula – “Arquitetura Nova – Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro”. São Paulo, Romano Guerra Editora / Edusp / Fapesp, 2004.



*Da teoria à prática*  
*Estudos de Caso*







## A habitação caboverdeana e o seu meio ambiente

A relação entre casa e meio ambiente no arquipélago é marcada por traços de uma paisagem paradisíaca e peculiar na Macaronésia. A **casa**, o elemento que integra a geografia mítica e paisagística, é assim transcrita e salvaguardada na nossa literatura, como dizia, Baltazar Lopes em *Chiquinho*: “Como quem ouve uma melodia muito triste, recordo a casinha em que nasci, no Caleijão. O destino fez-me conhecer casas bem maiores, essas onde parece que habita constantemente o tumulto, mas nenhuma eu trocava pela nossa morada coberta de telha francesa e emboçada de cal por fora, que meu avô construiu com dinheiro ganho derriba da água do mar.”<sup>1</sup>

É a visão da paisagem como significante social transcrita pelo escritor caboverdeano, expressão única e memorial do *habitat*, integrada no próprio sistema de povoamento. É evidente que esta qualidade visual é, de certa forma, o resultado da manifestação cénica do território determinada pela presença dos principais elementos estruturantes do espaço (relevo, coberto vegetal, recursos hídricos). Também, ela é extensiva às ilhas mais planas, em que o mar e as praias, dominam todo o encanto do território local. Assim, a relação da habitação caboverdeana com o meio ambiente das ilhas, foi fortemente determinada pelo modelo de povoamento que deu origem à nossa criolidade, à nossa cultura e, de certo modo, a uma identidade própria.



<sup>1</sup> Lopes, Baltazar, *Chiquinho*, pag. 25.

Esta simbiose cultural (europeia e africana) determina como e com que forma se deveria construir e, com o tempo, levou à assimilação dos métodos construtivos e dos modelos de habitação impostos pelos europeus. Estes modelos prevaleciam com alguma característica provisória, e permanecem ainda hoje nas zonas rurais e subúrbios das principais cidades.

Assim, afirma Araújo *“Estas construções, mesmo as fortificações militares e salvo raras exceções, caracterizaram-se por uma concepção simples, possível de realizar-se com os recursos materiais locais, refletindo os valores culturais ligados à função e forma dos espaços, de acordo com a origem dos senhores. Nasceram então os primeiros aglomerados de habitações, situados em portos naturais, bem abrigados das correntes marítimas e dos ataques dos inimigos.”*<sup>2</sup>

Este tipo de povoamento tem as suas características peculiares e influenciou, de certo modo, o fenómeno urbano no arquipélago. Num primeiro momento, este fenómeno é marcado essencialmente na estrutura formal de cidades litorâneas. A intensificação das relações comerciais desenvolvida pela via marítima, depois do século XVI e com o crescimento da actividade dos portos de mar, acompanha o desenvolvimento urbano nas cidades, reforçando o fenómeno urbano litorâneo.

Nas ilhas atlânticas, a fundação das vilas e cidades portuárias consolida essa cultura litorânea. Sendo elas marcadas pelo fenómeno insular, é evidente que em termos antropomórficos enquadram-se em sociedades insulares e marítimas, as quais foram no tempo e espaço historicamente constituídas com os seus mitos, símbolos, formas culturais e mesmo representações mentais intrínsecas no mundo do seu imaginário, pois relacionam-se com o mar e as ilhas, e, segundo Diegues (1998: 27), esse fenómeno é interpretado com a *“ideia do espaço insular como lugar por excelência, onde a cultura, sociedade e espaço coincidem”*<sup>3</sup>.

Por outro lado, o processo de formação da sociedade cabo-verdiana caracteriza-se, no quadro de contexto geográfico, pela descontinuidade territorial. E, consequentemente, e apesar da sua pequenez e no quadro de uma unidade arquipelágica, cada uma das ilhas é marcada por peculiaridades inerentes à forma de povoamento de cada uma delas.

A mobilidade geográfica secular do cabo-verdiano remonta ao processo de formação da sociedade que se seguiu à descoberta do arquipélago em 1460 e ao seu posterior povoamento com a doação pela Coroa Portuguesa, situação que transformou o território num entreposto de escravos, sobretudo com destino às grandes plantações de cana-de-açúcar das Américas. Daí se imprimiriam características próprias ao cabo-verdiano, que se reflectiram na estratificação *sui generis* da sua estrutura urbana, social, económica e cultural.

É neste contexto que *“a adaptação ao meio destas habitações é superficial, e regista-se o facto de o mesmo modelo ser construído, num plateau ou na encosta de uma montanha, numa zona com ou sem água, no litoral ou no interior, no cume de um monte árido e ensolarado ou num vale pleno de verde e sombra”*.<sup>4</sup>

A casa cabo-verdiana surge no início do povoamento das ilhas, destacando-se o povoamento da ilha de Santiago, na Ribeira Grande de Santiago, a Cidade Velha (hoje,

<sup>2</sup> ARAÚJO, Luís – *Espaços Arquitetónicos Caboverdianos*, Revista FRAGMENTOS, Ensaio.

<sup>3</sup> DIEGUES, António Carlos, – *Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário* (1998), S.Paulo-1998, Editora HUCITEC.

<sup>4</sup> ARAÚJO, Luís – *op. cit.*, pag. 40.

Património Mundial) e aqui se encontram exemplos notáveis de arquitectura de influência europeia (portuguesa), iniciando-se um processo que, posteriormente, adquiriu as suas características próprias.

Tendo sido muito utilizado em épocas passadas, principalmente no espaço rural, temos único modelo de habitar com origem africana denominado **Fungo**, hoje em vias de desaparecimento ou já inexistente; e tal como refere João Lopes Filho: *“Fungo é um vocábulo de língua africana.....supomos que terá chegado ao arquipélago acompanhando esta técnica de construção muito utilizada em Africa, vindo justamente da região de maior contacto com Cabo Verde e donde provinha grande parte dos negros que passavam pelo entreposto escravagista montado em Santiago*<sup>5</sup>. O Fungo é, assim, uma construção típica caracterizada apenas por um espaço de planta circular, com uma cobertura cónica em palha, sem janelas e com uma porta baixa.



Na generalidade dos casos, as formas assumidas pelos modelos urbanos e rurais tradicionais são semelhantes e têm uma origem comum. São modelos cuja tipologia é de planta rectangular, de construção baixa, com cobertura de colmo de duas águas, composta também por um quintal nas traseiras e a sua configuração rústica é marcada essencialmente pelo facto de as paredes não serem revestidas e de a sua fachada ser normalmente constituída por duas janelas e uma porta entre elas.



Estas habitações, na sua maioria, são construídas com pedra – material mítico e secular, que contribuiu, de certa forma, para a manutenção desses modelos –, têm pavimento em terra e não têm instalações sanitárias; funcionalmente, no seu interior, dispõem apenas do espaço para dormir e de um espaço de sala para comer (muitas vezes também utilizado

como dormitório); e exteriormente, no quintal, cozinha-se e guardam-se os animais. Com a abolição da escravatura, a produção camponesa, deixa de ser apenas de subsistência, ganha força e provoca mudanças significativas no povoamento. Surge, então, uma estrutura social constituída pelos grandes senhores de terra – os morgados e os rendeiros, mestiços e os escravos libertos e, estes últimos, tomam de arrendamento as terras dos morgados. E assim, surge, então, um novo tipo de habitação denominado, o Sobrado (casa grande), e à volta dele desenvolviam-se os casebres dos rendeiros e o essencial nesta tipologia é a existencia de um pátio interior, elemento que, para além de ter a função de lazer e estar familiar, exercia uma outra função, como elemento

<sup>5</sup> FILHO, João Lopes – Cabo Verde: Apontamentos Etnográficos, Lisboa, pag. 17.



microclimático de toda a estrutura da casa e encontra-se nos aglomerados urbanos e na cidade.

Estas tipologias representam uma evolução na habitação devido à sua concepção e aos respectivos métodos construtivos. Uma evolução que marcou, essencialmente, a cobertura, com a introdução da telha de cerâmica importada, e que passa a ser construída com quatro águas.

Nas ilhas do Fogo, da Brava e da Boa Vista, os sobrados constituem os mais significativos patrimónios arquitectónicos edificados de influência portuguesa, assim como na Ribeira Brava, em São Nicolau, pela sua arquitectura e simbolismo.



## Edifícios-Sobrados

As casas, casinhotos e os sobrados afirmam-se como objectos físicos e sociais que marcaram durante muitos séculos os diversos centros de desenvolvimento, constituindo, assim, espaços cheios de significados psicológicos e sócio – culturais.

A partir dos anos 70 do século passado tornaram-se expressivos novos modelos de carácter urbano e rural caracterizados pela modernidade, fazendo largo uso de materiais importados, e que são o resultado de uma assimilação de conceitos estéticos e funcionais de habitação com influência e origem no exterior do País.



Estes modelos reflectiram, na sua concepção, uma mistura de critérios de funcionalidade e organização interna da casa em que ainda se pode identificar alguma referência aos elementos tradicionais. Porém, a principal mudança, tornou-se evidente no plano construtivo, em que o bloco de cimento importado e o betão armado, se tornaram os materiais predominantes, dando origem a concepções arquitectónicas inadequadas ao clima.

Essa cultura do bloco-cimento e do betão armado acaba por ter grande reflexo principalmente na forma da cobertura que passou a ser horizontal, dando origem a terraços, que vieram substituir os telhados inclinados, mudando-se, assim, drasticamente, a paisagem urbana e rural.

Este cenário estendeu-se por quase todo o País. Por outro lado, nos finais da década de 90, as cidades sofreram um enorme crescimento e expansão dos bairros existentes e surgiram novos bairros, caso específico da cidade da Praia.



38a

Constata-se, ainda, um ritmo elevado do crescimento da população resultante do abandono do campo, aliado a uma ausência de programas e políticas para os diferentes domínios urbanos (habitação, solo, equipamentos); condição que originou o desenvolvimento de bairros fragmentados, sem nenhuma integração com a estrutura existente, caracterizados por formas gerais irregulares, e por vezes situados em localizações e áreas de grande risco (áreas de declives acentuados, fundos de vales, sujeitos a inundações repentinas, etc.).

Em suma, pode-se dizer que se, muitas vezes, não é bem perceptível a importância da dimensão simbólica das casas integradas no seu espaço e local, nas relações sociais e na organização de uma sociedade é, hoje em dia, imprescindível reforçar a necessidade do estudo desses aspectos e a compreensão da complexidade dos fenómenos e problemas a eles ligados, discutindo-se e aprofundando-se, designadamente, a ocorrência e a variada expressão e significação desses aspectos em diferentes grupos da população.



## UM PANORAMA RECENTE DA HABITAÇÃO SOCIAL EM CABO VERDE

### Uma Política Habitacional e Urbana

A política social da habitação constitui-se como uma das prioridades do governo de Cabo Verde no âmbito das políticas públicas para os próximos anos. O ano de 2009, eleito como o “**Ano da Habitação**”, esteve associado a uma série de medidas e estratégias para promover a habitação social em todo o país, considerando-se que esta promoção está consagrado na constituição da república e na declaração universal dos direitos humanos, enquanto um direito humano, individual e colectivo (direito a habitação condigna).

Uma das medidas e acções, foi a elaboração de um Plano de Acção designado de “**Programa Casa Para Todos**” que define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e um conjunto de programas e projectos que deverão resultar na redução efectiva do deficit habitacional nacional nos próximos anos. No quadro deste programa, para atender as necessidades da população com problemas específicos no acesso à habitação, instituiu-se o **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)**,

que faz parte de uma plataforma de concertação de actores e de coordenação dos meios e dos recursos disponíveis com o objectivo de implementar as políticas e os programas de investimentos habitacionais e melhorar o acesso das famílias de menor rendimento a uma habitação condigna.

Nesta sequência, entendeu-se criar outros mecanismos e dotar o País de um instrumento a partir do qual seja possível identificar as necessidades regionais e locais em habitação, por categorias de défice habitacional e as especificidades desse deficit, bem como as estratégias para a sua resolução que é o Plano Nacional de Habitação (PNH) que se encontra em elaboração, instrumento este cujo objectivo é fornecer uma orientação estratégica para a definição de uma política integrada de habitação em Cabo Verde.

Paralelamente, institui-se o **Cadastro Único de Beneficiários de Habitação de Interesse Social** cujo objectivo, duplo, é retratar a situação socio-económica da população de todos os municípios, através do mapeamento e identificação das famílias com necessidades de habitação, proporcionando-se, paralelamente, uma maior abrangência na aplicação dos programas sociais.

Estas medidas de política constituem, assim, um processo sistémico em que todos os participantes – Estado, Municípios e sociedade civil – exercem um papel fundamental na definição do cumprimento das responsabilidades, contrapartidas e deveres na área que está aqui a ser abordada.

## HABITAÇÃO E DEMOGRAFIA

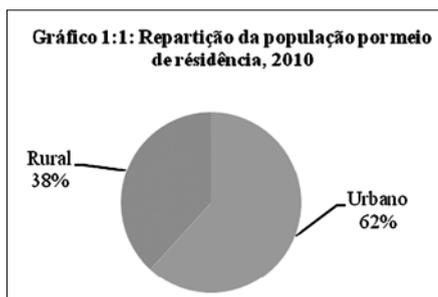
Cabo Verde, no sector habitacional, regista um deficit de 82 mil fogos, que afecta todas as camadas de rendimento e produz impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, excluídos do mercado formal de habitação. Cumulativamente a esta situação, a insularidade que caracteriza o País, faz com que haja uma distribuição assimétrica da população e das actividades económicas, originando-se, assim, grandes assimetrias regionais e locais no que respeita aos deficits qualitativo e quantitativo e à qualidade do parque habitacional; e o resultado é que o sector se torna pouco acessível à maioria das famílias cabo-verdianas, em virtude dos custos elevados do sector da construção civil e das condições actuais de acesso ao crédito, que excluem a maior parte das famílias.

O sistema urbano é essencialmente bipolarizado pelas cidades da Praia e do Mindelo. A maior parte da população concentra-se na cidade da Praia. Regista-se, contudo, a partir dos anos noventa do século passado, um progressivo crescimento dos centros secundários, nomeadamente Vila da Preguiça na ilha do Sal, Vila de Pedra Badejo (Concelho de Santa Cruz), Cidade de Assomada, no Concelho de Santa Catarina, Cidade de Porto Novo e Cidade de São Filipe.

Segundo os dados preliminares do INE e do Relatório sobre o Estado Actual do Ordenamento do Território em Cabo Verde (REAOT), a população residente do país é de 491 575 habitantes, sendo 50,5% do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino, sem contar ainda com uma diáspora superior à população residente (cerca de um milhão de emigrantes espalhados por vários países, especialmente Portugal, Holanda, EUA, França, Espanha, Itália e Luxemburgo).

Santiago, S. Vicente, Santo Antão e Fogo, são as ilhas mais populosas. Correspondem a 61,2% do território nacional, albergam 87,7% da população residente do país. A Ilha de Santiago (24,5% do território) alberga mais de metade da população residente de Cabo Verde (55,7%) e tem tido um papel determinante no crescimento demográfico de Cabo Verde. Santiago e S.Vicente representam, em conjunto 30,1% do território nacional e têm 71,2% da população de Cabo Verde.

Hoje em dia metade da população vive nas cidades. Em Cabo Verde, num retrato da nossa paisagem urbana, a tendência é para uma intensificação do fenómeno da urbanização. Constata-se que a população urbana é de 62%, estando concentrados nos dois principais centros urbanos do país – Praia e Mindelo. O êxodo da população das áreas rurais para os principais centros urbanos do país e o rápido crescimento demográfico nas áreas urbanas gera uma pressão enorme sobre o espaço físico e recursos urbanos, na maioria dos casos não sendo acompanhado do desenvolvimento dos serviços e infra-estruturas necessários para cobrir as necessidades da população, sobretudo na Praia, Mindelo, Sal-Rei, Espargos e Assomada, originando desta forma um crescimento incongruente pela ausência ou insuficiência de espaços públicos, equipamentos e infra-estruturas urbanísticas.



Fonte: INE

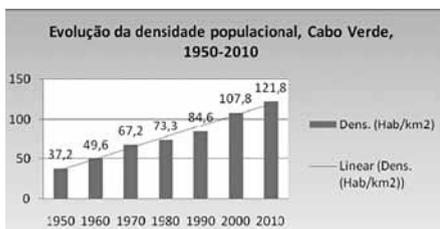
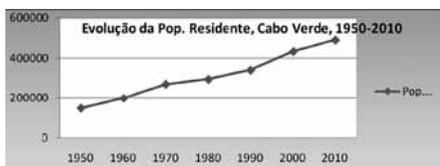
Uma primeira reflexão, que resulta desta abordagem e da consideração do período de análise de 1950-2010, confirmada pela curva de variação da população, é que a repartição da população cabo-verdiana é muito desequilibrada entre as ilhas: pouco mais de metade da população (55,7%) está concentrada na ilha de Santiago, seguido de S.Vicente (15,5%), Santo Antão (8,9%) e Fogo (7,5%). O concelho da Praia continua a ser o mais populoso do país, albergando 26,9% da população total de Cabo Verde (vide o quadro).

**Repartição da população de cabo Verde por ilhas, 2010**

Ilha	Efectivo	%
Santo Antão	43.915	8,9
S. Vicente	76.107	15,5
S. Nicolau	12.817	2,6
Sal	25.657	5,2
Boavista	9.162	1,9
Maio	6.952	1,4
Santiago	273.919	55,7
Fogo	37.051	7,5
Brava	5.995	1,2
<b>Total</b>	<b>491.575</b>	<b>100,0</b>

Fonte de dados: INE/REAOT



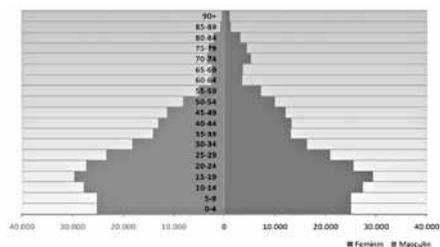


Fonte de dados: INE/REAOT

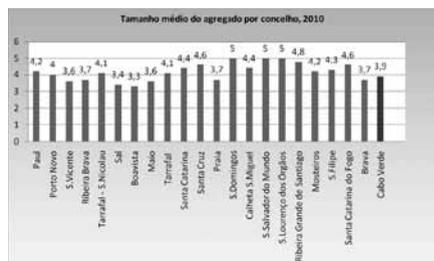
Segundo estes dados do INE, relativos ao período 2000-2010, Cabo Verde registou uma taxa média de crescimento da população de 1,2% ao ano, sendo que Praia (3%), Boavista (7,8%) e Sal (5,5%) apresentam taxas de crescimento médio superiores à média nacional.

A estrutura da população cabo-verdiana é marcada pela juventude; a idade média é de 26,8 anos e 50% da população tem menos de 22 anos.

### Pirâmide etária, Cabo Verde, 2010



Fonte de dados: INE/REAOT



Fonte de dados: INE/REAOT

Os agregados familiares são constituídos, em média, por 3,9 membros, sendo que 14 dos 22 municípios do país estão acima da média nacional.

Estes dados do Censo de 2010, no fundo, fornecem indicadores que orientam sobre a necessidade de políticas públicas que tenham em conta e respondam à situação e ao crescimento da pobreza ou a demanda da população nas cidades, contribuem, também, para dimensionar as demandas locais sobre os fortes processos de reabilitação/regeneração urbana; trata-se, portanto, de uma ferramenta importante a considerar no desenho dos mecanismos da distribuição dos recursos, harmonizando, as grandes assimetrias regionais e locais.

## A SITUAÇÃO E O DEFICIT HABITACIONAL

O elevado ritmo de crescimento populacional no último quarto de século, associado a uma economia débil, principalmente rural, origina um forte êxodo rural com a intensificação da pressão sobre os principais centros urbanos, em particular, Praia e Mindelo.

Estas duas principais cidades têm vindo a sofrer um crescimento rápido e desordenado, sem uma visão de actuação coerente e capaz de acompanhar essa transformação; uma situação que originou fenómenos preocupantes de marginalização urbanística.

Esta situação acaba por permitir o surgimento de habitações espontâneas, dando, por vezes, origem a desenvolvimentos de elevada complexidade e mesmo dramáticos; salientando-se que tal cenário põe em causa a própria sustentabilidade da cidade, através de uma ocupação desordenada do solo, com a utilização para fins habitacionais de áreas urbanisticamente desaconselháveis em termos de ocupação urbana e mesmo associadas a situações de grande riscos (exemplo: inadequação construtiva ao local, deslizamento de terrenos, e implantação em sítios sujeitos a perigosas inundações/enxurradas).

A carência habitacional, quantitativa e qualitativa, é grande, bem como o desequilíbrio entre a oferta e a procura de terrenos. De todo o modo, esta carência afecta todas as camadas de rendimento, mas produz impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, que estão excluídos do mercado formal de habitação.

Neste contexto, a estimativa actual é de cerca de 42 mil fogos no que diz respeito ao deficit básico ou quantitativo, sendo 70,7% (29 957 fogos) em meio urbano. Estima-se em cerca de 68 mil fogos o deficit qualitativo (domicílios inadequados). Em meio urbano o deficit qualitativo atinge mais de metade do valor total estimado (51,6%).

### Défice Habitacional em 2010

Ilha	Défice Habitacional Básico			Inadequação dos Domicílios		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
<b>Santo Antão</b>	1.761	3.533	5.292	1.879	5.309	7.229
<b>São Vicente</b>	8.320	257	8.536	8.396	527	8.976
<b>São Nicolau</b>	643	566	1.198	541	984	1.535
<b>Sal</b>	2.498	342	2.841	2.105	190	2.295
<b>Boa Vista</b>	425	192	610	350	384	735
<b>Maio</b>	344	295	630	423	524	948
<b>Resto de Santiago</b>	2.989	5.162	2.885	4.979	17.687	23.236
<b>Praia</b>	11.560	368	11.777	15.347	1.744	17.182
<b>Fogo</b>	825	1.724	2.535	1.305	4.067	5.481
<b>Brava</b>	244	707	950	191	667	858
<b>Total CV</b>	<b>29.957</b>	<b>13.254</b>	<b>42.369</b>	<b>35.508</b>	<b>32.099</b>	<b>68.835</b>

Fonte: IFH/REAOT – Estimativas

Como referimos anteriormente e considerando o deficit quantitativo de 40 776 e o deficit qualitativo de 66 013 habitações, no âmbito do programa Casa para Todos, o governo pretende num primeiro momento, a construção de cerca de 8 500 fogos, para minimizar o problema do deficit habitacional, numa perspectiva para 2008 – 2013. É um programa bastante pragmático, que em matéria quantitativa prevê anular cerca de 20% do deficit através da construção de 8 155 habitações. Por outro lado e do ponto de vista qualitativo, prevê-se a intervenção em cerca de 2,4% do parque habitacional carenciado, o que corresponde à reabilitação de cerca de 15 000 habitações.

Dentro desta visão pragmática, temos a realçar que o programa incide especificamente na infra-estruturação urbana, em programas de construção-reabilitação, e na reabilitação de moradias no mundo rural e nas periferias dos centros urbanos.

## OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Na generalidade, todos os discursos sobre a habitação incidem, tendencialmente, sobre os problemas da quantidade, sabendo-se que existem, ainda, questões de fundo, por resolver, em matéria da qualidade da produção habitacional de baixo custo.

Esta questão refere-se, numa primeira linha, aos parâmetros técnicos adequados para se fazer melhor habitação de interesse social e incide, nomeadamente, sobre a duvidosa qualidade técnica associada aos diversos aspectos de iluminação, de higiene e de segurança, que constituem indicadores de conforto, mas talvez que numa segunda linha o essencial seja centrarmo-nos na dinamização de uma verdadeira qualidade arquitectónica, colocando a tónica tanto na vertente doméstica, como e sobretudo na respectiva dimensão urbanística.

Nesta perspectiva a questão do habitar deve ser entendida de uma forma mais ampla, como entidade viva, pois “com um número reduzido de fogos e com limites de custos, também é possível enriquecer a paisagem urbana”<sup>6</sup>, afirma Coelho, A.B. Mas, o facto de haver uma reflexão à volta da problemática da quantidade e da qualidade habitacional, acaba por evidenciar que a questão fundamental também reside, precisamente, em como enriquecer a paisagem urbana ou seja em que aspectos o habitar e a habitação de interesse social pode e deve “contribuir para a vida da vizinhança, do bairro e da cidade”<sup>7</sup>.

Para se desenvolver um tal cenário, e em matéria de política habitacional, é necessário consolidar os bairros de origem espontânea, ilegal, controlar o seu crescimento e perspectivar a integração da habitação social no tecido urbano. E neste sentido apontam-se, sinteticamente, algumas questões fundamentais e pertinentes para reflexão:

- (i) Que modelo(s) de habitação para o País?
- (ii) Qual o papel das famílias beneficiadas na participação de escolha e atribuição do respectivo espaço arquitectónico?
- (iii) Que metodologia a utilizar na identificação e escolha do espaço urbano para localização da habitação social? Onde? Como? E em que condições?

Do nosso ponto de vista, há que garantir, em primeiro lugar, uma política de reabilitação e integração social assistidas, baseadas na identificação e no respeito de adequadas condições de habitabilidade, conforto e funcionalidade, com estruturas habitacionais associadas às redes de infra-estruturas, equipamentos e transportes, e com adequado enquadramento arquitectónico e paisagístico. Por outro lado, há que passar, decididamente, a uma reflexão clara sobre a diversidade espacial, tipológica e construtiva a aplicar no habitar novo e renovado.

A formulação, hoje em dia, de uma política baseada nos pressupostos associados à reabilitação urbana, deve estar directamente associada ao processo de recuperação

<sup>6</sup> Coelho, A. Baptista. – “Entre a casa e a cidade, a humanização do habitar”, pag. 4.

<sup>7</sup> Coelho, A. Baptista – op. cit, pag. 4.

e reapropriação, pelos cidadãos, de áreas já consolidadas da cidade, numa positiva e estimulante relação habitação/cidade. Só assim, o processo de reabilitação/regeneração urbana se realizará, preferencialmente, a partir de iniciativas que integrem um conjunto de ações para promover a utilização sustentável dessas áreas já consolidadas, ou seja, promovendo-se a diversidade de usos e de actividades voltadas para o desenvolvimento urbano, social e económico.

Das diversidades de usos e de actividades voltadas para o desenvolvimento urbano, social e económico, temos ainda a destacar, neste sentido, a promoção e a conservação do património construído – cultural e ambiental – das áreas urbanas centrais de forma a melhorar-se a qualidade de vida da população, contribuindo-se para a redução do deficit habitacional por meio da ocupação dos vazios urbanos e, sobretudo, estimulando-se a gestão integrada e participativa da população na formulação e implementação da política urbana.

Posto isto, é preciso criar mecanismos que vão de encontro a este tipo de cenário geral, dando-se a devida atenção ao cuidado com a cidade existente e à visão da cidade como projecto urbano sustentável. Uma visão de construir cidades sustentáveis, cuja obrigação deve ser assegurar a transmissão às gerações futuras de uma cidade com espaços correctamente edificados; pois, tal como afirma Sérgio Magalhães “as nossas cidades não podem continuar se expandindo, sem infraestruturas e serviços... mas podem aproveitar os vazios urbanos, as áreas de desindustrialização, conectar-se às linhas de transporte – adensar-se”<sup>8</sup>. Para tal, há que garantir a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, e transportes públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

É neste contexto, que importa realçar o excelente artigo, de entre outros do arquitecto A. B. COELHO, intitulado “Como fazer novos realojamentos e refazer os que foram mal feitos”<sup>9</sup>, no qual se apontam recomendações e caminhos bastante pertinentes, a seguir como sendo urgente na *praxis* da melhoria de metodologias de enquadramento e avaliação para uma boa solução residencial, centralizada na qualidade do desenho e satisfação dos moradores, dos quais destacaremos os seguintes caminhos: (i) pensar pequeno e pensar com identidade e qualidade; (ii) não aplicar soluções-tipo, sistematicamente; (iii) respeitar, aproveitar e enriquecer a história de cada sítio de implantação e a história de cada bairro; (iv) ter como objectivo primário o fazer ou o refazer de uma cidade amigável; (v) assegurar uma integração plena na malha urbana; (vi) promover uma arquitectura urbana e residencial cuja solução global seja socioculturalmente adequada; (vii) privilegiar soluções específicas que respeitem e formalizem as escalas que são as mais adequadas para as diversas tipologias de arquitectura urbana; (viii) reconhecer e usar com coerência e plenitude o papel protagonista do verde urbano; (ix) atender cuidadosamente à escolha das tipologias de edifícios e de habitações; (x) e considerar a adequação sociocultural e humana das tipologias habitacionais.

<sup>8</sup> MAGALHÃES, Sérgio, em especial para A FOLHA de S.Paulo – “Modelo não inclui o morador como protagonista”.

<sup>9</sup> COELHO, António Baptista – “Como fazer novos realojamentos e refazer os que foram mal feitos”, Infohabitar, Ano VI, n.º 296, 3 de Maio de 2010, <http://infohabitar.blogspot.com/2010/05/como-fazer-novos-realojamentos-e.html>.

Trata-se, como é evidente de reflexões importantes à volta da integração da habitação social e residencial no tecido urbano, da relação habitação/cidade na paisagem e da concepção do espaço público em grandes bairros de realojamento, desenvolvidos já em estudos na *praxis* dos processos de inserção social nesta matéria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo, no quadro do seu Programa, definiu o planeamento e ordenamento urbano como prioridades. Trata-se de uma estratégia e uma visão clara, que promove a integração de acções que incidem sobre o sistema urbano nos principais centros urbanos.

Neste processo, cabe um papel importante e decisivo ao poder público como articulador de propostas que viabilizam a construção e implementação de projectos de desenvolvimento com dimensão socio-económica. Projectos que, para serem bem sucedidos, devem, por um lado, incorporar no seu processo de formulação colectiva, a participação dos beneficiários no sentido de promover uma melhor adequação das intervenções às necessidades e à procura pelos grupos sociais envolvidos, num processo vivo, em que os resultados desta fase de desenvolvimento de novos projectos habitacionais, possam constituir experiências concretas e positivas, baseadas na articulação com diferentes segmentos sociais a exercerem os seus direitos e deveres, permitindo-se e fomentando-se, por um lado, a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos e, por outro, uma política que não siga modelos prontos e eventualmente pouco adaptados à realidade caboverdeana e possa ser adequadamente inovadora e capaz de responder de modo adequado aos problemas sociais e económicos que se colocam a nível nacional.

Hoje, Cabo Verde encontra-se num momento marcante em matéria de planeamento do território, tendo o sector do ordenamento do território conseguido ganhos importantes nos últimos anos. E, apesar disso, o crescimento urbano, em muitas das nossas principais cidades, tem constituído um problema complexo, sobretudo na nossa cidade capital, onde se concentra grande parte da população do país, uma situação resultante da anterior ausência de planeamento, cujo sistema de ocupação do uso dos solos associado ao crescimento demográfico imprimiu uma dinâmica urbana quase imparável e sem qualidade.

A expressão física urbana desse crescimento implica uma reflexão profunda sobre o que poderá ser uma identidade urbana mais adequada, baseada em intervenções prioritárias e programadas de requalificação urbana, dando resposta às demandas políticas, não só com o Planeamento Urbanístico, mas sobretudo com a Arquitectura, com um quadro instrumental mais operativo e controlando a imagem da cidade através da intervenção no âmbito do **Projecto Urbano**.

Assim, com esta visão da cidade como projeto urbano sustentável, as nossas cidades passam a ter como principal objectivo, intervir no sistema de Espaços Públicos, conferindo novos significados, mas sobretudo uma atitude de (re)desenho da estrutura urbana preexistente numa lógica de reforço da Identidade preexistente.

## Referências Bibliográficas

- COELHO, A. Baptista – “*Entre a casa e a cidade, a humanização do habitar*”, pag. 4 – OPUSCULO 18, DAFNE EDITORA, Julho de 2009.
- DIEGUES, António Carlos – *Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário* (1998), S. Paulo – 1998, Editora HUCITEC.
- DELGADO, Pedro Manuel – *Mindelo: uma cidade, uma forma urbana*, Dissertação de Mestrado em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ-FAU- PROURB (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo), Rio de Janeiro, Fevereiro de 2007.
- FILHO, João Lopes – Cabo Verde: Apontamentos Etnográficos, Lisboa.

## Artigos em revistas – Internet

- ARAÚJO, Luís – *Espaços Arquitetónicos Caboverdianos*, Revista FRAGMENTOS, Ensaio.
- GÉRARD, Chalendar e Pierrette – *A Paisagem na Literatura Caboverdeana*, in *Africa 9: Ensaio Cabo Verde*, pág. 486 – Literatura – Arte e Cultura, volume II nº 9, Ano II, Lisboa Julho/Setembro 1980.
- Infohabitar, Ano VI, n.º 296, Infohabitar a Revista do Grupo Habitar. Edição de José Baptista Coelho.
- Jornal ARQUITECTOS: Habitação, nº. 121, Ano XII – Março de 1993.
- MAGALHÃES, Sérgio, em especial para a A FOLHA de S. Paulo – *Modelo não inclui o morador como protagonista* – 19 de Fevereiro de 2011 – no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- PISSARRA, João – *A casa: quem a pensa e quem a vive*, pag 44, Jornal ARQUITECTOS: Habitação, nº. 121, Ano XII-Março de 1993.
- RELATÓRIO SOBRE O ESTADO ACTUAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM CABO VERDE, MDHOT-DGOTDU, Novembro 2010.



# Problemática da habitação do ponto de vista social na Guiné-Bissau

Estanislau Ferreira\*

P. 57-63

## INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país de 36 125 Km<sup>2</sup>, situado na costa Ocidental de África, formado por uma parte Continental e outra Insular de agrupamento de Ilhas que constituem os Arquipélagos dos Bijagós. Está limitada a Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

A população do território é de aproximadamente 1 548 159 habitantes (censo 2009), dos quais mais de 30% da população é urbana. A densidade populacional média é de 43 habitantes/km<sup>2</sup> e apresenta grandes variações entre Regiões.

Administrativamente, o país está dividido em oito regiões e um sector autónomo que é a capital Bissau.

A gestão do espaço urbano e o seu reflexo na qualidade de vida urbana dos populares tem sido, ao longo dos últimos anos, uma problemática actual e de indiscutível relevância. Da independência aos nossos dias, tem-se assistido a um declínio acentuado das condições de vida da nossa população, atingindo-se, no presente, situações alarmantes, agravadas sobretudo pela instabilidade sociopolítica e militar verificada nas últimas décadas.

A carência de habitação e dos equipamentos complementares – tais como infra-estruturas sanitárias, energia, vias de acessos, água potável, drenagens, etc. – é, pois, um dos mais graves problemas com que o cidadão comum se depara hoje em dia, sobretudo o das camadas mais desfavorecidas. Estes problemas constituem uma forte condicionante do progresso económico e social do nosso país.

Esta carência de alojamentos é sobretudo mais acentuada em Bissau, devido, essencialmente, ao fluxo migratório que se começou a verificar imediatamente após a Independência, do campo para cidade, principalmente para a capital. De salientar que Bissau, que conta actualmente com 400 000 habitantes aproximadamente, contava, na altura da tomada da Independência, com um valor manifestamente inferior: 100.000 habitantes.

A grande fuga actual do campo para os centros urbanos – em particular para a capital Bissau – é caracterizada essencialmente pelo factor de procura de trabalho rentável, educação e formação a todos os níveis e de exercício de actividades ligadas ao comércio ambulante rentável. Todavia, muitos comerciantes não têm famílias nos centros

\* Diretor do Serviço de Viabilização de Terrenos e da Habitação Social da Guiné-Bissau.

urbanos. Consequentemente, o acolhimento não existe e, sem casa para habitar, acabam por aglomerar-se na periferia da cidade, originando o surgimento de bairros degradados.

A Guiné-Bissau conta com mais de 124 000 unidades de alojamento (recenseamento de 1991), representando uma média aproximada de 8 pessoas por família.

O *deficit* habitacional corresponde, aproximadamente, a 15 mil unidades. A procura é mais acentuada nos centros urbanos, principalmente na capital, Bissau, uma cidade que tem um crescimento demográfico na ordem dos 4%.

## HABITAÇÃO SOCIAL ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Antes da Independência, as casas económicas ou bairros sociais foram construídos, na sua maioria, por fundos criados por determinados serviços, denominados caixas sociais, cuja principal função seria prestar assistência aos seus associados que eram, essencialmente, servidores da Administração, pertencentes a uma classe social média ou média alta, apontando-se alguns exemplos: Bairros Chão de Papel Varela e antigo liceu Honório Barreto.

Paralelamente a essas construções, o Governo Provincial mandou construir, na altura, pequenos bairros sociais ou casas económicas para solucionar o problema de habitação dos funcionários da metrópole que eram deslocados em missão de serviço na então Província da Guiné, assim como de alguns quadros guineenses contratados localmente. O fundo proveniente das rendas das casas e das quotas pagas pelos associados era empregue não só na manutenção dessas casas, mas também na construção de novas casas.

Face à ineficácia do funcionamento da maioria dessas caixas sociais depois da independência, o Estado entendeu por bem criar uma Instituição a nível nacional denominada *Instituto Nacional de Previdência Social* (INPS) que passaria a assumir o papel deixado pelas antigas caixas, incluindo a gestão financeira de todas as casas construídas por estas.

### Bairro de Ajuda

O primeiro grande bairro social construído de raiz em Bissau, denominado *Bairro de Ajuda*, destinado à camada social mais desfavorecida, surge no início dos anos 60 do século passado e foi mandado construir pelo então Administrador da Câmara Municipal de Bissau para albergar várias famílias que ficaram desalojadas devido a um grande incêndio que destruiu alguns bairros periféricos da capital. Para a construção do bairro foi urbanizada uma zona na periferia da cidade, que dista 7 km do centro, situada do lado direito do eixo viário principal que liga a cidade ao aeroporto.

Posteriormente, com o desenvolvimento da cidade e das redes de infra-estrutura básicas, o bairro acabou por estender-se para o outro lado da via. A tipologia utilizada na altura era bastante simples: planta quadrada, com uma sala e três quartos, circundada por varanda coberta para proteger as paredes das intempéries (chuva e sol). A cozinha e a casa de banho foram localizadas no exterior da casa, em cada uma das extremidades da varanda posterior. As paredes foram construídas em adobe de terra, com as estruturas em cibe e cobertas de zinco. Por ser um bairro

destinado à camada social mais desfavorecida, foi fixada uma renda mensal simbólica e resolúvel.

Com o decorrer do tempo, a maioria dos proprietários modificaram as suas casas. Actualmente, podemos considerar que se trata do maior bairro social jamais construído na Guiné-Bissau.

## IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL PÓS-INDEPENDÊNCIA

Depois da independência, em 1974, a questão habitacional não fazia parte da prioridade do desenvolvimento do País. Isto porque, aparentemente, os aquartelamentos deixados pelo exército colonial e alguns parques habitacionais existentes solucionaram, em larga escala, as necessidades então surgidas. Os Governos de então preocuparam-se com a definição e execução dos programas das prioridades nos sectores essencialmente de saúde, educação e criação de grandes infra-estruturas.

No fim da década de 70, e princípio da década de 80, começaram a surgir os primeiros sinais de carência habitacional devido, sobretudo, a duas razões fundamentais:

- a degradação do parque de alojamentos e equipamentos existentes e herdados;
- desenvolvimento anárquico dos centros urbanos, derivado da ausência de um quadro coerente de utilização do solo.

No fim da primeira metade dos anos 80, a carência habitacional estava cada vez mais acentuada e a preocupação da governação era cada vez mais patente no que se refere à necessidade de se dar uma solução ao problema.

Com ajuda dos Países de cooperação bilateral, ensaiaram-se diferentes projectos de produção de casas, bem como a incorporação sistemática nos diferentes projectos, e até aos nossos dias, da componente habitacional para alojar os respectivos técnicos e funcionários públicos, destacando-se os seguintes casos:

- de edifícios multifamiliares: *Asdi, Sandino, Taiwan e Transporte*;
- de pequenos bairros sociais, tais como: *Internacional, Cooperativa de Plano e Cooperativa dos Trabalhadores do MOP*, etc.

Sobretudo nos edifícios multifamiliares, as estratégias iniciais de construção, associadas a aspectos de recuperação dos custos, conservação e manutenção, produziram situações socialmente sensíveis, resultantes da heterogeneidade das pessoas que ali habitam, muitas delas ligadas a certos hábitos que entram em conflito com a tipologia da construção onde estão inseridas, numa situação agravada pelo parco salário que recebem do Estado e que tornou praticamente impossível a implementação do sistema de condomínio nos prédios.

Consequentemente, todos os edifícios de apartamentos construídos pós-independência se encontram em estado de degradação, devido a má utilização e, sobretudo, a falta de manutenção. De frisar que, dada a situação económica que se faz sentir no País, o Estado não dispõe de recursos para fazer as respectivas manutenções.

A experiência do passado, a degradação de condições e a falta de habitação no País levaram o Governo a rever a sua política para com o sector habitacional. Foram rea-

lizados determinados estudos de reflexão sobre o problema da habitação na Guiné-Bissau no quadro de alguns projectos-piloto (Projecto de Melhoramento de Bairros de Bissau – PMBB), no quadro da definição de novos projectos (Programa de Acção Social e Infra-estrutural-PASI) e, ainda, no contexto associado à definição de uma política habitacional (Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas – PRI).

## Bairro Social Antula Bono

As condições e situações ligadas ao meio ambiente tendem a agravar-se com o crescimento natural da população e com o êxodo rural em direcção às cidades e em particular à capital – Bissau. O Governo, através do seu parceiro multilateral, inicia o Programa de Acção Social e Infra-estrutural (PASI) destinado a minimizar os efeitos mais conflituosos decorrentes do programa de ajustamento estrutural.

Uma das cinco componentes deste programa PASI consistia precisamente na criação de condições urbanas para acolher as habitações sociais no País. É, pois, neste contexto que o Governo negocia com os Sistemas das Nações Unidas, nomeadamente com PNUD/FENU, o co-financiamento do Projecto de Melhoramento de Condições de Habitat na cidade de Bissau e no interior do País. O projecto permitiria, numa 1.ª fase, a viabilização de uma área com, aproximadamente, 35 hectares de terrenos, dos 50 cedidos pelo nosso Estado como contrapartida do financiamento. Para esta operação, foi escolhido um bairro periférico, denominado Antula Bono, localizado a 4 km a norte da cidade.

O projecto é constituído por duas componentes, sendo a primeira a infra-estruturação para produzir 717 parcelas de terrenos para construção de moradias económicas e a segunda para construção de alojamentos. Para que as famílias mais carenciadas pudessem adquirir os seus lotes para construção das suas habitações, foi introduzido, pela primeira vez na história de urbanização na Guiné-Bissau, o parcelamento de quatro tipos de lotes: 150 m<sup>2</sup> (10x15m), 250 m<sup>2</sup> (10x25m), 300 m<sup>2</sup> (15x20m) e 500 m<sup>2</sup> (20x25m). Salienta-se que 86% da intervenção foi destinada a “lotes sociais” (150 m<sup>2</sup>, 250 m<sup>2</sup> e 300 m<sup>2</sup>) e que foram reservadas áreas para equipamentos colectivos (desporto, escola, hospital, etc.), edifícios públicos e parques.

A viabilização ou infra-estruturação do bairro consistia na construção de um mercado – o maior de Bissau –, rede viária em terra batida (vias primárias com 9m de largura, secundárias com 6 m e terciárias com 3 m), drenagem pluvial, canalização de água, construção de um depósito elevado de 300 m<sup>3</sup>, fontenário público, bocas-de-incêndio, instalação eléctrica de média e baixa tensão, saneamento básico, construção de bases de contentores de lixo e aquisição de um camião porta contentor para recolha de lixos. Os custos das infra-estruturas secundárias e terciárias relativas à viabilização da operação foram incorporados no preço de venda das parcelas.

A operação de viabilização terminaria com a atribuição de parcelas/lotes de “tipo social” (com 150, 250 e 300 m<sup>2</sup>) às pessoas mais carenciadas, seleccionadas por uma comissão *ad hoc* entre os mais de 5 000 inscritos, sob a forma de crédito de curta duração beneficiando de uma taxa de juros de 7 % ano por um período de 2 anos. Depois de amortizado o crédito do terreno, seguir-se-ia a fase de atribuição de crédito de construção do alojamento, através de um fundo de construção doado pelo FENU, e com aplicação de um sistema de auto-construção acompanhada.

Os lotes de 500 m<sup>2</sup> considerados como “não sociais” foram vendidos sem crédito e a pronto pagamento a uma camada social com maiores posses; este tipo de lote “não social” foi introduzido na urbanização do Bairro, por duas razões bastante pertinentes:

- por um lado, para que não seja marginalizada a camada mais desfavorecida, uma situação que poderia transformar o Bairro num bairro de pobres;
- por outro lado, misturando pessoas com menos posses com outras de mais posses, estas últimas terão maior obrigação moral de contribuírem para o saneamento do bairro.

Para se proporcionar e facilitar aos beneficiários mais carenciados e sem alojamento que habitem o mesmo espaço onde se desenvolve a respectiva auto-construção, sem se perturbar a mesma, foi desenvolvido um projecto de construção baseado num módulo evolutivo, cujas sequências de desenvolvimento, devidamente estudadas, permitiriam a obtenção de uma habitação de acordo com a possibilidade financeira de cada beneficiário. Como exemplo demonstrativo, foram construídos no bairro três tipos de casa nas suas diferentes fases de evolução – Tipo o (T<sub>0</sub>), T<sub>2</sub> e T<sub>3</sub> (ex.: T<sub>0</sub>, uma habitação sem quarto de dormir e T<sub>2</sub> uma habitação com dois quartos de dormir). Conseguiu-se que o custo destas habitações fosse bastante baixo por serem realizadas, na sua totalidade, em alvenaria e adobe reforçado, um material resistente feito na base de cimento, areia e terra argilosa ao traço de 1:2:17.

Para manter o financiamento desta operação e estendê-lo a todo o território nacional, o Governo criou um fundo de investimento denominado FPH (Fundo de Promoção de Habitação), que seria financiado pelo FENU e pelo Governo através de fundos provenientes da recuperação dos custos da operação “Antula Bono” e outros que surgem com base em doações, empréstimos, créditos, etc.

Para consolidar e permitir a continuidade de operações similares à de Antula Bono em todo o País, foi criada uma Instituição denominada SERVITAS (Serviço Nacional de Viabilização de Terrenos e Habitação Social), encarregue, de uma forma permanente, de assistir as autoridades urbanas e os promotores imobiliários na realização dos projectos de viabilização e loteamento de terrenos para construção de habitação social.

Num novo quadro institucional tinha sido projectada, para o início do ano 1998, a viabilização da segunda fase de Antula Bono, que permitiria a venda no Plano de mais de 800 parcelas saneadas às famílias mais carenciadas que não tinham sido contempladas, na distribuição da primeira fase, para construção das suas habitações.

Em 1998, com o eclodir do conflito armado, todos os bens e equipamentos do Servitas foram saqueados e o edifício sede vandalizado. Posteriormente, acompanhando o regresso à normalidade, a situação económica e social degradou-se consideravelmente, foi seguida de uma instabilidade política constante, e a falta de autoridade de Estado fez com que os financiadores se recusassem a voltar a financiar operações deste género. Alguns moradores, considerados ocupantes tradicionais, ao sentirem o enfraquecimento da Câmara Municipal de Bissau em tomar medidas que podiam ser consideradas impopulares, redobram as suas reivindicações e vendas de terrenos sem respeito pelo plano de urbanização do bairro.

## Bairro dos Antigos Combatentes

O Bairro dos Antigos Combatentes foi construído no início do novo século pela República Popular da China e a pedido do Governo para minimizar a carência habitacional existente no seio dos antigos combatentes da luta de libertação nacional. Localizado a poucos quilómetros do centro da cidade, no Bairro de Antula Bono, e dotado de todas as infra-estruturas básicas necessárias, é constituído por 132 apartamentos distribuídos por 12 prédios de 3 pisos cada.

Sete anos depois de concluída a obra, os apartamentos ainda continuam por ocupar, apesar das várias tentativas dos sucessivos Governos em distribuí-los pelos antigos combatentes. Ao que consta, a não ocupação dos alojamentos até à data deve-se à resistência de uma franja considerável dos antigos combatentes, que consideram que a tipologia do imóvel não é adequada ao modo de vida a que estão habituados, visto que, na maioria, são camponeses, oriundos de um meio social onde estão habituados a viver em casas isoladas, com espaços nas traseiras para lavoura e criação de animais, actividades estas que lhes proporcionam recursos para a sua subsistência.

Viver em prédios multifamiliares cria-lhes muitas dificuldades, não somente pelos modos de vida a que estão habituados, mas, sobretudo, pelos gastos financeiros implicados por este tipo de solução, tais como: pagamento de gás, luz eléctrica, água canalizada, etc., sem contar com as dificuldades de locomoção que muitos deles terão ao subirem as escadas para chegar às suas habitações localizadas em pisos elevados, por serem já velhos e alguns com deficiências físicas.

Um outro problema que parece estar na origem da não distribuição destas habitações é o critério de selecção utilizado para escolher os beneficiários num universo de 7.000 antigos combatentes espalhados por todo o país. Finalmente, depois de muito tempo de espera, o actual Governo anunciou para breve a distribuição dos alojamentos aos antigos combatentes, na base de um critério de selecção preestabelecido entre as partes.

## CONCLUSÃO

Desde a ascensão da então Província da Guiné Portuguesa à Independência, todos os Governos que se sucederam na República da Guiné-Bissau até à presente data, sem excepção, foram pura e simplesmente insensíveis à problemática da habitação, pela falta de visão da importância da dimensão social desta componente na vida dos cidadãos, não importando as suas classes sociais.

Em todas as estruturas orgânicas de todos os Governos de que há memória, a matéria *habitação* teve como fasquia mais alta a Direcção Geral de Habitação e Urbanismo, o que é minimamente ridículo, quando se assiste à criação de Ministérios e Secretarias de Estados supérfluos.

Na ausência de uma visão estratégica e, conseqüentemente, na falta de uma política de habitação, os sucessivos Governos de sabor e cor diferentes foram realizando, ciclicamente e de forma isolada, algumas acções de construção habitacional.

## **RECOMENDAÇÃO**

A resolução do problema da habitação sob o ponto de vista social na Guiné-Bissau terá que passar pela implementação de uma política nacional de habitação, articulada com a do desenvolvimento socioeconómico de todo o território, programando, entre outras medidas:

- a realização de eleições autárquicas em todo o território nacional;
- a criação das infra-estruturas básicas necessárias (arruamentos, abastecimento de água, drenagem e rede de esgoto e energia eléctrica);
- a utilização de materiais locais na construção habitacional;
- o desenvolvimento de uma política bancária vocacionada para o sector de habitação;
- a oferta de terrenos urbanizados pelo município com eficácia e menos burocracia.



# Casas para um planeta pequeno – registos de uma investigação

Margarida Louro e Francisco Oliveira\*

p. 65-77

## Nota Introdutória

O presente artigo assume-se como um *registo* de situação,<sup>1</sup> sobre a investigação desenvolvida no seio da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL), e especificamente no seu Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, por um grupo de docentes e investigadores, coordenados pelos arquitectos Margarida Louro e Francisco Oliveira em torno da problemática do *habitar*, tema íntimo da arquitectura e da cidade, e do seu enquadramento na escala global do nosso planeta e na especificidade dos assentamentos informais que são os *musseques* da cidade de Luanda em Angola. É assim, assumindo um conjunto de registos desse processo de trabalho, nem sempre linear e programado, mas minado de

incertezas e ajustes, que foram, de certo modo, impulsos na formalização de diversos aspectos da investigação, que se dá corpo nesta apresentação crítica.

A opção tomada, foi a de estruturar a matéria em duas partes fundamentais: uma primeira parte – Sobre a Estrutura do Projecto, onde se apresenta a génese conceptual da proposta de investigação, o seu programa, o seu âmbito, o objecto de estudo, as metodologias de trabalho e respectivos objectivos tratados e uma segunda parte – Sobre a Investigação Realizada, onde se detalha grande parte do trabalho já desenvolvido,



\* FAUTL – CIAUD.

<sup>1</sup> Referência às diversas acções de síntese e divulgação que de certo modo deram corpo ao presente artigo.

assim como acções específicas que, estabeleceram os momentos de divulgação, em publicações<sup>2</sup>, exposições<sup>3</sup> e comunicações<sup>4</sup>, mais relevantes.

O contributo final será a proposta de uma leitura crítica, mas sobretudo criativa, sobre a temática específica da habitação em África, no âmbito do qual se orienta o presente número da revista *Africana Studia*.

## PARTE I – A ESTRUTURA DO PROJECTO



O projecto de investigação *Casas para um Planeta Pequeno – Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal*, teve a sua origem no 6.º Seminário Internacional de Arquitectura promovido pelo CIAUD na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em Julho de 2008, no qual

nos foi proposto coordenar um workshop que intitulamos de *Casas para um Planeta Pequeno*, e que abriu o tema da discussão sobre os contextos urbanos de macro povoamento informal. Nesse contexto propusemos uma reflexão abrangente sobre quatro territórios de estudo, nos quais se inseriam as favelas do Rio de Janeiro, os *musseques* em Luanda, as habitações em barco em Hong Kong e a ocupação de cemitérios em Manila.

A partir desta experiência, formalizou-se uma reflexão que reuniu alunos e professores de instituições portuguesas e estrangeiras que, de certo modo, deram corpo à proposta de investigação que acabou por se consolidar num projecto que elegeu como caso de estudo particular os *musseques* em Luanda. Este trabalho de reflexão e discussão crítica, resultou na publicação de um livro em Dezembro de 2009, que, por sua vez, estimulou a preparação de uma exposição, a convite da comissão científica do 1.º CIHEL – 1.º Congresso Internacional de Habitação em Espaço Lusófono, e que acompanhou este evento, em Setembro de 2010 no Centro de Congressos do ISCTE. Esta exposição, estendeu a sua vigência ao Espaço Rainha Sonja da Noruega, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa entre Outubro e Novembro de 2010.

<sup>2</sup> Referência ao livro: *Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal* (Lisboa, 2009).

<sup>3</sup> Referência à exposição com o mesmo nome, que esteve patente tanto na sala de exposições da Ala Nova do edifício do ISCTE, em Setembro/Outubro de 2010 por ocasião do 1.º Congresso Internacional (da) Habitação no Espaço Lusófono como na sala de exposições do Espaço Rainha Sonja da Noruega da FAUTL, em Outubro/Novembro de 2010.

<sup>4</sup> Referência às comunicações: *Casas para um Planeta Pequeno - Arte, Arquitectura e Território, A Condição Urbana Contemporânea dos Musseques em Luanda*, apresentada no *workshop*, “Estado das Artes em África, na América Latina e nas Caraíbas”, promovido no âmbito do Programa PRÓXIMO FUTURO realizado na Fundação Calouste Gulbenkian em Maio de 2011, a comunicação *Casas para um Planeta Pequeno*, apresentada no âmbito do 1.º Seminário de Investigação do CIAUD/FA-UTL, realizado na FA-UTL, em Junho de 2010 e a conferência *Urbanidades Emergentes em Luanda - Habitação em Territórios de Macro Povoamento Informal*, apresentada no ISCTE em Maio de 2010.

<sup>5</sup> Referência ao título *Cidades para um Planeta Pequeno* do livro da autoria de Richard Rogers e Philip Gumuchdjian publicado em 1997.



Estes eventos, para além de terem proporcionado visibilidade pública ao trabalho até então realizado, acabaram também por se constituir enquanto estímulos ao desenvolvimento de novas etapas de investigação e definição de novos objectivos de trabalho. Marcado por esta génese e pressupostos de desenvolvimento, o âmbito deste projecto parte do reconhecimento dos processos de crescimento da população mundial nas últimas décadas, e da sua acentuada concentração em zonas urbanas, como impulso privilegiado na reflexão, sobre qual é o estatuto do pensamento actual (enquanto conceito alargado entre a arte, arquitectura e território) em termos da eficácia e operatividade de acções, perante esta nova problemática.

Os estudos desenvolvidos pelas Nações Unidas,<sup>6</sup> no âmbito das perspectivas sobre o crescimento da população mundial para os próximos 30 anos, estimam, como aspectos determinantes, o surgimento de fortes desequilíbrios entre o crescimento da população urbana e da rural, a sua distribuição geográfica, verificando-se a acentuação das diferenças entre as regiões mais ricas e mais pobres do planeta.

De facto, se no início do século XX, se verificava que cerca de 10% da população mundial vivia em cidades, em 2000 esse valor chegou aos 2,86 biliões de habitantes, ou seja, cerca de 47% da população do planeta. As projecções de crescimento para os próximos 20 anos, prevêem que em 2030, cerca de 60% da população mundial, viva em núcleos urbanos, e que esse crescimento seja fundamentalmente absorvido

<sup>6</sup> Fonte: United Nations Population Division, World Urbanization Prospects: The 2001 Revision.

pelas regiões urbanas mais pobres do mundo. Em contrapartida, o crescimento da população rural terá um aumento mais lento, à taxa de 0,2%, por ano, até 2030. Assim e relativamente às regiões mais desenvolvidas a variação de população urbana entre 2000 e 2030 passará de cerca de 0,9 biliões para 1 bilião, sendo que a população rural passará de 0,29 biliões para 0,21 biliões de habitantes. Em contrapartida, nas regiões menos desenvolvidas do planeta, o crescimento da população urbana entre 2000 e 2030 impulsionará os 1,96 biliões para 3,98 biliões de habitantes e a população rural de 2,9 biliões para 3,08 biliões de habitantes.

A tendência em termos gerais será para uma crescente concentração urbana em detrimento da concentração rural. Se este aspecto levanta questões de diversas em termos de planeamento urbano, um dos aspectos mais pertinentes é o que se prende com a governabilidade desses lugares em termos de eficácia e enquadramento num contexto cada vez mais amplo e complexo. Deste modo, as diversas reflexões contemporâneas, sobre as problemáticas da cidade, marcam passo na introdução de novas etapas de levantamento, prospecção e projecção crítica sobre a sustentabilidade destes lugares, em especial sobre os grandes centros urbanos nos quais os contextos subdesenvolvidos, de grande densidade populacional, tomam evidentemente um destaque primordial.

*Casas para um Planeta Pequeno*, assume-se deste modo como um ponto de partida na investigação desta contingência contemporânea, de crescimento e densificação urbana, propondo, através da reflexão de um contexto particular, os *musseques* de Luanda, uma abordagem crítica que promove soluções práticas e potenciadoras de novas urbanidades emergentes, onde se permite a interacção de múltiplas escalas e campos de expressão. De facto, os *musseques* como paradigma da cidade informal, preconizam um caso de reflexão e intervenção, onde a aceleração da concentração e crescimento populacional em condições desqualificadas e de insustentabilidade habitacional e urbana, imprimem a necessidade de soluções concretas, pragmáticas e eficazes.

O grande objectivo deste projecto seria o de consubstanciar a proposição de unidades habitacionais autónomas e sustentáveis que permitam potenciar as relações entre a arte, a arquitectura e o território e que, impondo novas lógicas e estratégias de implementação, promovam a partir das potencialidades humanas e culturais locais, soluções de espaço arquitectónico/urbano, qualificado e adaptado, integrado por via de uma leitura crítica, as contingências contemporâneas, nomeadamente a condição de densificação e saturação urbana e populacional.<sup>7</sup>

Foi neste contexto estrutural que se desenvolveu a metodologia de trabalho, orientada por três patamares específicos:

Uma Fase 1, de enquadramento crítico geral e específico, onde se assumiu como objectivo geral a fundamentação da problemática abordada, tanto em termos gerais, focando o crescimento da população mundial e respectivos assentamentos informais, como na delineação de uma consciência operativa sobre a realidade específica abordada: os *musseques* de Luanda.

Uma Fase 2, sobre diagnóstico/modelos, onde, a partir da consistência crítica alcançada com a primeira fase da investigação, foram definidos pressupostos de trabalho

<sup>7</sup> A partir do texto de Introdução apresentada no livro *Casas para um Planeta Pequeno - Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal* (2009), pág. 9.

para a concretização de modelos de habitabilidade mínima otimizados. Este grande objectivo, foi, por um lado, concretizado na construção de um programa arquitectónico tipo que, permitiu determinar os pressupostos e as directrizes de conceptualização de modelos habitacionais, em especial para a tipologia abordada – a casa dos *musseques* – como na viabilização conceptual de uma estratégia urbana de conjunto que, se veio a imprimir sobre 3 zonas de intervenção específicas.

Finalmente uma Fase 3, onde se permitiu testar a operatividade das estratégias delineadas, preconizando uma aplicação prática dos modelos teóricos anteriormente aferidos, elegendo, no contexto específico da realidade em estudo (*musseques* de Luanda) um conjunto de territórios que possibilitassem o teste à aplicabilidade dos modelos nas suas múltiplas vertentes: construtiva e infra-estrutural, implantação e relação com o lugar, expansão e crescimento, etc...). Esta fase, incorporou múltiplos contributos, testando a viabilidade e sustentabilidade das propostas, numa dimensão alargada: materialidade, contextualização urbana e espaço público. No fundo, a sua viabilização intra-escalas que permite a optimização da eficácia de todo o trabalho de projecto e de investigação, fomentando os esteios de investigações vindouras. Como corolário, aguardando ainda a reunião dos esforços logísticos e financeiros, pretende-se viabilizar a construção de um protótipo habitacional/urbano como modelo piloto de aplicação da abordagem.

Em síntese, perante o desafio de investigar modelos habitacionais para territórios de macro povoamento informal, a estratégia de trabalho fundamentou-se sobre três momentos, estreitamente encadeados, e que passaram pelo enquadramento crítico do problema, comparando casos e testando modelos específicos, tendo em vista, a procura de um entendimento da realidade dos *musseques* de Luanda, visitando os locais e trabalhando, sempre que possível, com fontes primárias. Num segundo momento, a pesquisa e desenvolvimento de modelos arquitectónicos e urbanos otimizados, permitiu, verificar respostas às necessidades de habitabilidade básica, num contexto de optimização modélica de recursos e estratégias de sustentabilidade alargada. Esta fase da investigação, permitiu atingir o momento chave de implementação e teste da operatividade das estratégias delineadas, testando os modelos aferidos, sobre a realidade de *musseques* existentes na cidade de Luanda.

Ou seja, partindo do grande tema que é, a problemática e a urgência de pensar os assentamentos informais,<sup>8</sup> este trabalho, propõem um estudo teórico integrado que, embora promova a abordagem de soluções mais abstractas e de certo modo passíveis de serem aplicados a outras realidades, sugere, a partir do estudo de um caso concreto, a viabilização dos pressupostos e das premissas alcançadas nas diversas fases de trabalho. A metodologia é portanto, uma abordagem integrada de diversas escalas e naturezas de trabalho, que confronta a unidade habitacional com o território, a abordagem geral e abstracta com a interacção local.

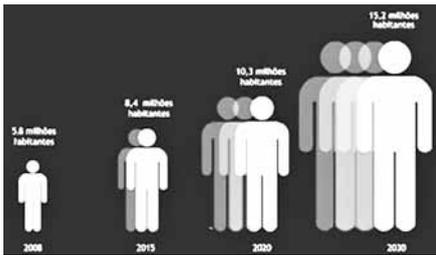
## PARTE II – A INVESTIGAÇÃO REALIZADA

No seguimento das actividades de investigação desenvolvidas durante o primeiro ano de trabalho (2009), formalizou-se a proposta de publicação de um livro. Este

<sup>8</sup> Sobre os paradigmas contemporâneos que caracterizam a cidade informal, referência ao artigo Louro, Margarida e Caçoila, Sandra (2007), como exemplo.

livro, desenvolvido por vários investigadores do CIAUD, reuniu uma grande parte da investigação, sob o título: *Casas para um Planeta Pequeno: Projecto – Angola – Habitar XXI, Modelos Habitacionais em Territórios de Macro povoamento Informal*, consubstanciando a parte inaugural do estudo, realizando uma primeira abordagem crítica às tipologias de habitação da *casa dos musseques*, à sistematização da edificabilidade de conjuntos colectivos e desenho urbano, apontando ainda, de modo preliminar, pistas para a viabilização construtiva de modelos de casa que preencheu os derradeiros momentos da investigação e dá corpo à actual intenção de construção de um protótipo.

### Sobre o território – A escala da cidade informal<sup>9</sup>



Evolução da população em Luanda

primeiras habitações de cariz informal, em torno da cidade de Luanda, passando mais tarde a designar cada agrupamento étnico que habita em larga escala esse território. A maioria da população destes lugares é originária de famílias desalojadas e sem recursos, agrupadas segundo as suas origens rurais num novo espaço social em constante crescimento e transformação.



Luanda: Mancha da cidade informal

Actualmente, a população de Luanda ronda os 6 milhões de habitantes, estimando-se que três quartos dessa população viva em *musseques*, habitações precárias que se estendem indefinidamente para além dos limites da cidade planeada, corporizando uma vasta mancha contínua de cidade informal. Na sua origem, *musseque* significa “terra vermelha” por associação à cor da terra onde se implantaram originalmente as

primeiras habitações de cariz informal, em torno da cidade de Luanda, passando mais tarde a designar cada agrupamento étnico que habita em larga escala esse território. A maioria da população destes lugares é originária de famílias desalojadas e sem recursos, agrupadas segundo as suas origens rurais num novo espaço social em constante crescimento e transformação. Esta génese de ocupação do território através da aglomeração de população rural no espaço envolvente do centro da cidade estruturou ao longo dos tempos a sedimentação urbana e fundamentou o próprio crescimento da capital de Angola.

De facto, a partir dos anos 60, com a evolução da construção civil e desenvolvimento da indústria, a migração aumentou de forma significativa e os estratos económicos mais desfavorecidos passaram a constituir a camada social mais representativa de Luanda, ocupando em massa a periferia da cidade. Em 1974, Luanda contava com quase meio milhão de habitantes, conseguindo-se distinguir

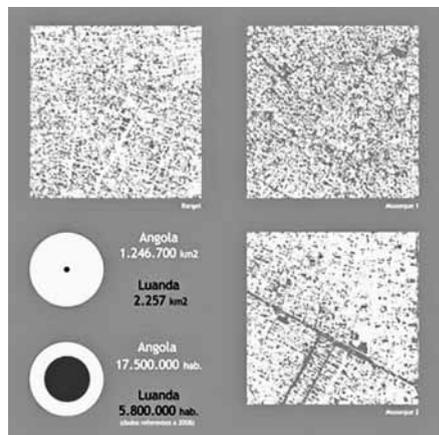
<sup>9</sup> A partir do texto *Escala da Cidade Informal*, apresentado no livro *Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal* (2009), pág. 15.

então três zonas de *musseques*, organizadas segundo as linhas de expansão da cidade: a Este, os *musseques* mais antigos de Sambizanga, Mota, Marçal, Rangel e Cazenga; a Sul, Calemba, Cemitério Novo e Golfe e a Sudoeste, Catambor e Prenda.

Hoje em dia os *musseques* perderam este carácter de pequenas bolsas inseridas no território urbano, com autonomia e identidade própria passando a ocupar uma vasta área anónima que se estende indefinidamente nos arredores do núcleo mais consolidado da cidade (ex: zona de Musseque 1 e zona de Musseque 2, adiante apontadas neste artigo). Os *musseques* estruturaram-se e crescem, por via da autoconstrução nos pequenos vazios sobranceiros entre as construções vizinhas, intercalados por ruas-corredor delimitadas por vedações, estacas e materiais recuperados dos desperdícios encontrados. A mancha de *musseques* alastrou-se a um horizonte sem fim, ocupando hoje um vasto território em redor de Luanda, com níveis de centralidade e densidade diferenciados, aspectos que potenciam características e vocações diversas, a considerar na estruturas de (re)qualificação e políticas de governância a aplicar a estas vastas áreas.

### **Musseques – Características gerais<sup>10</sup>**

Apesar da construção de *musseques* ter envolvido a cidade de Luanda numa mancha contínua, anónima e aparentemente uniforme, é possível dizer que existem variáveis de identidade que alteram a sua estrutura e configuração. A morfologia do *musseque*, pela ocupação das suas casas, muros, ruelas, etc., define padrões territoriais concisos, com lógicas implícitas que inspiram tipos de urbanidade diversas. A exploração pictórica e gráfica desses diversos tipos de ocupação, definiu *lugares*,<sup>11</sup> e assumiu-se como mote estratégico na fundamentação da ideia urbana e versatilidade do conceito de cidade que pautou a investigação.



Rangel, Musseque 1 e Musseque 2

*“Perante um território de falência, um território que não é desejado, que não é eficaz do ponto de vista da arquitectura. Ou seja um território onde se protagoniza a falência estética – um território feio, a falência funcional – um território que não funciona, e a falência ética – um território mau. No fundo sintetiza a falência global da cidade (definida por Aristóteles na sua Política), porque não proporciona felicidade, e neste sentido questiona na globalidade a sua eficácia formal, funcional, etc..”* Louro, Margarida (2007)

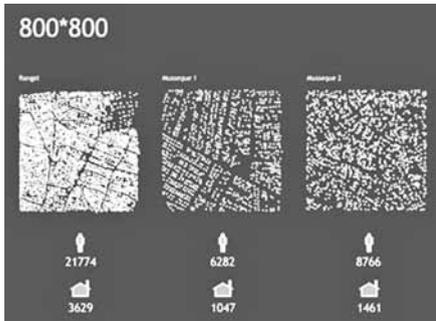
Sediada na unidade base do bairro e da dimensão de referência de 800x800 metros, a selecção dos exemplos de Rangel, *Musseque 1* e *Musseque 2*, objectivaram diversos

<sup>10</sup> A partir do texto *Musseques – Caracterização*, apresentado no livro *Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal* (2009), pág. 31.

<sup>11</sup> Referência ao lugar como elo/ligação entre o sujeito e o contexto, Josep Muntañola Thornberg (2000).

níveis da pesquisa a partir desses três graus de proximidade ao centro, diversidades de ocupação e densidade de habitação, e conseqüente vocação de níveis de urbanidade (nível 1, nível 2 e nível 3).

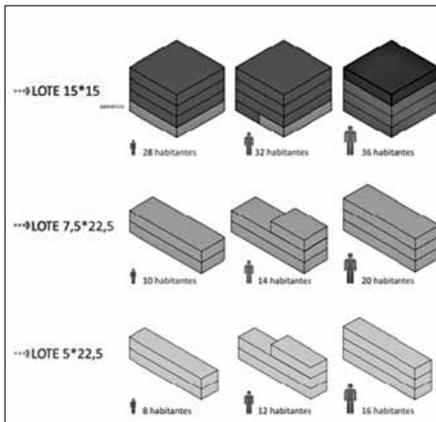
A morfologia do *musseque*, pela ocupação das suas casas, muros, ruelas, etc., define padrões territoriais concisos, com lógicas implícitas que inspiram tipos de urbanidade diversas. A exploração pictórica e gráfica desses diversos tipos de ocupação, assumiu-



Rangel, Musseque 1 e Musseque 2 – Malha 800x800

se como mote estratégico na fundamentação da ideia urbana e versatilidade do conceito de cidade que pautou a presente investigação. Sediada na unidade base do bairro e da dimensão de referência de 800x800 metros, a selecção dos exemplos de Rangel, Musseque 1 e Musseque 2, objectivaram diversos níveis da pesquisa a partir desses três graus de proximidade ao centro, diversidades de ocupação e densidade de habitação, e conseqüente vocação de níveis de urbanidade.

## Lógicas de organização espacial<sup>12</sup>



Lotes tipo

A métrica espacial dos modelos tem por base uma malha ortogonal de 2,5m x 2,5 metros, desvelada tanto nas tipologias habitacionais propostas (subjacentes a lotes de 15x15 metros, 7,5x22,5 metros e 5x22,5 metros) como na estrutura viária ao nível dos perfis de vias contempladas (dimensões variáveis entre os 47,5 metros e os 7,5 metros de largura consoante a hierarquia correspondente).

Com base na lógica de organização dos modelos apresentados são distribuídas as várias tipologias habitacionais aplicáveis (habitação colectiva: lotes de 15 metros de frente de rua, habitação unifamiliar: lotes de 7,5 metros e lotes de 5 metros de frente de rua), partindo da dimensão de

ocupação dos quarteirões – Q – e respectiva repartição das áreas dos lotes.

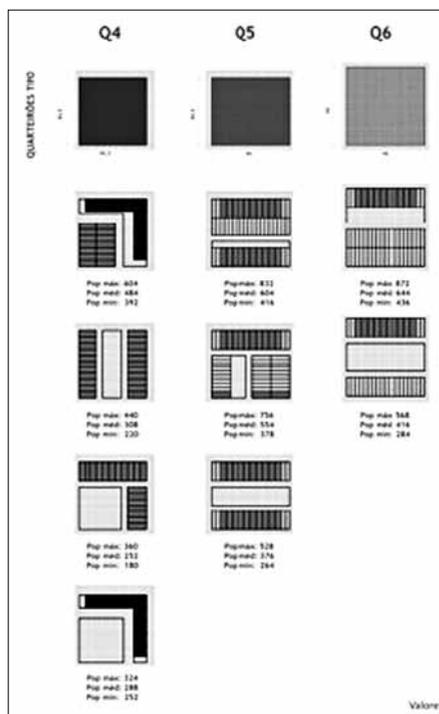
Todas estas hipóteses são exemplificativas da versatilidade das propostas apresentadas. No sentido de produzir, a partir de unidades autónomas e conjugáveis, níveis de urbanidade diversos, de acordo com as potencialidades de acessibilidades definidas, níveis de proximidade ao centro e intenções de centralidade urbana delineadas para cada área do território urbano metropolitano envolvente a Luanda.

<sup>12</sup> A partir do texto Lógica e organização espacial, apresentado no livro Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal (2009), pág. 50.

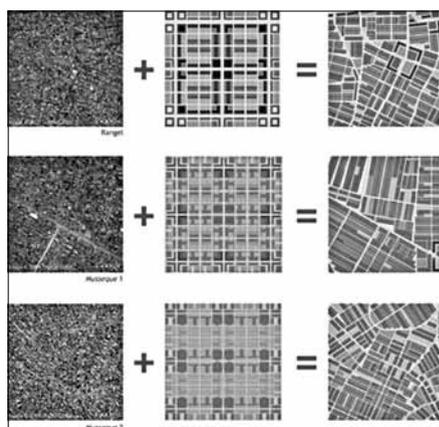
São portanto, simulações exemplificativas dessas potencialidades, assumidas como abstrações de traçado que, acabam por se objectivar em aplicações mais reais ligadas à territorialidade dos lugares, retomando, linhas de força de traçados preexistentes, vias, caminhos, estruturas de propriedade, etc... como exemplificam os modelos posteriores de viabilização, aplicados aos exemplos de Rangel, *Musseque 1* e *Musseque 2*.

### A casa – tipologias<sup>13</sup>

As tipologias habitacionais apresentadas preconizam uma aproximação ao objectivo de formalizar projectos de unidades autónomas que integrem estratégias de urbanidade flexíveis. Neste sentido e tal como foi anteriormente referido, promovem-se soluções para a qualificação do espaço urbano, com especial atenção às contingências culturais, construtivas e de densificação, aplicando as lógicas dos modelos às potencialidades e vocações locais. A integração nestes pressupostos, associado à problemática da minimização de custos na construção das habitações, assim como a sustentabilidade estratégica de todo o processo (criação e desenvolvimento de indústrias angolanas, criação de postos de trabalho utilizando mão de obra local, recurso a matérias primas existentes localmente, etc...), foram os motes potenciadores de desenvolvimento dos projectos das casas. Assim, a partir de uma lógica transversal às diversas escalas de abordagem do problema – macro escala urbana e micro escala habitacional, suportada numa métrica de 2,5x2,5 metros, estruturaram-se as múltiplas tipologias habitacionais, sistematizadas em dois tipos de ocu-



Quadros tipo

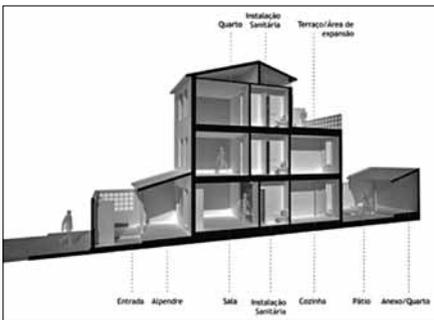


Malha urbana

<sup>13</sup> A partir do texto Tipologias, apresentado no livro Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal (2009), pág. 86.



Modelo habitacional: plantas



Modelo habitacional: axonometria

cinco zonas tipo que se conjugam entre si: entrada/muro, alpendre, habitação, pátio e anexo.<sup>14</sup>

Esta conjugação dos vários elementos permite não só recriar a vivência dos espaços que actualmente caracterizam a casa no *musseque*, como permite futuras ampliações, tanto no núcleo central da casa (acrescento de mais um piso com aproveitamento do desvão da cobertura) como no anexo, imprimindo flexibilidade de densificação da estrutura habitacional e potenciando mais ocupação em número de habitantes.

pação: habitação colectiva (em lotes de 15x15 metros) e habitação unifamiliar (em lotes de 5x22,5 metros e 7,5x22,5 metros), com já anteriormente referido.

A estrutura de loteamento e a dimensão dos lotes suportada nessa lógica métrica, organizaram os diversos percursos viários e pedonais, também eles estruturados na malha de 2,5x2,5 metros.

As tipologias base definiram-se em panoramas variáveis que oscilam entre os T2 e T4 nas tipologias mais urbanas de 15x15 metros de lote, ou excedendo até capacidades mais elevadas de quatro a dez quartos por casa nas tipologias unifamiliares o que permite flexibilizar quadros de ocupação mais ou menos densos, entre os oito e os trinta e seis habitantes por lote.

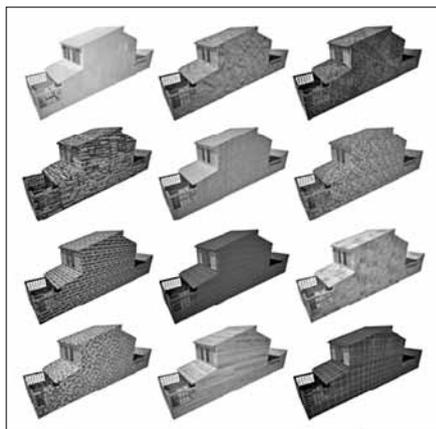
As habitações propostas, e em especial os modelos unifamiliares mais desenvolvidos nesta fase da investigação, obedecem à conjugação de alguns elementos que remetem para a questão da vivência no interior da habitação, do que é o espaço da casa e a importância do pátio, prevendo também futuras ampliações. Pretendendo manter algumas das características estruturais do modo de habitar actual, os modelos são compostos por

<sup>14</sup> "(...) formas de organização do espaço-casa dentro dos lotes, que mantinham hábitos tradicionais e culturais, formas expeditas e eficientes de construção onde se encontravam soluções bastante económicas, de conforto, quer na casa quer no meio urbano, tais como ventilação, insolação (adaptação ao clima), implantação das casas no terreno por forma a resistir a riscos naturais (grandes enxurradas tropicais), etc..." Troufa Real, José Deodoro Faria (1993), pág. 25.

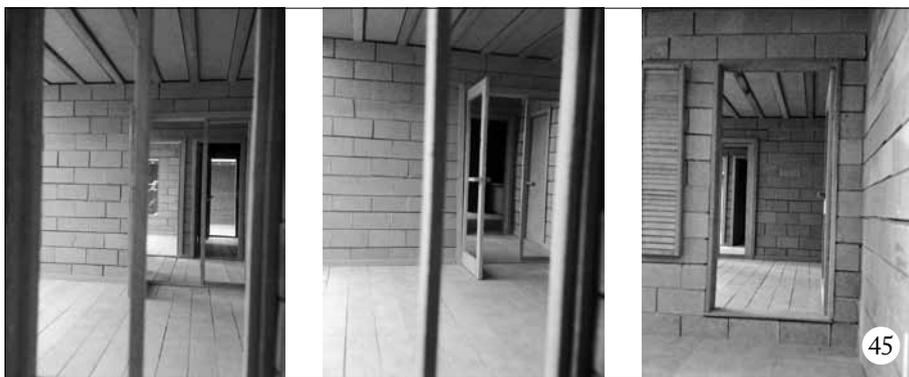
## Execução – viabilidade construtiva<sup>15</sup>

Toda a proposta de habitação teve por pressuposto a sua repetição no território, minimizando os custos na utilização de materiais e sistemas construtivos.<sup>16</sup> Foram considerados dois níveis a esse respeito, um nível inicial que envolve as questões construtivas, englobando a estrutura, paredes e infra-estruturação, e outro posterior que define as possibilidades dos acabamentos. A utilização de tecnologias “low-tech” permite reduzir essencialmente tempo de construção e mão-de-obra, utilizando parâmetros estandardizados que possibilitam o desenvolvimento local de indústrias associadas.

Complementarmente, é fundamental referir que o projecto propõe o uso de materiais e tecnologias facilmente acessíveis a um contexto local, condições que visam permitir, de um outro modo, a dinamização social e económica por parte das economias local e nacional, seja pelo facto de proporcionar directamente a possibilidade de utilização de mão-de-obra local, factor que pode contribuir muito significativamente para a sustentabilidade económica das populações, seja pelo facto dos materiais e tecnologias propostos para a efectivação do modelo arquitectónico e urbano

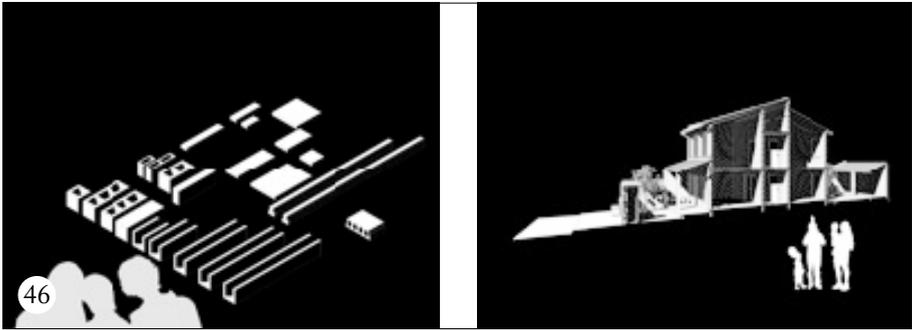


Modelo habitacional: construtividade



<sup>15</sup> A partir do texto *Estratégia construtiva e estimativa económica*, apresentado no livro *Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal* (2009), págs. 100 a 105.

<sup>16</sup> Referência ao artigo: Oliveira, Francisco (2006), e à questão de as exigências de evolução e inovação surgirem habitualmente associadas a quatro grupos de interesse e investigação: a melhoria da qualidade de vida do indivíduo; o aumento da produtividade e eficiência dos sistemas construtivos; a consciencialização ambiental e a criação e melhoramento de materiais disponíveis. Cf. pág. 109.



podem ser dinamizadores de indústrias nacionais de enorme potencial económico, processo que poderá contribuir muito significativamente para o desenvolvimento sustentado da indústria angolana e, conseqüente, para a redução efectiva das importações e dependências do exterior.

## NOTA DE CONCLUSÃO

É pois nesta ampla prospectiva de qualificação urbana, habitacional, social e económica que o projecto estabelece a sua fundamentação, valor e originalidade, pois a racionalização económica que propõe na sua fundamentação não se estabelece



Ambientes urbanos

unicamente em questões imediatas e meramente quantitativas, procurando sim uma síntese original, complexa e sustentável de relações que conjugam o modo de vida, a minimização de custos e o dinamismo socioeconómico fundamentais à programática maximização de benefícios a curto, médio e longo prazo.

O grande desafio proposto abriu-nos a reflexão sobre o lugar da construtividade destas propostas neste domínio interdisciplinar da arte, do território e da arquitectura.

*“O futuro existe e, apesar da imprevisibilidade e do acidente, podemos intervir para que nem tudo seja informação sem destinatário, actividade sem desejo de realização.”* (António Pinto Ribeiro, site de apresentação do Programa Futuro Próximo - <http://www.proximofuturo.gulbenkian.pt/>)

É aqui que se insere o nosso contributo, o nosso desafio é uma proposta à expe-

riência; à experiência de um projecto que reúne para além das questões de resposta a um problema concreto – a habitação, uma interacção disciplinar com áreas diversas, um estado da arte sobre a condição urbana contemporânea, um mote à estranheza e à alegria das artes...

## Referências bibliográficas

- AAVV (2001) – *Cities in a Globalizing World – Global Report on Human Settlements 2001*, New York-London, United Nations Centre for Human Settlements (Habitat) – Earthscan Publications Ltd.
- Louro, Margarida (2007) – *Metamorfose e Transformação Urbana: Estratégias de intervenção - o polígono sur em Sevilha*, ARTiTEXTOS 05; *Arquitectura, Urbanismo, Design e Moda*, Lisboa, CEFA - Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, nº 5, págs. 75 a 83.
- Louro, Margarida e Caçoila, Sandra (2007) – *A Cidade Informal e os Paradigmas da Contemporaneidade*, ARTiTEXTOS 05; *Arquitectura, Urbanismo, Design e Moda*, Lisboa, CEFA - Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, nº 5, págs. 15 a 22.
- Louro, Margarida e Oliveira, Francisco, orgs (2009) – *Casas para um Planeta Pequeno – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal*, Lisboa, PixelPrint/Pandora.
- Muntañola Thornberg, Josep (2000) – *Topogénesis – Fundamentos de una Nueva Arquitectura*, Barcelona, Edicions UPC.
- Oliveira, Francisco (2006) – *Metáfora de um Novo Habitar*, ARTiTEXTOS 01 – *Urbanismo, Arquitectura, Design e Moda*, Lisboa, CEFA – Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura, nº 1, págs 105 a 125.
- Rogers, Richard e Gumuchdjan, Philip (2000) – *Ciutats per a un Planet Petit*, Barcelona, Diputació de Barcelona (trad. de *Cities for a Small Planet*, s.l., 1997).
- Troufa Real, José Deodoro Faria (1993) – *Urbanismo ao Serviço de Quem e para Quem? O Novo Bairro Golfe de Luanda um plano, uma alternativa, um grito de liberdade na conquista da identidade nacional*, Provas de Agregação – Grupo VIII de disciplinas de Urbanologia, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.



# Contribuições para o sucesso do desenvolvimento do sector habitacional em Angola

Ilídio Daio\*

p. 79-85

Luanda com quase 1/3 da população de Angola regista uma forte pressão demográfica devido ao êxodo rural, antes pelo conflito armado hoje pelas oportunidades que oferece, resultando num acelerado e desordenado processo de urbanização.

Com a forte pressão demográfica que os centros urbanos vão estando sujeitos, a estratégia de os descentralizar, criando novas centralidades no interior do país ou reabilitando os existentes, resulta pertinente na medida em que possibilita a redução da pobreza urbana, trazendo de volta as suas raízes milhares de famílias que migraram do interior para o litoral urbano em busca de melhores oportunidades.

Este processo deverá estar assente naquilo a que se chama planeamento sustentável; isto é atendendo ao trinómio Ambiente – Sócio/Cultural – Economia, nas diferentes escalas de intervenção, desde a macro escala à micro escala, observando os princípios plasmados na Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (L.O.T.U).

De entre as várias escalas de intervenção a designar:

1. Planeamento Urbano e Planos Directores
2. Loteamentos e Urbanismo adaptado ao nosso contexto sócio/cultural
3. Tipologias Habitacionais de Baixo Custo
4. Tecnologias de construção de Baixo Custo

## 1. Planeamento Urbano e Planos Directores

Foi criada a L.O.T.U. no intuito de uma forma ordenada e integrada estruturar-se o crescimento das nossas cidades de forma global (do todo para as partes).

Um dos grandes desafios para esta empreitada de 1 milhão de fogos passa pela localização e definição das reservas fundiárias, observando 4 itens importantes:

- a) Dada a existência de alguns planos de urbanização para estas zonas sem a existência de um plano director; deverão ser compatibilizados e redefinidos estes planos de urbanização em função do plano director em vigor, obedecendo a ordem hierárquica atendendo ao artigo n.º 22 da L.O.T.U. (coordenação e compatibilização).

---

\* Diretor Geral na I. Daio.

- b) Na localização e definição dos planos de urbanização nas reservas fundiárias, deverá dar-se particular importância ao princípio da equidade urbana referenciado no artigo n.º 16 da L.O.T.U., evitando assimetrias urbanas na criação de guetos e cidades dormitório e assegurando a equidade ao acesso as infra-estruturas e serviços.
- c) A mobilidade urbana joga um papel fundamental na circulação de pessoas, bens e serviços.

A sua concepção de forma global e integrada a médio e longo prazo é imperativa (transportes rodoviários, ferroviários e pluviais) criando eixos de economia e desenvolvimento.

- a) A criação de **células urbanas** para que de uma forma paulatina se urbanize os bairros informais (musseques), isto é assentamentos humanos de desenvolvimento acelerado e desordenado, edificados a partir de invasões e ocupações ilegais de terrenos, desprovidos de quaisquer planos e normas construtivas, licenças ou cadastros, normalmente situados nas periferias dos centros urbanos, em espaços intersticiais, em falésias ou morros, zonas inundáveis, lixeiras, que inicialmente aparecem como uma Utopia efémera para tornar-se numa realidade eterna.

No caso de Luanda, 80% da cidade vive do e no sector informal abrangendo maioritariamente o sector social de baixa renda.

Podemos classificar dois tipos de musseques: os requalificáveis, aqueles muito degradados mas com algum traçado, identificação dos lotes e as moradias com algum conforto; e os não requalificáveis, total desordem, ausência de loteamento e moradias com uma média de 45 m<sup>2</sup>.

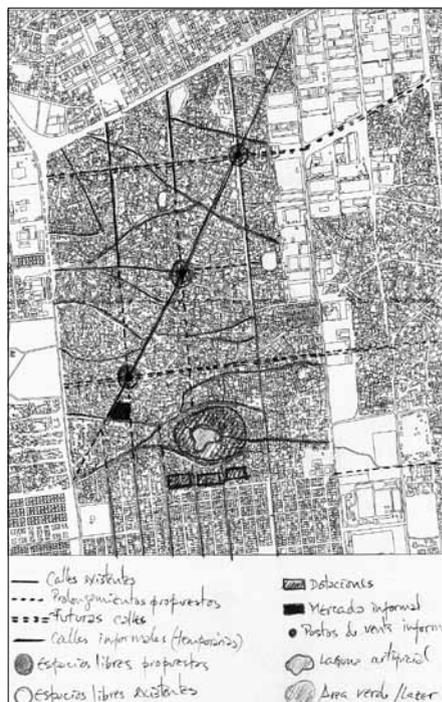
Elaborei um estudo para o musseque do Cazenga numa zona estrategicamente bem localizada entre dois eixos estruturantes e de desenvolvimento urbano e próximo de um terminal ferroviário, que pelas suas características enquadra-se na categoria de não requalificável o que



Celula urbana (Projecto I. Daio)

e normas construtivas, licenças ou cadastros, normalmente situados nas periferias dos centros urbanos, em espaços intersticiais, em falésias ou morros, zonas inundáveis, lixeiras, que inicialmente aparecem como uma Utopia efémera para tornar-se numa realidade eterna.

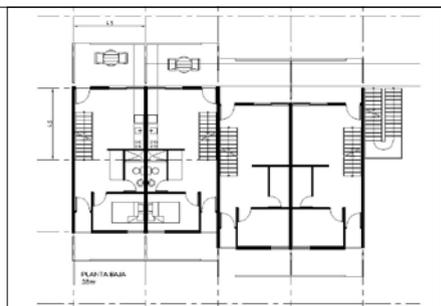




Projectos I. Daio

pressupunha a sua gradual demolição e recostura com a cidade formal mas alguns caminhos pedonais e espaços públicos que constituem a memória do lugar seriam preservados.

É inserido um núcleo com infra-estruturas técnicas e sociais, com habitações de baixo custo até três/quatro pisos, para que num futuro, ela fomente a urbanização do mus-seque de forma gradual ordenada, jogando com o tempo, com a vivência das pessoas e as iniciativas privadas, mas preservando alguns espaços característicos dessas zonas habitacionais, como as ruelas e praças.



Blocos em banda pré-fabricado com 16 apartamentos cada. Estilo evolutivo (projecto I. Daio)

Para otimizar o custo muito elevado das infra-estruturas (50 usd/m<sup>2</sup>) optou-se pela tipologia da habitação colectiva em detrimento da individual.

## 2. Loteamentos e urbanismo adaptado ao nosso contexto sócio/cultural

Tendo em conta o contexto sócio/cultural e económico das populações de baixa renda, as operações de loteamento deverão obedecer critérios de economia; isto é no dimensionamento dos lotes, na definição dos quarteirões, na concepção evolutiva das infra-estruturas racionalizando-as e otimizando-as para o maior número de famílias, dentro do equilíbrio de densidades aceitáveis.

### Novo conceito de urbanização – Kimbópolis

Em algumas zonas periféricas dos centros urbanos e nas regiões do interior do país de forte influência rural a expressão “Kimbópolis”, neologismo criado para caracterizar uma nova abordagem urbanística nestas regiões rurais, sem romper com os seus hábitos e costumes, técnicas construtivas e ambiente, mas antes organizando, modernizando e sistematizando-os para a constituição de um embrião de cidade (polis), tendo como referência na organização sócio-espacial das comunidades rurais (kimbo) onde a convivência e solidariedade são as características mais marcantes.

Deverá dar-se particular importância a herança tradicional dos aglomerados rurais típicos, para que de um ponto de vista crítico identifiquem-se os modelos e sistemas espaciais característicos da nossa realidade sócio/cultural onde se verifica um complexo sistema hierárquico de centralidades (o chefe da família, o avô ou ancião, a autoridade comunal, o soba), a forte presença da natureza ou áreas verdes.

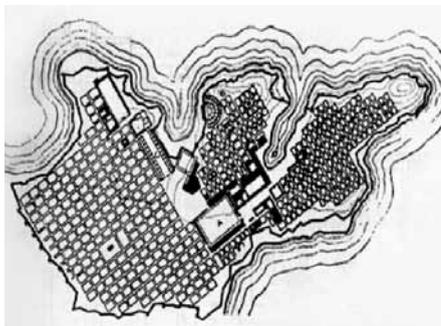
É possível compatibilizar o modelo “Cardus Decomanus” da herança grega usada no urbanismo convencional usado dois eixos formando uma malha ortogonal, com o sistema vernacular antropocêntrico dos aglomerados típicos.



Quarteirão tipo de 200 m x 200 m para 44 fogos (projecto I. Daio)



Quarteirão tipo com 200 m x 136 m para 55 fogos (projecto I. Daio)



Cidade grega de Mileto



Soluções anti-económicas e monótonas de urbanismo como mostram as figuras criam e estereotipam a zona como “Bairro Social” ou gueto.

Ao abrigo do artigo n.º 21 da L.O.T.U., deve-se fomentar a participação das comunidades locais na definição dos planos de urbanização.

### 3. Tipologias Habitacionais de baixo custo

Ainda na senda da sustentabilidade, ambiental – sócio/cultural e económica, o tema da habitação adquire outro ênfase, pois trata-se do “Habitat”, não se cingindo apenas a moradia em si como também num conjunto de estruturas físicas elementares a vida condigna do homem:

- Infra-estruturas mínimas evolutivas e serviços
- Espaços públicos e áreas verdes
- E a concepção da vivenda evolutiva beneficiando de boa ventilação e isolamento térmico, adaptadas ao nosso contexto sócio/cultural como a preferência de lugares abertos e á sombra (alpendres vulgo marquises, varandas, pátios e galerias), sendo a cozinha generosa normalmente adjacente a estas zonas referidas.

Aplicação do Regulamento das Edificações Urbanas (R.G.E.U.) deverá ser seguida pelas autoridades municipais.

A tipologia em altura (máximo quatro pisos prescindindo do elevador) resulta uma solução mais económica que a tipologia térrea com quintal devido a racionalização e optimização das infra-estruturas técnicas, mas não é a ideal. Mas é possível conciliar o que se perdeu (quintal) na habitação térrea na criação de varandas generosas, nos blocos em altura.

A habitação de custos controlados deverá ter uma boa arquitectura, desmistificando a ideia estereotipada da “casinha do povo”.



Vivenda térrea geminado evolutiva T2 terreno de 15 m x 15 m (projecto I. Daio)



Moradia T3, 2 pisos, geminado, terreno de 10 m x 20 m. Projecto I. Daio

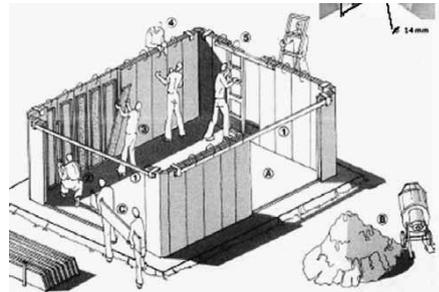


Blocos habitacionais com 6 apartamentos cada. Projecto I. Daio

A intervenção do arquitecto é imprescindível e as soluções deveriam ser alvo de concursos públicos apurando-se as melhores propostas.

## Tecnologias de construção de baixo custo

Paralelamente a toda a dinâmica de planos e projectos, a investigação sobre a disponibilidade de matéria-prima local para os materiais de construção evitando o recurso a importação.



Painéis pré-fabricados na auto-construção dirigida

A técnica do adobe é económica para casos singulares. Para construção massa é necessário a sua industrialização, usando a mesma matéria-prima que é o barro com uma ligeira dose de cimento, produzindo os blocos de terra compactados B.T.C.. Blocos que bem produzidos prescindem de acabamento final como reboco e pintura, e têm bom comportamento térmico. No processo de fabricação pode-se adicionar corantes tendo pelo menos três tonalidades de cores evitando assim a monotonia. Outra tecnologia para construção rápida e em série é o uso de painéis pré-fabricados “in situ” que pode ser adoptada para a autoconstrução dirigida. São painéis a base de uma mistura de resíduos de esferovite e cimento, que lhe conferem leveza e isolamento térmico.

## **Conclusões**

É imperativo o seguimento dos instrumentos legais e reguladores que norteiam a actividade de planear projectar (L.O.T.U., R.G.E.U.)

É necessária uma maior abertura por parte das instituições (Ministério do Urbanismo, Governos Provinciais e Administrações Locais) para uma maior intervenção dos arquitectos e urbanistas, promovendo concursos de soluções, criando plataformas de interacção com os técnicos permitindo aferição da qualidade técnica na autoconstrução dirigida.

A criação de grupos multidisciplinares em interacção com as comunidades locais, supervisionados pelas administrações municipais resulta uma estratégia pertinente para atingir este desiderato.



# Luanda: cidade (*in*)formal. Reflexões sobre o papel da sociedade civil na qualificação do território

Sílvia Leiria Viegas\*

p. 87-105

## 1. Enquadramento teórico

### A cidade informal e periférica

O presente artigo foi desenvolvido no âmbito da pesquisa de doutoramento em curso, *Cidade (in)Previsível? Periferia, Território e Identidade. Caminhos para uma boa governança em Luanda [adn]: sobre a Intervenção dos actores na habitação*, e pretende introduzir questões identificadas através da consulta de documentos de referência teórica e empírica, em Portugal.

A reflexão tem como tema os assentamentos informais periurbanos das cidades africanas em cenários de urbanização acelerada, nomeadamente em Luanda, uma *Cidade (In)formal* que tem crescido de forma desregulada e num cenário de grande carência habitacional: provocado por uma rápida afluência da população rural à cidade, num contexto de grande ausência ou de inadequação de planeamento, Luanda estende-se através da densificação de um espaço onde os limites são inconstantes e indefinidos. O território<sup>1</sup> em Luanda difunde-se, neste âmbito, através de uma *Cidade Periférica*, que se afirma na complexidade das dinâmicas urbanas tendo como referência o centro formal e o espaço rural.

O conceito da periferização não se extingue à escala do território, em Luanda. Em termos sociais e políticos, de acordo com Jenkins et alia. (2002), a capital angolana insere-se num país considerado como *periférico*: num sistema mundial dominado por um centro geralmente localizado a Norte e do qual Angola, à semelhança de outros países geralmente localizados a Sul, se exclui (*Ibid*). O desdobramento do conceito de periferização



\* FAUTL – CIAUD.

<sup>1</sup> Verificando a indefinição das categorias disciplinares do urbanismo, Solà-Morales (2002) considera que é o termo território que melhor enquadra a dinâmica dos processos de centralização e periferização.

– à escala local ou global – introduziu a capital angolana no conflito da *Cidade Dual*: Luanda é actualmente uma estrutura urbana, social e económica formada por dois pólos que coabitam num mesmo lugar (Castells, 1997).

Em Angola, a *periferização* tem sido sempre assumida como um processo inevitável (Jenkins *et alia*, 2002), perpetuando o entendimento de que a infra-estrutura urbana e social é condicionada e, ou determinada pela super-estrutura económica ou política (Castells, 1972). No que refere ao enquadramento de Angola no âmbito do sistema mundial, importa compreender as implicações decorrentes duma globalização neo-liberal, mas no que refere à escala territorial deste país africano (nomeadamente no que respeita às múltiplas carências habitacionais dos assentamentos informais periurbanos ou ao formato de intervenção adoptado para a sua resolução) este conceito admite uma co-responsabilização da estrutura de governação central.

Porém, contrariando a fatalidade imposta pelo processo de periferização em Angola, Luanda tem assistido à emergência da expressão de uma identidade colectiva que se afirma por contestação a essa realidade: destacam-se os actores nacionais e internacionais que participam ao nível do desenvolvimento habitacional e da melhoria das condições de habitabilidade cuja actuação legitima a relevância do poder transformador dos diversos agentes sociais (Lefebvre, 1972, 1974).

### O contexto global neo-liberal e a cidade segregada

Actualmente o capitalismo prospera assente numa rede global, onde a força dos fluxos (de capital, de bens, de serviços, de tecnologia, de comunicações e de informações) assume o controlo sobre o espaço e o tempo (Castells, 2001). Os fluxos externos da globalização e da competitividade assumem a libertação do território e introduzem uma nova relação entre cidade, tempo e espaço da mobilidade: este fenómeno de aproximação entre local e global valoriza a pluralidade mas questiona o valor socio-cultural da identidade num contexto de multipertença.

As políticas de globalização neoliberal em curso assentam na desregulação, na privatização e na livre concorrência, e a complexidade e as contradições das dinâmicas sociais e urbanas reflectem a sucessiva valorização da economia a que o contexto capitalista global tem assistido.

A conjuntura estrutural da globalização neoliberal tem promovido o contraste entre o domínio dos países centrais e a exclusão dos países periféricos (Gills, 2006): na generalidade dos países africanos a economia local (periférica à escala mundial) entrou em colapso (African Executive, 2010).

No que refere a Angola, durante a Guerra Civil (1975-2002) o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) personalizaram a disputa estratégica e ideológica entre Estados Unidos da América e União Soviética, e ambos recolheram os benefícios da exploração nacional de petróleo ou diamantes (Pacheco, 2010): mas estes recursos não foram canalizados para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e Angola assistiu ao empobrecimento da sua população. Depois da Guerra-fria (1945-1991) *Angola perdeu expressão no quadro da geopolítica mundial* (Ibid: 25) e a sua importância estratégica relaciona-se agora com o *abastecimento de petróleo aos centros industriais do capitalismo internacional* (Ibid: 27).

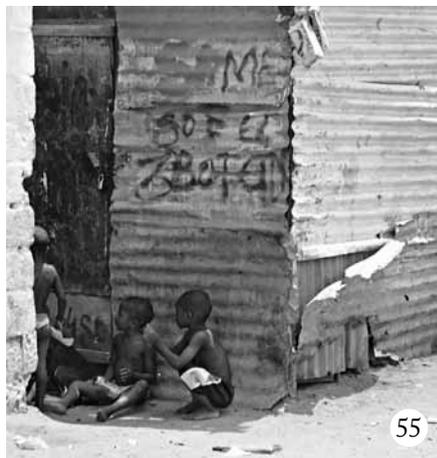
Actualmente, em Angola, aumentam as assimetrias de receita pessoal. O desenvolvimento não chega às áreas rurais ou periurbanas e as cidades lutam por uma maior competitividade: é este o contexto que assiste à fragmentação urbana acelerada em Luanda, uma *cidade segregada* que espelha inúmeras clivagens territoriais e sociais (Guerra, 2002).

### O espaço produto do social

Tendo subjacente o *espaço como produto do social* de acordo com o fenómeno descrito por Henry Lefebvre (1974) em *La production de l'espace*, compreende-se que a tensão gerada pela participação dos diferentes agentes sociais também contribui para a produção do espaço em Angola.

Luanda assume o seu carácter simbólico através das relações estabelecidas entre sociedade e espaço (Castells, 1972) mas, no que refere à expressão da identidade da capital Angolana, consideram-se importantes as reflexões de Lefebvre (1974) sobre a reprodução das relações sociais na produção desse espaço.

Também se assume como alusão, no que refere à construção da urbanidade, a abordagem de Lefebvre (*Ibid*) que valoriza o poder dos agentes sociais na transformação do território, assim como a de Harvey (1973, 2001, 2009) que assume a distribuição dos benefícios dessa transformação na promoção da *justiça social*.



55

### Espaço e sociedade

Retomando os conceitos de Lefebvre sobre o espaço enquanto produto do social, e de Harvey sobre a relação entre justiça social e cidade, surgiu o conceito de Justiça Espacial – recentemente promovido pelo Centro de Pesquisa de Nanterre: apresenta-se como o título da nova revista científica digital ‘justice spatiale/spatial justice’ (Dufaux et al 2009) que, no âmbito da crise neo-liberal, estimula a reflexão sobre as interações entre o espaço e sociedade.

O conceito de *justiça espacial* pode contribuir para a construção de uma nova vida urbana baseada em concepções de justiça social e espacial (Marcuse et alia., 2009) que se traduzam em novas políticas territoriais e de planeamento (Fainstein, 2009, Soja, 2009). *Justiça espacial* surge da convicção de que o espaço é uma dimensão fundamental das sociedades humanas e de que a justiça social se incorpora no espaço (Dufaux et alia, 2009). Surge também do entendimento de que a interação entre espaço e sociedade é essencial para compreender as injustiças sociais e reflectir sobre as políticas de planeamento que as visam reduzir (*Ibid*).

Como a diversidade de posições filosóficas sobre o tema da justiça assenta em conceitos contrastantes (como as questões da distribuição espacial e o compromisso com questões de representação do espaço) os objectivos políticos e os resultados alcançados são frequentemente contraditórios (*Ibid*): Soja (2009) refere como a *justiça espacial* tem sido ignorada, ou como tem sido absorvida e esvaziada da sua especificidade por conceitos relacionados com a justiça territorial, a justiça ambiental, a urbanização da injustiça, e a redução das desigualdades regionais. Refere também como a busca genérica para a construção de uma cidade ou sociedade justa tem desviado a atenção do essencial, ou seja, o significado espacializado do conceito de justiça (e as suas características específicas), e as novas oportunidades que pode disponibilizar para a construção teórica, para a análise empírica, e para uma acção social e política espacialmente informada (*Ibid*).

Imposta ainda referir o papel interdisciplinar do conceito de *justiça espacial* na pesquisa ambiental, onde o aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável tem promovido um debate onde se questiona a relação ontológica do homem com o mundo e a possibilidade de uma política justa (Dufaux et alia, 2009): que responda às necessidades presentes e futuras, locais e globais, da humanidade e que inclua questões sobre novas formas de governança.

### Urbanismo e ambiente

O tema da resiliência tem sido abordado de forma crescente pelas mais diversas áreas disciplinares. No que se refere à questão da urbanidade, o grupo internacional de pesquisa multidisciplinar Resilience Alliance (2007) defende que a *resiliência urbana* consiste na capacidade de absorção das perturbações no funcionamento do sistema urbano sem transformação para sistemas alternativos menos desejáveis: assenta na teoria de que a *resiliência urbana* consiste no grau em que as cidades são capazes de tolerar uma determinada alteração antes de formular a reorganização em torno de um novo conjunto de estruturas e processos (Alberti et alia, 2003). Muito do conhecimento sobre este tema surge a partir da análise dos estudos de casos efectuados em sistemas regionais sócio-ecológicos diferenciados, nomeadamente na África Austral e como a urbanização é uma das forças mais dominantes na transformação global, torna-se clara a necessidade de a abordar (Resilience Alliance, 2007).

O programa Urban Resilience centra a sua investigação sobre os principais desafios enfrentados pelos sistemas urbanos e identifica que quer os sistemas sócio-ecológicos quer os sistemas sócio-territoriais apresentam as mesmas interrogações (*Ibid*): quantas e que tipos de perturbações podem as cidades absorver sem transitar para sistemas alternativos menos desejáveis? como identificar as ligações entre os atributos da resiliência e a capacidade que os sistemas urbanos têm de absorver essas perturbações, sem comprometer o seu funcionamento? e promove a reflexão em torno de quatro grandes temas: (i) ambiente construído, (ii) fluxos metabólicos, (iii) dinâmica social, e (iv) redes de governança.

As cidades são o exemplo clássico de um sistema complexo adaptativo (Batty et alia., 2004): apresentam-se como sistemas vivos, dinâmicos, relacionais e abertos, em constante e diferenciada auto-organização, e são capazes de responder às interacções internas ou à influência de factores externos (Walker, 2007). No contexto dos países

em desenvolvimento as cidades alteram-se mais rápido do que o tempo necessário para compreender os factores que condicionam essas mudanças: muitas das forças operam em direcções contraditórias e em diferentes escalas e portanto, não se prestam a soluções simples (Redman e Jones, 2005), e o nosso conhecimento sobre a complexidade das cidades, no que respeita ao factor surpresa na forma como se desenvolvem, é muito limitado (Batty et alia, 2004).

Compreender a resiliência em sistemas regionais sócio-ecológicos permite, contudo, formular a hipótese de que uma sociedade flexível e capaz de se ajustar perante a incerteza, é igualmente capaz de capitalizar sobre as oportunidades positivas que o futuro transportar (Berkes e Folke, 1998).

### **Urbanização sustentável e novas formas de governança:**

Apesar de inseridas num contexto consensual globalizado, consideram-se importantes as reflexões da UN-Habitat e UNESCO (2008) quando defendem que para desenvolver formas sustentáveis de urbanização é necessário concertar processos socialmente inclusivos, que assumam contornos inovadores e que promovam comunidades sustentáveis e diversificadas (Conselho da União Europeia, 2005).

A operatividade destes processos depende da definição de estratégias e de modelos urbanos distintos (com atributos singulares) que se possam traduzir em políticas, revelar em planeamento, e concretizar em programas.

Colocam-se contudo, neste âmbito, algumas questões: quais serão os princípios políticos a considerar para a promoção do uso ético e justo do território (Dufaux et alia, 2009)? como se pode promover um planeamento urbano responsável tendo em consideração a prevenção, a mitigação e a resiliência (Resilience Alliance, 2007)? como se pode sustentar o habitar e a comunidade num lugar onde o local e global interagem? (Beatley, 1994, 2004)

A resposta não se presta a soluções simples, singulares ou imediatas (Portas, 2010): abrange a valorização da dimensão humana (Tham, 2010) e a afirmação da identidade na produção do espaço (Lefebvre, 1974).

Identificada a impossibilidade de consenso, e para possibilitar a resolução de conflitos numa edificação de compromisso, estes processos podem ser apoiado por novos actores envolvidos num sistema urbano de governança global (EADI, 2008).

No que refere ao sistema urbano, consideram-se importantes as reflexões de Ascher (1995: 183) quando menciona que a cidade *funciona com lógicas múltiplas eventualmente contraditórias, onde variações ligeiras podem engendrar mudanças consideráveis, geralmente irreversíveis*: implica uma ponderação sobre a natureza das relações estabelecidas entre as variáveis que integram o sistema urbano e sua envolvente, uma identificação do poder das relações das variáveis sobre o sistema, e uma avaliação sobre a estabilidade do sistema (DGOTDU, 1996).

Relativamente à governança urbana, esta pode ser compreendida como *uma forma dinâmica de gestão que põe em causa a administração burocrática tradicional e a gestão autoritária dos conflitos* (Vieira de Faria, 2009: 52), onde o Estado está receptivo ao desempenho dos diferentes actores *no processo de construção de novas formas de integração* (Ibid): implica uma *profunda revisão do quadro da acção pública e um reexame da partilha de responsabilidades* (Ibid).

Mas para assegurar os compromissos de uma *boa governança*, que acautele os benefícios de uma *globalização justa* e que garanta a estabilidade e a viabilidade futura da comunidade global, consideram-se relevantes as condições valorizadas por Gills (2006): a limitação do poder do estado, a transparência na governação, e a integridade na privatização. Para garantir os princípios dessa *boa governança*, os actores internacionais podem veicular premissas para a promoção de estratégias e de modelos socialmente inclusivos que enquadrem e valorizem a crescente participação da sociedade civil (*Ibid*).

Porém, numa era pautada pelos desígnios da globalização neo-liberal, é na agenda política estabelecida por muitos actores internacionais (como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Mundial do Comércio) que o capitalismo se espelha e que a sociedade civil se desvirtua como entidade (Dasgupta e Kiely, 2006): as organizações não governamentais (ONG's) são muitas vezes suspeitas de manterem um duplo papel, criticando a anarquia social e económica associada à violação dos direitos humanos, por um lado, e estabelecendo relações colaborativas com as elites neo-liberais dominantes, por outro (*Ibid*).

Após este breve enquadramento entende-se que a construção de um quadro estratégico para a promoção de formas sustentáveis de urbanização exige um ensaio sobre a formalização dos processos democráticos assente em casos reais (Robèrt, 2010) o que implica, no presente caso de estudo, aprofundar as reflexões sobre as relações entre áreas periurbanas, centro formal e habitação (Raposo e Salvador, 2007) no âmbito da concretização do habitat no contexto particular de Luanda.

## 2. Concretização do habitat no contexto particular de Luanda

### Luanda, crescimento urbano acelerado

Em Angola, milhares de pessoas foram afectadas pela guerra anti-colonial (1961-1974) contra Portugal e pela sequente guerra civil que se inicia no momento da independência política deste país Africano, em 1975. A guerra civil – um longo conflito armado, motivado pela tentativa de controlo do país pelos três movimentos de libertação envolvidos na luta pela independência, e onde a ajuda humanitária foi insuficiente – termina, em 2002, com a morte do líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a assinatura do *Memorando de Entendimento de Luena*. Foi o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – originalmente de tendência Marxista – que, desde 1975, se manteve na liderança do país, mas é apenas em 1992 que – durante um breve período de paz – se realizam as primeiras eleições multipartidárias, que o legitimam enquanto partido político vencedor: o MPLA reforça ainda o seu poder, em 2008, ao obter mais de 80% dos votos nas únicas eleições democráticas realizadas desde então.

No momento da independência, após o término da guerra anti-colonial, 95% da população portuguesa residente em Angola – o que correspondia a aproximadamente 340 000 pessoas (Human Rights Watch e SOS Habitat, 2007) – abandona o país, privando-se das suas propriedades: casas, apartamentos e fazendas. Estas propriedades abandonadas (e posteriormente ocupadas por famílias angolanas) localizavam-se maioritariamente nos centros urbanos, onde habitava a generalidade dos europeus e

apenas dez por cento dos angolanos (Medina, 2005). É neste contexto que, segundo a Human Rights Watch e SOS Habitat (2007), o Governo Angolano decide aplicar o regime jurídico (Lei n.º 3/76, de 3 de Março) da nacionalização para todos os bens imobiliários que tivessem sido abandonados por mais de 45 dias, ou do confisco para todos os bens pertencentes a colaboradores com organizações fascistas (pólicia secreta colonial) ou por este consideradas como anti-nacionais (União Nacional para a Independência Total de Angola: UNITA, Frente Nacional de Libertação de Angola: FNLA, e Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda: FLEC). Mas como o governo não cumpriu a sua obrigação legislativa de publicar no Diário da República cada decisão efectuada neste âmbito, ou de efectuar o registo predial correspondente (Hodges, 2002), não existe informação precisa sobre quais os bens imobiliários que foram efectivamente transferidos para o património do Estado, nem foi concluído o processo governamental de concessão de direito formal para famílias que ocuparam propriedades abandonadas em Angola, após a sua independência (*Ibid*).

Embora a migração da população rural para as áreas urbanas tenha começado a partir de final dos anos cinquenta com a industrialização, é apenas nos finais dos anos setenta (com a independência e o alastrar da guerra civil), e mais tarde com o acordo de paz de 4 de Abril de 2002 (com o aumento de crescimento económico da capital e a procura de melhores oportunidades), que o crescimento urbano acelerado ganha expressão em Angola traduzindo-se, actualmente, num contexto de grande carência habitacional – produto da ausência ou inadequação de planeamento. Em 2001, estimava-se que Angola tivesse cerca de 14 milhões de habitantes (UN-Habitat, 2001), mas será apenas em 2013 – data prevista pelo governo para os primeiros Censos, a realizar desde os últimos em 1970 (Angonotícias, 2010) – que se poderão identificar as reais questões demográficas, económicas e sociais associadas à actualidade deste país.

Em Luanda, onde actualmente habita grande parte da população angolana, o centro formal cresceu de menos de 500 mil habitantes (em 1940, segundo censo), para cerca de 750 mil habitantes (em finais de 1970, segundo censo), e para mais de três milhões em 2000 (segundo estimativa da Development Workshop, 2005), multiplicando-se desde então. A cidade funde-se agora com uma extensa mancha de tecido periurbano retratando a imagem da *cidade líquida e sem contornos*, valorizada por Portas (2009): estimada em mais de seis milhões de pessoas, dispostas num perímetro de cerca de 100 km, Luanda continua a registar uma taxa de crescimento anómala, da ordem dos 6,5% ao ano (Samakuva, 2010).

Durante os anos 1990, Luanda assistiu a uma rápida expansão do mercado informal de casas e terrenos, provocada pela insuficiência de mecanismos formais de mercado, e pelo custo e burocracia dos procedimentos de aquisição de direitos (Development Workshop, 2005). Esse mercado informal permitiu que famílias com baixos rendimentos recorressem à ocupação de terras em áreas agrícolas, ou adquirissem habitações sem registo predial (*Ibid*), o que gerou um grande aumento dos assentamentos informais (*musseques*) auto-construídos e o crescimento de áreas informais periurbanas não urbanizadas, com total ausência de infra-estruturas ou serviços básicos promovidos pelo Estado.

Os assentamentos informais em Luanda revelam, actualmente, uma imensa pobreza urbana que também compromete a gestão da cidade urbanizada (Raposo e Salvador,



2007): assiste-se (i) à saturação das redes públicas e à sabotagem dos sistemas de fornecimento de serviços de água, electricidade e saneamento, (ii) ao aumento da exclusão social provocada pela afluência diária de moradores das periferias, (iii) ao aumento dos congestionamentos, (iv) ao desvio dos recursos públicos, (v) ao aumento do stress, crime e violência, e (vi) ao aumento da segregação e discriminação.

Por todas estas razões, Luanda confronta-se agora com uma vasta população carente de emprego, educação, saúde e condições básicas de habitat (Ibid).

### Luanda, fomento habitacional

No início do actual mandato o Governo Angolano lançou, no âmbito do Programa Habitacional Nacional, um projecto para a construção de um milhão de casas em todo o país, até 2012 – data prevista para as próximas eleições legislativas – reforçando a importância da sua agenda política e eleitoral: segundo a nova Constituição de Angola (Angop, 2010a), promulgada a 5 de Fevereiro de 2010, o líder vencedor nas eleições parlamentares, que actualmente é José Eduardo dos Santos, deverá ser simultaneamente Presidente do País durante um a dois mandatos de cinco anos, a contar da data das próximas eleições (Human Rights Watch, 2010).

A gestão deste programa habitacional de Angola foi, desde o seu início, assegurado pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), criado em 2004: o GRN tem por atribuição *promover, acompanhar e supervisionar a implementação de programas específicos no domínio da recuperação económica e social* (Jornal de Angola, 2010), e tem autonomia administrativa e financeira. Como o Gabinete depende directamente do Presidente da República (e com o intuito de fomentar a imagem do esvaziamento do poder militar em Angola) José Eduardo dos Santos demite, em 2010, do seu cargo de Director General do GRN, o Chefe da Casa Militar *Kopelipa*, substituindo-o pelo civil António Teixeira Flor (Cubatangola, 2010). Contudo, em 2011, a gestão do programa habitacional de Angola transita para a SONIP (Sonangol imobiliária e propriedades, Lda.), uma subsidiária da SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P.), a empresa pública responsável pela administração e exploração do petróleo e gás natural em Angola, e que, segundo o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Luanda (Público, 2008), é também um *instrumento da política económica e social do Governo*.

Promovendo uma forte analogia ao Programa Habitacional Brasileiro em curso ‘Minha Casa, Minha Vida’, o Governo Angolano baptizou, em 2009, o projecto de um milhão de casas de ‘Meu Sonho, Minha Casa’ (Exame Angola, 2011) e estipulou, de acordo com o Director do Instituto Nacional da Habitação Angolano (INH) Eugénio Correia (Angop, 2010b), a construção de 115 mil fogos pelo Estado, 120 mil fogos pelo sector privado, 80 mil fogos pelas cooperativas, e 685 mil fogos por meio da auto-construção dirigida: em reservas fundiárias demarcadas e infra-estruturadas, enqua-

dradas através de planos directores e urbanísticos que estabeleçam o uso racional do solo, nas 18 províncias de Angola.

É neste cenário que o Instituto Nacional da Habitação de Angola, tutelado pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, incentiva a participação dos empresários na implementação do programa, através da criação de cooperativas habitacionais e de empresas de construção (*Ibid*). Contribuindo para o Programa de Fomento Habitacional do país, estes novos intervenientes na dinâmica da habitação em Angola estarão abrangidos pelo decreto-lei que autoriza a isenção de remuneração sobre os direitos aduaneiros, e de impostos de consumo para mercadorias destinadas à construção de habitações sociais (*Ibid*). Segundo Eugénio Correia (*Ibid*), este benefício fiscal tem já facultado a promoção de parcerias público-privadas para a promoção da habitação, e tem motivado a intervenção de países como o Brasil, Portugal, China ou Israel.

Com vista a contribuir para o financiamento dos projectos habitacionais inseridos no programa de urbanismo e habitação o Governo Angolano aprovou, em Julho de 2009, o Fundo de Fomento à Habitação: um instrumento político para a promoção da construção e da gestão da habitação, com particular atenção à questão da habitação social (Angop, 2011). No caso do programa 'Meu Sonho, Minha Casa', o Fundo de Fomento à Habitação irá apoiar 68,5% da construção prevista até 2012, através do financiamento de cooperativas de habitação e de projectos de auto-construção dirigida (Vida Imobiliária, 2010). Este Fundo é independente do Instituto Nacional da Habitação e, numa fase inicial, é suportado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) (Angop, 2011). As leis que regulam a sua actuação já estão aprovadas e publicadas em Diário da República, nomeadamente: a Lei de Base de Fomento Habitacional (Lei 3/07 de 3 de Setembro), e o respectivo regulamento do Fundo de Fomento Habitacional.

O Estado, ao promover o projecto 'Meu Sonho, Minha Casa', assume a destruição dos assentamentos informais existentes para posteriormente, e no caso específico de Luanda, deslocar e realojar as populações através da promoção de casas sociais (actualmente localizadas no Zango, Sapu, Panguila, Sambizanga e Cazenga), ou da criação de novas centralidades (Kilamba Kiaxi, Cacuaco, Zango e Zona Económica Especial de Luanda-Bengo) (Exame Angola, 2011). António Gameiro, bastonário da Ordem dos Arquitectos em Angola, espera que estes projectos imobiliários para classes sociais mais carenciadas (onde o custo da habitação não pode ultrapassar os 60.000 dólares) estimulem a redução dos preços médios das habitações unifamiliares, em Luanda, e que a banca ajude a promover um ajuste no mercado habitacional através da criação de mecanismos de financiamento. (Angop, 2009a).



Considera-se contudo importante promover uma reflexão sobre os resultados deste programa habitacional – que traduz a estratégia governamental para a resolução das múltiplas carências habitacionais dos assentamentos informais periurbanos – onde se identifiquem quais as tendências que se perfilam com as políticas em curso: conseguirão estas políticas contrariar a periferização, a segregação, e a exclusão em Luanda?

### Luanda, política de expulsões forçadas

No âmbito do programa habitacional *Luanda Social*, a administração provincial de Angola defende o registo das propriedades fundiárias para que, em nome da utilidade pública e nos termos da Lei de Terra (Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro), se possam limpar os terrenos, para urbanizar e lotear as áreas demarcadas (Angop, 2009b). Segundo a Human Rights Watch e SOS Habitat (2007) e com vista a essa urbanização, já surgiam práticas de desocupações e demolições forçadas pelo Governo, em várias áreas informais da cidade de Luanda, desde 2002: como refere a Human Rights Watch, a desocupação forçada constitui uma violação fundamental do direito internacional e dos direitos humanos, pois *envolve a destruição arbitrária, pelo Estado, de recursos investidos pelos indivíduos e pelas famílias na construção dos seus lares* (*Ibid*: 18).

International Alliance of Inhabitants (2010), Human Rights Watch e SOS Habitat (*Ibid*), relatam diversos episódios sobre a prática do uso da violência e da intimidação – através da utilização da força e de armas de fogo – entre 2002 e 2010 em Luanda, e alertam para o incumprimento da aplicação de salvaguardas processuais mínimas pelo Governo (como a informação ou consulta, o aviso prévio, ou a indemnização adequada), em casos de desocupação forçada: logo após os despejos, as populações são obrigadas a recorrer ao abrigo deficitário e, mesmo quando são efectuadas operações de realojamento ou reinserção, é essencial avaliar o impacto dessa desarticulação massiva ao nível do acesso ao emprego, cuidados de saúde ou educação (*Ibid*) e, não menos importante, ao nível das relações afectivas, sociais e de vizinhança.

As políticas de expulsões forçadas e de *tábua rasa* conduzidas pelo governo central são defendidas em nome da segurança ambiental, em Luanda, mas acabam por incentivar a promoção dos interesses mercantilistas de promotores imobiliários (Samakuva, 2010), que se apercebem do elevado valor urbano dos projectos privados e públicos previstos para as áreas arrasadas (Jenkins et alia., 2002). A criação do Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA), em 2003, não introduziu alterações na aplicação dessas políticas e, embora o MINUA tenha promovido vários eventos de reflexão sobre a gestão dos espaços urbanos, não conseguiu implementar as recomendações apresentadas ao nível do desenvolvimento de novas estratégias legais para a melhoria e acesso ao alojamento (Samakuva, 2010).

Em Luanda, os programas criativos de impacto social directo são insuficientes, e pouco se investe numa relação sustentável, entre indivíduo e território, que afirme a sua urbanidade: sem plano director, na cidade formal, os condomínios de luxo crescem em altura (sobretudo na área de expansão para Sul ou ao longo da Baía), e na cidade informal, os projectos que surgem raramente consideram os modelos e tipos de habitação existentes (Raposo e Salvador, 2007), o fornecimento de infra-estruturas básicas, a inclusão de equipamentos colectivos ou o desenho de qualificação de

espaço público, tendo em conta as condicionantes geográficas (bacias hidrográficas), climáticas (chuvas), e a qualidade geológica dos solos.

### **Luanda, organizações internacionais e melhoria das condições de habitabilidade**

Em Luanda, os mecanismos de combate à pobreza urbana são largamente insuficientes, e as políticas para o desenvolvimento das áreas informais são escassas: perante o quadro de actuação pública actual do governo Angolano (um formato de administração tradicional e de gestão autoritária de conflitos), qual a sua receptividade para a partilha de responsabilidades com o sector privado? Qual a receptividade para a participação dos actores na gestão urbana?

Os actores são grupos ou organizações que exercem influência no comportamento das variáveis, internas ou externas, do sistema urbano (DGOTDU, 1996) pelo que importa identificar, no caso de Luanda: (i) quem são, (ii) qual a sua estrutura interna, (iii) qual o nível de participação na reflexão estratégica, (iv) quais os interesses, objectivos, estratégias, planos, projectos e intervenções realizadas, (v) quais as dimensões de incerteza que os afectam e as ameaças a que estão sujeitos, e (vi) qual a mobilização, os conflitos e as alianças que influem na orientação da evolução do sistema (*Ibid*). Importa ainda reconhecer quais os actores-chave envolvidos no processo de transformação da cidade de Luanda, e identificar o impacto da intervenção desses mesmos actores no processo de construção da Governança Urbana.

No que refere às organizações multilaterais que participam na melhoria das condições de habitabilidade em Angola, de acordo com alguns autores, estas revelam-se incapazes de prestar a assistência necessária a estas áreas (Neto, 2001): importa identificar as situações em que estas organizações multilaterais aceitam ou contestam as políticas habitacionais do governo actualmente em curso, pelo que se identificam, para já, três agências internacionais com especificidades e escalas de actuação muito diferenciadas:

#### 1. Organização das Nações Unidas (ONU):

A ONU defende a promoção social e o desenvolvimento humano sustentável através do fornecimento de alojamento adequado para todos: com o programa UN-Habitat: United Nations Human Settlements Programme, a ONU tem revelado a face da pobreza urbana nos países em desenvolvimento, traduzida em inadequadas condições de habitabilidade e em grandes concentrações de áreas urbanas precárias designadas por *Slums*.

A ONU estabelece, em 2009, um acordo com Ministério dos Assuntos Externos do Governo Nacional Angolano, onde assume, por um período de cinco anos, a responsabilidade de encorajar a cooperação internacional na implementação da *Agenda Habitat* em Angola (UN-Habitat, 2009). Através de um plano de actuação local, que incide na questão da habitação e da reforma das terras em Luanda, a ONU compromete-se a cooperar com o governo, com organizações internacionais e regionais, com autoridades locais, com a sociedade civil e com o sector privado (*Ibid*).

Fomentando a capacidade nacional de boa governança, a UNDP – United Nations Development Program propõe, também no âmbito das Nações Unidas, ajudar Angola a alcançar os *Millennium Development Goals*<sup>2</sup> (UNDP, 2010). Visando articular as soluções locais com desafios nacionais e globais, a UNDP colabora actualmente com o governo Angolano na revisão do documento *Íterim – Poverty Reduction Strategy Paper (I-PRSP)*, elaborando perfis provinciais que visem obter informações qualitativas e quantitativas sobre as áreas rurais e urbanas (UN-Habitat, 2009): no que refere a Luanda, estas informações poderão ajudar na definição do perfil da cidade, na análise e definição de prioridades de intervenção, e na clarificação de uma estratégia de redução da pobreza urbana (*Ibid*).

Serão as recomendações desta organização – que assume um papel relevante na disseminação de informações, ideias, linguagens políticas, e lógicas de acção dominantes – adaptáveis à resolução da problemática habitacional em Luanda?

## 2. Banco Mundial (WB):

No âmbito da sua missão de financiamento e empréstimos aos países em desenvolvimento, o Banco Mundial aprovou, em Março de 2010, um crédito no valor de 81.7 milhões de dólares (World Bank, 2010). O crédito servirá, de acordo com o próprio Banco Mundial, para o maior programa de redução da pobreza *bottom-up* do Governo de Angola, um *Projecto de Desenvolvimento Local* (PDL), que será executado pelo *Fundo de Apoio Social* (FAS, 2010): o discurso do projecto encontra-se em consonância com o discurso da estratégia do Governo para o desenvolvimento a longo prazo, e aborda a necessidade de corrigir as assimetrias territoriais e as desigualdades sociais no acesso aos bens públicos básicos, a importância de promover uma economia local diversificada destinada a melhorar o bem-estar social, e o fortalecimento da capacidade dos governos locais para prestar serviços de qualidade para as famílias mais pobres (World Bank, 2010).

Será, uma organização que espelha os desígnios de uma globalização neo-liberal, capaz de contrariar as tendências de segregação territorial perpetuadas por uma excessiva valorização do sistema capitalista?

## 3. Environment and Development: Human Settlements Group (IIED)

A Human Settlements Group, que actua desde 1974, nomeadamente em África, assiste à redução da pobreza e à melhoria das condições de habitação nos centros urbanos (IIED, 2010): visando promover a boa governança e a boa relação entre desenvolvimento urbano e espaço rural, a IIED tem feito consultoria sobre estratégias urbanas para diversas agências das Nações Unidas, organizações não governamentais internacionais e programas de ajuda bilateral. No que refere à investigação, a IIED tem promovido parcerias com instituições académicas e organizações não governamentais (ONG) (*Ibid*).

<sup>2</sup> Os oito objectivos consistem (i) na erradicação da pobreza extrema e da fome, (ii) no alcance da educação primária universal, (iii) na promoção da igualdade do género e da capacitação das mulheres, (iv) na redução da mortalidade infantil, (v) na melhoria da saúde materna, (vi) no combate ao HIV, malária e outras doenças, (vii) no assegurar da sustentabilidade ambiental, e (viii) no desenvolvimento de uma parceria global para o desenvolvimento.

No caso específico de Luanda, a IIED tem encomendado diversas publicações que contam com a participação de autores como Jenkins, Smith e Wang (SAGE, 2011): estes autores debruçam-se sobre as questões do planeamento e da habitação, em contextos de urbanização acelerada, considerando o processo da globalização, e salientando o papel dos actores e das comunidades na sustentabilidade territorial dos países em desenvolvimento.

Conseguirá esta organização, através da veiculação de conhecimento e de informação, fomentar o nível de participação dos actores na reflexão estratégica?

### **Luanda, sociedade civil e desenvolvimento habitacional**

A entrada das organizações internacionais em Angola, assim como a emergência de organizações nacionais foi facultada, em 1991, pela aprovação da Lei da Liberdade de Associação: e também foi a Lei n.º 14/91, de 11 de Maio, que favoreceu a manifestação da sociedade civil no país.

Identificando a importância catalisadora desse fluxo de recursos não controlado pelo Estado (Jenkins et alia, 2002), estes novos actores do sistema urbano Angolano assumem a participação da população nas políticas de combate à pobreza urbana (*Ibid*) e na promoção da justiça espacial (Dufaux et alia., 2009). De acordo com Jenkins et alia (2002), embora a sociedade civil não consiga, por si, resolver os problemas urbanos existentes, a utilização do seu potencial na criação de oportunidades locais para o desenvolvimento, pode ajudar na promoção da responsabilização do Estado. Mas para tal, é necessário transformar cidadãos tendencialmente passivos em população activa e organizada e, de uma forma legitimada, criar as condições para o diálogo e para a negociação efectiva entre população e Estado. (*Ibid*).

É neste contexto que a sociedade civil emerge, em Luanda, e que se assume como estrutura formal ou informal, organizada de forma vertical ou horizontal, a montante do Estado e do sector privado (*Ibid*): começa a promover debates sobre estratégias de redução da pobreza enquanto forma de reconciliação nacional, ou a criar associações onde a população dos *musseques* assume uma capacidade negocial nomeadamente na questão dos despejos forçados com o Estado (*Ibid*).

Enfatizando o lema *Protesta com Proposta*, valorizada pelo grupo de aconselhamento sobre despejos forçados (AGFE) da ONU (Cabannes: 2009), as organizações não governamentais (ONG) – que são associações da sociedade civil com finalidade pública e sem fins lucrativos – assumem-se actualmente, em Luanda, enquanto novo actor para o desenvolvimento e para a definição de soluções integradas de qualificação dos *musseques* (Raposo e Ribeiro, 2007).

A Development Workshop (DW) é a organização não governamental que tem liderado a intervenção existente nestas áreas: surge, em 1981, na sequência de uma solicitação do governo nacional e tem actuando em estreita cooperação com organizações comunitárias locais (Development Workshop, 2008):

Tendo como objectivo principal apoiar no desenvolvimento de políticas e programas de auto-ajuda habitacional, a DW direccionou-se, desde o final da guerra, para a satisfação das novas necessidades de transição e reconstrução. É actualmente parceira do Governo no programa de descentralização actuando nas áreas de

planeamento e ordenamento do território municipal participativo, na reforma de ocupação de terra e na qualificação das áreas urbanas informais (*Ibid*).

No crescente contexto da densificação dos musseques, e da complexa relação entre cidade formal e informal, a DW valoriza essencialmente três grandes áreas de actuação (*Ibid*):

**Direito à Terra:** as organizações emergem actuando sobre as questões do direito à terra e tentando impedir o despejo forçado por parte do Estado.

**Serviços Urbanos:** sublinha-se o trabalho de desenvolvimento de políticas participativas do *Sustainable Community Services Project (SCSP)*, nos *musseques*.

**Acesso à informação:** sublinha-se o trabalho do projecto *Angonet* para a promoção de formas interactivas de comunicação, estabelecidas por centros de serviços locais de acesso à internet, e que permitem a participação de comunidades locais em redes globais.

### 3. Notas de reflexão

O contexto fragmentário periurbano de Luanda – cidade (in)formal – resulta de uma urbanização acelerada e desregulada: o cenário revisto é complexo, e importa compreender o papel dos diferentes actores no processo de qualificação do território.

Embora a liderança e a regulação sejam da competência do governo central sublinha-se a importância do fortalecimento do poder local, e dos restantes agentes (sociedade civil, organizações não governamentais, privados e a cooperação) que contribuam para a formalização dos processos democráticos em Luanda: estes novos actores poderão articular as suas capacidades individuais com as necessidades colectivas da população, envolvendo-as numa estratégia de ordenamento para a requalificação das áreas periurbanas que considere a regularização e o registo dos lotes existentes, a legalização das construções e a melhoria de equipamentos e das infra-estruturas Gameiro (2005).

Tendo como referência alguns princípios de um novo paradigma de intervenção urbana, apresentam-se algumas questões como notas finais de reflexão:

Deverão, o Governo central e local, vincular-se à operacionalização dos Programas, assumindo compromissos no tempo e no espaço (Portas, 2009)?

Deverão as políticas balísticas ser substituídas por políticas reflexivas, para que estas possam contribuir para a mudança, assentes no processo e na performance (*Ibid*, 2010)?

Serão, os agentes multilaterais, peças fundamentais na articulação com o Estado (Jenkins et alia, 2002), através da veiculação das premissas ou das estratégias a implementar?

Poderá o Estado promover mecanismos legais de incentivo à intervenção do sector privado ao nível da habitação? De que forma?

Poderá, a Sociedade Civil, representar o direito individual de cada um expresso de forma comunitária e, confrontando o posicionamento e a actuação do Estado, promover mecanismos para a defesa dos seus interesses na apropriação das dinâmicas urbanas?

Poderá, a Sociedade Civil organizada, incentivar a promoção, o desenvolvimento e a implementação de estratégias e políticas de redução da pobreza urbana?  
Poderão as ONG, através da promoção de acções locais, fortalecer os interesses da população perante a soberania do Governo Central?  
Será possível alcançar objectivos semelhantes através de meios diferenciados (Portas, 2010)?

## Referências bibliográficas e electrónicas

- Ascher, F. (1995), *Métapolis, ou l'Avenir des Villes*, Paris: Édition Odile Jacob.
- Alberti, M., Marzluff, J. M., Shulenberg, E., Bradley, G., Ryan, C., Zumbrunnen, C. (2003), *Integrating Humans into Ecology. Opportunities and Challenges for Studying Urban Ecosystems*. *Bioscience*, n.º 53, pages 1169-1179.
- Batty, M., Barros, J., Alves Junior, S. (2004), *Cities: Continuity, Transformation, and Emergence*. *CASA Working Paper Series*, London: Centre for Advanced Spatial Analysis, University College, n.º 72.
- Beatley, T. (1994), *Ethical Land Use: Principles of Policy and Planning*, London: The Johns Hopkins University Press.
- Beatley, T. (2004), *Native to Nowhere. Sustaining Home and Community in a Global Age*, Washington DC: Island Press.
- Berkes, P. and Folke, C. (eds) (1998), *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bettencourt, A. (2011), *Os musseques de Luanda*, Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura, Lisboa: FAUTL.
- Castells, M. (1972), *La Question Urbaine*, Paris: François Maspero.
- Castells, M. (1997), *The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture*, Cambridge, Oxford: Blackwell, volume 2.
- Castells, M. (2001), *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business and Society*, Oxford: Oxford University Press.
- Conselho da União Europeia (2005), *Acordo de Bristol no âmbito do Programa de Acção Lille (2000)*, Bristol: Programa de Acção Europeu de Desenvolvimento do Espaço e Coesão Territorial.
- Dasgupta, S. and Kiely, R. (eds) (2006), *Globalization and After*, New Delhi: Sage Publications Inc.
- Development Workshop e Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos (eds) (2005), *Terra – Reforma sobre a Terra Urbana em Angola no Período Pós-Guerra: Pesquisa, Advocacia e Políticas de Desenvolvimento*, Luanda: DW e CMAAH.
- Development workshop Angola (2008), [Ac. 19.06.10] in <http://www.dw.angonet.org>

- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1996), *Guia para a Elaboração de Planos Estratégicos para as Cidades Médias*, Lisboa: DGOTDU.
- Dufaux, F., Gervais-Lambony, Ph., Lehman-Frisch, S. e Moreau, S. (2009), *Avis de Naissance, Justice Spatiale | Spatial Justice*, n.º 1, [Ac. 20.04.2010] in <http://www.jssj.org>.
- Eadi (2008), *Global Governance for Sustainable Development, The need for Policy Coherence and New Partnerships*, Conference Report, Geneva: Graduate Institute of International and Development Studies, [Ac. 18.06.2010] in <http://www.eadi.org>
- Fainstein, S. (2009), *Justice Spatiale et Aménagement Urbain, Justice Spatiale | Spatial Justice*, n.º 1, [Ac. 21.04.2010] in <http://www.jssj.org>.
- FAS (2010), *Banco Mundial vai financiar PDL*, [Ac. 09.04.11] in <http://www.fasangola.org>.
- Gameiro, A. (2005), O Desafio Urbano em Angola, in, Pinto J. (ed) e Raposo, I. (coord), *Cidades Africanas*, Lisboa: Cadernos da FAUTL, n.º 5.
- Gills, B. K. (2006), The Turning of the Tide, in, Dasgupta, S. and Kiely, R. (eds), *Globalization and After*, New Delhi: Sage Publications Inc.
- Guerra, P. (2002), *A Cidade na Encruzilhada do Urbano: Elementos para uma Abordagem de um Objecto Complexo*, Porto: FLUP.
- Harvey, D. (1973), *Social Justice and the City*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Harvey, D. (2001), *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, New York: Routledge.
- Harvey, D., Potter, C. (2009), The Right to the Just City, in, Marcuse P. (ed) *Searching for the Just City*, New York: Routledge, pages 40-51.
- Hodges, T. (2002), *Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*, Cascais: Principia.
- Human Rights Watch e SOS Habitat (2007), *Eles Partiram as Casas. Desocupações Forçadas e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda*, relatório, New York, Luanda: Human Rights Watch, volume 19, n.º 7(a), [Ac. 25.03.2011] in <http://www.hrw.org>.
- Human Rights Watch (2010), *Transparência e Responsabilização em Angola, uma actualização*, relatório, Nova York: Human Rights Watch, [Ac. 20.03.2011], in, <http://www.hrw.org>.
- IIED (2010), [Ac. 19.06.10] in <http://www.iied.org>.
- International Alliance of Inhabitants (2010), *Não partam a minha casa*, enquadramento de conferência contra as demolições e desalojamentos forçados em Angola, [Ac. 19.04.11] in <http://por.habitants.org>.
- Jenkins, P., Robson, P. e Cain, A. (2002), *Local Responses to Globalization and Peripheralization in Luanda, Angola. Environment and Urbanization*, Sage and IIED, volume 14, n.º 1, pages 115-127, [Ac. 27.01.2010] in <http://eau.sagepub.com>.

- Lefebvre, H. (1972), *Le Droit a la Ville. Suivi de: Espace et Politique*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1974), *La Production de l'Espace*, Paris: Anthropos.
- Marcuse, P. (ed), Connolly, J., Novy, J., Olivo, I., Potter, C., Steil, J. (2009), *Searching for the Just City. Debates in Urban Theory and Practice*, New York: Routledge.
- Medina, M. C. (2005), *Processos Políticos da Luta pela Independência*, Coimbra: Almeida.
- Neto, M. (2001), Angola: The Historical Context for Reconstruction, in, Robson, P. (ed) *Communities and reconstruction in Angola – The Prospects for Reconstruction in Angola from the Community Perspective*, Canada: Development Workshop Occasional Paper, n.º 1.
- Pacheco, C. (2010), *Angola: um gigante com pés de barro (e outras reflexões sobre África e o mundo)*, Lisboa: Nova Vega.
- Portas, N. (2010), Prefácio, in, Ascher, F. (2010), *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos: Um Léxico*, Lisboa: Livros Horizonte, págs. 11-16.
- Raposo, I., Ribeiro, M. (2007): As ONG, um Novo Actor do Desenvolvimento Urbano em Maputo e Luanda, in, Oppenheimer, J. e Raposo, I. (coords), *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa: Colibri.
- Raposo, I., Salvador, C. (2007), Há Diferença: Ali é Cidade, Aqui é Subúrbio: Urbanidade dos Bairros, Tipos e Estratégias de Habitação em Luanda e Maputo, in, Oppenheimer, J. e Raposo, I. (coords), *Subúrbios Luanda e Maputo*, Edições Colibri, Coleção Tempos e Espaços Africanos.
- Redman, C.L., Jones N.S. (2005), *The Environmental, Social and Health Dimensions of Urban Expansion. Population and Environment*, n.º 17, pages 195-215.
- Resilience Alliance (2007), *A Resilience Alliance Initiative for Transitioning Urban Systems towards Sustainable Futures*, Urban Resilience Research Prospectus, Australia: CSIRO. USA: Arizona State University. Sweden: Stockholm University, [Ac. 18.03.2010] in <http://www.resalliance.org>.
- Robèrt, K. (2010), *Sustainable Development is more about Competence than Values (sustainability and resilience)*, Lecture, Lisbon: Human Habitat 2010, [Ac. 22.02.2010] in <http://www.humanhabitat.pt>.
- SAGE (2011), *Environment and Urbanization*, [Ac. 27.01.2010] in <http://eau.sagepub.com>
- Samakuva, I. (2010), *Memorando sobre Gestão Sustentável em Luanda*, Angola: SOS Habitat. Acção Solidária, [Ac. 12.06.2010] in <http://www.angolaresistente.net>.
- Solà-Morales, I. (2002), *Territórios*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Soja, E. W. (2009), *The City and Spatial Justice, Justice Spatiale | Spatial Justice*, n.º 1, [Ac. 21.04.2010] in <http://www.jssj.org>.
- Tham, K. (2010), *The Humane in Urban Planning, The Human Scale: Public and Private Spaces which people identify with*, Lecture, Lisbon: Human Habitat 2010, [Ac. 12.04.2010] in <http://www.humanhabitat.pt>.
- UNDP (2010), *Welcome to UNDP Angola*, [Ac. 19.06.10] in <http://www.undp.org>.

UN-Habitat: UNHSP (2001), *Activities in Angola*, [Ac. 19.06.2010] in <http://www.unhabitat.org>.

UN-Habitat: UNHSP (2009), *Un-Habitat to Establish National Office in Angola*, [Ac. 19.06.10] in <http://www.unhabitat.org>.

UN-Habitat e UNESCO (eds) (2008), *Best Practices on Social Sustainability in Historic Districts*, Nairobi: Un-Habitat e UNESCO.

Vieira de Faria, C. (2009), *As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 1966/1995*, Lisboa: Esfera do Caos.

Walker, B. (2007), *A Resilience Alliance Initiative for Transitioning Urban Systems towards Sustainable Futures, Urban Resilience Research Prospectus*, CSIRO: Australia. Arizona State University: USA. Stockholm University: Sweden, [Ac. 18.03.2010] in <http://www.resalliance.org>.

World Bank (2010), *Local Development Project in Angola*, [Ac. 19.06.10] in <http://www.worldbank.org>.

Referências a notícias de imprensa, revistas e blogues de opinião:

African Executive (2006), *Mixed Fortunes of Globalization in Africa*, [Ac. 06.02.2010] in <http://www.africanexecutive.com>.

Angonotícias (2010), *País Realiza Censo Populacional em 2013*, [Ac. 01.04.2011] in <http://www.angonoticias.com>.

Agência Angola Press – Angop (2009a), *Arquitecto prevê Considerável Baixa de Preços de Moradias no País*, [Ac. 08.05.2010] in <http://www.portalangop.co.ao>.

Agência Angola Press – Angop (2009b), *Programa de Habitação em Condições de Andar*, [Ac. 21.04.2009] in <http://www.portalangop.co.ao>.

Agência Angola Press – Angop (2010a), *Constituição Introduce Alterações ao Sistema de Governo*. [Ac. 08.04.2011] in <http://www.governo.gov.ao>.

Agência Angola Press – Angop (2010b), *Sector Privado deve Colaborar nos Programas de Habitação com Criação de Cooperativas*, [Ac. 24.02.2010] in <http://www.portalangop.co.ao>.

Agência Angola Press – Angop (2011), *Programa Habitacional, uma Coroa Singela*, [Ac. 24.02.2010] in <http://www.portalangop.co.ao>.

Cubatangola (2010), *“Kopelipa” Afastado do Gabinete de Reconstrução Nacional*, [Ac. 28.03.2011] in <http://www.cubata-angola.com>.

Exame Angola (2011), *O Nome de Código é Kora*, [Ac. 25.03.2011] in <http://www.exame-angola.com>.

Jornal de Angola (2010), *Presidente faz Nomeações para o Gabinete de Reconstrução*, [Ac. 28.03.2011] in <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Publico (2008), *Sonangol: o Braço Empresarial do Governo Angolano*, [Ac. 01.04.2011] in <http://economia.publico.pt>.

Vida Imobiliária (2010), *Fundo de Fomento Habitacional Entra em Vigor no 1º Semestre deste Ano*, [Ac. 05.04.2011] in <http://www.vidaimobiliariaangola.com>.

Referências a instrumentos legais, em Angola:

Lei n.º 3/76, de 3 de Março: *Lei dos Confiscos e Nacionalizações*.

Lei n.º 14/91, de 11 de Maio: *Lei da Liberdade de Associação*.

Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro: *Lei de Terras*.

Referências a eventos e conferências:

Cabannes, Y. (2011), *Conferência sobre Renovação Urbana: Tábua Rasa ou Reabilitação? 2 Exemplos recentes: Bonpastor, Barcelona e Villa 31, Buenos Aires*, Lisboa: FAUTL.

Portas, N. (2009), *Conferência de Abertura do 12º Congresso Nacional da Ordem dos Arquitectos: Arquitectura para Todos*, Vila Nova de Famalicão: Casa das Artes.

Portas, N. (2010), *Conferência de Lançamento do Livro: Novos Princípios do Urbanismo, seguido de Novos Compromissos Urbanos: um léxico, de François Ascher*, Lisboa: FAUTL.



# Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique – como abordar o assunto

Anselmo Cani\*

p. 107-111

## Introdução

A sequência de etapas habitacionais que um indivíduo percorre durante a sua vida forma o que chamaremos de “carreiras habitacionais”. Este processo analisa os seguintes aspectos:

- A tendência nas escolhas do tipo de posse de casa em função dos preços de venda e arrendamento das habitações;
- A formação, composição e dissolução das famílias Moçambicanas e como isso se relaciona com a carreira habitacional dos indivíduos;
- A influência do mercado de trabalho, salários, emprego, desemprego e a reforma no sector e;
- O mercado de financiamento da habitação e as formas existentes, quer formais ou informais.

O presente artigo foi elaborado numa perspectiva de fornecer uma leitura rápida sobre os tipos de posse ou arrendamento de habitação existentes em Moçambique (zonas urbanas) e um quadro geral dos tipos de progressão (ou regressão nos casos em que esta ocorre) na carreira habitacional. Esta análise reflete uma apreciação qualitativa baseada nas percepções do autor e pretende explorar sobre diferentes cenários, sobretudo nas áreas periféricas da Cidade de Maputo.

O Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007, aponta que 93,9% da população vive em habitações próprias, 2,9 % em habitações alugadas e 2,1% em habitações cedidas ou emprestadas (serviços/familiares). Outro dado assinalável é o facto de que 29,8% da população moçambicana vive nas zonas urbanas



\* Universidade Eduardo Mondlane.

das quais 86,7% desta população vive em casa própria; 8,6% da população vive em casas alugadas; 3,5% da população vivem em casa cedida ou emprestada.

À partida, considera-se que as opções de escolha da carreira habitacional em Moçambique esteja condicionada à conjuntura social, cultural, económica e política do país. Tendo como base a estratificação presente na Lei e Estratégia da Habitação que tipifica as situações existentes em zonas urbanas como: Urbana consolidada; urbana formal com carência de infraestrutura; Urbana informal com carência de infraestrutura; Urbana de ocupação espontânea; Urbana de expansão planificada, podemos explorar as formas que cada indivíduo ou famílias enfrentam na forma de progressão ou regressão na carreira.

Este exercício seria melhor ajustado a um emolduramento temporal o período que vai desde 1975 até aos dias de hoje e o estudo deverá concentrar a sua análise em Maputo. Como é sabido, a Cidade de Maputo, em comparação com as restantes zonas urbanas do País, possui informação cartográfica, dados estatísticos, projectos específicos mais acessível. Este aspecto permitirá menos tempo investido em recolha de dados, resultando em mais tempo disponível para a sua análise e interpretação.

## **Quadro resumo do sector de habitação em Moçambique**

Após a Independência, e como resultado da definição subjacente ao conceito estabelecido a partir de 1977 a construção de casas não foi considerada como um elemento fundamental e determinante para melhoria das condições de vida, sobretudo nas periferias das cidades. O volume de construção de casas de habitação para as populações mais carenciadas não resultaria assim num processo deliberado e massivo de construção habitacional integrada nos planos anuais. Antes definia-se que a melhoria do alojamento em si seria um processo lento decorrente do aumento da produção geral do país e, portanto, do aumento do rendimento familiar. A construção de casas de habitação ficava assim, principalmente, sob responsabilidade das famílias e de outros agentes sociais como por exemplo as empresas estatais (que eram mobilizadas para tal).

Um aspecto determinante neste sector foram nacionalizações dos prédios de rendimento através do Decreto-Lei 5/76, de 5 Fevereiro de 1976. Este período viria a prolongar até finais da década de oitenta e princípios da década de noventa, altura em que se começa a afirmar a necessidade de desnacionalização do parque imobiliário do Estado, no quadro da política geral de reabilitação económica e social do país, lançada a partir de 1987. A acção colocou no Estado a responsabilidade de gerir um grande volume de edifícios que passaram para a sua alçada. Foi assim que mais de 80 000 habitações e outro tipo de edifícios nacionalizados, passam a integrar na escada dos moçambicanos e que esta acção teve um grande impacto posterior na vida dos beneficiários desses fogos.

No processo de mudança da base ideológica e política de sustentação da organização do Estado, que ocorre com a introdução do multipartidarismo e a adopção da economia de mercado (no sentido mais divulgado da expressão), emergem como fundamentais as questões ligadas à privatização, que impactam seriamente no processo de posse de casa. O que se verifica em larga escala é que uma grande franja da população que acedeu aos imóveis da APIE e com dificuldades financeira teve oportunidade

de transacionar esses títulos e mesmo as casas já com os direitos de propriedade em seu poder.

Através do decreto n.º 25 de 6 de Junho de 1995 foi criado o Fundo para o Fomento da Habitação (FFH), como organismo público com personalidade jurídica, autonomia financeira e patrimonial, vocacionado para o financiamento dos programas de habitação do Governo destinados a promoção de habitação para os cidadãos de baixa renda e jovens técnicos

qualificados. O FFH está igualmente autorizado a conceder créditos à habitação com juros bonificados em relação às taxas vigentes no mercado e financiar as iniciativas dos municípios de produção de terra urbanizada. Na escada da habitação da maioria significativa dos moçambicanos a intervenção do FFH é infinitesimal.



## Carreiras habitacionais

Nos dias que correm existem diversas forças que impactam nas carreiras habitacionais dos moçambicanos cuja relevância no seu estudo é fundamental. As mudanças estruturais da organização da sociedade, influenciadas pelos mercados, movimentos populacionais e toda a conjuntura socioeconómica são alguns exemplos.

O estudo das carreiras habitacionais em Maputo-Moçambique irá aprofundar em relação as percepções de fenómenos complexos das dinâmicas da posse habitação no país. Esta análise permitirá termos a noção de aspectos tais como: com quantos anos as pessoas saem da casa dos pais; com que idade a média dos Moçambicanos adquire a sua própria habitação, etc.... Em relação a estas questões, pode-se afirmar que o impacto do mercado de trabalho, educação, salário auferido e outros factores a serem pesquisados desempenham papel importante no processo.

A avaliação facilitará a interpretação, por exemplo, de factores como relativos as transações de compra e venda de casas, dos sistemas de pagamento ou de empréstimos que são utilizados em tais transações. Quer isto dizer que irá ser feita uma avaliação do mercado de crédito à habitação, assim como a apreciação dos prováveis mecanismos informais de financiamento à compra de casa. Nesta análise, importa referir que a tipificação das escolhas dos mecanismos de financiamento de acordo com a classe social será avaliada.



## Método

Embora o estudo ainda não tenha sido consolidado de forma a ter um método de implementação devidamente testado e reconhecido, algumas ideias já estão no papel



sobre como este desafio irá ser levado a cabo. O suporte metodológico e a adopção de etapas sequenciais de terão em conta o ciclo convencional típico em avaliações desta natureza, ou seja: (i) Revisão bibliográfica e formulação de hipóteses (ii) Estabelecimento de uma equipa de trabalho, de investigação (iii) Selecção das zonas urbanas de estudo, (iv) Métodos e levantamento de dados, (v) Processamento, análise e interpretação de dados, (vi) Construção do modelo e, (vii) Apresentação e disseminação dos resultados.

## Considerações finais

Esta abordagem é de certo modo complexa e será necessário apurar um método apropriado de modo a se obterem os resultados desejados. No terreno, maior parte dos processos (esquemas de transações, aluguer, doação, empréstimo) não passam pelos circuitos considerados formais. Existe também o risco de não se poder alcançar o real dimensão do problema, sobretudo no que diz respeito aos dados da lado formal, considerando que existe uma especulação imobiliária de grandes proporções.

Se considerarmos que uma carreira habitacional de um dado indivíduo é dada como independente a partir da altura em que este deixa a casa dos seus parentes pode-se avaliar este dado no seio de uma amostra de cidadãos Moçambicano. Podem ser feitas comparações sobre este facto, nomeadamente, entre homens e mulheres, analisar a influencia das crenças religiosas, nível de educação e emprego.

Olhando para o actual quadro do sector, em que os indivíduos enfrentam enormes dificuldades para enfrentarem às carências de habitação no País, pode-se deduzir que as famílias moçambicanas têm uma elevada capacidade de improvisação e adaptabilidade de mecanismos para encarar esta situação. Um dado que pode ser revelador dessa capacidade é o facto de existirem relativamente poucos indivíduos a que podemos designar de sem-abrigo, exceptuando os casos de mendigos, marginais, crianças de rua e outras formas de delinquência presentes em grande parte das cidades em Moçambique. Se observarmos ainda que o País tem um número muito reduzido de instituições, quer estatais, quer de organizações não governamentais ou privadas, que alberguem classes de cidadãos necessitados em habitação então a referida capacidade torna-se ainda mais evidente e de dimensão importante na criação de oportunidades para obtenção de abrigo.

### **Documentos consultados:**

AZEVEDO Mário – *O Plano de Urbanização de Lourenço Marques, 1969.*

CEDH – *Moçambique, Melhoria dos Assentamentos Informais, Volume II – Proposta de Estratégias de Intervenção.* Maputo, 2005.

UN-HABITAT – *Rapid Urban Sector Profiling for Sustainability (RUSPS) – MOZAMBIQUE URBAN SECTOR PROFILE.* United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT), Nairobi, 2008.

ARAUJO, Manuel G. Mendes de – *Cidade de Maputo – Os contrastes: Do Urbano ao Rural.* [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/6768\\_16.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/6768_16.pdf). [14-Setembro-2011].





*Um projecto de campo*



# Arquitectura sustentável no contexto africano: o projecto SURE-África

Manuel Correia Guedes\*; Nick Baker\*\*; Torwong Chenvidyakarn\*\*;  
Gustavo Cantuária\*\*; Klas Borges\*\*\*;  
Joana Aleixo\*; Italma Pereira\*; Luís Alves\*

p. 115-121

## INTRODUÇÃO

A situação encontrada nos países participantes no projecto – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique – é demonstrativa do que ocorre em outros países africanos, com economias em desenvolvimento, e muitas vezes marcados por conflitos armados de longo prazo. A construção e a reabilitação urbana nesses países são de tal modo urgentes que requerem uma abordagem diferente da europeia, em termos de implementação de tecnologias renováveis. Tal deve-se à escassez de recursos, pressionando a procura por habitação social, reabilitação, construção de edifícios públicos como escolas e hospitais, e às dificuldades inerentes à execução da construção e a lacunas em termos de regulamentação urbanística.

É importante considerar a conservação de energia através do design passivo do edifício como um equivalente comprovado para a geração de energia renovável. O projecto SURE-África adaptou conhecimento, bem estabelecido nesta área, ao contexto económico e climático dos referidos países. Foi dada ênfase à redução da procura, ao invés da geração, ou seja foi aplicada uma abordagem menos exigente a jusante para a manutenção e substituição, e mais compatível com os tradicionais estilos de vida. Em edifícios não residenciais a prioridade é minimizar o uso de ar condicionado. No caso da habitação, é importante que os critérios básicos de desempenho de conforto sejam satisfeitos; caso contrário os ocupantes tendem a recorrer ao uso de sistemas de ar condicionado, muitas vezes não compatível com a sua situação financeira.

O projecto baseou-se também em áreas de conhecimento existentes sobre reconstrução pós-conflito, tentando resolver a articulação entre as necessidades de curto prazo, e as estratégias de sustentabilidade de longo alcance. Abordou-se também a questão da auto-construção, sendo referidas estratégias construtivas economicamente acessíveis.

O objectivo global foi criar uma rede de conhecimento prático e científico entre Universidades africanas e europeias, no domínio do desenho urbano e construção ener-

\* Instituto Superior Técnico de Lisboa.

\*\* Universidade de Cambridge.

\*\*\* Universidade de Lund (Suécia).

geticamente eficientes. Foram realizadas, em cada um dos países africanos envolvidos (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique), sessões de formação através de *workshops*, seminários e conferências. Dentro deste programa foram abordadas temáticas em níveis adequados e direccionados aos diferentes grupos-alvo (os políticos locais, professores, profissionais, estudantes, auto-construtores).

Foi reunida experiência académica e profissional de três Universidades da UE - a saber, o Instituto Superior Técnico, a Universidade de Cambridge e a Universidade de Lund, e de quatro instituições africanas: a Universidade Agostinho Neto (UAN, Angola), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM, Moçambique), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M\_EIA, Cabo Verde) e o Ministério das infraestruturas e Transportes da Guiné-Bissau. Foi criada a base de dados, com informações sobre as ferramentas, exemplos de estudo de caso e de material didáctico no domínio da construção sustentável, eficiência energética e desenho urbano. Organizaram-se cursos de formação, *workshops* e conferências. Publicaram-se quatro manuais de boas práticas como resultado final do projecto. Estão deste modo desenvolvidas bases para a colaboração na investigação a longo prazo em matéria de energia e construção sustentável durante estes três anos de projecto.

O projecto foi financiado em 50% pela União Europeia (COOPENER), e co-financiado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e Fundação Calouste Gulbenkian.

## 1. OBJECTIVOS CUMPRIDOS

O principal objectivo do projecto, a longo prazo, foi o de criar uma rede de conhecimento prático e intelectual entre universidades africanas e europeias no domínio do desenho urbano e construção energeticamente eficientes. O projecto melhorou a comunicação e a troca de informações entre as instituições de ensino superior na UE e nos países Africanos de Língua Portuguesa.

Várias medidas foram tomadas para o efeito, na sequência do plano de trabalho inicial, nomeadamente:

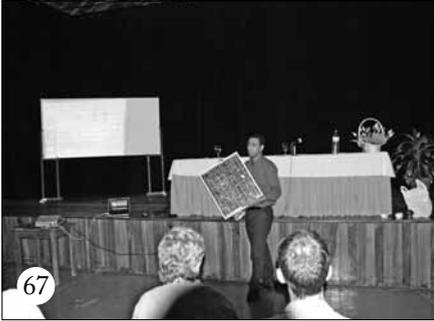
- Criação de um sítio de internet, que é actualizado regularmente como um recurso central de informação e comunicação (<http://www.sure-africa.org>).
- Organização de reuniões de projecto e produção de relatórios.
- Planeamento, organização e realização de seminários e *workshops* que tiveram lugar em Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com a participação das diversas instituições envolvidas. Os Seminários e Oficinas de Formação foram criados com base na identificação das necessidades e limitações específicas existentes em cada um dos países africanos envolvidos, e realizados com êxito.
- Produção de manuais de boas práticas e material didáctico. Os manuais de boas práticas são publicações pioneiras nessa área (uma referência não só para os países de língua portuguesa, mas também para outros países africanos), e constituem um dos principais resultados do projecto.

### 1.1 Os Seminários e Oficinas de formação (*Workshops*)

Juntamente com a publicação dos manuais de boas práticas, a realização de diversos seminários, *workshops* e conferências representou uma das conquistas mais importantes do projecto. Os três tipos de eventos foram de natureza distinta. Os seminários consistiram numa série de apresentações, com momentos de consultas entre cada apresentação, com um público diversificado que envolveu desde representantes de Governo e autoridades locais, profissionais do sector da construção (arquitectos, engenheiros, construtores, representantes das Ordens profissionais e das associações), académicos e estudantes. Em geral, a participação foi efectuada por convite da equipe de coordenação local. As oficinas de formação – *workshops* – foram principalmente direccionadas para universitários e profissionais (principalmente arquitectos e engenheiros), e realizadas geralmente após os Seminários (onde várias apresentações foram feitas); nestes, foram incentivadas discussões sobre vários temas, colocadas e respondidas questões de natureza prática, e analisados estudos de caso. As conferências estiveram abertas ao público em geral, incluindo um público mais amplo, e eram geralmente iniciadas e encerradas formalmente por personalidades representativas do Governo, e pelo Reitor da Universidade. Estima-se que, ao todo, participaram aproximadamente oitocentas pessoas nestas acções – cerca de duzentas por país participante.

Em Angola, os seminários, oficinas de formação e conferência em Angola ocorreram entre os dias 26 e 29 de Maio de 2009 e tiveram lugar nas instalações da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitectura da UAN. Os seminários tiveram lugar nos primeiros dias, tendo sido a plateia constituída maioritariamente por estudantes, académicos e profissionais.





Foram realizados *workshops* informais após o término de cada dia, principalmente com estudantes, onde diversas questões se debateram. O evento final foi a conferência, aberta pelo Ministro do Ambiente e do Reitor da Universidade, onde uma série de apresentações foram feitas, tanto pelo local (por exemplo, Ordem dos Arquitectos e Engenheiros e Funcionários da Universidade) como por peritos da UE.

Em Cabo Verde, realizaram-se duas séries de seminários e *workshops*, um na ilha de Santiago, Cidade da Praia, e outro na Ilha de S. Vicente, nas instalações M\_EIA no Mindelo. O público foi constituído na sua maioria por profissionais (arquitectos,



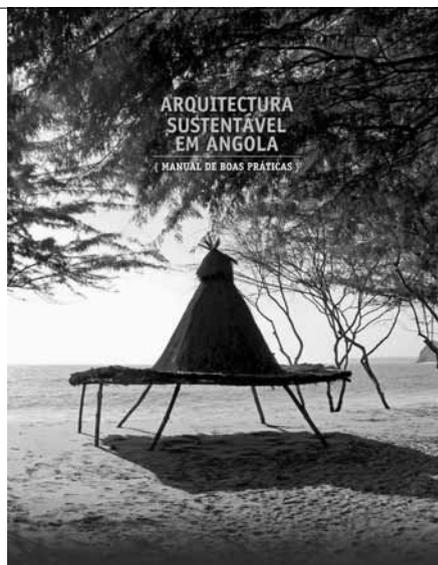
engenheiros), académicos, representantes de governo local (Prefeitura) e a Ordem dos Arquitectos e Engenheiros. A conferência final foi também realizada no Mindelo (em colaboração com outras instituições), na Câmara Municipal, e aberta ao público em geral.

Na Guiné-Bissau, os Seminários finais decorreram entre os dias 7 e 9 de Dezembro de 2009. Tanto o Seminário como a Conferência (no Auditório do Instituto Franco-Guineense) tiveram um atendimento de alto perfil, incluindo representantes de várias instituições oficiais e privadas.

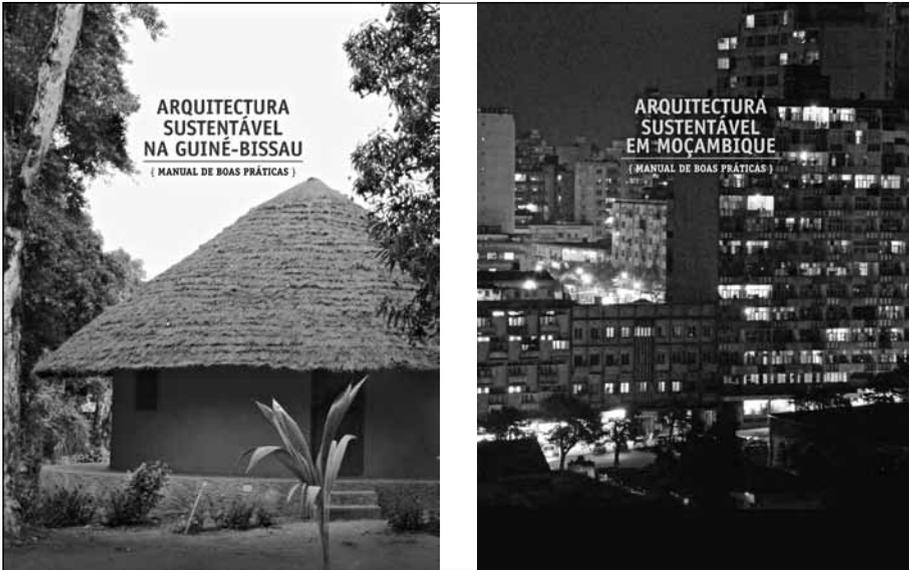
Em Moçambique, os Seminários e Oficinas de Formação foram realizados entre os dias 4 e 7 de Junho de 2009. O público presente nos Seminários atingiu cerca de 90-100 pessoas, a maioria representando Instituições do Estado, docentes e estudantes e algumas ONG's estiveram também presentes. Uma apresentação especial foi feita para os estudantes apenas no dia 7, na Faculdade.

## 1.2 Publicações

Elaboraram-se várias publicações no âmbito do projecto, sendo as mais importantes os Manuais de Boas Práticas e material de ensino (folhetos e slides). Uma série de outras comunicações foi também produzida, como sejam os comunicados de imprensa e anúncios feitos durante os Seminários em Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, incluindo notícias e entrevistas de TV e rádio, comentários *web*, cartazes, *flyers*, etc. No entanto, a parte mais significativa das publicações corresponde aos Manuais de Boas Práticas - uma referência não só para os países de Língua Portuguesa, mas também para outros países Africanos, e constituem um dos principais resultados do projecto.



Manuais de boas práticas: Capas



Manuais de boas práticas: Capas

Os referidos manuais, resultantes de um trabalho de campo rigoroso e amplamente participado pelos agentes locais, referem-se a cada país participante: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. Destinam-se à utilização por profissionais, académicos e público em geral. Os manuais, publicados pela CPLP, incluem uma visão geral do contexto local (socioeconómico, climático, cultural, recursos locais e tecnologia, etc.) e incluem um conjunto de recomendações de projecto, aplicáveis à maioria dos tipos de imóveis - desde auto-construção a edifícios mais complexos, tais como escritórios ou infra-estruturas turísticas. Incluem ainda recomendações sobre outras questões cruciais, tais como planeamento urbano, o uso da água, a utilização de sistemas de energias renováveis, e apresentam uma série de estudos de casos locais.

## 2. ACÇÕES FUTURAS

Não há dúvida de que o projecto foi o “embrião” para uma colaboração duradoura no futuro. Várias pesquisas e protocolos de intercâmbio de estudantes estão a ser formalizados entre a União Europeia e Instituições Africanas como um resultado directo do SURE-África. Uma Rede de Arquitectura e Urbanismo Sustentável está também a ser criada para os países lusófonos (incluindo Brasil), que agora está em vias de ser estendida às universidades existentes noutros países da UE e em África (francófonos e anglófonos).

O consórcio está a ponderar a candidatura de novos projectos conjuntos na linha do SURE-África. A equipe da UE está neste momento a preparar uma outra candidatura de financiamento para um novo projecto, uma continuação da SURE-África para os outros países lusófonos, como S. Tomé e Príncipe e Timor (colegas locais já

demonstraram grande interesse em se associar), bem como outros países francófonos e anglófonos em África. A equipe constituída da UE será também dilatada a outras universidades da UE. Os resultados do projecto vão agora ser mais divulgados, tanto em termos da distribuição dos manuais, manutenção do *site*, participação em reuniões internacionais e publicação em revistas.

## CONCLUSÕES

A opinião geral de todas as equipes participantes é a de que o trabalho foi muito bem executado, com um impacto duradouro, e tem condições para ser o ponto de partida para futuros projectos, tão necessários na área. Os resultados mais importantes foram os Seminários, Conferências e Oficinas de Formação, e sobretudo os Manuais de Boas Práticas, que constituem uma publicação pioneira neste campo de estudos.

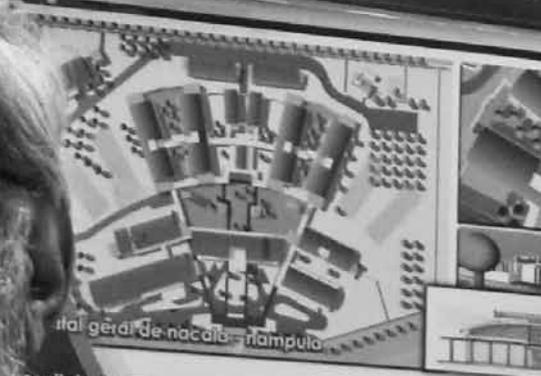
A criação de futuras relações de longo prazo entre as várias equipes do projecto SURE-África está a ser implementada. O fundamental do projecto, em grande parte já consolidado, é constituir o embrião de uma futura rede alargada de informação entre instituições Africanas e congéneres da União Europeia.



MOÇAMBIQUE



construção modular



escola

hospitais de dia





# Entrevista

MÁRIO ROSÁRIO

Porquê projectar as nossas cidades como cidades europeias e porque não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?



# Mário Rosário

*“Porquê projectar as nossas cidades como cidades europeias e porque não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?”*

Entrevista conduzida por **Bruno Marques\*** e **David Viana\*\***

Setembro de 2011

Entrevistamos o Arq. Mário Rosário, ex-Presidente da Junta Directiva do CIALP (Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa), sendo actualmente Vice-Presidente Regional (Índico).

A sua experiência de investigação e ensino (Curso de Arquitectura do ISCTEM - Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique) torna-o um interlocutor privilegiado para qualquer análise das problemáticas habitacionais e urbanísticas de Moçambique.

**Bruno Marques e David Viana** – *Quais os principais condicionalismos inerentes à problemática da habitação em Moçambique?*

**Mário Rosário** – Sendo Moçambique um País relativamente novo, com cerca de 4 décadas de existência e apenas duas décadas de Paz, depois de ter sido arrasada toda a economia local por sucessivas agressões dos países vizinhos ao serviço dos interesses do grande capital (agressões externas, vulgar e erradamente designadas por Guerra Civil) a problemática da Habitação não é de modo algum independente deste quadro global.

**BM/DV** – *E nesse cenário, existem estratégias para a resolução da ausência de habitação, ou é ainda uma questão de segundo nível nas prioridades do país?*

**MR** – As assimetrias de desenvolvimento entre as áreas urbanas e as rurais, o atraso tecnológico imprimido pelas sucessivas guerras de agressão cirurgi-

camente perfeitas no desmantelamento das infra-estruturas do país, originaram um quadro de ausência de industria local e da pequena economia artesanal e da grande industria estruturante, taxas elevadas de desemprego formal, níveis de salários cujo poder de compra é permanentemente desvalorizado. Isto deu origem a uma impossibilidade de acumulação de reservas quer ao nível familiar quer nacional, donde resulta que a habitação não constitui uma prioridade no sector familiar, nem no Orçamento de Estado (por si só deficitário).

**BM/DV** – *E as distintas intervenções de ajuda internacional têm sido feitas de forma adequada ao cenário moçambicano?*

**MR** – Apesar dos elevados níveis de ajuda da comunidade internacional, subvencionando a dívida publica com injeções monetárias, a ausência da correspondente ajuda e cooperação no desenvolvimento das capacidades

\* CEAUP/Universidade Lusíada.

\*\* CEAUP/Escola Superior Gallaecia/ESAP.

produtivas e comerciais leva a que não sejam estabelecidas políticas de recuperação económica e social sustentáveis. O adormecimento da necessidade política de procurar linhas de orientação tendentes a uma estruturação do país e a uma independência económica é causado pelo excesso de fundos humanitários, fundos de ajuda para satisfação das necessidades básicas imediatas e apoio a políticas de importação de capacidades de produção cuja tecnologia não será sustentável nos próximos tempos, criando e fazendo perdurar uma dependência permanente do grande capital estrangeiro.

**Se a habitação tem de ser recriada periodicamente porquê construir em duro... durável? Os sistemas políticos é que precisam de mostrar solidez...**

**BM/DV** – *Toda a ajuda internacional tem deixado de fora as questões habitacionais? A população como tem resolvido as suas necessidades habitacionais?*

**MR** – A habitação popular (isto é, da população excluída dos eixos de desenvolvimento nacional) é resolvida por si só com a autoconstrução, recorrendo maioritariamente a materiais naturais

**Como viviam as famílias em 1980**

Item designação	urbana	rural	total
1 cimento e tijolo	134.715	55.250	238.514
2 madeira e cimento	28.535	34.712	63.247
3 adobe	27.632	214.969	242.601
4 cartão e pedra	65.734	315.876	381.610
5 pedra molhada	90.345	1.628.697	1.720.243
6 outros	8.477	68.747	79.424
<b>A total de famílias</b>	<b>356.139</b>	<b>2.396.300</b>	<b>2.712.439</b>
% do total	13%	87%	100%
<b>B1 Com materiais duráveis (1+2)</b>	<b>163.250</b>	<b>126.011</b>	<b>289.261</b>
% do total	46%	5%	11%
<b>B2 Com materiais pouco duráveis</b>	<b>192.889</b>	<b>2.230.289</b>	<b>2.423.178</b>
% do total	54%	93%	89%

Dados do Censo de 1980 / INE

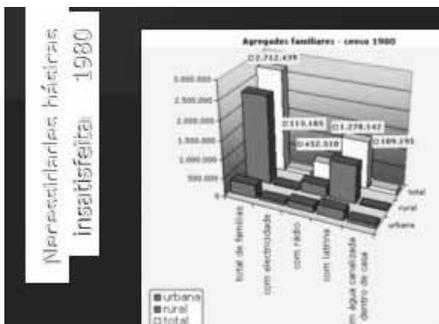
com pouca incorporação energética – materiais vegetais e lenhosos, e terra – ficando os programas de ajuda reservados modelos de edificações baseadas em materiais importados, que não são sustentáveis economicamente, sendo ainda geradores de maior dependência.

**BM/DV** – *Qual tem sido o resultado de iniciativas governamentais que prometem a construção de centenas de casas?*

**MR** – A vontade política legítima a aspiração a um modelo comparável aos dos países industrializados: mas estes são irrealistas quando a economia nacional está em franco declínio, ofuscado nas estatísticas pelos grandes projectos em franco crescimento, isentos de muitas imposições fiscais, – contribuindo significativamente para o desequilíbrio da balança de pagamentos de Moçambique.

**BM/DV** – *Então, que soluções propõe para a habitação? Sabendo que a economia local se encontra sem poder de compra, ao contrário do previsto no Plano de Desenvolvimento Nacional.*

**MR** – Encorajar o sector artesanal, familiar, a criar riqueza (num quadro de incentivos fiscais potenciadores de emprego),o que exige pouca especializa-



Censos de 1980 / INE

ção e treino profissional, e com programas de inserção de novas tecnologias, adequadas e sustentáveis, que façam aumentar a produção quer no sector agrícola quer na pequena industria transformadora. De outro modo iremos continuar a sonhar com modelos de habitação (casa + infra-estrutura) importados de países altamente industrializados, renegando-nos e envergonhando-nos com as soluções possíveis, as que me parecem sustentáveis, mais naturais e com menos gasto de energia e culturalmente integradas. Além disso estas seriam soluções geradoras de rendimento local.

**BM/DV** – *Como poderá ser o futuro das cidades moçambicanas: com origem nos mesmos modelos europeus ou dentro de uma nova realidade africana?*

**MR** – Por quê projectar as nossas cidades como cidades europeias baseadas na história de desenvolvimento urbano ocidental, marcado pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, se somos um país de economia rural, de subsistência, marcado pela destruição sistemática e massiva por parte do mundo ocidental. *Por que não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?* Por que não pensar num urbanismo baseado nas negociações entre os actores urbanos económicos e sociais e não em modelos formais europeus? Não sendo sustentável em Moçambique o modelo europeu, só nos resta pesquisar como gerar e gerir processos de urbanização africanos – que acabarão por ser processos de ruralização das cidades coloniais por incapacidade de acumulação estrutural do capital nacional.

**BM/DV** – *Os modelos de cooperação internacional até à data têm sido de certa forma associados a uma nova coloniza-*

*ção intelectual... Isto é inconsciente ou é estratégia?*

**MR** – Dada a longa colonização e os anos pós-independência, estes extremamente dependentes de cooperação bilateral e multilateral, quer sob o ponto de vista económico e financeiro, quer especialmente com a chegada de muitos profissionais, foi criado um quadro político pró-ocidental, que impôs um “pensar” importado. Deste modo fomos envergonhando inconscientemente de sermos africanos, das nossas tradições e modos de vida, e da capacidade de desenvolver uma economia mantida fora do contexto internacional.

**BM/DV** – *Qual seria o melhor reenquadramento que deveria ser dado à ajuda internacional e à cooperação para a habitação?*

**MR** – A ajuda importante seria «o ensino de como pescar melhor e não nas grandes ofertas de peixe». As capacidades de pesquisa científica e técnica, associada à experiência secular de urbanização (se forem associadas às capacidades locais de pesquisa), estou certo de que se encontrarão caminhos próprios para resolução de problemas do próprio desenvolvimento e se estabelecerão pistas para futuros programas de cooperação equilibrada para ambas as partes. Os programas de Habitação (casa + infra-estruturas) que merecem mais atenção governamental e seus parceiros de cooperação são os programas de alojamentos para a classe alta e média nos principais centros urbanos existentes. O alojamento social constitui, apenas, a segunda prioridade. A prioridade do sector privado é o alojamento para a classe alta num mercado especulativo e limitado ao centro das grandes cidades.

**BM/DV** – *Qual o caminho para modernização da habitação popular?*

**MR** – A problemática da habitação popular fica entregue a si própria, com fraco apoio dos poucos municípios que, para além disso não têm capacidade técnica nem financeira para investir na expansão das redes infra-estruturais, de modo a poder oferecer terreno preparado para a autoconstrução e com garantia da posse do terreno. Com o salário mínimo mensal nacional rondando os 50 a 60 Euros para cerca de 80% dos assalariados não se antevê um programa de habitação com visibilidade, atractivo para a os órgãos governamentais e da cooperação internacional. Só o seriam se existissem programas prestigiáveis de pequena escala e de grande impacto na vida do cidadão nacional. Além este programa de reduzido montante financeiro mas contaria com grande conhecimento dos usos e costumes nacionais e conhecimentos tecnológicos, para a utilização dos materiais locais duráveis.

Estamos assim levados à existência de pelo menos dois níveis de visibilidade, a visibilidade de interesse político governamental ou das agencias de ajuda consumindo grande parte dos fundos em estudos e soluções tipológicas não sustentáveis e a visibilidade popular entregue a si própria em esquemas de sobrevivência dentro de um horizonte programado de água potável para 30% da população até 2015 (?) e 15% da população com acesso a energia eléctrica no bairro (que não significa energia dentro de casa).

**BM/DV** – *As tecnologias construtivas alternativas e/ou “tradicionalis” são bem aceites pela população?*

**MR** – A tecnologia (para nós) alternativa, simples e adequada é a tecnologia “popular”; por isso não têm de ser aceites pela população pois são sua criação e propriedade. O que nos parece solução precária para a população de agricultura nómada é a solução adequada de eficiência energética. Se a habitação tem de ser recriada periodicamente porquê construir em duro... durável? Os sistemas políticos é que precisam de mostrar solidez e não se revê nessa solidez a solução precária popular. Daqui o conflito ou divergência entre pontos de vista e por isso se torna difícil encontrar pistas de pesquisa concorrentes para os mesmos objectivos entre pesquisadores e utentes.

### **As assimetrias de desenvolvimento são processos de exploração entre os países.**

**BM/DV** – *Há uma grande distinção entre as áreas de interesse económico e as restantes no acesso aos meios técnicos e materiais pela população?*

**MR** – Os modelos formais, estéticos e culturais são inerentes ao nível de desenvolvimento dos meios de produção, do índice de desenvolvimento humano, que tem raízes históricas e geopolíticas dependem directamente do facto das comunidades estarem ou não nos eixos de interesse do capital. Os que estiverem fora dos eixos de desenvolvimento não serão objecto dos benefícios resultantes da eventual concretização de promessas eleitorais que os políticos precisam de fazer antes das eleições. Estarão entregues a si próprios e aos poderes da Natureza.

**BM/DV** – *Como perspectiva a investigação académica e respectivo contributo para a problemática da habitação?*

Para se compreender a verdadeira dimensão das questões de habitação é preciso fortalecer a consciência de cidadania como cidadãos despidos dos preconceitos de hierarquia diferenciada entre os indivíduos normalmente discriminados por sua localização no território, pela classe social onde se insere. A verdadeira dimensão do ser humano com os direitos que lhe são inerentes nem sempre está em primeiro plano nos processos de estabelecimento de políticas em cada momento da vida das nações pelos seus Estados e nos processos de cooperação entre países e Estados. As assimetrias de desenvolvimento baseadas no domínio do conhecimento científico e das tecnologias de produção eficiente são processos de exploração entre os países. Os processos de ajuda “caritativa” não respeitam a dignidade dos indivíduos. As classes dominantes acham-se no direito de impor ao dominado os seus modelos imaginários de satisfação necessidades básicas. Quanto menos ajuda “caritativa” houver mais se aguçará o engenho para vencer as dificuldades. Daí resulta o contra-senso de no mundo globalizante se procurar a protecção do isolamento para exercer o direito à privacidade e à dignidade de cada um. Assim, a cooperação ao nível da Academia precisa em primeiro lugar de ser inclusivo, respeitando a dignidade de cada parte, partilhando conhecimento, metodologias, tecnologias, conhecimento científico adquirido e incluindo as questões ainda sem resposta. A pesquisa científica conjunta e respeitando as diferenças geográficas e culturais não é um processo simples, depois de tantos séculos de domina-

ção, em particular pela dificuldade dos dominados terem a consciência plena do direito à afirmação e à diferença. Este será o ponto de partida sério para um programa de cooperação com benefício mútuo.

**BM/DV** – *Em que sentido deve ser organizada a cooperação científica no que diz respeito ao problema da habitação em Moçambique?*

**MR** – Há muito trabalho a fazer com a cooperação do Norte:

- Desenvolver capacidade de pensamento e método de trabalho científico com a partilha de métodos de estudo e pesquisa para comprovação de factos e registos de modelos de abordagem das questões de Habitação;
- Análise, debate e formulação de teses a serem comprovadas e provas de coerência das premissas e conclusões;
- Análises comparativas entre casos similares de contextos socioculturais diferentes;
- Ensaio de modelos, solução participativa e medição de impactos.

Será preciso ter consciência que esta cooperação tem de se desenvolver de forma multidisciplinar e a longo prazo, sem pressas de chegar a conclusões precipitadas. É preciso um comprometimento sério de cada pesquisador nos processos de apreensão das diferenças culturais como riqueza do processo de cooperação e não oportunidade de benefício unilateral.





# África em debate

Problemáticas do desenvolvimento  
em África



# Cultures de rente et mutations politiques dans les sociétés toupouri et massa du Nord-Cameroun (1920-2010)

Jean GORMO\*

Patrice PAHIMI\*\*

P. 133-145

## Introduction

Introduites pour plusieurs raisons, les cultures de rente ont été à l'origine de multiples mutations. Sous ce rapport, l'acceptation du coton, de l'arachide et du riz par les Toupouri et les Massa dans leur cycle cultural n'a pas été un événement innocent. L'imposition de ces cultures de traite a perturbé à tous les niveaux les maillons de ces sociétés.

Les conséquences politiques issues de culture de ces plantes sont nombreuses et diversement appréciées. D'une part, il y a eu effritement du pouvoir des chefs traditionnels, véritables maîtres de la terre et du culte des ancêtres et renforcement d'un pouvoir nouveau issu de la nomination des chefs par l'administration coloniale d'autre part. Cependant, après la décennie de l'indépendance, on assiste à l'émergence d'une nouvelle élite locale née des bénéfices réalisés à travers la vente de ces cultures de rente.

En outre, avec l'introduction de ces plantes nouvelles, on assiste à un transfert de pouvoir en ce qui concerne les pratiques agricoles. Les services d'agriculture, de la SODECOTON et de la SEMRY deviennent ainsi de nouveaux pôles de pouvoir.

Afin de saisir les différentes mutations politiques, il est judicieux de présenter de manière succincte l'organisation politique des sociétés toupouri et massa avant l'arrivée des Européens. Cet aspect permettra de mettre en exergue l'évolution du pouvoir politique dans ces sociétés au XX<sup>e</sup> siècle.

## 1. L'organisation politique des sociétés Toupouri et Massa au XIX<sup>e</sup> siècle

S'il est difficile de parler d'une organisation véritable au sein de ces deux sociétés au XIX<sup>e</sup> siècle, il serait hasardeux de leur refuser toute forme d'organisation qui régularise la gestion de la communauté.

\* Enseignant à l'ENS de l'Université de Maroua-Cameroun – Chercheur au CEAUP

\*\* Enseignant à l'ENS de l'Université de Maroua-Cameroun

### a) L'organisation administrative chez les Toupouri

La vie politique des villages Toupouri était animée par les chefs traditionnels appelés Wang siri, choisis parmi les plus vieux de la génération à l'origine de la fondation du village. Cependant, ils étaient tous responsables devant le grand chef spirituel qui résidait à Doré au Tchad dans la région de Fianga. Il portait le titre de Wang koulou (Wang qui signifie chef et koulou qui veut dire grand, suprême). Laurent Feckoua l'appelle le «Pape des Toupouri» (L. Laoukissam, Feckoua, 1977: 43). C'était un personnage mystérieux et craint. Son élection, son intronisation et même sa vie faisaient l'objet d'une attention particulière. Il était choisi dans l'une des trois familles (*Degne, koumaioua, kiriou*) par les «djarmorébé» (les hommes les plus vieux de ces villages du Tchad). Il était le grand chef de tous les Toupouri indépendamment des frontières. Ses fonctions étaient essentiellement religieuses et judiciaires (L. Laoukissam, Feckoua, 1977: 46).

Seul habilité à organiser les grandes manifestations devant se dérouler dans le pays, il déclenche la fête de kaké correspondant à la fin de la récolte du mil hâtif (gara) et marquant le nouvel an Toupouri.

- C'est lui qui ouvrait la saison des cultures, de chasses et de pêche dans son territoire de commandement.
- il prélevait une taxe sur les récoltes et bétail.
- il avait le droit de nomination et d'intentionnels.
- Il était aussi le juge suprême et disposait de tout un appareil de répression lui permettant de rétablir l'ordre et faire règne la paix. Cet appareil de répression était constitué des populations et de son pouvoir sacrés dont il utilisait pour attirer les malédictions sur les coupables qui refusait de payer l'amende réclamée.

Les fonctions du Wang Koulou faisaient de lui un personnage respecté et craint de tout le monde. Jean de Dieu Dupeu, chef de la subdivision de Fianga en 1930, cité par Feckoua constate (L. Laoukissam, Feckoua, 1977: 49):

Le 28 août, seul assis parmi les autres debout à l'écart des autres chefs, Tiyo était là! Prés de lui, sur son bouclier posé à terre, son fidele et inséparable «vicaire» avait de déposé sagaies l'auguste personnage (...) [il] demeurait impénétrable, hautain (...) Parmi les chefs qui l'entouraient, pas un seul n'osait poser Les yeux sur sa personne.

Il ressort de cet extrait d'archives que le *Wang Koulou* était assisté dans ses multiples tâches par un vicaire appelé *Goho* qui lui était totalement dévoué comme bailleurs tout le reste de la population. Le pouvoir du «Pape des Toupouri» ne souffrait donc d'aucune contestation d'autant plus qu'il revêtait un caractère divin. En effet, ses excréments étaient récoltés dans un sac lors de ses déplacements et enterrés obligatoirement à côté de sa maison au pied du mont Doré.

Comme le constate le chef de la subdivision de Fianga, les chefs de village qui l'entouraient lui rendaient tous les honneurs. Ils étaient ses représentants dans leur territoire respectif.

Leurs fonctions de chefs de village étaient aussi d'ordre religieux et judiciaire. Leurs prérogatives étaient dans l'ensemble similaires à celles du *Wang Koulou*. Il était souvent très rare de les voir exercer un pouvoir coercitif.

- Dans la plupart des cas, ils protégeaient le village par leurs prières;
- Ils veillaient sur les cultures par les sacrifices et ordonnaient les semences et les récoltes. C'est bien ce qui ressort des propos de Guillard (J. Guillard, 1965: 123) en parlant des chefs traditionnels:

Ce sont les Ouansiri (chefs de terre) qui sont donc les véritables prêtres du pays toupouri et ce sont eux qui ont la plus grande influence religieuse et la plus grande chance de subsister avec le cortège de valeurs et croyances locales qu'ils représentent (...). Ils effectuent les premiers travaux et ouvrent le bal des récoltes; bien connus et respectés, ils ont une forte créance sur les vieilles classes (...). Même les convertis récents au christianisme obéissent au Ouansiri et le respectent.

#### **b) L'organisation administrative chez les Massa**

Dans la société massa quant à elle, il n'y avait pas de chefferie en tant que telle. La société était alors commandée par un chef de guerre appelé *Boum Kawena* qui veut dire littéralement chef avec épée à la main. Il s'agit en fait des chefs de guerre qui s'autoproclamaient chef de village. Pour ce faire, ce chef devait remplir certaines conditions physiques notamment être fort, robuste et bon guerrier.

Le *Boum Kawena* s'attribuait tous les pouvoirs de chef. Cependant, ce poste était essentiellement éjectable car celui-ci était susceptible d'être renversé à tout moment par un autre plus fort que lui. Il s'agissait d'une forme de loi de la jungle où le plus fort soumettait les plus faibles.

A côté de ce poste véritablement temporaire, existait un autre exclusivement héréditaire. C'est celui du chef traditionnel appelé *Samat Chalngada*. Maître incontesté de la terre, il exerce un rôle beaucoup plus religieux. Son domaine de compétence est semblable à celui du chef traditionnel toupouri. Ses prérogatives consistaient:

- A tenir le village par de nombreux sacrifices destinés à chasser les mauvais esprits ;
- A veiller sur les cultures par des sacrifices. C'est lui qui, le premier, semait dès l'arrivée de la saison de pluies et il était également le premier à récolter;
- A organiser les pêches collectives sur ses eaux;
- A distribuer les terres, à rendre la justice.

En retour, il bénéficiait de certains avantages à lui accordés par ses populations. Il s'agit principalement de l'entretien de ses champs, des taxes qui se confondaient souvent en divers dons en nature notamment une calebasse de mil (*Djinanga*) par famille et quel que fois du bétail.

### c) Etude comparative des structures administratives chez les Toupouri et les Massa au XIX<sup>e</sup> siècle

Au XIX<sup>e</sup> siècle, la société Toupouri présentait une organisation administrative hiérarchisée. Les toupouri indépendamment des divisions claniques reconnaissent l'autorité d'un chef suprême appelé Wang Doré. Son pouvoir dans tout le pays était incontesté. C'est lui qui avait le droit d'investiture de tous les chefs traditionnels de son territoire. Il était de ce fait la marque visible de l'unité et de l'origine commune de ce peuple.

Par ailleurs, l'organisation administrative des Massa ne répondait pas à cette structuration. Dans cette société, existait par contre un chef de guerre qui s'arrogeait l'essentiel des pouvoirs. Ainsi, il avait une main mise sur les populations qui lui devaient obéissance et respect. Cependant, cette fonction était essentiellement éjectable car une autre personne plus forte que lui pouvait à tout moment le renverser et prendre le pouvoir.

Cette absence d'un pouvoir centralisateur chez les Massa à l'échelle de tout le pays nous amène à poser une question essentielle sur l'origine de ce peuple à savoir l'unicité de cette origine. Au regard de l'exemple donné par les Toupouri, on peut dire d'emblée que les Massa ne partagent pas entre eux une origine commune. Cette position est renforcée par les propos de Boulet et Seignobos qui affirment que (J. Boutrais, et al, 1979: 117):

«Les Massa semblent former un groupe d'origine hétérogène, uni par la langue et la culture»

Cependant, loin d'être antimonique, les structures administratives des sociétés Toupouri et Massa se rapprochent au point d'être souvent assimilées. En dépit de la présence du chef de guerre chez les Massa, existait un chef traditionnel dont le rôle était beaucoup plus religieux comme chez les Toupouri. En effet, les chefs traditionnels dans ces deux sociétés exerçaient presque les mêmes rôles. Ils assuraient la continuité des sacrifices offerts aux ancêtres et de fait organisaient la vie rituelle du village.

L'arrivée des Européens en 1902 à Yagoua marque le début des mutations politiques au sein des sociétés Toupouri et Massa elle marque aussi le début de l'imposition des chefs administratifs aux populations (L. Laoukissam, Feckoua, 1977: 268-269). C'est la naissance des chefferies en pays Toupouri et Massa calquées sur le modèle peul.

## 2. l'évolution des structures administratives au XX<sup>e</sup> siècle

La caractéristique principale des Toupouri et Massa au début de la période française est leur indiscipline. Ils ne respectaient pas la notion des frontières entre le Tchad et le Cameroun. Bien plus, l'insécurité était permanente. Les vols de bétails étaient réguliers. Ils razziaient le bétail aux Foulbé. L'administration coloniale avait du mal à placer ces peuples sous l'autorité des Foulbé. Ce qui rendait difficile toute communication avec la base.

Face à cette situation, l'administration coloniale française procède à la création des cantons dans les pays Toupouri et Massa en particulier et chez les peuples animistes du

Nord-Cameroun en général. Dans la subdivision de Yagoua, les villages de Dadjamka et de Zouayé sont érigés en cantons en 1924. Au même moment, dans la subdivision de Kaélé, quatre cantons sont créés: Golonghini, Doubané, Touloum et Dziguilao en 1924. Dans le même sens, Doukoula et Tchatibali sont érigés à leur tour trois ans plus tard en cantons. (G. Kouassi, 1988: 31).

A la tête de ces cantons, l'administration coloniale place des chefs de canton qui jouaient le rôle de courroie de transmission entre la population et l'administration. Ces chefs nommés par l'administration coloniale sont responsables devant elle. Ils n'émanent plus de la volonté du peuple et pouvaient ne pas être de la famille fondatrice du village. De ce fait, ils n'assuraient pas le culte des ancêtres et n'avaient pas la préséance en matière religieuse.

Par ailleurs, il faut relever que la création des cantons est venue se greffer aux chefferies préexistantes. Désormais, on retrouve en pays Toupouri et Massa deux pôles de pouvoir: celui des chefs traditionnels, gardiens de la tradition d'une part et d'autre part celui des parvenus représenté par les chefs de canton ou chefs administratifs.

En effet, ces derniers ne maîtrisant pas le culte des ancêtres avaient pour principale tâche l'administration qui désormais, n'étaient plus de la compétence des chefs traditionnels. On assiste alors à une superposition des structures: l'une politique et l'autre religieuse.

Reconnus par l'administration coloniale, les chefs de canton étaient puissants et contraignaient la population à s'acquitter des tâches et travaux d'intérêt public commandés par l'administration coloniale. Cette situation allait jouer en défaveur du pouvoir des chefs traditionnels.

### **3. la culture de rente et l'effritement du pouvoir des chefs traditionnels au XX<sup>e</sup> siècle.**

Le bicéphalisme né à la suite de l'implantation des administrateurs coloniaux français dans la région toupouri et massa est à l'origine de multiples problèmes. En effet, les populations locales, longtemps habituées à ne voir qu'une seule véritable autorité au sein du village, ne savent plus désormais à quel sein se vouer lorsqu'il y'a un problème. Situation à la limite confuse quand on sait que désobéir au chef traditionnel, c'est renier les traditions, aller contre la volonté des ancêtres fondateurs du village et défier le chef administratif, c'est ne pas reconnaître l'autorité de l'administration coloniale. En dépit de cette situation très inconfortable, les populations toupouri et massa ont opéré des choix qui n'ont pas toujours été à la faveur des chefs traditionnels.

Ainsi, dès l'introduction des cultures de rente, la demande en parcelles de terre pour l'exploitation de nouvelles cultures va croissante. Cette situation ne va pas sans conséquences. Elle pose avec acuité le problème foncier. Les chefs traditionnels habitués à résoudre ce genre de conflit voient leur pouvoir judiciaire disparaître en ce qui concerne les litiges entre paysans propriétaires de terrain de cultures d'une part et d'autre part entre agriculteurs et éleveurs. Ceci est d'autant vrai que ces chefs traditionnels n'ont même plus le pouvoir de distribuer les terres aux paysans. Cette tâche

est dorénavant dévolue aux chefs administratifs. La perte de ce pouvoir essentiel entraîne d'autres conséquences parmi lesquelles la cessation du paiement des taxes sur les récoltes. Cet avantage revient désormais de plein droit au chef administratif, nouveau maître des terres.

Avant l'arrivée de l'administration coloniale et son corolaire à savoir: l'imposition des cultures de rente, le calendrier cultural toupouri et massa n'était pas surchargé. Ces peuples trouvaient alors un peu de temps à consacrer au labour des champs du chef traditionnel (souvent occupé par les sacrifices offerts aux ancêtres et la gestion quotidienne du village). Cependant, depuis l'imposition des cultures de rapport, ces populations ne se consacrent plus aux travaux champêtres du chef traditionnel. Cette situation dérive du fait que les cultures de coton, d'arachide et de riz nécessitent beaucoup de temps pour leur entretien. C'est bien ce que note Feckoua en parlant du coton (L. Laoukissam, Feckoua, 1977: 269):

La culture imposée par l'administration vient en tête de l'assolement et ne laisse pas de répit au paysan pour se consacrer à la culture de ce qui assure son alimentation.

Dans la même perspective, pour avoir des meilleurs rendements pour un hectare de coton, les services d'agriculture estiment entre 112 et 185 jours de travail (Ministère de la Coopération et du développement, 1991: 1030). A la fois épuisante et contraignante, la pratique de ces nouvelles cultures amènent les populations toupouri et massa à abandonner l'aide qu'elles apportaient au chef traditionnel pour se consacrer uniquement à leur autosuffisance alimentaire.

Jadis maître incontesté de la terre et des cultures, le chef traditionnel, depuis les années 50 n'a plus aucune emprise sur le lancement des cultures de rente comme il le fait encore pour les autres plantes traditionnelles. Son signal n'est plus attendu pour le début de ces cultures. Il n'a donc plus l'exclusivité de l'ouverture de la saison agricole pour ses nouvelles plantes. Il n'a plus également le droit de clôturer la saison de culture de celles-ci. Il est lui même désormais pris dans l'engrenage de l'organisation culturelle établie par les services techniques de l'agriculture.

Malgré la disparition de certaines de leurs prérogatives, les chefs traditionnels gardent tout de même leur pouvoir sacrificiel et demeurent, en dépit de tout ce qui précède, des personnages mystiques respectés et craints par les populations. C'est bien le constat que dresse Guillard en ces termes (J. Guillard, 1965: 123).

Bien connus et respectés, ils ont une forte créance sur les vieilles classes (...). Même les convertis ressent au christianisme obéissent au Ouansiri et le respectent. Il représente la plus profonde des choses terrestres et supraterrrestres, de la vie de la petite communauté, de ses fondements et de ses coutumes, il est le gardien de la tradition...

Ce trait du respect des populations envers leur chef traditionnel traduit en fait l'attachement des toupouri et des massa à leur tradition. A travers cette manière de faire, la tradition se voit perpétuer de génération en génération. Au regard de ce qui

précède, la société toupouri et massa a également une attitude respectueuse vis-à-vis des chefs administratifs, véritables comparses de l'administration coloniale.

#### **4. Les plantes de rapport dans le renforcement du pouvoir des chefs administratifs**

Nés sous l'initiative de l'administration coloniale française, les chefs administratifs dont la mission principale était d'administrer purement et simplement le territoire (levée d'impôt, voirie, justice...) ont vu leur pouvoir s'accroître et se renforcer sur les populations. Cette nouvelle donne est perceptible en pays toupouri et massa depuis l'imposition des cultures de rente.

Au nom du maintien de l'ordre public, du développement économique et social de leur unité de commandement et compte tenu des missions à eux confiées<sup>1</sup> par l'administration coloniale, les chefs administratifs vont s'ériger en véritables seigneurs, maîtres des terres et des hommes.

Après le lancement effectif des cultures de rente (coton et riz) à partir de 1950, l'administration française donne aux chefs de canton le pouvoir de distribuer les terres agricoles. Ainsi, chaque famille se voyait confiée une parcelle bien précise (le plus souvent elle s'étalait sur un hectare) pour l'exploitation des nouvelles cultures.

Face à la résistance des populations à cultiver ces plantes, les colonisateurs français donnent l'ordre aux chefs administratifs de contrôler le déroulement des travaux agricoles. C'est ainsi que ces derniers détachaient les sujets de leur cour surveiller les paysans dans les champs. La présence de l'envoyé du chef est attestée dans le rapport de Yérima Hayam:

Le 23 continuant ma tournée pour les travaux pour les travaux agricoles (...), le soldat considéré comme un policier du parti était menacé par le nommé Goudougou Soumaï Wélé ainsi que du Djaouro du quartier.<sup>2</sup>

Comme on le voit, ces derniers étaient aidés dans leur tâche par les moniteurs et les soldats. Cette image rend compte du climat de tension qui régnait à cause de l'imposition de la culture du coton. Chaque fois qu'il y'avait interaction entre un paysan et l'envoyé du chef, celui-ci était tenu de rendre compte au chef qui lui-même dressait un rapport à l'administration. Elle à son tour prenait des mesures essentiellement répressives contre le coupable. C'est de cette manière que les chefs administratifs ont facilité l'introduction des cultures de rente dans la région (J. Guillard, 1965: 145).

L'introduction des cultures d'exportation a été facilitée par les chefs de canton qui garantissaient l'exécution des surfaces imposées pour chaque village contre des avantages matériels certaines.

<sup>1</sup> Face à la résistance des populations à cultiver le coton et le riz, l'administration coloniale confie aux chefs de canton la mission de persuader les populations. La première méthode fut celle de la sensibilisation et la seconde la coercition. Ainsi, cette seconde méthode amène les chefs administratifs à prendre un certain nombre de mesures répressives notamment la bastonnade des paysans incompréhensifs», la confiscation de leurs biens et leur emprisonnement.

<sup>2</sup> ASPY, correspondance de Yérima Hayam en tournée agricole à Gadjam (Widigüé) en date du 25/07/1974.

Dans l'exercice de leur mission à eux confiée par l'administration coloniale, les chefs administratifs vont se livrer aux nombreuses exactions. Le chef pouvait construire une histoire pour incriminer un paysan qu'il ne portait pas à cœur en envoyant ses fidèles répandre du riz dans la cours de ce dernier afin de l'accuser de consommation abusive du riz et de vente dans les marchés transversaux. Quand on sait qu'au début de cette culture, il était strictement interdit de consommer abusivement ce produit et de le vendre illégalement, on voit bien la sanction qui pouvait lui être réservée. C'est bien ce que note Guillard (J. Guillard, 1965: 145):

Comme le chef de canton est pratiquement le seul informateur (avec le fonctionnaire interprète souvent acheté par ses soins) il trouve facilement des coupables et impose son «ordre» aux populations.

Ainsi, les chefs administratifs infligeaient des sanctions aux paysans selon la gravité de leur faute. Les sanctions dépendaient également des rapports qu'ils entretenaient avec ce dernier. De ce fait, ils bastonnaient les paysans récalcitrants et gardaient dans leur cour ceux qui s'étaient dans leurs «erreurs». Durant cette période de rétention, les paysans travaillaient dans les champs du chef.

En dehors de ces deux mesures correctionnelles, le chef administratif avait pouvoir de saisie de biens des paysans fautifs. Certains chefs administratifs se sont fait remarquer par leur action répressive tout au long de la période d'imposition de la culture du coton et du riz. C'est le cas de Temwa de Doukoula, Hinbara de Wina et de Makaïni de Yagoua. Ces chefs administratifs s'appuyaient sur l'administration coloniale pour satisfaire leurs désirs. D'ailleurs, le décret N.º 77 /245 qui définit les attributions des chefs traditionnels en 1977 n'est qu'un rappel de ce qui se faisait pendant la période coloniale<sup>3</sup>. En effet, il stipule que:

L'Etat est tenu d'assurer au chef la protection contre les menaces, outrages, violences, voies de fait, injures ou diffamations dont il peut être l'objet en raison ou à l'occasion de l'exercice de ses fonctions.

Sous ce rapport, les paysans étaient obligés de se soumettre au chef administratif pour ne pas avoir à faire aux blancs car le Blanc faisait peur aux populations locales et la seule façon de l'éviter consistait à respecter les décisions et la volonté du chef administratif.

Conscients de l'appui que leur donnait l'administration coloniale française, les chefs administratifs faisaient travailler les paysans dans leurs champs de coton en pays toupouri, les populations ont trouvé une dénomination précise à ces champs du chef. Elles l'appelaient *Paï de sal* qui signifiait littéralement champ gratuit. Il s'agit en fait du retour au travail forcé dont le bénéficiaire exclusif n'était autre que le chef administratif. Depuis l'introduction du coton, ceux-ci trouvent en cette forme de corvée le moyen d'augmenter leurs revenus. Ce champ, souvent choisi en brousse dans une zone peu peuplée occupait de grandes superficies sur lesquelles les paysans du canton cultivaient le coton au bénéfice du chef administratif. Il représentait une

<sup>3</sup> ASPM, Décret n° 77/245 du 15 juillet 1977 portant organisation des chefferies traditionnelles modifié et complété par le décret 82/241 du 25 juin 1982, Article 27 (i).

forme de contrainte pour les paysans. Chaque village devait à tour de rôle amener tous ses hommes pour défricher, semer, cultiver ces champs. Cette façon de faire était extrêmement fâcheuse car elle détournait pendant la saison des travaux agricoles les hommes de leur propre champ. Les superficies allaient jusqu'à quatre cent hectares. Etant la courroie de transmission entre l'administration et les populations, les chefs administratifs recevaient la totalité des sommes issues de la vente du coton et du riz. Il leur revenait donc de répartir et de distribuer cet argent aux cultivateurs. Ayant les pleins pouvoirs, ces chefs ne faisaient qu'à leur guise. C'est ce qui explique partiellement le désintéressement des paysans à pratiquer ces cultures jusqu'au début des années 1960. C'est bien ce qui ressort des propos de Gorandi<sup>4</sup> lorsqu'il s'interroge: «Comment continuer à cultiver le coton quand on sait que l'argent de cette culture ne vous parviendra pas?»

En outre, les paysans devaient leur verser encore certaines taxes (mil, bétail) dont une partie était acheminée aux colons. Tant que ses exactions ou son injustice n'étaient pas trop criardes, il était appuyé par le chef de subdivision. Cette manière de faire va contribuer à rendre davantage impopulaires ces chefs administratifs (I, de Garine, 1964: 68)

Il est possible de relever les interférences entre le cycle agricole des cultures vivrières traditionnelles et celui des cultures industrielles. Ce sont surtout les exactions auxquelles donnent prise ces dernières qui sont responsables du peu d'enthousiasme rencontré chez les planteurs.

Pour illustrer davantage l'existence de ces exactions qui étaient d'ailleurs connues de l'administration coloniale, voici les propos de Courcelle, adjoint au chef de région du Diamaré lors d'un conseil des notables du 10 novembre 1958:

Actuellement, en pensant aux chefs, vous savez que les gens du Sud et beaucoup d'autres personnes n'ont qu'un mot à la bouche, c'est le mot «exaction».

Dans les attaques qui sont faites contre vous à propos des exactions, il y a beaucoup d'exagérations. Les gens qui parlent ne savent pas que quand vous ramassez, selon la coutume, une certaine somme d'argent, cet argent-là n'est pas destiné à vous personnellement mais à faire le bien dans votre commandement.

Et justement, ces attaques sont venues parce que quelques-uns parmi les chefs et les notables ont commis des exagérations. L'année dernière, heureusement pas dans la région du Diamaré mais dans la subdivision de Yagoua nous avons été obligés de destituer un chef qui percevait n'importe quoi quand il avait besoin d'argent.

Ce n'est pas pour vous menacer que je vous rappelle cet exemple, c'est pour vous rappeler qu'il y a quand même quelques-uns parmi vous qui ont exagéré, qui ont permis à des gens de vous accuser<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Entretien avec Gorandi Manhouli, 22/02/2010 à Yagoua.

<sup>5</sup> ASPM, C. 1958. III.3.2, Maroua, Rapports politiques et économiques, conseil des notables du 10 Novembre 1958.

Leur pouvoir va connaître un déclin à partir des années 1960, période pendant laquelle les contraintes, les menaces liées à la culture de ces nouvelles plantes commencent à disparaître. C'est bien ce qui ressort de cette réflexion (J, Pahaï, 1983: 442-445):

Dès le début des années 60, l'indépendance est perçue comme une libération des acquis de la colonisation(...) [la culture du coton] devenu facultative (...) et peu à peu délaissée au profit des cultures plus lucratives ou moins contraignantes.

Ce délaissement va durer seulement quelques années puisqu'à partir de la décennie 70, les cultures de rente connaissent un développement certain qui fait augmenter le pouvoir d'achat des paysans.

## **5. La culture du coton, riz et l'émergence d'une nouvelle élite locale**

Après plus de deux décennies de stagnation des prix et des revenus des paysans, on assiste en pays toupouri et massa à partir de 1974 à une augmentation brusque du pouvoir d'achat des agriculteurs. Cette période marquée par une évolution rapide des prix va se poursuivre jusqu'au milieu de la décennie 80. C'est pendant cette décade de transformations rapides qu'émergent certains paysans travailleurs.

En effet, après la phase de la culture extensive du coton et du riz qui se situe entre les années 1950 et 1973, commence une autre nouvelle, celle de l'intensification des cultures. Elle est marquée par l'utilisation des engrais chimiques et des traitements divers. Cette période qui coïncide également avec la disparition des exactions, voit naître une nouvelle classe d'élite. Celle-ci bénéficiant d'une part de la hausse régulière des prix des matières premières sur le marché international et de l'accroissement des rendements d'autre part, s'est enrichie à la suite de la vente du coton et du riz. Etant donné que l'argent c'est le pouvoir, cette nouvelle classe va voir son influence grandir au sein de la communauté rurale.

Ces nouveaux riches ont été pour la plupart à l'école. Mais n'ayant pas pu achever leurs études, sont rentrés au village avec plein de projets. Ayant appris quelques rudiments d'économie, ces derniers vont thésauriser leurs revenus annuels et vont investir.

Soucieux du bien-être de leurs frères, ils accordent généralement des aides et des prêts aux personnes en difficulté. Ce faisant, ils gagnent l'estime des villageois et par conséquent leur respect. Ils deviennent ainsi incontournables au sein du village. Leur nouveau statut met en branle le pouvoir des chefs administratifs. Ces derniers se trouvent ainsi relégués au second plan car chaque paysan a en cœur son épanouissement économique et son bien-être social (J, Guillard, 1965: 146).

De même l'évolution des populations, leur prise de conscience de la valeur de l'argent et des réalités économiques, le sentiment grandissant de leur masse et les jeunes élites instruites qui, fort lentement hélas s'en dégagent, mettront rapidement en danger les pratiques de l'institution des chefs de canton.

Les chefs administratifs qui voient leur pouvoir s'estomper, désirent à tout prix maintenir leur autorité sur la population. Pour ce faire, ils s'appuient sur ces nouvelles élites (dont les avis sont suivis et respectés) pour assurer la pérennité de leur pouvoir. Cette nouvelle stratégie voit l'intégration de ces nouveaux riches dans le cercle du pouvoir traditionnel. Ils sont désormais investis de nouvelles fonctions au sein de la communauté. Etant des modèles de réussite pour les autres paysans, cette nouvelle élite participe désormais à la prise des décisions qui engagent la vie de la communauté rurale. De ce fait, ces nouveaux riches deviennent des maillons essentiels dans l'exercice du pouvoir traditionnel.

Les exemples sont légions, que ce soit en pays toupouri ou alors que ce soit en pays massa, qui montrent comment des paysans pauvres au départ, avec aucune considération sociale se sont vus intégrés dans le cercle du pouvoir traditionnel grâce aux cultures de rente.

Pour ces élites nées de la vente du coton et du riz, la pratique de ces cultures dans leur région a été porteuse de bonheur. L'introduction de ces cultures de rente est perçue comme leur clé de succès. En effet, ils le font d'ailleurs savoir à tout le monde qu'ils doivent leur position sociale actuelle à ces plantes. C'est avec une fierté certaine et un enthousiasme remarquable que ces derniers donnent des conseils aux autres paysans afin qu'ils suivent leur exemple. Pour eux, ce nouveau système de production est salvateur.

Sous ce rapport, ils deviennent des commis, mieux des défenseurs attitrés de ce nouveau système de production. Selon eux, le bonheur des paysans ne passe que par ces cultures. Ce plaidoyer en faveur du riz et surtout du coton est devenu au fil des années désuet car les mauvaises conditions climatiques et les mauvais rendements ne donnent plus raison à ces «notables» du coton. Cette situation particulière du coton pousse les paysans à diminuer les surfaces réservées au coton au profit des cultures vivrières qui assurent leur auto suffisance alimentaire.

En parlant des difficultés de la relance cotonnière chez les toupouri et les massa vers la fin de la décennie 80, voici ce que remarque Rounsard(M, Rounsard, 1987:400-401):

Les massa camerounais se situent en majorité au nord de Yagoua où ils s'adonnent à la riziculture, ayant abandonné la culture du coton (...) [en pays toupouri], la progression se trouve bloquée (...) par des inondations catastrophiques, puis, les années suivantes par la sécheresse qui limite les résultats à un niveau plutôt médiocre.

Il faut ici dire que malgré la signalisation des difficultés dans la culture cotonnière pendant la décennie 80, celle-ci a continué à donner aux paysans des revenus acceptables. La situation s'est considérablement dégradée pendant la décennie 90 qui voit les paysans se désintéresser de plus en plus de cette culture.

## **6. L'introduction des plantes de rente et la naissance de nouveaux pôles de pouvoirs**

L'arrivée et l'implantation des administrateurs coloniaux en pays toupouri et massa au début du XX<sup>e</sup> siècle ont été un facteur de transformations. L'imposition des cultures

de rente qui en est une conséquence, a entraîné à son tour la naissance de nouveaux pôles de pouvoirs.

En effet, la culture des plantes nouvelles chez les Toupouri et les Massa s'est normalement accompagnée de l'introduction de nouvelles pratiques culturelles adéquates. Ces nouvelles plantes et techniques étaient méconnues de ces peuples. Cette nouvelle manière de faire n'a pas facilité l'intégration de ces cultures dans le système agricole. C'est ce que remarque Igor de Garine (I, de Garine, 1964: 104):

L'organisation à laquelle sont soumises les cultures d'exportation constitue un obstacle à leur intégration dans le système agricole traditionnel.

Le chef traditionnel, étranger à cette nouvelle technique n'a plus le droit de regard sur l'organisation de ces cultures. Ainsi les contraintes collectives anciennes (rites d'ouverture et de fermeture de l'année agricole) perdent une grande partie de leur justification, surtout en ce qui concerne ces nouvelles plantes. Elles sont désormais battues en brèche par les directives des organismes d'encadrement qui constituent la SODECOTON et la SEMRY.

La recherche effrénée du numéraire, devient l'objectif essentiel de réussite sociale. Elle pousse les jeunes à contester la prééminence de la vieille classe dans la gestion quotidienne du village. Plus ouverts à l'innovation, les jeunes n'ont d'oreilles que pour les autorités administratives (services d'agriculture), les sociétés de développement (Sodecoton, Semry) et même des animateurs des églises chrétiennes. De ce fait, ces nouvelles structures deviennent des pôles de pouvoir en termes de développement au détriment de la vieille classe peu évolutive.

Après la réorganisation administrative du Nord-Cameroun en 1983, on assiste également au renforcement du réseau préexistant des sociétés de développement (surtout la Sodecoton). Celle-ci calque son organisation sur celle de l'administration. Dans l'espace territorial de la zone cotonnière, il existe une «région» par département, un ou plusieurs «secteurs» par arrondissement. Les responsables de ces structures prennent d'autant plus d'importance par rapport aux autorités coutumières que le coton et les productions annexes fournissent une plus grande part des revenus ruraux (M, Rousard, 1987: 437).

## Conclusion

L'introduction des cultures de rente en pays toupouri et massa est à l'origine des mutations politiques et économiques. Les plantes ont joué un rôle non négligeable dans l'économie des populations toupouri et massa. On assiste à une crise des structures coutumières qui se traduit par le déclin des anciennes hiérarchies. La superposition des structures lancées dès 1924 par l'administration coloniale française a effrité considérablement le pouvoir des chefs traditionnels. Le pouvoir de ces nouveaux chefs administratifs, imposés par l'administration coloniale s'est vu renforcer jusque pendant la décennie 60. Après cette décennie qui coïncide avec la fin des contraintes, des répressions et des exactions liées à la culture de ces plantes exotiques, on assiste à

l'émergence d'une nouvelle élite et de nouveaux pôles de pouvoir. Les plantes de rente ont joué un grand rôle dans l'acquisition de leurs nouveaux statuts.

## Références bibliographiques

- ASPM, C. 1958. III. 3. 2, Maroua, rapports politiques et économiques, Conseil de notables du 10 novembre 1958.
- ASPM, Décret n.º 77/245 du 15 juillet 1977 portant organisation des chefferies traditionnelles modifié et complété par le décret 82/241 du 25 juin 1982, Article 27 (1).
- ASPY, Correspondance de Yérima Hayam en tournée agricole à Gadjam(Widigué) en date du 25/07/1974.
- Boutrais *et al*, 1979, *Le Nord du Cameroun: Bilan de dix ans de recherche*, ISH, ONAREST, Yaoundé.
- De Garine, I., 1964, *Les Massa du Cameroun: Vie économique et sociale*, PUF, Paris.
- Gormo, J., 2001, "Plantes et religion chez les Toupouri", in *Religion et religions en milieu toupouri*, Ka'arang, N.º 030, Guider.
- Gormo, J., 2005, «Les hommes et les plantes dans les sociétés toupouri et massa du Nord Cameroun du XIXe au XX siècles», Thèse de Doctorat/Ph. D Histoire, Université de Ngaoundéré Cameroun.
- Guillard, J., 1965, *Golonpoui Nord-Cameroun. Analyse des conditions de modernisation d'un village du Nord-Cameroun*, Mouton & Co Paris.
- Kouassi, G., 1988, «La région de Yagoua de 1902 à 1958», Mémoire de Maîtrise en Histoire, Université de Toulouse Lamirale.
- Laoukissam, Feckoua, L., 1977, «Les hommes et leurs activités en pays Toupouri du Tchad», Thèse de Doctorat 3<sup>e</sup> cycle, Paris VII.
- Ministère de la Coopération et du Développement, 1992, *Memento de l'agronome*, Chivat, 4<sup>e</sup> édition, Paris.
- Pahaï, J., 1983, "Les paysans du Nord-Cameroun : société et économie rurale", Thèse de Doctorat 3<sup>e</sup> cycle Géographie, Yaoundé.
- Roupsard, R., 1987, «Nord-Cameroun. Ouverture et développement», Thèse de Doctorat ès Lettres et Sciences Humaines, Université de Paris X-Nanterre.

carne vaca alcatra	150.000,00	Kg
carne vaca vazia	150.000,00	Kg
carne vaca ponta vazia	150.000,00	Kg
carne vaca maminha	400.000,00	Kg
carne vaca lombo		
carne vaca picanha	550.000,00	Kg
vao bovinos fatiados	495.000,00	Kg
coelha frango 1 Kg	100.000,00	
frango	80.000,00	Kg
codorniz covete	160.000,00	
estufada Peru	275.000,00	Kg
fato	160.000,00	Kg
Dobrada	120.000,00	Kg
Peito frango Granel	280.000,00	Kg
Bacalhau demolhado	485.000,00	Kg
Bacalhau seco especial	395.000,00	Kg
sardinha	100.000,00	Kg
Caracau Pequeno	190.000,00	Kg
Lula limpa	230.000,00	Kg
Missois heixe covete	95.000,00	
Missois carne covete	95.000,00	
Missois camarão covete	95.000,00	
maritas Resenda covete	130.000,00	
Mexilhão 1 Kg	330.000,00	
Amêijoas brancas 1 Kg	160.000,00	
lagosta	1100.000,00	Kg
camarão		

# Segurança alimentar, ajuda pública ao desenvolvimento e pobreza: propostas internacionais e a situação de São Tomé e Príncipe\*

Manuela Cardoso\*\*

p. 147-161

## 1. Segurança alimentar e pobreza

*“Uma mulher africana curvada sob o sol, arrancando ervas daninhas do sorgo num campo árido com uma enxada e com uma criança amarrada às suas costas é uma imagem vívida da pobreza rural. Para a sua família numerosa e para milhões como ela, a mísera generosidade da agricultura de subsistência representa a única possibilidade de sobrevivência”*

In Banco Mundial, (2008) Relatório do Desenvolvimento Mundial, p.1

A segurança alimentar, de que falam os países hoje desenvolvidos, difere de um conceito semelhante quando aplicado a países em desenvolvimento. Se nos primeiros ela se liga mais a aspectos de higiene, constituição química e biológica e conservação (não significando isto a inexistência de carências alimentares graves em algumas camadas populacionais destes países), nos segundos, o que se apresenta como fundamental é a eliminação da fome crónica e subnutrição através da quantidade de alimentos disponíveis que permitam a garantia de níveis nutricionais mínimos, facilitadores do desenvolvimento razoavelmente equilibrado, evitando doenças dela decorrentes. São aspectos interligados com a pobreza e com a escassez de alimentos. Importa, portanto, distinguir estes dois níveis de análise: *Food Safety* de *Food Security*. A primeira relaciona-se com a necessidade de cumprir padrões de qualidade e higiene, de forma a garantir a protecção da saúde e os interesses dos consumidores; *Food Security* liga-se mais à quantidade disponível de alimentos, conceito adoptado em 1974, quando da Conferência Mundial sobre Alimentação, realizada em Roma, que pressupunha disponibilidade permanente de abastecimento mundial de géneros alimentícios básicos, de forma a garantir uma dieta alimentar que proporcionasse níveis nutricionais

\* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto “Sociedades Africanas face às dinâmicas globais: turbulências entre intervenções externas, migrações e insegurança alimentar”, CEA-ISCTE/IUL.

\*\* CEA-ISCTE

adequados. É este o sentido actualmente usado quando aplicado aos países em desenvolvimento. A escassez enorme de bens alimentares em muitos destes países faz com que a problemática assuma um carácter fenómeno multidimensional, com dimensão económica, política e social, necessitando de actuação coordenada a nível da política interna e da política internacional. Pelo contrário, é a qualidade, a conservação, as produções sem recurso a fertilizantes que tornam os alimentos mais saudáveis e não a quantidade que preocupa os países desenvolvidos. Neste último sentido, são realizadas regularmente conferências internacionais onde são debatidos estes problemas, podendo apresentar-se como exemplo a *Global Food Safety Conference* que teve lugar, já em 2010, em Washington.

A problemática da segurança alimentar é um fenómeno secular. Se inicialmente ficava circunscrita a sobrevivência do grupo, a partir do período neolítico a utilização de instrumentos de trabalho determinou a criação de excedentes alimentares, dando lugar às sucessivas divisões do trabalho e o aumento da segurança alimentar. No entanto, as convulsões que surgiram ao longo da história, determinaram períodos de grave carência. Era nessa altura que epidemias, resultantes de doenças relacionadas com a incapacidade de organismos desnutridos resistirem, iam criando novos equilíbrios entre os stocks, a capacidade de produção e as necessidades alimentares.

Na época mais recente, o primeiro grande avanço tecnológico no domínio da produção alimentar ocorreu no século XVIII em consequência das inovações tecnológicas aliadas à Revolução Industrial e à Revolução Agrícola. Mas, foi após a II Guerra Mundial que a produção de alimentos passou a merecer atenção especial. Não só se reconheceu, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito à alimentação, como a própria Europa, com as suas infra-estruturas destruídas e com graves carências alimentares, considerou determinante criar mecanismos que a tornassem auto-suficiente. Foram, assim, criadas, pelos países desenvolvidos, estratégias de aumento da produção e da produtividade. A Europa comunitária cedo investiu na sua Política Agrícola Comum. Os países onde se ia impondo uma produção intensiva, muito ligada a novos meios de trabalho, mas também à fertilização artificial dos solos, conseguiam elevados níveis de produtividade agrícola. Perante o sucesso e o desenvolvimento industrial crescente, tentaram exportar essa forma de produção para outros países, então denominados por subdesenvolvidos. Estes não aproveitaram essas vantagens em consequência da sua associação à importação de tecnologia e fertilizantes, colocando-os numa extrema dependência face às multinacionais dos países desenvolvidos. Foi a chamada “Revolução Verde” que determinou, em muitos casos, falência dos agricultores tradicionais, perda da biodiversidade agrícola adaptada às qualidades bioquímicas dos solos e às necessidades alimentares das populações. Apesar destes avanços, determinantes de aumentos da produção alimentar, na década de 80 do século XX metade dos países em desenvolvimento produzia menos alimentos *per capita* do que no início da década<sup>2</sup>. Colocava-se, então, a questão não apenas da capacidade dos países mais pobres produzirem alimentos, mas da capacidade económica das famílias terem acesso aos alimentos produzidos.

Na África Subsariana a saída da pobreza, o alcance de níveis nutricionais adequados está intimamente associada à actividade agrícola. Nesta região, os países têm a sua

<sup>2</sup> ALENCAR, Alvaro Gundel (2001), pag 140.

actividade económica centrada na agricultura e as populações mais pobres vivem nas zonas rurais. Se a agricultura foi, desde sempre, a base da vida económica dos povos, quais as razões que terão contribuído para que os povos que dela vivem se encontrem entre os mais pobres do Mundo?

Segundo o Relatório do Banco Mundial de 2008 sobre Desenvolvimento Mundial o sector agrícola é responsável por 1/3 do crescimento económico nos países cuja actividade económica se baseia principalmente na agricultura. E é ela que tem permitido em várias regiões do globo a redução da pobreza.

Nas regiões rurais da África Subsariana vive cerca de 82% da população cuja principal actividade é a agricultura<sup>3</sup> e o principal factor de criação de alguma segurança alimentar. Nesses países africanos é este sector que mais tem contribuído para o crescimento económico: 2,3% na década de 80, 3,3% na década de 90 e 3,8% entre 2000 e 2005, ultrapassando, nos anos mais recentes, o crescimento económico de outros sectores<sup>4</sup>. No entanto, são países cuja agricultura está muito ligada às condições climáticas, havendo variações de produção anual consoante os níveis de pluviosidade.

Sabendo-se que, na África Subsariana, a procura de alimentos poderá mesmo duplicar até 2030<sup>5</sup>, parece necessário dar maior relevo à actividade agrícola. Sendo as regiões irrigadas as que permitem obter maiores índices de produtividade agrícola, duplicando-os relativamente àquelas zonas que são apenas molhadas pela chuva, a África Subsariana está em grave desvantagem uma vez que apenas 4% das zonas agrícolas dispõem de sistemas de irrigação<sup>6</sup>. As alterações climáticas, as secas crescentes, associadas também a períodos de cheias, tornam importante a criação de sistemas de irrigação eficazes, facilitadores do aumento da produtividade e da regularidade das produções, salvaguardando a saúde pública, evitando a criação de zonas insalubres propícias à disseminação de doenças de que a malária é apenas um exemplo.

Nos anos mais recentes fala-se já de uma “Segunda Revolução Verde” associada aos alimentos geneticamente modificados. São reconhecidas, dentro da comunidade científica mundial, posições diferentes quanto às suas consequências ambientais e sanitárias. Sendo as multinacionais a operar nesses países, ligadas à agricultura de exportação, que mais utilizam esses métodos, seria necessário sensibilizar os seus gestores para a necessidade de conciliar essas produções com a agricultura tradicional, permitindo um desenvolvimento local sustentável. Esta nova forma de encarar o desenvolvimento exigiria novas políticas nacionais e internacionais orientadas para uma maior formação, em especial das mulheres, as grandes responsáveis pela subsistência familiar nos países mais pobres, potenciando o aumento da produtividade nas culturas tradicionais, em simultâneo com a introdução de novas culturas. Este maior envolvimento dos pequenos produtores, o estabelecimento de laços de solidariedade entre multinacionais e produtores, em que ambos aproveitariam as mais-valias criadas, poderia ser uma saída para a melhoria da segurança alimentar. Exigiria políticas internas e externas diferentes e fortes para que os investimentos realizados pelos vários agentes do desenvolvimento (populações, governos, associações, multinacionais, outros investidores e doadores) tivessem um impacto sustentável no desenvolvi-

<sup>3</sup> BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.4.

<sup>4</sup> BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.19.

<sup>5</sup> BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.8.

<sup>6</sup> BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p.9.

mento. A parceria que integrava as bases do NEPAD, assinado em 2001, poderia servir de seu alicerce.

Neste aspecto, como em muitos outros, não se pode esquecer que a escolarização das populações rurais, na África Subsariana, é, em média, de apenas de 4 anos para os homens e de menos de 3 anos para as mulheres<sup>7</sup>, claramente insuficiente para as capacitar para a promoção de formas de produção, conservação e comercialização, que permitam não só a subsistência familiar, mas a criação de maior valor acrescentado com impacto no seu desenvolvimento.

Por outro lado, a pouquíssima diversificação das actividades deste mundo rural não favorece a diminuição da pobreza e da subnutrição. A emigração aparece, em grande parte dos países da África Subsariana como uma saída da pobreza e da insegurança alimentar. Em alguns deles, como é exemplo Cabo Verde, as elevadas remessas, em dinheiro, mas também em espécie, determinadas por uma forte identidade nacional, de carácter histórico, constituem uma saída importante para os povos com forte níveis de insegurança alimentar.

A necessidade de investimentos em sistemas de irrigação, de uma maior interligação entre a recomposição florestal e a reposição dos solos esgotados, de investimentos em infra-estruturas que permitam também às populações rurais a venda dos excedentes, em boas condições de transporte e conservação, nas zonas urbanas do país, noutros países limítrofes e no mercado mundial, a capacitação, o estímulo à criação de associações de produtores activas, com capacidade de gestão e com conhecimentos de mercado, são factores que poderão contribuir para uma maior e mais sustentável segurança alimentar dos povos africanos. Este tipo de associações ainda escasseia em muitos destes países. O Senegal é um exemplo de excepção onde o aumento do número de aldeias com associações de produtores aumentou de 8% para 65% entre 1982 e 2002<sup>8</sup>.

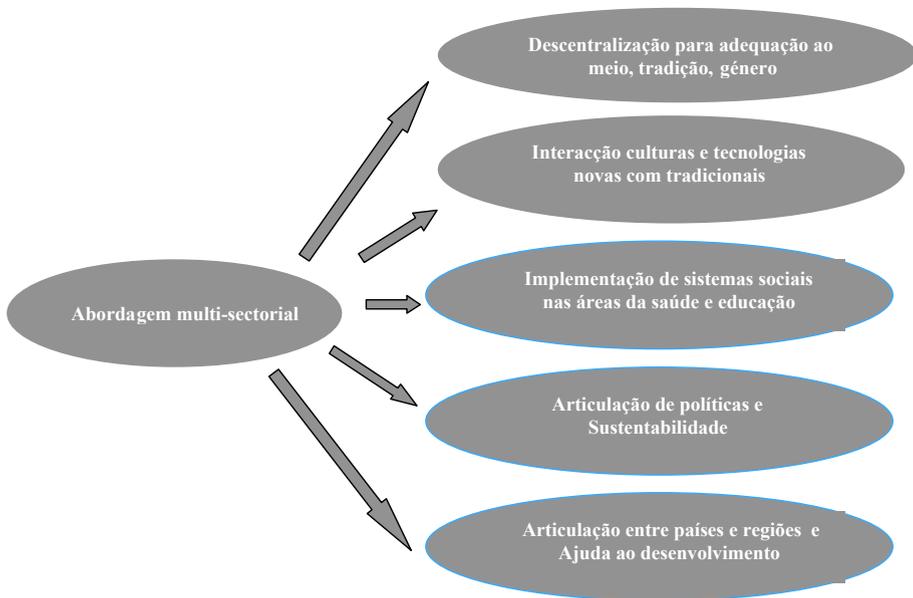
O acesso ao crédito (às vezes conseguido através de mecanismos de micro-crédito criados pelas próprias populações, ou por entidades externas como é exemplo a experiência, tão bem sucedida, de Muhammad Yunus com o **Grameen Bank**), é também importante na criação de uma nova dinâmica.

Também a diversificação das actividades nas zonas rurais, em que o turismo de natureza é apenas um exemplo, a criação de sistemas de saúde e educação com a qualidade necessária são importantes na criação de rendimentos complementares à actividade agrícola. É uma abordagem multi-sectorial que deve ter presente aspectos económicos, sociais e políticos, em que a questão de género nem a actuação concertada dos agentes nacionais e internacionais podem ser ignoradas.

Finalmente, parece indispensável fazer-se referência à relação cooperação internacional/ insegurança alimentar. A articulação entre países e regiões, nomeadamente a cooperação SUL-SUL, é importante para a criação de economias de escala e capacidade técnica, facilitando o acesso aos mercados, através da criação de infra-estruturas conjuntas, zonas de integração económica, políticas de marketing ou disseminação de conhecimentos. As falhas do mercado poderão ser minimizadas por esta via, conjuntamente com a melhoria dos mecanismos de boa governação através de maior intervenção e controlo das organizações da sociedade civil.

<sup>7</sup> BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p. 9.

<sup>8</sup> BANCO MUNDIAL, Relatório do Desenvolvimento Mundial (2008), p. 14.



Nesta cooperação entre países e regiões não pode deixar de ser abordada a ajuda ao desenvolvimento, em especial a APD. O processo de ajuda alimentar, em muitos casos, tem-se afastado do seu grande objectivo: sustentabilidade alimentar e diminuição da fome e da falta de desenvolvimento. Pelo contrário, os donativos em géneros e em dinheiro, têm determinando aumento das assimetrias, alteração dos hábitos de consumo, aumento das importações e êxodo rural, com abandono das culturas tradicionais, a principal fonte da segurança alimentar. Esta amálgama de aspectos tem contribuído, em muitos casos, para o aumento da insegurança alimentar, da dependência económica e da pobreza.

## 2. As propostas e preocupações das organizações internacionais

Como já foi referido, o problema da segurança alimentar tem sido objecto de várias conferências e relatórios. Um dos mais recentes, o Relatório do Banco Mundial de 2008, traça algumas linhas de orientação para os países pobres atingirem níveis de desenvolvimento e de segurança alimentar mais elevados, a citar:

- 1. Melhorar os incentivos de preços e aumentar a qualidade e a quantidade dos investimentos públicos;*
- 2. Fazer com que os mercados funcionem melhor;*
- 3. Melhorar o acesso aos serviços financeiros e reduzir a exposição aos riscos que não dispõem de seguro;*
- 4. Melhorar o desempenho das organizações de produtores;*

5. *Promover a inovação por intermédio da ciência e tecnologia;*
6. *Tornar a agricultura mais sustentável e provedora de serviços ambientais.*”

São orientações difíceis de implementar na África Subsariana, muitas vezes desadequadas do contexto sócio-económico e cultural, por serem formatadas no exterior, por entidades que conhecem apenas superficialmente aquelas realidades.

Primeiro, nestes países existem dificuldades no investimento público por várias razões: falta de recursos financeiros, de técnicos internos ou mesmo de inadequação dos investimentos às necessidades e qualificações da população. As exportações são, muitas vezes, objecto de tributação ao contrário das importações, o que não incentiva a produção, conduzindo ao abandono da agricultura, à deslocação para as zonas urbanas, à transformação dos hábitos alimentares com a inclusão de alimentos importados e à transferência dos activos para o sector dos serviços, em especial para o pequeno comércio.

Segundo, a liberalização comercial apenas tem favorecido os grandes produtores, geralmente associados a multinacionais que exploram grandes áreas com produtos com elevada e crescente cotação no mercado mundial (algodão, café, cacau, cereais, por exemplo). A segurança alimentar, a subsistência e organização dos pequenos produtores exigiria uma regulamentação séria por parte dos governos, boa governação e estabilidade de política, contando-se apenas algumas situações diferenciadas entre os países da África Subsariana.

Terceiro, o acesso ao crédito é difícil por parte dos pequenos produtores, apenas com algumas excepções já referidas anteriormente, insuficientes para neutralizarem os riscos.

Quarto, as organizações de produtores, quando existem, têm estrutura débil cujo desempenho só é possível melhorar através de forte formação e liderança. A sua criação e reforço exigem forte cumplicidade governamental, muitas vezes inexistente.

Por outro lado ainda, quando o BM fala de inovação tecnológica e científica, parece não conhecer a realidade destes países. As dificuldades económicas e financeiras são de tal forma grandes, em termos micro e macro, que, a que possa existir, fica reservada a uma elite e dificilmente é apoderada pelas populações com baixíssima formação.

Por último, a sustentabilidade agrícola e ambiental pressupõe políticas agrícolas sérias, uma forte consciência das populações, através do seu envolvimento na produção e nos benefícios dela decorrentes. Também aqui apenas alguns governos e organizações nacionais e internacionais têm tido desempenhos positivos.

Em síntese, estas linhas de orientação do BM parecem desajustadas da realidade da maioria dos países da África Subsariana, havendo algum distanciamento da realidade social e económica desses países.

Embora a eliminação da fome e da subnutrição no Mundo seja um objectivo já não muito recente (A FAO já realizou a sua I Conferência Mundial sobre Alimentação em 1974, onde foi declarado que *“cada pessoa tem o direito inalienável de ser libertado da fome e da subnutrição, a fim de se desenvolver plenamente e de conservar as suas faculdades físicas e mentais”*), em 1996, a Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial bem como o Plano de Acção dela decorrente apontaram no mesmo sentido de um maior compromisso entre países, com o reconhe-

cimento de que “a pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Conflitos, terrorismo, corrupção e degradação do meio ambiente também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. Esforços para aumentar a produção de alimentos, incluindo os alimentos de base, devem ser feitos”<sup>9</sup>. Desta forma, ficou encarregue o Comité para a Segurança Alimentar Mundial da FAO de implementar medidas que visassem a eliminação da fome e subnutrição o mais tardar até 2015.

Um dos documentos recente e, talvez o mais emblemático, foi sintetizado nos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, assinado pela ONU em 2000, estabelecendo também a meta de 2015 para a eliminação da fome no Mundo.

Mais recentemente, e de forma periódica, a FAO tem procurado sensibilizar a comunidade internacional para a gravidade da situação através de conferências e dos seus relatórios. Na sua Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar, realizada em Roma em Novembro de 2009, foi reconhecido que há sub-financiamento dos sectores agrícola e pesqueiro nos países em desenvolvimento, que a APD caiu cerca de 70% nas três últimas décadas e que a “boa governação” se impõe para que a situação alimentar nos países pobres possa ser alterada.

A União Europeia aprovou, em 2008, a “Facilidade Alimentar” no valor de 1000 milhões de Euros, destinada a disponibilizar meios financeiros para a implementação de projectos agrícolas.

O Banco Mundial, através do “Programa de Resposta Global à Crise de Alimentos” de 2009, disponibilizou uma verba de 2 mil milhões de dólares<sup>10</sup> em resultado do elevado número de sub-nutridos; mil milhões em 2009, segundo estimativas da FAO<sup>11</sup>. Esta verba destinava-se às merendas escolares, à alimentação nos locais de trabalho e à aquisição de sementes e fertilizantes. Esta instituição tem vindo a aumentar empréstimos para desenvolvimento rural em África cujo impacto parece ainda insuficiente. O quadro seguinte mostra a sua evolução.

### Empréstimos do BM destinados ao desenvolvimento rural em África

2004	2005	2006	2007	2008	2009
360,7	537,2	528,6	780,0	526,4	2 047,5

Fonte: Relatório Anual do Banco Mundial (2009), pag.33

Igualmente os chefes de Estado e de Governo reunidos em LAquila, na Itália, na Cimeira do G-8, realizada em Julho de 2009, comprometeram-se em mobilizar 20 mil milhões de dólares, nos próximos três anos, para combater a fome e garantir a segurança alimentar nos países pobres, concretamente através de ajudas ao desenvolvimento agrícola.

<sup>9</sup> FAO (1996), Declaração de Roma na Cimeira Mundial para a Alimentação.

<sup>10</sup> BANCO MUNDIAL (2009), Relatório Anual, pág. 30.

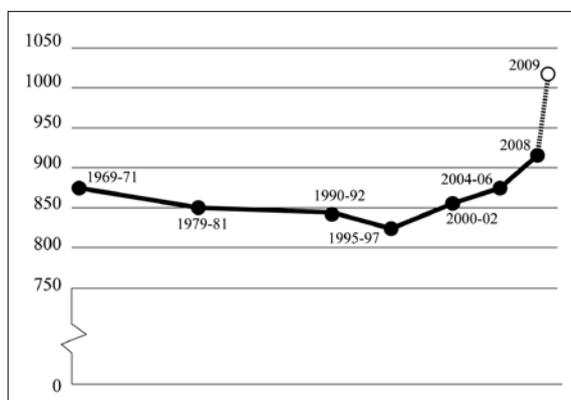
<sup>11</sup> Este valor foi superado em 2009, atingindo uma cifra de 1020 mil milhões, em resultado do aumento do preço dos alimentos, mas também de questões políticas, sociais e climáticas, apesar do aumento da produção mundial de cereais.

A própria administração Obama e o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, já reconheceram que os resultados da ajuda têm sido infrutíferos. Recentemente, numa conferência realizada em Outubro de 2009 sobre a segurança alimentar mundial, a Sra. Hilary Clinton afirmou: *“Gastámos muitos anos e dólares em projectos de desenvolvimento que não produziram resultados duradouros. Contudo, aprendemos com estes esforços. Sabemos que as melhores estratégias provêm dos que estão mais próximos dos problemas e não de governos estrangeiros ou instituições a milhares de milhas de distância. Sabemos que o desenvolvimento funciona melhor quando é considerado como um investimento e não uma ajuda”*<sup>12</sup>.

São preocupações dos diversos quadrantes da política mundial. Parece que existe consciência do drama da insegurança alimentar e de que a eliminação da pobreza, da fome e da subnutrição<sup>13</sup> são indissociáveis da agricultura. Parece que se reconhece que a implementação de projectos delineados externamente, sem o envolvimento das populações e sem continuidade temporal, muitas vezes são desajustados das sociedades receptoras, não contribuindo para uma maior sustentabilidade e segurança alimentar desses países. Mas falta ainda a coordenação entre governos e instituições mundiais, de forma a impedir-se que os fundos disponibilizados sejam desperdiçados em estruturas intermédias, aumentando as assimetrias sociais em vez de as diminuir. Implica, maior solidariedade entre países e regiões, evitando que a par de situações de fome se assista à destruição de excedentes alimentares, fruto dos avanços tecnológicos e de produções intensivas, para evitar a descida do seu preço no mercado mundial. Esta mudança implicará a criação de um novo paradigma económico e social em que se alicerçará a ajuda internacional.

A evolução da subnutrição no Mundo parece evidente (gráfico 1).

**Gráfico 1. Evolução global da subnutrição no Mundo (milhões)**



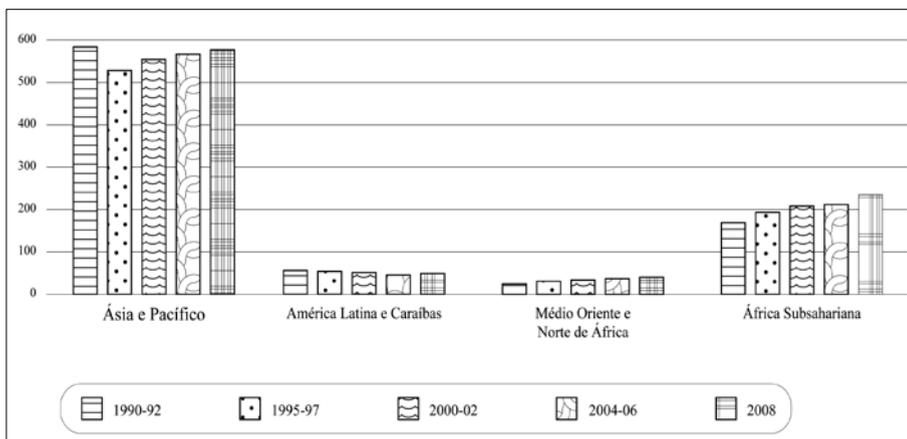
Fonte: FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 11

<sup>12</sup> CLINTON, Hilary (2009), Uma nova abordagem da segurança alimentar mundial e da fome.

<sup>13</sup> Subnutrição distingue-se da fome por exprimir grave desequilíbrio de nutrientes necessários ao desenvolvimento são do organismo, incapacitando intelectualmente muitas crianças.

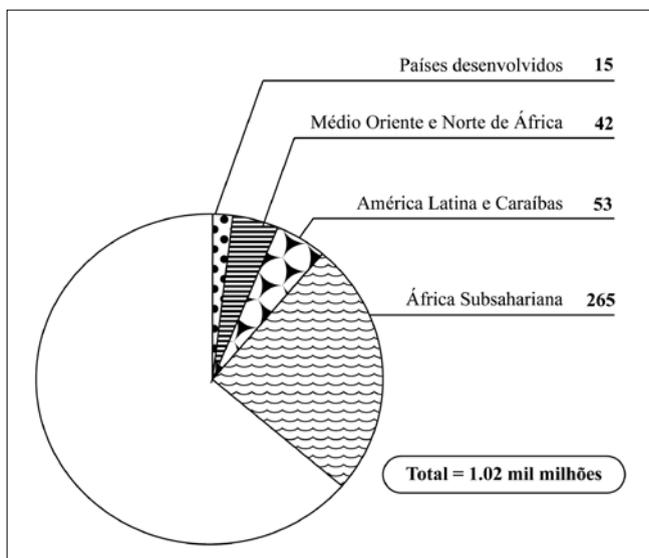
A sua distribuição por áreas geográficas ao longo das últimas décadas e no último ano (2009), apresentada nos gráficos 2 e 3, mostra um peso muito elevado na Ásia e Pacífico, estando a África Subsaariana em segundo lugar.

**Gráfico 2. Crescimento do número de subnutridos no Mundo por regiões (milhões)**



Fonte: FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 9

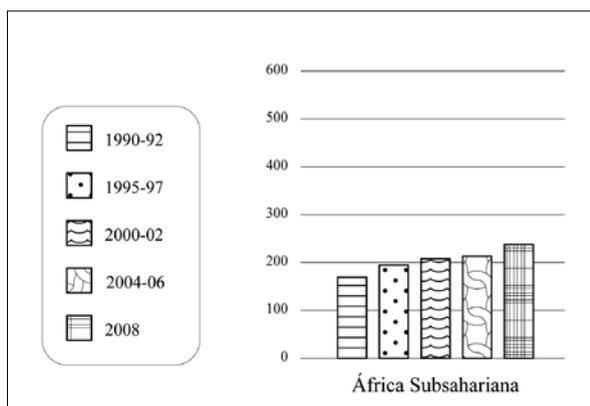
**Gráfico 3. Distribuição mundial dos subnutridos – 2009 (milhões)**



Fonte: FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 11

Se tivermos em conta a concentração da população na 1ª região e a manutenção nela dos níveis de subnutrição no período 1992/2008,<sup>14</sup> verifica-se um agravamento da situação na África Subsariana, onde o número tem vindo a crescer (gráfico 4), mostrando o fracasso dos projectos de combate à insegurança alimentar.

**Gráfico 4. Crescimento do número de pessoas sub-nutridas em África (milhões)**



Fonte: FAO (2009), El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo, pag. 9

A crise actual, de carácter mundial e todas as turbulências a ela inerentes, não permite tirar conclusões sem a margem de erro. Tendo em conta os dados disponíveis, ela afecta de forma especial os países em desenvolvimento e nestes a população rural sem terra, os agregados familiares cujos chefes de família são mulheres e os pobres das zonas peri-urbanas. Para ultrapassar esta situação nas regiões do Mundo mais afectadas pela subnutrição seria necessário que a produção agrícola aumentasse 40% até 2030 e 70% até 2050<sup>15</sup>. A África e a América Latina apresentam-se como as regiões susceptíveis de dar um maior contributo para a extensão de terras aráveis, segundo estudos da FAO e OCDE: “1560 milhões hectares poderiam ser adicionados aos actuais 1.4 mil milhões hectares de terra fértil. É em África e na América Latina que se encontra mais de metade da terra adicionalmente disponível.”<sup>16</sup>

Mas como colocar essa terra ao serviço das populações e da sua segurança alimentar? O envolvimento das populações, através de uma abordagem participativa, uma melhor distribuição de terras, formação adequada em novas técnicas agrárias, criação de organizações de produtores e políticas de marketing adequadas, criação de infra-estruturas de irrigação, comercialização, conservação e distribuição, facilitariam a criação de *empowerment*, de melhores níveis de rendimento e diminuição da subnutrição e insegurança alimentar. Esta nova estrutura económica e social contribuiria também para a fixação das populações nas zonas rurais, diminuindo o êxodo rural e a

<sup>14</sup> FAO (2009), El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo, pag. 9.

<sup>15</sup> OECD-FAO (2009), Agricultural Outlook, p. 4.

<sup>16</sup> OECD-FAO (2009), Agricultural Outlook, p. 4.

sua concentração em zonas superlotadas das periferias urbanas onde os problemas da fome, falta de emprego e até criminalidade se concentram.

Em síntese: é necessário encarar o problema da insegurança alimentar de forma diferente. Os fundos provenientes da APD destinados à promoção agrícola não poderão continuar a dissipar-se entre actores intermédios dos países doadores e receptores, sem qualquer impacto na melhoria das condições de formação, produção e comercialização das populações locais. Por outro lado, os donativos em géneros não ajudam a manter as produções tradicionais que assegurariam uma segurança alimentar sustentável, alterando, em muitos casos, os próprios hábitos alimentares e tornando os países mais dependentes, excepção para as situações de catástrofe.

A lógica económica actual tem-se sobreposto ao necessário equilíbrio ambiental, redistributivo e político, crindo fortes tensões mundiais. Parece necessário o Mundo encontrar uma outra forma de atenuar as grandes divergências entre pobres e ricos, não a partir de donativos regulares, mas através da capacitação dos povos dos países em desenvolvimento. É necessário que consigam alcançar maiores níveis de produção de bens destinados à sua autosubsistência, mas também de bens exportáveis e valorizados no mercado internacional. Só assim conseguirão menor dependência económica, financeira, social e até política e uma menores tensões que se fazem sentir em muitas regiões do Mundo. Tudo isto exigirá uma alteração do modelo económico mundial.

### **3. A segurança alimentar em São Tomé e Príncipe**

A análise da situação de São Tomé e Príncipe que têm sido objecto do meu estudo, permite concluir que a insegurança alimentar existe, apesar da existência de terras aráveis e do clima propício à produção agrícola. Quais as razões desta situação que constitui apenas um exemplo entre inúmeros que alastram por todo o Mundo e toda a África?

São Tomé e Príncipe no período pós-colonial nacionalizou as roças, transformando-as em grandes empresas públicas. No entanto, a incapacidade de gestão dos novos dirigentes, o desconhecimento das formas de produção dos dois principais produtos de exportação (café e cacau) determinaram uma enorme diminuição da produção não acompanhada do aumento de outras produções que pudessem aumentar a segurança alimentar das suas populações. A enorme dívida externa, resultante da diminuição das exportações e da necessidade de recurso sistemática à importação de bens alimentares, determinou a intervenção do Fundo Monetário Internacional, a privatização das roças e a reforma agrária com a distribuição de pequenas parcelas de terra aos antigos trabalhadores. Estes assalariados que, de repente, se transformaram em pequenos proprietários não foram capazes de recuperar produções que necessitam de escala para serem restáveis (café e cacau), de se organizarem cooperativamente para aumentar a sua dimensão, nem perceberam que o abate indiscriminado das árvores, fonte fácil e imediata de rendimento, determinava o fim dessas produções. Apenas nos anos mais recentes alguns deles conseguiram iniciar a produção de cacau biológico, mais bem cotado no mercado internacional, mas têm-se mantido na dependência de exportadores, os maiores beneficiários dessa mais-valia.

Também a sua incapacidade de produzir e vender bens alimentares de subsistência, por dificuldades conservação e transporte, levou ao abandono de grande parte dessas parcelas, substituindo a actividade agrícola e pecuária pelo pequeno comércio de produtos importados. A pouquíssima diversificação da actividade económica não permite a obtenção de outros rendimentos complementares. Mas os que se tornaram detentores das Médias Empresas também não conseguiram aumentos de produção e grande parte das terras dessas empresas encontra-se improdutivo. Isto conduziu a alterações dos próprios hábitos alimentares e ao aumento da dependência externa de bens alimentares.

Num artigo publicado em 07 de Dezembro de 2009 no jornal nacional de STP, Têla Nón, e intitulado “*A Segurança Alimentar em São Tomé E Príncipe – Entre o Mito e a Realidade*” editado com o sob o nome de Juvêncio Amado é notório o desencanto pelo que se passa no sector agrícola em STP e pela incapacidade do país produzir bens de forma a diminuir a insegurança e a dependência alimentares:

*“NA VERDADE, POR MAIS ESTRANHO QUE PAREÇA, UM PAÍS, UMA REGIÃO OU UM TERRITÓRIO, PODE ASSEGURAR A ALIMENTAÇÃO DO SEU POVO SEM PRODUZIR SEQUER UM ÚNICO QUILOGRAMA DE SEJA QUE PRODUTO AGRÍCOLA FOR.*

*EXEMPLO: todo açúcar, todo arroz, toda farinha de trigo, todo o leite, todo o sal, todas as demais conservas alimentares, etc., etc., que se consume em STP não são produzidos no país.....*

*O MITO*

*MITO, porque as estatísticas mundiais nos dizem que quanto maior for o índice de participação da agricultura no PIB ou na absorção da mão-de-obra activa de um país, maior é o índice de subdesenvolvimento desse país.*

*MITO, também, porque nessa generalização, esquece-se, por exemplo, da pesca, cuja Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe é várias centenas de vezes superior ao espaço físico onde se pode eventualmente desenvolver a agricultura. Além disso, o peixe já abunda e não precisa ser cultivado, ao contrário da agricultura. E o que se tem feito com a pesca? NADA!!!*

*Não! A segurança alimentar não é um mito. É simplesmente tratada como um mito.*

*Os constantes desvios de bens públicos em STP, com as impunidades que conhecemos, serão sempre um duro golpe na segurança alimentar do país.*

*MITO, igualmente porque necessário se torna reconhecer que, apesar de São Tomé e Príncipe ser um país agrícola, poucos são os são-tomenses que detêm a cultura de agricultor.*

*MITO, porque enquanto os países desenvolvidos cultivam o que serve de alimentação para a sua população, exportando apenas o excedente, os países subdesenvolvidos cultivam o que não serve de alimentação para a*

*sua população, mas para abastecer as indústrias dos países desenvolvidos. E São Tomé e Príncipe não foge à regra.*

*MITO, porque nunca fomos capazes de incorporar em São Tomé e Príncipe uma política séria, incentivadora, projectada para a produção daquilo que serve de base alimentar da população, para além do azeite da palma.*

*Normalmente esquece-se que quase todos os detentores da “médias empresas” são os antigos e actuais presidentes da república, primeiros-ministros, ministros, líderes políticos e de bancadas parlamentares, todos, portanto, com enormes influências na arrecadação de financiamentos para, pelo menos, fazerem desenvolver as suas e somente as suas actividades agrícolas.*

*Alguém seria capaz de identificar hoje um ex-presidente da República São-tomense que seja grande produtor de banana, matabala, fruta-pão, mandioca ou produtos pecuários?*

*Alguém seria capaz de identificar hoje um ex-Primeiro Ministro são-tomense que seja grande produtor de banana, matabala, fruta-pão, mandioca ou produtos pecuários?*

*Esquece-se que alguns dos chamados pequenos agricultores, apesar de todas as dificuldades, chegam a produzir muito mais banana, matabala, etc., etc., do que aqueles que são detentores de médias empresas.*

#### **A REALIDADE**

*Ainda que se queira considerar a agricultura como um factor incontornável para a segurança alimentar em São Tomé e Príncipe, é necessário conceber projectos de desenvolvimento desse sector, projectos que devem ser realistas e bem diferentes das ideias que até hoje teimam em ser levadas a cabo pelos sucessivos governos.*

*É bom anotar que se orgulhosamente hoje chamamos São Tomé e Príncipe de ilhas verdes, é devido ao simples facto daquilo que a história nos legou:*

**SE O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NÃO TIVESSE ACABADO E SE NÃO TIVESSE SURGIDO O CICLO DE UMA OUTRA CULTURA QUE EXIGISSE SOMBRA, COMO É O CASO DO CACAU, HOJE PODERÍAMOS NÃO TER ESSAS ILHAS VERDES.**

*A cultura do cacau, com todas as suas possíveis inconveniências, como cultura de exportação, foi a actividade agrícola que mais contribuiu para que o país hoje pudesse ser detentor de uma paisagem de se invejar...*

*Um projecto agrícola de sucesso deve, no mínimo, conter as seguintes actividades totalmente interligadas:*

- 1. A Conservação do espaço agrícola nacional (compreende o tratamento adequado de todo o espaço que for destinado à produção do cacau e do café);*
- 2. A produção de produtos agrícolas alimentares tradicionais (banana, matabala, fruta-pão, inhame, mandioca, óleos da palma e do coco, etc., etc.);*

3. *A produção hortícola em larga escala (industrial – em estufas);*
  4. *A produção de frutas tropicais nacionais (banana, ananás, abacate, sap-sap, anona, goiaba, manga, cajamanga, mamão, pêssego, pitanga, maracujá, coco, etc., etc., etc.)*
  5. *A produção pecuária;*
  6. *A silvicultura;*
  7. *Transportes rurais (incluindo construção e reparação obrigatória das pistas rurais e também máquinas pesadas para o trabalho da terra);*
  8. *Garantia intervencionista do Estado no sentido de busca da cooperação internacional efectiva que favoreça a exportação quando a existência de excedentes assim o exigir.*
- Não será fácil a implementação de projectos de tamanha integração nem de outras eventuais actividades ou ideias sem que o Estado São-tomense defina o que quer com a agricultura.*<sup>77</sup>

Este texto, certamente escrito por alguém bem posicionado e tecnicamente formado, pela lucidez que comporta, transmite a ideia de desencanto pela política agrícola, pelas reformas agrárias que têm sido implementadas que, se existiram, não o foram de forma estruturada e orientada para o aumento do rendimento dos agricultores e para a criação de maior independência alimentar. O estado de abandono agrícola do país, a persistente dependência alimentar de bens importados, a preços elevados para a maioria da população que é pobre, não se pode desligar-se dos mecanismos do mercado, dos custos de transacção, normais nos pequenos estados insulares, e agravados face à inexistência de infra-estruturas portuárias, de conservação e transporte. A consciência dos actores internos face ao problema, a alteração dos processos de APD que agravam muitas vezes a dependência e não são promotores de novas actividades de forma sustentável, constituem passos importantes no sentido da alteração deste “status quo”.

São Tomé e Príncipe, um pequeno arquipélago, com clima propício ao desenvolvimento da actividade agrícola, quer de subsistência quer para exportação para mercados mais ou menos próximos, que poderia ser quase auto-suficiente em termos alimentares, alterou os hábitos nutricionais da sua população, abandonou terras aráveis de excelente qualidade, para se vergar à importação dos excedentes do mercado internacional ou dos donativos, muitas vezes de níveis sanitários duvidosos.

A insegurança alimentar de STP só será ultrapassada através de uma actuação séria dos governos, da boa governação, de políticas agrícolas coerentes e sustentáveis, de estratégias bem definidas e participativas, da formação adequada dos agricultores, de forma a que se tornem capazes de enfrentar os novos desafios que o Mundo enfrenta (competitividade, qualidade, aproveitamento da expansão do mercado mundial e de nichos de mercado). O desenvolvimento humano requer não apenas segurança alimentar mas também o desenvolvimento de outras actividades geradoras de rendimento e emprego (turismo, exploração científica da biodiversidade, actividades de transshipment, exploração petrolífera etc.) que permitam aumentar o rendimento da

<sup>77</sup> Amado, Juvêncio (2009), Têla Nón, 07 de Dezembro de 2009, STP.

população e a capacidade do Estado em disponibilizar serviços de educação e saúde de qualidade.

## Bibliografia

- ADRA (2008), O Poder da Água.
- ALENCAR, Alvaro Gundel (2001), «Do conceito Estratégico de Segurança Alimentar ao Plano de Acção da FAO para Combater a Fome», *Revista Brasileira de Política Internacional*, Jan-Junho, n.º 44, pag.137-144, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília.
- AMADO, Juvêncio, (2009), *A Segurança Alimentar em São Tomé E Príncipe – Entre o Mito e a Realidade* Tela Nón, Ed. de 07 de Dezembro de 2009, São Tomé.
- BANCO MUNDIAL (2008), *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial: a agricultura para o desenvolvimento*, Washington DC.
- BANCO MUNDIAL (2009), *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial: ano em perspectiva*, Washington DC.
- DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE AMERICANO (2010), *eJournalUSA*, Volume 15 / Número 3, Washington DC.
- DIOUF, Jacques (2008), Momento de Agir, in XXX Conferência da FAO para América Latina e Caraíbas, Brasília.
- FAO (1996), Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial.
- FAO (1996), Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, Roma, Itália.
- FAO (1996), Plano de Acção da Cimeira da Mundial da Alimentação.
- FAO (2003), FAO International Workshop, “Food Security in Complex Emergencies: building policy frameworks to address longer-term programming challenges”, 23-25 September, 2003, Tivoli, Italy.
- FAO (2009), *Crop Prospect and Food Situation*, N.º 1, February 2009.
- FAO (2009), El estado de la inseguridad alimenraria em el mundo, Roma.
- FAO, ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT DEPARTMENT (2009), *The State of Food Insecurity in the World: Economic crisis: impacts and lessons learned*, Rome.
- GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009), *Relatório Nacional de Avaliação da Estratégia de Implementação das Maurícias*, São Tomé.
- NETO, José Ambrósio, Muniz, José Norberto (2009), Reforma agrária e construção de identidades: a formação dos agricultores em São Tomé e Príncipe.
- OECD-FAO (2009), *Agricultural Outlook, Perspectivas sobre a Agricultura da OCDE-FAO 2009, Summary in Portuguese*.



# A produção alimentar mundial e a dependência de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe em relação às condições do mercado mundial

Victor Reis\*

p. 163-174

Em 2007 os cereais e os produtos alimentares, em geral, tiveram uma subida de preços que se tornou preocupante pelo impacto que poderia ter em comunidades cuja dependência crónica do abastecimento alimentar podia tornar o seu acesso cada vez mais difícil.

## *Os excedentes, as exportações e os principais importadores de cereais*

Pela importância que os cereais têm na alimentação humana será pertinente compreender, através de um breve relance, a dimensão da produção global e sua utilização média, entre 2006 e 2009.

A partir dos dados fornecidos pela FAO, os países em desenvolvimento produziram mais de metade (56%) da produção total.

**Quadro 1 – Média anual da produção de cereais entre 2006 e 2009**

	Milhões de toneladas	Porcentagem
<b>Produção</b>	<b>2.137,9</b>	<b>100%</b>
Países em desenvolvimento	1.198,0	56%
Países desenvolvidos	939,8	44%

FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n.º 1, 14/06/2010.*

Mas foram também estes países que utilizaram a maior parte (61%) desta produção, tendo apresentado em média, por ano, um défice de 101,3 milhões de toneladas.

\* CEA - ISCTE

**Quadro 2 – Utilização média anual de cereais entre 2006 e 2009**

	Milhões de toneladas	Porcentagem
<b>Utilização</b>	<b>2.130,2</b>	100%
Países em desenvolvimento	1.299,3	61%
Países desenvolvidos	830,9	39%

FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n.º 1, 14/06/2010.*

Os países desenvolvidos, por outro lado, apresentaram, no mesmo período, um superávit, ligeiramente superior ao défice dos países em desenvolvimento.

**Quadro 3 – Diferença entre a produção e utilização média anual de cereais (2006-2009)**

Diferença entre a Produção e a Utilização	Milhões de toneladas
Países em desenvolvimento	- 101,3
Países desenvolvidos	109,0

FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n.º 1, 14/06/2010.*

Embora as exportações mundiais de cereais não representem mais de 12% da produção mundial, percebe-se que sejam os países desenvolvidos que detenham o controlo sobre a maior parte (70%) destas exportações.

**Quadro 4 – Média anual das exportações de cereais entre 2006 e 2009**

	Milhões de toneladas	Porcentagem
<b>Exportações</b>	<b>264,3</b>	100%
Países em desenvolvimento	78,9	30%
Países desenvolvidos	185,4	70%

FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n.º 1, 14/06/2010.*

Esta preponderância confere-lhes uma posição dominante no mercado internacional de cereais, não deixando, contudo de observar que a sua influência é atenuada pela produção e reservas locais.

É também significativo que sejam os EUA os maiores exportadores de milho, trigo e arroz, acompanhados da França, Canadá e Austrália.

**Quadro 5 – Os três maiores exportadores de milho, trigo e arroz, entre 2002 e 2006**

Os três primeiros exportadores	Milho		Trigo		Arroz	
	Países	%	Países	%	Países	%
<b>Primeiro</b>	EUA	49,9	EUA	24,1	EUA	81,1
<b>Segundo</b>	França	11,9	Canadá	13,7	China	3,7
<b>Terceiro</b>	Argentina	10,5	Austrália	13,2	Uruguai	2,9

UNCTAD(2009), *World Investment Report, 2009*.

Por outro lado, entre os *países com défice alimentar e baixo rendimento (cerca de 42% dos países membros da ONU)*, 82 formularam pedidos de importação em 2009 sendo 47% destes pedidos apresentados por países africanos e 49% por países asiáticos.

**Quadro 6 – Pedidos de importação dos países de baixo rendimento e défice alimentar (LIFDC), nos diferentes continentes (em milhares de toneladas)**

Continentes	Total dos pedidos de importações em 2009	Para ajuda alimentar	% do total
África (44 países)	41.011	2.686	47%
Ásia (25 países)	42.767	2.662	49%
América Central (3 países)	1.725	198	2%
Oceânia (6 países)	438	0	1%
Europa (4 países)	1.230	0	1%
Total (82 países)	87.171	5.546	100%

FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n.º 1, 14/06/2010*.

Nestes pedidos de importação incluem-se os apelos de ajuda alimentar. Mais de metade destes (58%) pedidos de ajuda dos países Africanos foram apresentados por estados da África Oriental.

**Quadro 7 – Pedidos de importação dos países de baixo rendimento e défice alimentar (LIFDC), em África (em milhares de toneladas)**

África e suas regiões	Total dos pedidos de importações em 2009	Para ajuda alimentar	% dos pedidos de importação dos países africanos
<b>África (44 países)</b>	<b>41.011</b>	<b>2.686</b>	
Norte de África	18.242	0	44%
África Oriental	5.910	1.555	14%
África Meridional	4.013	593	10%
África Ocidental	11.068	453	27%
África Central	1.778	85	4%

FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, n.º 1, 14/06/2010.*

Destes 44 países africanos, 20 são considerados países em crise a precisar de ajuda externa. Entre os PALOP, apenas a Guiné-Bissau se encontra neste grupo.

### ***O controlo do mercado internacional de cereais***

Embora o total das exportações de cereais, como já antes foi referido, represente uma percentagem de 12% da produção mundial, o número de países, total ou parcialmente dependente do abastecimento externo, é de 82. Por outro lado o número de países que detém excedentes é muito reduzido estando o mercado muito concentrado.

Este mercado é dominado por muito poucas empresas transnacionais de grande dimensão que controlam a cadeia de valor da produção alimentar.

As empresas que dominam o comércio de cereais constituem uma parte de conglomerados integrados verticalmente incluindo interesses financeiros. O processo de integração vertical da produção alimentar procura internalizar no sistema de valor vários estádios de produção e segmentos de valorização de um produto ou conjunto de produtos qualquer que seja a sua localização mundial. Só uma parte deste conjunto de actividades se inclui na produção agrícola, como as plantações e quintas quer de quintas integrada por apropriação directa quer através de contratos de fornecimento cujas condições são ditadas pela empresa dominante.

No mercado de cereais, 82% das exportações de milho são feitas por três empresas: Gargill, ADM e Zen Noth. Algumas destas empresas dominam outros mercados de produtos e serviços associados à cadeia de valor alimentar internacional como é o caso dos serviços de carga e de expedição de cereais, o empacotamento de carne e a moagem. Mais de 60% destes mercados são detidos por apenas quatro empresas. Uma dessas empresas é a Cargill. Esta empresa é o maior exportador de cereais dos EUA e, provavelmente, do mundo e domina outros sectores da produção agrícola, abastecimento e processamento. Tem o domínio sobre o mercado do milho, da soja, do trigo e algodão. Está na sétima posição mundial entre as empresas da alimentação e bebidas.

É um importante actor nos mercados de carne empacotada, etanol, aço, produção de fertilizantes e serviços financeiros.<sup>1</sup>

“As fontes do poder sobre o mercado das transnacionais que operam nos negócios agrícolas, são multifacetados e estão para além da mera concentração. Têm acesso privilegiado à informação, ao capital e ao poder político o que, tudo junto, ajuda a limitar a competição através da criação de barreiras à entrada no mercado.”<sup>2</sup> “As empresas transnacionais dominantes operam em cerca de 100 países e têm acesso a informação a que muito poucos actores têm acesso”. Os preços das mercadorias não dependem apenas da procura e da oferta mas também das expectativas sobre a sua futura disponibilidade. Os futuros e as opções de mercado são ferramentas de gestão que ajudam a compensar a exposição ao risco de variação dos preços através de um contrato de fornecimento, antecipando a colheita. Estas empresas têm acesso a enormes somas de capital que lhes permitem cobrir os futuros e influenciar os preços.<sup>3</sup> Esta concentração do poder do mercado leva-nos a concluir ser “importante procurar compreender o que é economicamente racional para as empresas transnacionais dominantes”. As políticas desenhadas apenas a partir do comportamento dos produtores, consumidores e actores governamentais deixam de fora aqueles que determinam realmente a maior parte da economia agrícola, quer local quer global.” Por ser vigorosa a influência de *lobbying* das transnacionais, procurando garantir que as políticas sirvam os seus interesses, é vital compreender as operações dos negócios agrícolas destas organizações na construção de uma política que pretenda atingir a segurança alimentar<sup>4</sup>.

### ***A variação internacional e local dos preços, em 2007 e 2008***

De 2003 a 2008 os preços internacionais dos produtos alimentares sofreram uma subida constante, acentuando-se em 2007 e 2008.

“Entre os factores responsáveis pelo aumento dos preços das mercadorias (“*commodities*”) apresentam-se os elevados custos de produção provocados pela subida do preço do petróleo, a queda por razões climáticas na produção de produtos chave nas exportações de certos países e um forte aumento da procura – incluindo a destinada ao aumento dos stocks de biocombustível. Estes factores ocorrem numa situação de baixa histórica global de stocks de cereais.”<sup>5</sup> A estes factores não será negligenciável acrescentar a influência das operações de natureza financeira influenciando a cotação dos futuros das “*commodities*”. Não deve também deixar de se considerar a importância da estrutura de mercado internacional dominado por empresas com dimensão transnacional e com uma forte integração vertical, o que lhes permite influenciar quer as opções da procura para a produção alimentar ou para biocombustível, quer a oferta, podendo ainda potenciar as tensões sobre o mercado e preços através da sua

<sup>1</sup> Hendrickson, Wilkinson, Heffernan and Gronski (2008), The Global Food System and Nodes of Power in the Food System, August 2008, (<http://ssrn.com/abstract=1337273>).

<sup>2</sup> FAO (2003), *Trade reforms and food security – conceptualizing the linkages*, Roma: Commodities and Trade Division, 2003. (<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671eoe.htm#fn146>).

<sup>3</sup> FAO (2003).

<sup>4</sup> FAO (2003). Tradução do autor.

<sup>5</sup> FAO (2008), *The State of Food and Agriculture*, Roma: Electronic Publishing Policy and Support Branch Communication Division, (<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00.htm>). Tradução do autor.

intervenção nos mercados financeiros. Embora não se possa afirmar que existe uma relação causal exclusiva entre a capitalização bolsista nos anos 2006 e seguintes, pode afirmar-se que existe uma correlação entre essa capitalização e o preço das “*commodities*”. A partir de 2009, com o agravamento da crise financeira internacional, os índices dos preços dos cereais tendem a apresentar uma diminuição à semelhança do que acontece com outros produtos como o petróleo.

### **Resiliência local**

A observação da evolução dos preços do arroz em termos mundiais, apresentado no Índice FAO, permite observar que em 2006 o preço é 37% superior à média de 2002-2004 e que, a partir de 2007 se observa um crescimento de 18% em relação a 2006 acelerando fortemente em 2008 com uma taxa de crescimento anual de 83% em relação a 2007.

**Quadro 8 – Índices de preços do arroz (base: 100 = média de 2002 a 2004)**

Período	Índice	Taxa de Variação anual
2006	137	
2007	161	18%
2008	295	83%
2009	253	-14%
2010 - Maio	201	-21%

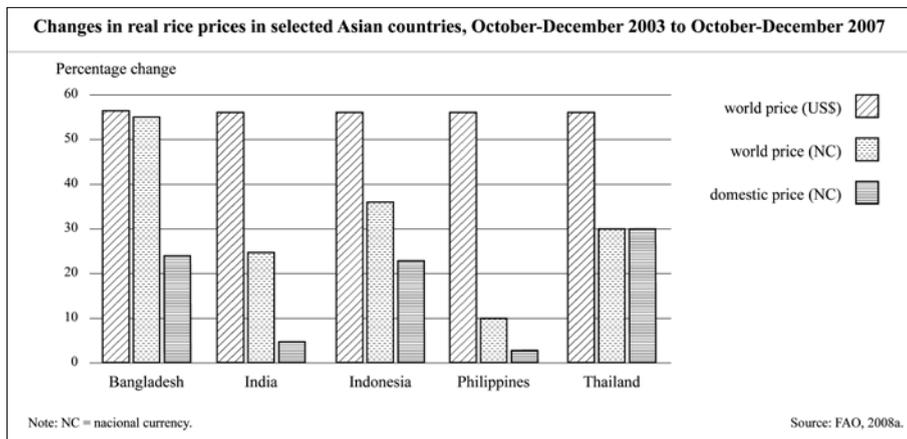
FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, p. 90.

Comparando, contudo, os dados do **Gráfico 1**, pode observar-se que, exceptuando a Tailândia, a subida dos preços domésticos foi sempre muito inferior à registada nos preços do mercado internacional, após a correcção cambial. “Durante este período vários países prosseguiram políticas destinadas a isolar os mercados domésticos dos preços internacionais. Por exemplo, a Índia e as Filipinas utilizaram o armazenamento e distribuição pública tal como restrições ao comércio internacional e o Bangladesh utilizou taxas aduaneiras variáveis de modo a estabilizar os preços domésticos”.<sup>6</sup> O menor impacto da subida dos preços mundiais nos mercados locais não significa, contudo, que os consumidores não tenham sido afectados. Segundo o estudo feito pela FAO<sup>7</sup>, 10% de crescimento dos preços nos principais alimentos significa uma redução de 3% do bem-estar dos mais pobres situados nos vinte por cento da população de menor rendimento. Os preços subiram cerca de 25 a 30 por cento no Bangladesh, Índia e Paquistão com conseqüências importantes para as comunidades de menor rendimento destes países.

<sup>6</sup> FAO (2008). Tradução do autor.

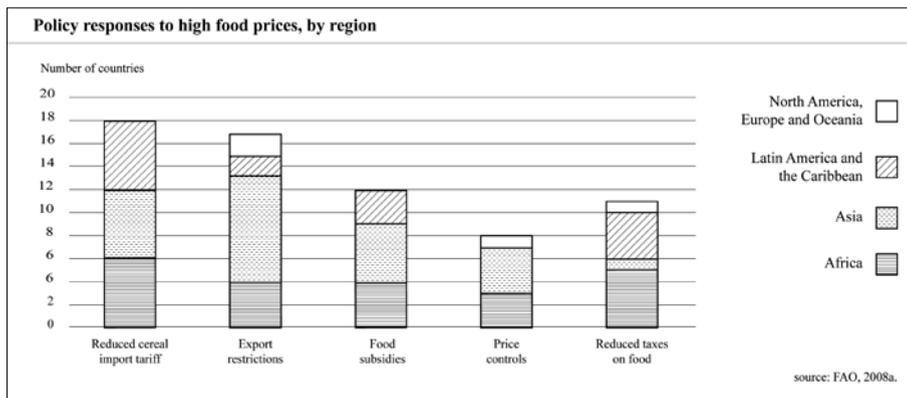
<sup>7</sup> FAO (2008).

**Gráfico 1 – Variações no preço real do arroz em certos países da Ásia, de Outubro - Dezembro de 2003 para Outubro - Dezembro de 2007**



As principais medidas de política utilizadas pelos governos para reagir à subida internacional dos preços da alimentação foram a redução das taxas aduaneiras sobre as importações, a contingentação ou proibição de exportações de cereais, o pagamento de subsídios à importação, o controlo directo dos preços dos alimentos e a redução dos impostos sobre os bens alimentares (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Respostas políticas aos elevados preços da alimentação, por região**



As restrições às exportações foram mais praticadas nos países asiáticos com incidência sobre a oferta internacional e o respectivo preço. As restantes medidas, de carácter eminentemente fiscal ou de apoio directo sobre os preços têm um alcance limitado a longo prazo, pelos custos que decorrem para os Estados ou para o abastecimento local.

### ***Impacto na balança de mercadorias de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe***

Uma das características de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe é a sua dependência em relação ao abastecimento externo. Esta deve-se aos seus limitados recursos naturais e humanos. Mas os desafios que se colocam a estes dois pequenos estados, embora comuns em muitos aspectos, devem contudo ser distinguidos pelas suas diferentes condições geo-ecológicas, culturais e humanas. A população cabo-verdiana é quatro vezes superior à são-tomense estando dispersa em nove das dez ilhas, muito influenciadas por um clima escasso em pluviosidade marcando uma cadência muito irregular nas colheitas locais. Em contraste a São Tomé e Príncipe é não só um território com um riqueza vegetal endémica, com uma pluviosidade regular que torna possível, não só a existência de uma economia de subsistência natural como uma agricultura sem os sobressaltos da ausência de chuvas.

Aparentemente as condições endógenas mais favoráveis em STP para o abastecimento alimentar das populações torná-lo-ia menos vulnerável às variações externas do preço dos bens alimentares. Contudo, o processo de urbanização crescente, ao criar segmentos da população mais dependentes do abastecimento alimentar externo, contraria esta aparente vantagem. Por outro lado, Cabo Verde mantém alguma actividade agrícola sobretudo nas ilhas de Santiago e Santo Antão que permite manter o abastecimento de frutos e legumes dos principais meios urbanos Praia, São Vicente e Sal. Nos anos bons produz também o milho.

Em STP estima-se uma população urbana de 62,2% da população total e em Cabo Verde, 61,1%.

#### **Quadro 9 – População urbana em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde**

	STP	CV
População Urbana estimada para 2010	62,2%	61,1%

*PNUD (2009), Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, Coimbra: Edições Almedina, SA.*

Apesar das condições naturais serem distintas, ambos os países estão dependentes do abastecimento externo de alimentos cuja procura revela pouca elasticidade. Embora este abastecimento não seja tão crítico para as populações rurais de STP, já o mesmo não se poderá dizer para as populações urbanas.

Dada a sensibilidade destes pequenos estados arquipélago em relação ao financiamento externo, tem sentido conhecer o peso do abastecimento alimentar nas suas contas externas e o eventual impacto sobre estas contas, da variação do preço internacional dos bens alimentares.

**Quadro 10 – Índices de preços da alimentação da FAO (base: 100 = média de 2002 a 2004)**

Período	Índice	Taxa de variação
2002	90	-
2003	98	9%
2004	111	13%
2005	115	4%
2006	122	6%
2007	154	26%
2008	191	24%
2009	152	-20%
Mai de 2010	164	8%

FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, p. 90.

O valor das importações de bens alimentares em 2007 representava, em STP em 2007, 27% das importações de mercadorias enquanto em Cabo Verde, no ano de 2005 esta percentagem era de 28%. Estima-se que, em qualquer dos países, o aumento de 26% no preço dos bens alimentares de acordo com o Índice da FAO, pudesse agravar o défice da balança de mercadorias em cerca de 7%. Esta estimativa, contudo, baseia-se em pressupostos ainda não confirmados, designadamente, se os contratos de abastecimento foram celebrados a preços alinhados como os preços internacionais, se a estrutura das importações se manteve e se a estrutura dos bens alimentares adquiridos apresenta o mesmo perfil do utilizado pelo índice da FAO.

### ***Divergência entre a variação dos preços internacionais e locais***

Uma análise do impacto local, sobretudo em Cabo Verde, levar-nos-á contudo a algumas conclusões surpreendentes.

Primeiro, o preço da alimentação na Praia, em S. Vicente e nas zonas rurais subiu em 2007 a uma taxa anual de, respectivamente, 9%, 6% e 5%, muito inferiores aos 26% do índice FAO.

Por outro lado, a subida local do preço dos cereais na Praia e nas Zonas rurais foi de 4% e em S. Vicente de 12%. Admite-se que tal diferença esteja relacionada com a proximidade da Praia ao meio rural de Santiago sofrendo, assim, a influência do mercado local cujo comportamento será idêntico ao de outras zonas rurais, como Santo Antão. Trata-se, contudo de uma hipótese de estudo não comprovada.

É possível, a partir destes dados concluir que existe alguma resiliência local à variação dos preços internacionais, ou por a produção local amortecer esse efeito, ou por se terem utilizado reservas disponíveis, ou pela intervenção de Estado ter contido o crescimento dos preços. Uma das medidas que o governo cabo-verdiano preconizava para 2008, caso o preço dos bens alimentares continuassem a subir, era a redução dos impostos sobre as importações de bens alimentares.

**Quadro 11 – Índice dos preços dos bens alimentares em Cabo Verde, no ano de 2007**

2007	Praia		S. Vicente		Zonas rurais	
	Alimentação	Cereais	Alimentação	Cereais	Alimentação	Cereais
Janeiro	207,4	174,6	195,1	157,6	198,3	170,2
Dezembro	224,1	180,6	206,7	174,8	207,6	176,6
Taxa de variação anual	9%	4%	6%	12%	5%	4%

INE (2008), IPC 2007, Praia.

O efeito local da variação observada é muito menor do que se poderia admitir a partir da variação do preço internacional dos alimentos. Embora ainda não seja possível, com os dados disponíveis, avaliar o efeito do crescimento dos preços sobre o bem-estar das pessoas mais pobres é, contudo possível avaliar o impacto no poder de compra dos consumidores cabo-verdianos.

A partir dos dados sobre a estrutura do consumo é possível concluir que a subida dos preços na alimentação não teve consequências iguais nas regiões rurais e urbanas e nas diferentes ilhas. Estas diferenças devem-se não só ao diferente comportamento dos preços como, também, à diferente estrutura de consumo na Praia, S. Vicente e Zonas Rurais.

**Quadro 12 – Estrutura do consumo na Praia, S. Vicente e zonas rurais, em 2007**

Grupos de bens e serviços	Praia	S. Vicente	Z. Rurais
Alimentação	55%	48%	52%
Bebidas	5%	8%	8%
Tabacos e cigarros	1%	1%	2%
Vestuário e calçado	8%	7%	11%
Habit., Equip. e Mat. Uso domést.	20%	19%	11%
Saúde, higiene e cuidados pessoais	5%	4%	5%
Transportes e comunicações	6%	8%	9%
Outros	1%	4%	1%
	100%	100%	100%

INE (2008), IPC 2007, Praia.

O impacto foi mais acentuado na Praia onde o poder de compra terá sofrido uma quebra de 5%, enquanto em S. Vicente e nas Zonas Rurais esta diminuição do poder de compra terá sido de 3%.

Se os preços em vigor reflectissem a subida observada no mercado internacional, esta perda de poder de compra seria da ordem dos 10 a 11%.

**Quadro 13 – Comparação entre a perda de poder de compra em Cabo Verde, em 2007, resultante da variação dos preços locais, com o que seria estimada a partir do índice de preços da FAO**

Variação dos preços	Praia	S. Vicente	Z. Rurais
Locais	5%	3%	3%
De acordo com o índice da FAO	10%	10%	11%

Fonte: autor a partir de dados do INE (2008).

**Resiliência local: um ponto de partida para o estudo de CV e S. Tomé e Príncipe**

A diferença significativa entre a variação dos preços dos produtos alimentares em Cabo Verde em 2007 e a variação do índice de preços dos bens alimentares da FAO indicia a presença de factores de resiliência local relacionados com a produção agrícola local e alguma diversificação da produção alimentar local quer agrícola quer industrial. Apesar da dependência em relação ao abastecimento externo de produtos alimentares admite-se que a produção em Santiago, S. Antão, S. Nicolau e Brava permitem que os preços tanto dos cereais como da alimentação, em geral, apresentem um crescimento entre os 4% e os 12%. Esta hipótese parece ser sustentada pela diferença entre o crescimento dos preços dos cereais, respectivamente, nas zonas rurais e em S. Vicente. Refira-se, também, que o crescimento dos preços dos cereais que se observa na Praia poderá reflectir a sua proximidade do abastecimento das regiões rurais da ilha de Santiago e o abastecimento constante desta cidade pelos agricultores.

Admite-se, por isso, que o efeito conjuntural da variação dos preços dos cereais será amortecido pela produção local e pela constituição de reservas alimentares o que se espera vir a comprovar com dados que ainda não estão disponíveis.

**Quadro 14 – Taxa de inflação, balança corrente/PIB, peso dos bens alimentares no abastecimento externo e Dívida externa/PIB de Cabo Verde e STP em 2007**

Países	Taxa de inflação	Peso dos bens alimentares na importação de bens	Saldo Balança corrente/PIB	Dívida externa/PIB
CV (2007)	4,50%	28% (**)	-13%	40% (*)
STP (2007)	15,90%	27%	-30%	103,40%

Fontes: BP, BSTP, BCV. (\*) Dívida pública. (\*\*) Em 2005.

Em STP admite-se que a escalada de preços dos bens alimentares será amortecida também pela produção interna cujo mercado se vai ajustando às condições do poder de compra locais. Neste país o que realmente afecta o poder de compra é a elevada taxa de inflação o que altera o rendimento disponível real das populações e a composição do consumo. É natural que se observe o aumento do peso dos bens alimentares no consumo das famílias provocado pela inflação. A população urbana será, porventura, a mais afectada por ter que recorrer aos seus recursos monetários para a aquisição de bens alimentares. Os preços destes bens reflectirão tendencialmente a subida generalizada dos preços. E esta deve-se a factores que influenciam internamente a procura e a inflação e não à subida no mercado internacional do preço dos cereais. As populações rurais, por outro lado, recorrendo em grande parte à economia natural poderão mais facilmente ajustar-se à inflação. A identificação desta relação entre a cidade e o campo e das lógicas de adaptação às condições de grande dependência financeira externa cujo ajustamento se tem feito sempre através de uma constante depreciação da moeda local, é um campo de investigação do maior interesse.

## Referências bibliográficas

- BCV (2010), *Indicadores Económicos & Financeiros*, Praia: Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos, 2010. ([http://www.bcv.cv/\\_conteudo/publicacao/estatistica/indicador/2010/bi\\_2010\\_05.pdf](http://www.bcv.cv/_conteudo/publicacao/estatistica/indicador/2010/bi_2010_05.pdf)).
- BP (2010), *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2008-2009*, Lisboa: Departamento de Relações Internacionais. ([http://www.bcplp.org/SiteCollection/Documents/oo\\_EEPTL\\_2009.pdf](http://www.bcplp.org/SiteCollection/Documents/oo_EEPTL_2009.pdf)).
- BSTP (2007), *Relatório Anual 2006*, São Tomé.
- FAO (2003), *Trade reforms and food security – conceptualizing the linkages*, Roma: Commodities and Trade Division, 2003. (<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e0e.htm#fn146>).
- FAO (2010), *Food Outlook, June 2010*, (<http://www.fao.org/docrep/012/ak349e/ak349e00.pdf>).
- FAO (2008), *The State of Food and Agriculture*, Roma: Support Branch Communication Division, 2008. (<http://www.fao.org/docrep/011/i0100e/i0100e00.htm>).
- FAO (2010), *Crop Prospects and Food Situation, February, nº 1, 14/06/2010*. (<http://www.fao.org/docrep/011/ai480e/ai480e00.htm>).
- Hendrickson, Wilkinson, Heffernan and Gronski (2008), *The Global Food System and Nodes of Power in the Food System*, August 2008. (<http://ssrn.com/abstract=1337273>)
- INE (2008), *IPC2007, Praia*.
- PNUD (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, Coimbra: Edições Almedina, SA*.
- UNCTAD (2009), *World Investment Report, 2009* (<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=11904&intItemID=5037&lang=1&mode=downloads>).

# De Portugal para a UEMOA, com escala na Guiné-Bissau\*

## Análise das oportunidades e constrangimentos do investimento português na Guiné-Bissau

Miguel Filipe Silva\*\*  
Susana Costa e Silva\*\*\*

p. 175-185

No momento em que as relações bilaterais com Angola estão ao rubro e se pressente já a necessidade de diversificar opções para não ficarmos excessivamente dependentes de Luanda, é conveniente antecipar outras oportunidades de negócio ao dispor dos empresários portugueses nos PALOP - especialmente para as PME que se deparam com enormes desafios à entrada desta segunda década do novo milénio, nomeadamente pela sua maior vulnerabilidade em enfrentar a crise económico-financeira que atravessamos.

Enquanto Cabo Verde descola claramente dos níveis de desenvolvimento médio do continente africano e Moçambique é considerado, juntamente com o Uganda, um disciplinado e esforçado aluno da cooperação internacional, a Guiné-Bissau, apresenta-se aparentemente como um país sem oportunidades de investimento privado, campo fértil para a intervenção das milhares de ONG que actuam no País em substituição de um estado que não consegue ainda cumprir o seu papel de fornecedor de bens públicos como a saúde e a educação. A antiga colónia portuguesa é um dos países menos desenvolvidos do mundo, encontrando-se na 164ª posição num ranking de 169 países



\* Este trabalho nasceu de uma formação e consultoria em “Marketing e Comercialização de Produtos Locais” realizada pelos autores na Guiné-Bissau a várias ONG’s locais, organizada pela ONG Tiniguena. A União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) possui 90,4 milhões de habitantes. A Guiné-Bissau é um dos seus membros.

\*\* CEAUP/CEAUP-ONGD.

\*\*\* Professora e Directora do Departamento de Marketing da Universidade Católica Portuguesa Porto.



## Guiné-Bissau

Superfície: 36 125 km<sup>2</sup>  
Capital: Bissau

**População:** 1,4 milhões de habitantes

**Presidente:** Malam Bacai Sanhá

**Primeiro-ministro:** Carlos Gomes Jr

**Moeda:** FCFA (Franco da Comunidade Financeira Africana).

**PIB por habitante:** 235 euros

**Taxa de crescimento do PIB (2009):** 2,9 %

**Previsão de crescimento do PIB (2010):** 3,3 %

**Despesas Totais em % do PIB:** 36,8%

**Inflação em 2009:** -1,6 % a 3,8%

**Produções relevantes antes:** Castanha de caju e derivados; óleo de palma; pesca - peixe e crustáceos; madeiras tropicais; mancarra (amendoim); fruta tropical; mandioca e bauxite.

**Exportações:** 78 milhões de euros (2007)

**Importações:** 135,5 milhões de euros (2007)

(Fontes UEMOA, IPAD, Banco Mundial)

(de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do Projecto das Nações Unidas para o Desenvolvimento, valores para 2010).

De facto, à primeira vista, a Guiné-Bissau não parece ser um país atractivo para o investimento privado português, já que apresenta um mercado pequeno e com um rendimento por habitante dos mais baixos do mundo. No entanto, a acreditar nos últimos relatórios do Banco Mundial e da UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano), o PIB está em crescimento (3,3%, no ano de 2010), a reforma do aparelho de Estado, considerado bastante ineficiente, avança, e o sector financeiro, embora muito incipiente, dá sinais de poder vir a cumprir o seu papel de facilitador do investimento privado. O Estado, por seu lado, demonstra uma forte abertura no

que diz respeito à diminuição de barreiras burocráticas e fiscais e à entrada de *players* internacionais, aligeirando assim os custos de instalação.

Para analisar o potencial da Guiné-Bissau temos, no entanto, que considerar a integração deste país numa área geográfica e económica muito mais vasta – a UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano.



**População:** 90,4 milhões de habitantes

**PIB per capita médio:** 459 euros

**Taxa de Crescimento do PIB (2009):** 2,75

**Previsão de crescimento do PIB (2010):** 3,86

**Taxa de Inflação média (2009):** 1,46 %

**Despesas totais em % do PIB (2007):** 25,5 %

(Fontes: UEMOA: Abril 2010 <http://www.uemoa.org>

Banco Mundial: 2010 <http://www.worldbank.org>)

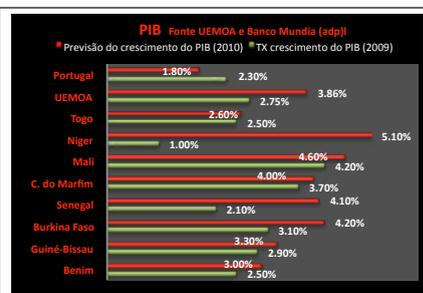
## O Espaço UEMOA

A UEMOA foi criada a 10 de Janeiro de 1994, constituindo-se como um espaço de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, pese embora ainda subsistam algumas taxas para alguns produtos industriais. O Franco da Comunidade Financeira Africana - FCFA- (ex-Franco da Comunidade Francesa Africana) com um câmbio fixo em relação ao euro (1 euro = 655, 957 CFA) é a moeda única dos países membros.

São membros fundadores o Senegal, o Mali, o Burkina-Faso, a Costa do Marfim, o Benim, o Níger e o Togo. A Guiné-Bissau aderiu em 1997. Esta união económica agrega 90 milhões de consu-

midores, com um rendimento médio de 459 euros e uma taxa de crescimento do PIB prevista de 3,86% para 2010.

Este é, então, um espaço de grande dimensão geográfica e demográfica, que se constitui como um mercado com um enorme potencial de crescimento, pese embora com rendimentos *per capita* característicos de países em vias de desenvolvimento. O Banco Mundial considera todos estes países como *low income*.



Os principais parceiros económicos da UEMOA são a União Europeia, de onde se destaca claramente a França, por razões históricas, os países árabes, com destaque para Marrocos.

Todavia, e apesar de todos os esforços na criação de espaços económicos comuns, como a UEMOA, as trocas comerciais entre os países africanos são ainda e segundo o Banco Mundial, dos mais baixas do mundo. De facto, apenas 10% do total das trocas dos países africanos são intra-continentais.

Embora sendo bastante redutor generalizar, podemos afirmar que no geral este espaço económico é rico em terra arável, possui uma extensa costa - onde abunda o peixe - bem servida de portos marítimos, como é o caso do Senegal, e de vias fluviais com um potencial interessante. Possui recursos minerais importantes como a bauxite, fosfatos e petróleo (apesar de, neste caso, ser ainda cedo para perceber se é rentável para exploração).

Uma enorme percentagem de habitantes dedica-se à **agricultura**, na maior parte dos casos ainda de subsistência, e ao **pequeno comércio**, actividade bastante atomizada. A indústria é incipiente, embora o Senegal e a Costa do Marfim se destaquem, pela positiva, do resto dos países da UEMOA.

As principais importações são de produtos alimentares, vestuário, materiais de construção, derivados do petróleo e bens de investimento. As **exportações** baseiam-se em matérias-primas, peixe e minério e alguns produtos industriais, nomeadamente do Senegal e Costa do Marfim.

O Banco Central dos Estados da África de Oeste (BCEAO), com sede no Senegal, é a única instituição autorizada a emitir



moeda (a França tem aqui um lugar no Conselho de Administração). O Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), com sede no Togo, tem como objectivo apoiar a criação de infra-estruturas, o melhoramento da capacidade produtiva, a criação de novas actividades geradoras de riqueza e a procura de investidores. Nalguns países membros da UEMOA, os **bancos privados** são acessíveis e funcionam medianamente. As **redes viárias** não são o melhor deste espaço económico comum, embora os meios de transporte de mercadorias sejam abundantes e diversificados.

O **controlo fronteiriço** é mais apertado do que uma livre circulação deixaria adivinhar. Esta realidade deve-se a alguns conflitos militares anteriores ou mesmo ainda latentes – como o caso entre a Guiné-Bissau e o Senegal – e aos poderes informais nos quais esta zona é pródiga. De facto, não é fácil compreender quantas, quais e qual o valor das varias taxas de circulação de mercadorias que vão sendo pedidas ao longo de um trajecto.

A **informalidade** dos mercados, dos poderes e da economia é um traço característico dos países membros da UEMOA. O **Estado**, na generalidade bastante “pesado”, não cumpre ainda cabalmente as suas funções de provedor dos bens públicos, de actor e de regulador da economia. A democracia e as instituições estão em processo de amadurecimento, o que vai criando de quando em vez alguma instabilidade política, consequência de alguma confusão entre a coisa pública e privada.

Estas são talvez as maiores aprendizagens a fazer por um investidor europeu, constituindo, juntamente com os **traços culturais do islamismo**, os factores condicionantes de uma distância psicológica a ter em conta no processo de decisão de entrada no mercado e escolha do modelo da mesma.

Todavia, os governos dos países UEMOA, pelo menos no seu discurso, estão decididos a incentivar cada vez mais o investimento e a diminuir as barreiras à entrada. Não nos devemos, no entanto, esquecer da importância das barreiras à saída, difíceis de teorizar porque muito contingentes e relacionadas com o poder negocial dos empresários e com o seu *networking* nestas nações.

## **Guiné-Bissau, uma porta aberta para negócios portugueses na UEMOA?**

Para respondermos à questão devemos analisar algumas questões políticas, sociais e económicas – análise da envolvente externa. Começemos com as relações diplomáticas luso-guineesas.

Como sabemos é fundamental perceber se somos bem-vindos e quais as relações de proximidade inter-estados, facilitadoras do investimento privado.

### ***As Relações diplomáticas***

Com uma história de muita proximidade, apesar de este ter sido o pior palco da guerra colonial, Portugal e a Guiné-Bissau possuem relações diplomáticas muito estreitas. Portugal é, ainda, um dos principais parceiros políticos e económicos, o que coloca a nossa embaixada numa posição diplomática que não se verifica em mais nenhum país do mundo. A França é claramente a nação que disputa com Portugal este lugar de destaque. Os interesses franceses, mais do que pela Guiné-Bissau, inserem-se na sua

política diplomática de principal país colonizador do oeste africano, zona estratégica da francofonia.

Esta posição portuguesa revela obviamente o menor interesse que as grandes potências económicas têm pela Guiné-Bissau, considerado um estado periférico e com pouco para oferecer. No entanto, a China e Angola vão demonstrando um interesse crescente, procurando uma melhor posição em relação à exploração das riquezas endógenas da Guiné-Bissau, enquanto a Espanha vai também procurando aqui afirmar-se como uma nação importante no “jogo” do desenvolvimento, procurando marcar cada vez mais presença na costa ocidental africana, também como forma de “escudo” avançado de protecção contra as rotas da droga e da emigração clandestina. Por outro lado, os países islâmicos afirmam-se cada vez mais como jogadores importantes, quer pelas relações de vizinhança – Senegal e Guiné-Conacry – quer pelas boas relações que a Líbia, e mais recentemente o Irão, mantêm com a Guiné-Bissau. A obtenção de vistos e da autorização de residência a portugueses é muito facilitada e a embaixada portuguesa é bastante disponível para facilitar o acolhimento e as relações empresariais.

### ***A Situação Política***

Após o reconhecimento da independência, em 1974, depois de uma longa guerra contra Portugal, a Guiné-Bissau viveu até 1998 sem qualquer conflito militar interno ou externo. Todavia, o governo de Luís Cabral (1975-1980), que havia promovido um pequeno surto de industrialização, foi deposto pelo seu Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (CEMFA), Nino Vieira. A presidência de Nino Vieira, durante a qual o país foi empobrecendo, “arrastou-se” até 1994 em regime de partido único – o PAIGC: Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Assistimos a várias lutas internas, sem nunca ter havido qualquer um conflito generalizado. Em 1994 chegou o multipartidarismo, com a vitória de Nino Vieira nas primeiras eleições presidenciais livres.

A fronteira norte com o Senegal foi sempre um problema para ambos os países. O acordo de cedência dos portugueses da região de Casamança aos franceses foi um rastilho para incendiar a vontade de auto-determinação desta zona. Este conflito, ainda não totalmente resolvido, haveria de ser o motivo aparente da guerra civil de 1998. A 7 de Junho deste ano, uma junta militar liderada pelo CEMFA, Ansumane Mané – originário de Casamança – lançou um ataque com o objectivo de derrubar Nino Vieira, acusado de governar em proveito próprio. A guerra civil durou quase um ano e é ainda uma trágica lembrança e a causa da instabilidade política que se vive. O presidente Nino Vieira, que entretanto se exilara em Portugal, regressa à Guiné-Bissau e vence as eleições de 2004.

<b>PIB por Actividade Económica (milhões de €)</b>		
<b>Actividades</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>
Agricultura, pesca, silvícola	263,7	47,6%
Indústria de transformação	65,8	11,9%
Comércio e turismo	111,1	20,1%
Construção	5,2	1,0%
Electricidade e água	2,2	0,4%
Finanças	21,8	4,0%
Transportes e comunicações	24,3	4,4%
Administração pública e defesa	51,2	9,3%
Outros	7,9	1,4%

(Fonte: African Development Bank)

Mais recentemente, em Março de 2009, o presidente Nino e o CEMFA, Tagmé Na Waie, foram assassinados. Até hoje ninguém foi formalmente acusado, apesar das especulações apontarem vários possíveis autores.

A política guineense é um difícil rendilhado de forças e contra forças que têm bloqueado claramente o desenvolvimento do país. No entanto, Bissau é uma das capitais africanas mais calmas, com baixos índices de criminalidade e sem manifestações aparentes de *eurofobia*.

### **As instituições**

A Guiné-Bissau é hoje uma democracia formal, com um regime semi-presidencialista, com um parlamento e um governo. As relações institucionais, apesar da presidência, do parlamento e do governo serem do PAIGC, são neste momento um pouco tensas, muito por influência do poder militar.

De facto, as forças armadas da Guiné-Bissau, com ordenados muito baixos e más condições de aquartelamento, têm-se constituído como o mais forte contra poder, marcando a vida política da Guiné-Bissau. A comunidade internacional tem apoiado com milhões de euros, embora sem sucesso, a reforma deste sector, até hoje.

O Estado de direito e a democracia efectiva têm ainda um longo caminho a percorrer. No entanto, o executivo liderado por Carlos Gomes Jr, eleito em 2008, é o executivo mais longo desde a independência, apesar de alguns sobressaltos. O Primeiro-ministro mantém relações de forte proximidade com Portugal, tendo já realizado várias visitas oficiais ao nosso país. Nestas reuniu-se com vários empresários portugueses que se mostraram disponíveis para investir na antiga colónia.

### **As infra-estruturas**



Como na maior parte dos países da África subsariana, as infra-estruturas são uma fragilidade na Guiné-Bissau. A rede viária alcatroada, de razoável qualidade, liga apenas Bissau às principais cidades – Cacheu, Canchungo, Gabú, Bafatá e Buba. Todo o restante país ou não tem rede viária, ou a que existe é constituída por caminhos abertos pelas próprias comunidades. No tempo da chuva, entre Maio e Novembro, é praticamente impossível viajar até ao sul do país

e em Bissau só se consegue circular de todo-o-terreno, e mesmo assim com dificuldade. Não admira que a distribuição de mercadorias seja um dos grandes problemas do país. Este problema, no entanto, tem trazido bons rendimentos a quem investe em serviços de transporte terrestre.

No tempo da Guiné Portuguesa, os rios eram os principais canais de escoamento de produtos. Hoje essa importância é bastante menos evidente, embora se continuem a explorar estas vias. Também existem, mais ou menos conservadas, pistas para aviões de pequeno porte. Bissau possui ainda um porto marítimo com potencial de crescimento,

mas a necessitar de se modernizar na capacidade de proceder a operações logísticas. O aeroporto é razoável. Por agora apenas a TAP e a TACV (Cabo Verde) voam de e para a Guiné-Bissau. Aguarda-se o arranque de mais duas companhias privadas – uma com capitais portugueses e outra espanhola, cujo *core business* será o transporte de mercadorias. Estas companhias operarão as linhas Bissau-Lisboa-Madrid e S.Tomé-Bissau-Lisboa.

A ausência de uma rede pública de abastecimento regular de electricidade pode ser vista como um obstáculo, mas é, simultaneamente, uma boa oportunidade para a indústria de geradores e de painéis solares. Em Gabú, no leste do País, está a ser bem sucedida uma iniciativa privada de fornecimento de energia, com um sistema de cartões pré-pagos. O abastecimento de água é também muito problemático, embora também aqui se apresentem oportunidades de negócio para a indústria de furos e de depósitos de água.



### **A economia**

Como quase todos os países da África subsariana, a economia guineense é muito vulnerável e dependente. O orçamento de estado é financiado em cerca de 80% pela comunidade internacional, e as receitas próprias dependem quase em exclusivo das exportações de castanha de caju não transformada, especialmente para a Índia.

O acesso à economia monetária é reduzido, especialmente no mundo rural. O desemprego atinge cerca de 21% dos habitantes de Bissau. Nas regiões fora de Bissau, a taxa é mais reduzida (cerca de 8%) apenas porque quase todos trabalham os campos comuns das comunidades, trocando directamente os produtos.

As populações dedicam-se, na sua larga maioria, cerca de 75% da população, ao sector primário. Este sector contribuiu quase 47% para o PIB, em 2008 (a actividade mineira não tem quase expressão, apesar do potencial aparente). Este sector é essencialmente doméstico e de auto-subsistência, não gerando fluxos importantes para a exportação, com excepção do caju, única actividade geradora de rendimentos para os agricultores. No entanto o potencial agrícola da Guiné é profundamente subaproveitado. A terra é fértil, sem grande utilização intensiva, rica em sais minerais e azoto e com seis meses de chuva. Porém, tem percentagens de aproveitamento muito escassas.

O arroz, base da alimentação dos guineenses, foi, no período colonial, o principal produto de exportação. O óleo de palma, as frutas e os frescos em geral são produtos com bastante procura na UEMOA, especialmente no Senegal, principal cliente da Guiné-Bissau. No entanto, os produtores não estão bem organizados, as transacções são unitariamente pequenas e atomizadas, diminuindo substancialmente o seu poder negocial. Este facto, aliado à inexistência de qualquer enquadramento empresarial e de qualquer input ao nível do marketing, não permite que a Guiné acrescente valor aos seus produtos. Este é um problema que se estende ao caju, apenas recolhido e vendido quase em bruto.

O peixe, juntamente com o arroz e o óleo de palma, constituem a base alimentar da população, sendo muito abundante. As licenças de pesca são, portanto, cada vez mais cobiçadas, nomeadamente pela China, em troca de apoio no sector da construção. A pesca ilegal é constante, delapidando este recurso económico.

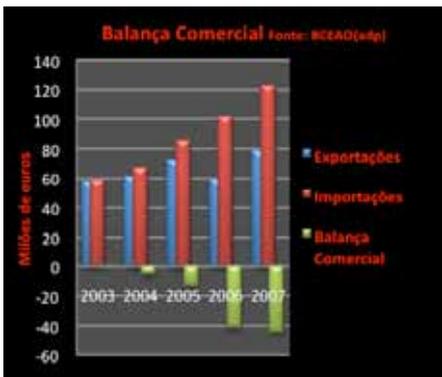
Os recursos mineralógicos estão por explorar. A Guiné tem bauxite, fosfatos e, aparentemente, petróleo. Angola, Portugal, França e Holanda posicionam-se neste xadrez, esperando o momento de adquirir concessões. Os angolanos decidiram já financiar o défice da Guiné, piscando o olho ao bauxite e prometendo um porto marítimo moderno e uma rede de caminho-de-ferro.



As indústrias são também elas muito familiares e rudimentares, se não considerarmos as poucas que se dedicam à transformação de caju. As experiências com uma fábrica de cervejas, com uma linha de montagem de automóveis (Citroen) e com alguma indústria conserveira não resultaram, especialmente por causa da enorme promiscuidade com o Estado, que as entendia como fontes directas de financiamento do orçamento.

O comércio é uma actividade muito importante mas exercida especialmente por imigrantes da UEMOA – Senegal e Guiné Conacry. Os mercados informais são claramente predominantes.

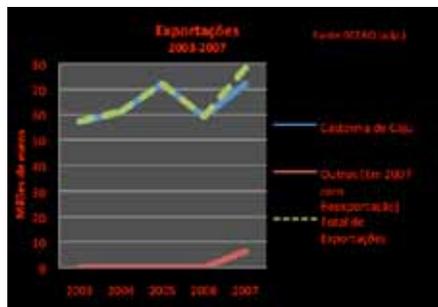
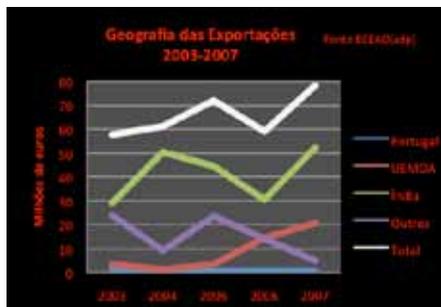
O sistema financeiro está a despontar na Guiné, estão a começar a ser concedidos empréstimos, estão a aparecer os primeiros multibancos e o sistema de controle de crédito. No entanto, este sector é ainda bastante pequeno e contribuiu apenas em 4% para o PIB. O Banco do Oeste Africano (já teve capitais do Montepio Geral) e o EcoBank são as principais instituições bancárias e de crédito comercial. Existem também algumas seguradoras.



O valor das importações, especialmente de produtos alimentares, é bastante superior ao das exportações, desequilibrando a balança comercial. Em anos de baixa do preço do caju, que vale 90% do total das exportações nos mercados internacionais, Bissau agrava profundamente a já sua debilitada economia.

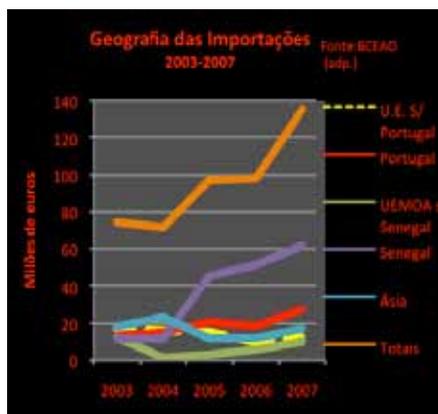
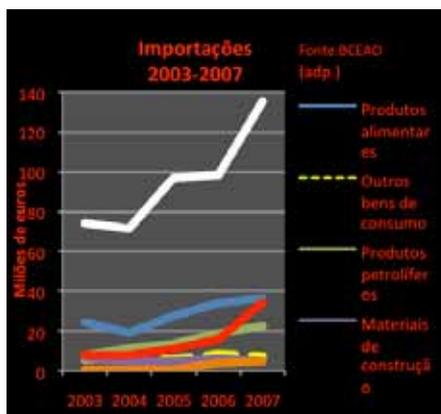
Os principais clientes são a Índia, por força do caju (62,9% do total entre 2003 e 2007) e a UEMOA com 12,9% (caju, óleo de palma, frutas, madeira), graças ao Senegal que vale 90% das exportações para essa união económica.

As importações são essencialmente de produtos alimentares, bebidas e outros bens de consumo, cerca de 47% do total das importações, entre 2003 a 2007. Interessante é a tendência que se verifica a partir de 2006, com os bens de equipamento a valerem



em 2007 quase o mesmo, cerca de 38 milhões de euros, que os produtos alimentares. A instalação de novos *players* na indústria dos produtos petrolíferos e nas telecomunicações explicam esta subida.

Os principais fornecedores da Guiné-Bissau são a UEMOA, com a maior fatia a caber ao Senegal com 38,4%, com transacções de 182,7 milhões de euros, entre 2003 e 2007. Em 2º lugar posiciona-se Portugal a valer 20% e 95 milhões no mesmo período. A União Europeia, com 1,9 % e 70 milhões, é o terceiro fornecedor mais importante.



### Investimentos de “barba rija”

Investir na Guiné-Bissau é aceitar e saber conviver com uma elevada dose de risco. O Banco Mundial classifica este país na penúltima posição no seu *ranking* “Doing Business”.

No entanto, parece-nos que existem boas oportunidades de negócio e algumas condições favoráveis não negligenciáveis como a mão-de-obra barata, a relativa estabilidade política, a existência de um porto marítimo, as boas relações diplomáticas com Portugal e um sector financeiro em desenvolvimento. O actual Primeiro-ministro é gestor e conhece bem a importância do investimento externo.

Claro que estas oportunidades só fazem sentido no quadro mais alargado da UEMOA. O mercado guineense não é de facto muito atractivo se desligado da sua área geográfica. Além disso, existe ainda um outro mercado comum mais alargado que a UEMOA, a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África do Oeste (CEDAO), que acrescenta mais países à UEMOA, como Cabo Verde, e da qual a Guiné-Bissau também faz parte.

Na agricultura o desafio empresarial é claramente reavivar a produção de arroz, já que o da Guiné-Bissau é de muito boa qualidade, juntando-lhe o marketing necessário para lhe acrescentar valor. Também o óleo de palma, produto silvícola, considerado o melhor desta região, se pode transformar num produto bastante rentável, por força da procura na UEMOA.

Os frescos são uma área interessantíssima. Na Guiné-Bissau, tal como na zona UEMOA, o abastecimento destes produtos é sazonal. Quem tiver o engenho e a arte para investir em hortas com estufas pode ganhar um preço *premium* nos meses de escassez.

A indústria de sumos tem à sua disposição, e em abundância, dois dos seus principais factores de produção: fruta e água. Aqui a concorrência internacional é feroz mas há espaço para novas entradas no jogo.

A construção civil é uma actividade que rapidamente se pode transformar num sector motor do desenvolvimento.

Investir na Guiné, numa perspectiva de reexportação de bens e serviços para a UEMOA pode ser uma boa ideia, podendo permitir o aumento da produção e das vendas. Torna-se necessário perceber se os custos de instalação e de operação são inferiores aos custos de transacção feitas directamente com esses países. A dupla tributação dos produtos e as taxas alfandegárias não devem deixar de ser consideradas. Também importante é a existência de quadros qualificados em excedente, formados no estrangeiro (Portugal, Brasil, Senegal,...), apesar dos baixos níveis gerais de educação e formação.

A abertura de empresas é formalmente bastante fácil e rápida, embora a realidade se possa revelar mais complicada.

O modelo de entrada aconselhável difere em função da dimensão da empresa. As mais pequenas deverão procurar parceiros, na Guiné-Bissau ou em outro país da UEMOA, sendo o Senegal o mais aconselhável. As outras, poderão entrar sozinhas desde que as suas relações com os órgãos do Estado sejam favoráveis, podendo, de seguida construir redes com parceiros da UEMOA.

Uma boa notícia para os investidores diz respeito à existência de um programa da UE de apoio ao investimento a favor dos países ACP (África, Caribe e Pacífico): o PRO€INVEST. O valor atribuído para o período de 2002 a 2011 foi de 110 mil milhões de euros. Está em análise a possibilidade da EU poder vir a disponibilizar brevemente 6,5 mil milhões de euros, utilizáveis nos próximos cinco anos, para apoio ao investimento privado nas zonas UEMOA e CEDEAO.

Assim, em relação à Guiné pergunta-se então: quem quer arriscar?

## **Fontes**

Relatório da UEMOA, 2007

Tratado de constituição da UEMOA

Banco Africano para o Desenvolvimento

Banco da Comunidade Económica da África Ocidental

Banco Mundial

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau

## **Web Sites**

[www.uemoa.com](http://www.uemoa.com)

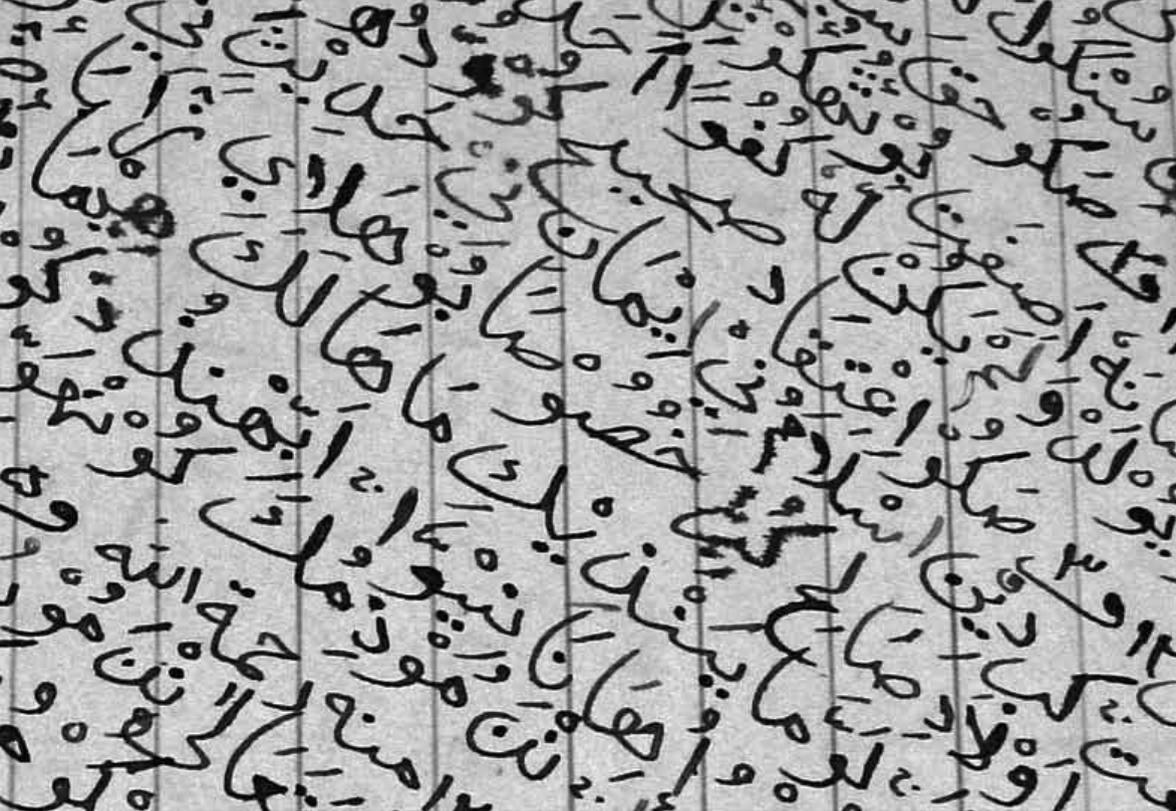
[www.worldbank.com](http://www.worldbank.com)

[www.ipad.pt](http://www.ipad.pt)

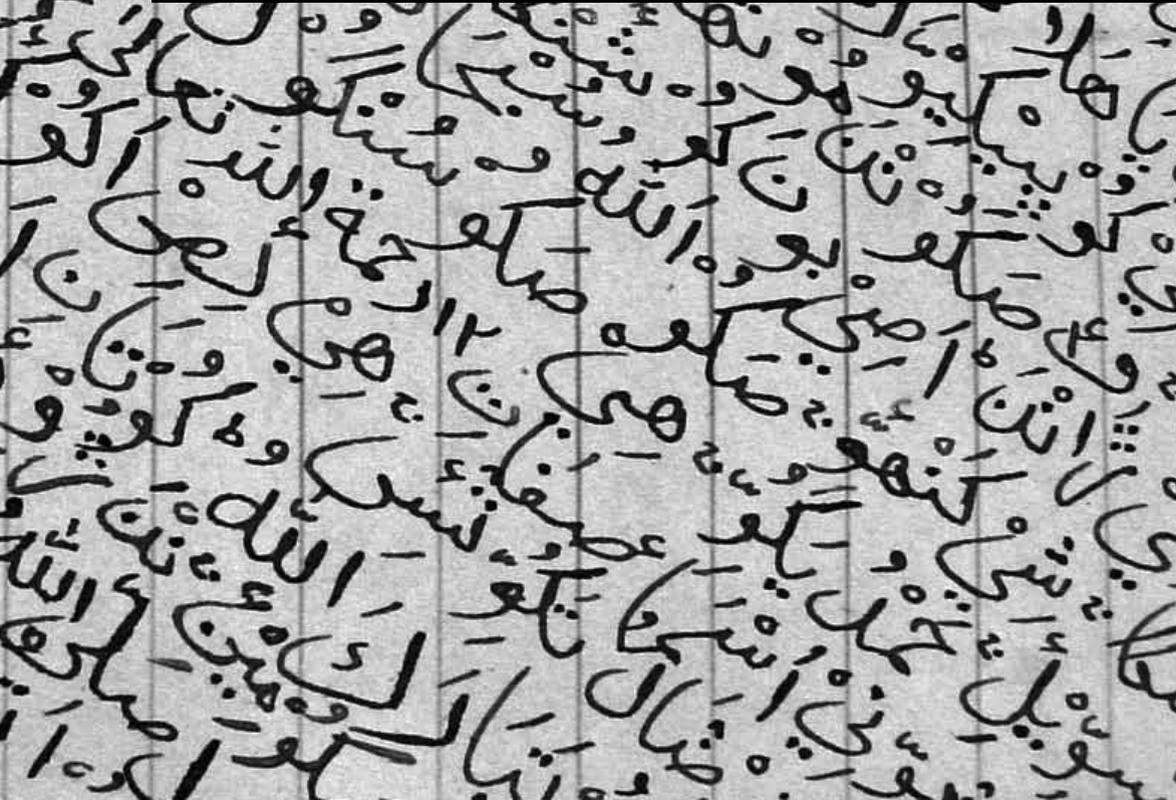
[www.afdb.org/en/](http://www.afdb.org/en/)

[www.imf.org](http://www.imf.org)

Handwritten Arabic text in a dense, cursive script, likely a religious or historical document. The text is written in black ink on a light-colored background and is arranged in approximately 15 horizontal lines. The script is highly stylized and difficult to decipher due to its density and the overlapping nature of the characters. The text appears to be a collection of names, titles, or phrases, possibly related to a historical event or a religious text. The overall appearance is that of a well-preserved but highly decorative manuscript page.



**Notas de Leitura**





# De l'Atlantique au Pacifique: Quels Héritages ?

René Pélissier

p. 189-200

## Generalités et regroupements de plusieurs pays

Un certain rituel universitaire – en France tout au moins – veut que les critiques de livres d'histoire insistent plus sur les insuffisances des textes qu'ils analysent que sur : 1<sup>o</sup>) les résultats obtenus par les auteurs, parfois au prix d'efforts démesurés, et 2<sup>o</sup>) les services que ces travaux rendront à leurs lecteurs. Nous sacrifions le moins possible à cette mode qui, bien souvent, est le paravent derrière lequel s'abritent des rancœurs (jalousies ?) politiques, professionnelles ou personnelles. Et en tant qu'historien « exotique » dans le contexte franco-français, et sans aucun lien avec l'auteur de *DE QUOI FUT FAIT L'EMPIRE*<sup>1</sup>, nous n'hésitons pas à écrire que cet ouvrage monumental et encyclopédique marque un tournant dans l'histoire coloniale qui, dans la plupart des pays d'Europe continentale, est une activité auto-centrée, pour ne pas dire nationaliste, même si elle est devenue simplement nombriliste depuis la décolonisation. Si le titre peut paraître un peu obscur (c'est une citation tronquée de Charles de Gaulle datant de 1938, en un temps où les empires européens triomphaient presque tous), le sous-titre est explicite. Ce n'est pourtant pas une tentative visant à raconter en un volume le déroulement chronologique des opérations militaires engagées par dix pays pour se tailler une place au soleil. Il s'agit en fait d'un cadre globalisant, d'une vaste fresque faisant intervenir l'Allemagne, la Belgique, l'Espagne, la France, la Grande-Bretagne, l'Italie, les Pays-Bas, le Portugal, la Russie... et les Etats-Unis. A cet égard, rien n'est dit sur l'expansionnisme de la Chine et du Japon ni sur les poussées méridionales de l'Argentine et du Chili de l'époque, ces deux dernières n'ayant jamais eu d'Hollywood pour les célébrer. Ce qui intéresse Frémeaux, dont l'érudition est impressionnante, c'est de dégager la spécificité des guerres coloniales, leurs origines, leurs natures, la composition des unités européennes, des troupes indigènes, le matériel, les armements, les transports, la logistique, leurs adversaires locaux, les grandes opérations, le contrôle des territoires conquis, les défaites des uns et des autres, les coûts humains et financiers, les attitudes des opinions métropolitaines, etc. S'appuyant sur une bibliographie elle aussi impressionnante (pp. 509-543), classée par pays, il introduit dans sa vingtaine de chapitres ce qui appartient à chacun des dix Etats examinés.

<sup>1</sup> Jacques FRÉMEAUX, *DE QUOI FUT FAIT L'EMPIRE. LES GUERRES COLONIALES AU XIX<sup>e</sup> SIÈCLE*, Paris, CNRS Editions, 2009, X-576 p. + 8 p. de cartes en couleur.

Ce n'est pas un livre pour ou contre : les faiblesses, les erreurs, les crimes sont froidement exposés. De ce fait, ce n'est certes pas un texte à conseiller aux nostalgiques de la grandeur ni aux apôtres des falsifications historiques qui subsistent ou surgissent çà et là. Et si, bien évidemment, il ne peut entrer dans le détail de milliers d'opérations sanglantes, il offre, malgré son découpage thématique, de sérieuses introductions à des expansionnismes mal étudiés en dehors de leurs points de départ. On citera, à cet égard, les conquêtes russes au Caucase et en Asie centrale et les piétinements néerlandais à Sumatra. Et qui connaît le prix de la première conquête italienne de la Libye, en dehors de ceux qui lisent la langue de Dante ? Foisonnant, descendant même en quelques pages à des détails que l'on s'attend plutôt à trouver sous la plume des amateurs de jeux de rôles (ex : la hauteur au garrot de certaines montures !), ce texte magistral est prioritairement une étude comparée qui intéressera tous ceux qui veulent s'échapper des moules historiographiques habituels. Il apporte un souffle nouveau dans les mondes cloisonnés de la recherche conduite par les spécialistes de telle ou telle colonisation.

Il serait injuste de mesurer à l'aune de ce monument les titres qui vont suivre et qui, eux, s'adressent à des publics différents. TEMPO AFRICANO<sup>2</sup> parle, lui aussi, de guerres, mais elles sont encore tièdes, alors que celles de Frémeaux sont refroidies depuis la disparition de plusieurs générations de leurs acteurs. Il semble que l'objectif de l'auteur soit de donner de la guerre coloniale portugaise une vision opérationnelle et également sociétale, avec une tendance lusotropicaliste qui s'accroche de plus en plus dans la mentalité nationale, malgré tous ceux qui en démontrent la vacuité. L'utilité de ce livre, qui reprend des extraits de textes publiés antérieurement (1968-1975), augmentés de témoignages d'anciens combattants, provient de ce qu'il décrit (Luanda en février 1961, le Nord-Ouest angolais, la Guinée en 1964 – Oio, Bula, etc. –, avec des retours en Angola et ensuite en Guinée à nouveau). L'organisation de l'ensemble ne facilite pas les repérages chronologiques.

PATHS WITHOUT GLORY<sup>3</sup> concerne une personnalité victorienne au cœur même de l'expansionnisme britannique en Afrique et en Asie, Richard Francis Burton, curieusement négligé par les Portugais, alors que chez leurs voisins on publie de nos jours de nombreux titres burtoniens qui n'ont rien à voir avec l'Espagne et vraiment peu de chose avec ses anciennes colonies. Or Burton a écrit un livre sur Goa, deux volumes sur Camoens, traduit le voyage de Lacerda au Cazembe et les Lusiades en deux autres volumes, sans compter ce qu'il a publié ailleurs sur l'Angola et le Brésil. Le livre examiné ici est le fait d'un géographe américain qui aborde le mythe et le mystère Burton dans leurs relations avec l'exploration africaine au premier plan de laquelle il se situe. Newman fournit une énième biographie de ce personnage trouble et troublant en exaltant, à juste titre, son rôle majeur dans la découverte européenne et en tant qu'acteur (consul en Afrique occidentale) impérial. A la fois arabophile et négrophobe forcené, provocateur et victime d'un continent où il perdit la santé et qui devint sa « bête noire », Burton l'Africain, génie incompris et aigri, linguiste émérite, intéresse de plus en plus les éditeurs, sauf au Portugal. Il était temps que le poids de

<sup>2</sup> Manuel BARÃO DA CUNHA, TEMPO AFRICANO. AQUELAS LONGAS HORAS EM SETE ANDAMENTOS, Oeiras (Portugal), Câmara Municipal, 2008, 368 p., photos et dessins noir et blanc.

<sup>3</sup> James L. NEWMAN, PATHS WITHOUT GLORY. RICHARD FRANCIS BURTON IN AFRICA, Washington (D.C.), Potomac Books, 2010, XI-303 p., photos et gravures noir et blanc.

l'Afrique dans le destin et l'œuvre de Burton (onze livres africanistes, certains comportant deux épais volumes) soit remis à sa vraie place qui est éminente à tous égards. Polémique lui aussi, le recueil intitulé *QUAL DE NÓS TERÁ RAZÃO* <sup>4</sup> d'un général d'extrême-droite, né en 1918, et qui fut deux fois gouverneur d'Angola, rectifie quelques points de détail et règle les comptes de l'auteur avec plusieurs autres officiers et/ou hommes politiques, artisans de cette fameuse « décolonisation exemplaire » en Angola et au Mozambique.

Dans un genre assez éloigné de toute polémique, mais faisant retour sur les conséquences de conflits récents, notamment en Afrique, on peut citer *CARNET DE GUERRES D'UN HUMANITAIRE*<sup>5</sup>. Avec Jean-Dominique Bunel on est loin de Burton puisque cet homme de cœur dénonce, sous une forme anecdotique, la corruption, la violence et l'inhumanité dont rend compte son journal intime d'artisan du bien public. C'est un ancien responsable d'ONG qui de 1992 à 2006 a travaillé à chaud dans des zones où l'on a parfois l'impression que l'homme est bien ce que Burton, le pessimiste, exposait quand il observait les « grandes coutumes » dans ce qui allait devenir le Dahomey/Bénin : un être méchant. Pour l'Afrique – mais il a aussi travaillé en Croatie, en Bosnie et en Irak, ainsi qu'au Kosovo et au Liban – nous avons droit à des spectacles édifiants (Rwanda, Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa, Burundi) qui auraient conforté Burton dans ses certitudes. Mais Bunel ne se décourage pas. Il a la foi, cet homme ; c'est ce qui l'a sauvé dans son apostolat.

Un petit coup d'œil du côté des littérateurs ou, tout au moins, chez les professeurs de littérature, nous permet de voir sous quels angles ils abordent la guerre coloniale portugaise. Il faut connaître leurs approches pour comprendre ce qui les intéresse. Avec *EXCEPÇÃO ATLÂNTICA*<sup>6</sup> on est dans le domaine des interprétations élégantes mais compliquées, celui des gloses alambiquées, si possible philosophiques et mêmes psychanalytiques. Il y a un public pour ce genre d'études brillantes et universitaires où l'on rencontre plus souvent Foucault, Derrida, Deleuze (les nouvelles Gorgones indispensables à la cosmogonie conceptuelle encensée dans les temples où l'on triture les textes), plutôt que le simple ancien combattant qui cherche encore où sont passés les vingt-six mois de sa jeunesse perdue entre Guiledje et Furancungo, à moins qu'il ne s'agisse de Mueda ou de Nambuanguo. Les uns repensent la littérature, les autres pleurent en la lisant en se demandant pourquoi la mine les a choisis, eux, et non leur copain. Que tous ceux qui ont fait la guerre coloniale, malgré eux, essaient d'entrer dans ce recueil de textes savants pour savoir enfin ce qu'elle est devenue dans les chaires où l'on enseigne la littérature portugaise de par le monde.

Dans un autre genre, *ETHNICITY AND THE LONG-TERM PERSPECTIVE*<sup>7</sup> rassemble six contributions en anglais présentées à une conférence (2007) du Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). Deux textes mozambicanistes sont le fait d'auteurs reconnus comme étant des spécialistes de la Zambézie. Le premier insiste sur ce qui donne une certaine cohésion aux ethnies de la vallée : le souvenir

<sup>4</sup> Silvano Silvério MARQUES, *QUAL DE NÓS TERÁ RAZÃO ?* Lisboa, Prefácio, 2010, 219 p.

<sup>5</sup> Jean-Dominique BUNEL, *CARNET DE GUERRES D'UN HUMANITAIRE. GRANDEURS, MISÈRES ET SERVITUDES*, Paris, L'Harmattan, 2010, 319 p., photos noir et blanc.

<sup>6</sup> Roberto VECCHI, *EXCEPÇÃO ATLÂNTICA. PENSAR A LITERATURA DA GUERRA COLONIAL*, Porto, Edições Afrontamento, 2010, 202 p.

<sup>7</sup> Alexander KEESE (ed.), *ETHNICITY AND THE LONG-TERM PERSPECTIVE. THE AFRICAN EXPERIENCE*, Berne, Peter Lang Publishers, 2010, 215 p.

des *prazos*. Le deuxième introduit une vision historique remontant aux premiers contacts avec les Portugais. Ils détruisent les arguments de ceux qui prétendent que l'ethnicité (le tribalisme pour parler brutalement) est une fiction inventée par les colonisateurs. La troisième étude luso-africaniste porte sur la politique appliquée en Guinée par les Portugais dans la sélection des chefs coutumiers en fonction de leur loyauté à l'égard de l'Administration. L'auteur examine les nuances et les variations enregistrées, selon l'implantation saccadée des autorités coloniales. Travail précieux pour connaître les années 1920-1940, notamment à partir des archives qui semblent enfin plus accessibles aux chercheurs qui s'intéressent à la Guinée portugaise.

## SAHARA EX-ESPAGNOL

N'en déplaise aux militants qui, en maints pays, s'efforcent de sensibiliser les opinions nationales au sort du Sahara occidental et de la République sahraouie, c'est en Espagne, l'ancienne tutrice qui ressasse ses remords d'avoir trahi sa vocation de « Madre de naciones », que leur cause affecte le plus profondément le grand public. Il n'est que de comptabiliser le nombre d'articles et surtout de livres qui sont publiés chaque année en castillan et dans les autres langues régionales officielles. Si on le compare à ce qui paraît en anglais, français, italien, allemand, etc., c'est écrasant. Or, sauf rares exceptions, les auteurs continuent à ignorer ou à minimiser réciproquement ce qui se fait au-delà de leurs frontières linguistiques, les pires étant probablement ceux qui se heurtent aux carences de leurs bibliothèques dites nationales ou universitaires : les Ibériques.

Pour préciser notre pensée, nous nous bornerons à présenter ici et succinctement trois titres en français où une poignée d'humanitaires, de spécialistes ou de politiques luttent contre l'indifférence des Francophones en général pour ce qui n'a jamais appartenu à l'ancien Empire français, à propos duquel l'intérêt d'ailleurs n'est déjà plus que modeste voire résiduel dans les jeunes générations (sauf, évidemment, chez les descendants d'immigrés, les rapatriés et les lobbies antiracistes ou ultramarins).

LE SIÈCLE GUERRIER FRANCO-SAHRAOUI<sup>8</sup> vient immédiatement démentir notre affirmation car l'auteur nous rappelle – à juste titre – que le Sahara occidental a joué un petit rôle dans l'histoire coloniale française puisque c'est de ce que l'on appelait alors le Rio de Oro que partait la résistance armée la plus vive à l'occupation militaire de la Mauritanie. Il faut distinguer dans ce livre passionnant l'apport historiographique et la thèse politique de l'auteur. Le premier, grâce à la publication des rapports du lieutenant-colonel Charles Mouret, nous permet de connaître dans le détail la marche (1913) des Français contre Smara (en plein cœur de la sphère d'influence espagnole) pour se venger de leur défaite écrasante (10 janvier 1913) à Liboïrat (une centaine de méharistes « français » tués par un rezzou de 250 hommes venus du Rio de Oro). L'entrée de leur colonne dans Smara, abandonnée de la quasi-totalité des guerriers, s'effectue sans mal. Contrairement à la légende reprise par certains auteurs espagnols, Mouret ne détruit pas la casbah locale et se contenta d'infliger quelques dégâts symboliques à la mosquée. C'est au retour vers la Mauritanie que, toujours dans la Saguiet El Hamra (nominalement espagnole mais non occupée avant les années 1930), que les 402 soldats et auxiliaires de Mouret se heurtent à 800 nomades surabondam-

<sup>8</sup> Ali Omar YARA, LE SIÈCLE GUERRIER FRANCO-SAHRAOUI, 1910-2010, Paris, L'Harmattan, 2009, 168 p. photos et cartes noir et blanc.

ment armés, les 9-10 mars 1913, sur l'oued Tagliatt : ils en tuent environ 130, au prix de la mort de deux officiers et d'une vingtaine de tirailleurs, méharistes et auxiliaires. Pour revoir de tels affrontements majeurs engageant des Français au Sahara espagnol il faudra attendre 1957-1958, dans un contexte politique tout à fait différent. La thèse militante de l'auteur, né à Tantan dans la zone sud du protectorat espagnol au Maroc, est que les autorités marocaines ont eu un rôle nul dans le combat de Tagliatt (p. 151) et que cette ancienne zone espagnole (devenue Tarfaya) doit être détachée du Maroc actuel et rattachée à un futur Sahara occidental indépendant. On n'est pas sorti de l'auberge et il est à prévoir que les activistes francophones défendant l'indépendance des Sahraouis pourront continuer à organiser des colloques et publier leurs actes dont un bon exemple est fourni par SAHARA OCCIDENTAL<sup>9</sup>. Histoire, société, droits de l'homme, répression, surexploitation des ressources naturelles, impuissance du droit international face aux intérêts économiques et politiques, impatience des jeunes, lassitude et néo-colonisation ethnique risquent d'être des thèmes récurrents dans les prochaines rencontres. Reste à savoir si ces manifestations de soutien aux nationalistes mordent réellement sur l'opinion des Etats où elles ont lieu. Si nous en jugeons d'après les informations fournies dans AVEC LES SAHRAOUI<sup>10</sup> où le lecteur découvrira les efforts déployés depuis plus de trente ans par les Amis de la RASD (République arabe sahraouie démocratique), la solidarité agissante de ces noyaux de militants ne faiblit pas, mais pour le moment elle n'a pas dépassé le stade de l'amorce du combat de David contre Goliath. L'exemple des comités de soutien étrangers des nationalistes luso-africains entre 1959 et 1976 est cependant encourageant pour ceux qui ont fait de la fidélité aux grands principes leur règle de vie. Apparemment, ce sont leurs homologues espagnols qui ont le plus de chances de voir leurs aspirations culturelles se réaliser dans l'ancienne colonie des Franquistes. Eux brandissent le drapeau de la langue coloniale chez les réfugiés, tant à Tindouf que dans l'ancienne métropole. C'est peut-être une ironie ou l'un de ces bégaïements de l'Histoire qui nous narguent : depuis l'évaporation de la colonisation espagnole dans le désert, le nombre d'Hispanophones « de souche » au Sahara est infime, mais les effectifs de ceux qui ont fait de la langue de Cervantes l'emblème de leur différence par rapport au Maroc semblent aller croissant, malgré le lessivage linguistique opéré par le nouveau pouvoir venu du nord. Qui veut quoi comme héritage ? Celui du Texas ou celui de Guam ?

## GUINÉE

Maigre récolte pour cette chronique : un seul roman ! A CUBANA QUE DANÇAVA FLAMENCO<sup>11</sup> est une fiction assez invraisemblable car les prisonniers portugais du PAIGC n'ont pas dû être nombreux à être détenus sept mois dans des camps de guérrilleros situés à l'intérieur de la Guinée-Bissau. Trop dangereux. Un alferes pacifiste et plutôt négrophile est donc incarcéré vers 1964. Est-on dans la région de Bissorã ? L'une des femmes du chef veut un enfant du Blanc. L'officier va donc l'engendrer (en souvenir de Gilberto Freyre ?), mais il est battu et réduit à n'être qu'un simple

<sup>9</sup> COLLECTIF, SAHARA OCCIDENTAL. UNE COLONIE EN MUTATION. ACTES DU COLLOQUE DE PARIS X NANTERRE, 24 NOVEMBRE 2007, Paris, L'Harmattan, 2010, 155 p.

<sup>10</sup> Régine VILLEMONT, AVEC LES SAHRAOUI. UNE HISTOIRE SOLIDAIRE DE 1975 À NOS JOURS, Paris, L'Harmattan, 2010, 351 p., photos noir et blanc.

<sup>11</sup> Armor PIRES MOTA, A CUBANA QUE DANÇAVA FLAMENCO, Leiria, Imagens e Letras, 2008, 206 p.

porteur alors qu'avant il enseignait l'alphabet aux partisans ! Il est ensuite transféré dans l'Oio (à Mores) où il couche avec une infirmière cubaine, entièrement dévouée à la *revolución* castriste et à sa mission internationaliste. Non seulement, il n'est pas transféré à Conakry ou à Dakar, mais il participe à l'attaque de Mansabá aux côtés des guérilleros ! Retour chez les Balantes où sa première maîtresse, enceinte de lui, l'aide finalement à s'enfuir à Bissau où les autorités l'avaient déclaré mort.

En fin de compte, le texte est relativement utile pour connaître la vie dans les camps du PAIGC, d'abord chez les Balante puis chez les Mandingue (Oio).

## ANGOLA

Pour nous écarter un peu des fureurs de la guerre, commençons par un livre à quatre mains, rédigé par deux professeures américaines, naturellement féministes puisque ce marché est porteur. Il s'agit dans NELLIE ARNOTT'S WRITINGS ON ANGOLA, 1905-1913<sup>12</sup> de mettre en valeur le rôle des Américaines envoyées dans les premières missions de l'American Board of Commissioners for Foreign Missions in Portuguese West Africa, au Centre-Angola. En fait, l'héroïne des deux auteures a peu marqué son temps, et la partie la plus intéressante du livre se trouve dans la centaine de pages de l'introduction et la bibliographie fournies par les présentatrices qui ignorent évidemment toute la production en portugais, mais ni Fanon ni Césaire s'ils sont traduits en anglais. On en rit presque, mais le provincialisme de certains universitaires américains ne nous émeut plus depuis longtemps. En résumé, Arnott était optimiste dans ses articles destinés à récolter les dons des croyants, et réaliste dans ses écrits intimes. C'était une propagandiste hors pair que cette institutrice et évangéliste de la mission de Kamundongo (Bié), où elle arriva pendant le scandale du « cacao des esclaves ». Restent ses descriptions de Benguela et la haine des protestants pour les colons portugais qui exploitent les Africains. Des kystes étrangers, insularisés et suspects dans une « mer d'iniquité » pour reprendre la formule consacrée.

On redescend un peu dans le temps avec les souvenirs d'enfance d'un Blanc d'Angola, resté dans le pays après l'indépendance. Né à Luanda en 1926, cet auteur anticolonialiste évoque sa ville, à la fin des années 1920 et au début de la décennie suivante. Sous forme d'une déambulation et d'un dialogue de deux touristes venus du temps présent dans une ville d'avant-guerre, quartier par quartier et même immeuble par immeuble, il retrace l'évolution d'une bourgade et d'une société blanche (degredados inclus) et coloniale. Les Africains de l'époque sont presque absents dans cette uchronie qui peut intéresser les sociologues et les urbanistes qui s'arrachent les cheveux devant le chaos luandais actuel. Livre curieux que celui de ce TURISTA KALU<sup>13</sup>.

KERSFEES IN CARMONA<sup>14</sup> nous rapproche encore plus de l'actualité puisque ce recueil de cinq contes en contient un très bref qui se déroule pendant la guerre coloniale dans l'Uíge et l'Armée portugaise, à la recherche d'un journaliste (espion ?) disparu (?) du côté de Sanza Pombo.

<sup>12</sup> Sarah Robbins & Ann Ellis PULLEN, NELLIE ARNOTT'S WRITINGS ON ANGOLA, 1905-1913, MISSIONARY NARRATIVES LINKING AFRICA AND AMERICA, Anderson (South Carolina), Parlor Press, 2010, XLIII-337 p., photos noir et blanc.

<sup>13</sup> Elvídio de OLIVEIRA, TURISTA KALU EM LOANDA. LUANDA DA MINHA INFÂNCIA, Lisboa, Prefácio, 2009, 199 p., photos noir et blanc.

<sup>14</sup> Doc IMMELMAN, KERSFEES IN CARMONA EN ANDERS STORIES, Pretoria, Protea Boekhuis, 2010, 114 p.

Plus traditionnel dans le genre « littérature d'anciens combattants » qui continue sur sa lancée, PELOTÃO DE APOIO DIRECTO 1245<sup>15</sup> est le fait d'un ancien sous-officier dans une unité chargée du matériel à Vila Salazar (devenu N'Dalatando) entre octobre 1967 et décembre 1969. Ce sont des privilégiés : les soldats logent en ville et ne vont jamais dans les zones de guerre. Le texte est révélateur de certaines attitudes déviantes. Exemple : un aumônier surarmé est chargé d'accompagner un prisonnier angolais pour le livrer à la PIDE. Il veut, toute charité chrétienne mise à part, que le conducteur du camion détache l'homme, simule un accident, allègue une tentative de fuite du détenu et l'abatte (p. 61). Vraie ou fausse, l'anecdote rappelle ce qu'étaient les « corvées de bois » pendant la guerre d'Algérie. On rencontre aussi dans cette unité, son commandant, un lieutenant de gauche antimilitariste et humaniste. Il est difficile dans ces conditions de gagner une guerre, même de faible intensité.

Ce sont des situations qui, à des degrés divers, se retrouvent dans toutes les guerres où les conscrits ne se sentent pas directement concernés, et même dans des armées où dominent des doctrines fondées sur la supériorité d'une race sur l'autre. Naturellement, on ne les voit pas souvent apparaître dans les livres rédigés par des officiers de métier commandant d'unités hautement techniques comme l'artillerie – généralement à la pointe du progrès – sud-africaine. C'est ce que nous montre FIRST IN, LAST OUT<sup>16</sup> où ce qui l'emporte, c'est la description extrêmement détaillée du rôle des artilleurs dans toutes les opérations majeures de l'Afrique du sud en Angola, à partir de l'invasion de 1975-1976. Sans pathos ni triomphalisme, à partir des notes fournies par les officiers impliqués, le texte apporte une moisson de données pointues pour connaître (parfois heure par heure) le déroulement des offensives contre l'Angola et ses alliés, notamment autour de Cuito Cuanavale en 1987-1988. Un livre qui devrait être dans les bibliothèques militaires.

Les livres de mémoires de guerre rédigés au Portugal par un professeur d'histoire sont peu courants. Emanant d'un médiéviste, natif de Goa, nous n'en connaissons qu'un : A MORTE DO HERÓI PORTUGUÊS<sup>17</sup>. Il était sous-officier à une date assez mal précisée (1965-1967) dans la région de Camabatela et dans les Dembos. Entre maints épisodes, on citera l'attaque, au crépuscule, d'un maquis dans une jungle de montagne, qui tourne mal. Le guide local étant abattu et l'homme en tête de la colonne grièvement blessé, il faut évacuer le terrain (vers juin 1965). Ce maquis de l'UPA/FNLA est commandé par un tireur d'élite, déserteur de l'Armée portugaise. Sa spécialité ? Tuer les officiers. Est-ce un mythe qui court déjà dans plusieurs bouquins ? Ce qui nous paraît le plus notable dans ce récit, c'est la distance involontaire qui sépare l'auteur de ces soldats dont il dépeint parfois le substrat psychologique. Lui vient d'une autre situation coloniale en fin de cycle (l'invasion de Goa par l'Inde, en décembre 1961, qu'il a vécue) et il ne comprend pas toujours la mentalité de ses hommes. L'un tue les parents d'une fillette de quatre ans et finit par l'adopter : elle devient la mascotte de la compagnie. Ces paysans, soldats apolitisés d'une patrie ultrapauvre et archaïque, n'ont que des ambitions limitées : ne pas mourir d'une mauvaise bles-

<sup>15</sup> Álvaro Roxo Vaz, PELOTÃO DE APOIO DIRECTO 1245. NO PALCO DA GUERRA COLONIAL. ANGOLA. 1967-1969, s.l. [Fundão?], Bookess, 2010, 106 p., photos noir et blanc.

<sup>16</sup> Clive WILSWORTH, FIRST IN, LAST OUT. THE SOUTH AFRICAN ARTILLERY IN ACTION, 1975-1988, Johannesburg, 30° South Publishers, 2010, 416 p., + 48 p. de photos noir et blanc et couleur, cartes et dessins.

<sup>17</sup> Valentino VIEGAS, A MORTE DO HERÓI PORTUGUÊS. DA GUERRA EM ANGOLA À INVASÃO DE GOA, UM TESTEMUNHO, Lisboa, Livros Horizonte, 2010, 207 p., photos noir et blanc.

sure et, pour la première fois peut-être, manger trois repas par jour. On se croirait revenu près d'un siècle en arrière dans les troupes d'infanterie de marine décrites par Frémeaux lors de la conquête de certaines de leurs colonies tropicales par plusieurs puissances européennes ; la soumission au destin dans des forêts vierges, devenues impénétrables à la saison des pluies, est la règle.

Ce livre est une confession qui le dispensera probablement de fréquenter le cabinet d'un « psy ». Un sentiment de culpabilité impuissante est perceptible. La prise de la Serra do Pingano est une victoire qu'il faudra recommencer ailleurs, après quatre ou sept autres nuits passées sous la tente, au bout d'un sentier ouvert à la machette. Curieusement et contrairement à la rotation habituelle des unités entre zones de combats et zones de récupération, le bataillon de l'auteur restera – dit-il – dans la zone de guerre du Nord-Ouest la plus dure. Faut-il s'étonner que même les soldats les plus rustiques finissent par devenir cacimbados (« timbrés ») ? Il y en a des dizaines de milliers qui, quarante-cinq ans après coup, subissent encore les conséquences de cet « enfermement dans l'enfer » de leur mémoire. Et encore l'Angola du Nord-Ouest n'était pas le pire : l'artillerie des nationalistes y était quasi inexistante jusqu'en 1974.

## MOZAMBIQUE

Abordons ce pays par le portail de l'Histoire puisque l'inépuisable auteur qu'est Jan Klíma vient de lui consacrer une somme à l'intention du public tchèque (et apparenté) : DĚJINY MOSAMBIKU<sup>18</sup>. Comme pour le volume qu'il avait publié chez le même éditeur sur l'Angola, l'auteur ne fait pas les choses à moitié. De la préhistoire à 2010, l'index onomastique occupe les pages 316-342 sur deux colonnes serrées ! L'auteur y était coopérant pendant deux ans dans les années 1980 et il porte un intérêt personnel au pays pour lequel il a rédigé une monographie sans équivalent dans le monde. Littéralement, il a aspiré tout ce que ses prédécesseurs ont déterré, et a ajouté un chapitre sur les relations entre le Mozambique et son pays, depuis la fugace escale d'un jésuite tchèque au XVIII<sup>e</sup> siècle jusqu'au nom du consul honoraire actuel à Maputo ! La bibliographie (plus de 600 livres et articles) présentée au lecteur reste pour nous un mystère, étant donné que les bibliothèques tchèques ne sont pas réputées pour leurs richesses africanistes, notamment mozambicanistes. Des centaines de ses titres étrangers (et même en portugais, publiés à Maputo) sont absents de la fameuse PORBASE censée contenir l'ensemble des fonds détenus au Portugal (sauf à la Sociedade de Geografia de Lisboa). Pratique-t-il la lévitation des livres depuis l'étranger jusqu'à son bureau ? En tout cas, un livre phénoménal par un auteur qui doit l'être tout autant.

Plus modeste dans ses ambitions, ZAMBESI<sup>19</sup> remet à sa vraie place l'expédition organisée par David Livingstone sur le bas-fleuve et, *ipso facto*, l'importance de l'explorateur pour le Mozambique : un fiasco fondé sur des prémisses fausses, mais néanmoins utile à la science. L'auteur examine les hauts et les bas de la biographie d'un « héros » très surfait dans le monde britannique. Mais son angle d'attaque est plus original : connaître les résultats scientifiques des travaux effectués par les savants qui travaillaient sous la férule du missionnaire. En tout, 98 articles furent publiés

<sup>18</sup> Jan KLÍMA, DĚJINY MOSAMBIKU, Prague, Nakladatelství Lidové noviny, 2010, 315 p., photos noir et blanc.

<sup>19</sup> Lawrence DRITSAS, ZAMBESI. DAVID LIVINGSTONE AND EXPEDITIONARY SCIENCE IN AFRICA, Londres-New York, I.B. Tauris, 2010, XII-242 p., photos noir et blanc.

de 1858 à 1877, concernant notamment la géologie, la botanique et la zoologie. Cette expédition fut la première, parmi celles financées par le gouvernement de Londres, qui rapporta des photos prises en Afrique. Il y a une dizaine de pages sur les relations avec les informateurs locaux, dont les Portugais. Sur ordre des éditeurs, les membres de l'équipe durent conforter les stéréotypes raciaux pour justifier la mission civilisatrice des Britanniques. L'auteur rappelle les fortes critiques des géographes à l'égard des résultats obtenus. William Desborough Cooley soutint et montra que les Portugais avaient déjà cartographié le système lacustre du Niassa, ce qui, n'en déplaise à Livingstone et ses adulateurs, est la stricte vérité. Moins connu – sauf en Allemagne –, le critique le plus incisif de l'Expédition fut le zoologue allemand Wilhelm Carl Hartwig Peters qui, bien avant elle, avait passé six ans (1842-1848) au Mozambique, dont neuf mois à Tete. Qui s'en souvient chez les historiens de la Zambézie puisque ses nombreux volumes illustrés ne concernent que l'histoire des sciences naturelles ? A noter qu'un tiers des noms portugais cités par Dritsas sont estropiés, et même en anglais une relecture attentive des épreuves eût été souhaitable pour consolider l'importance de cette étude.

Quittons le mythe livingstonien, qui sévit encore, pour le mythe suprême du « héros colonial et national » portugais : Mouzinho de Albuquerque dans toute sa majesté impériale puisque c'est son exemple qui a galvanisé une caste de traîneurs de sabres qui paradaient à Elvas ou au Chiado, mais ne se bouscuaient pas pour aller conquérir l'Império des hommes politiques et des diplomates de Lisbonne. Il a fallu attendre cent huit ans pour disposer de ce qui constitue, à ce jour, la meilleure biographie de MOUZINHO DE ALBUQUERQUE<sup>20</sup>. C'est-à-dire que, les aventures ultra-nationalistes outre-mer étant enterrées depuis 1975-1976, on peut enfin voir clair à travers les brouillards qui entouraient la figure d'un homme qui a été l'instillateur de la confiance retrouvée en la mission coloniale du Portugal. Ce n'est pas rien, même si nous persistons à penser que le déclencheur (la capture du roi du Gaza au Sud-Mozambique, le 28 décembre 1895) n'a rien d'extraordinaire si l'on connaît un peu l'histoire coloniale comparée.

L'auteur examine le soldat (vainqueur au Sud, peu convaincant au Nord), l'administrateur (d'abord comme gouverneur du distrito de Lourenço Marques, puis comme gouverneur général et commissaire royal dans tout le Mozambique en 1896-1898) et ensuite l'homme privé. Les deux premiers aspects étaient relativement connus, mais l'auteur apporte des éléments nouveaux quant aux fonctions du « héros » à la Cour du roi Dom Carlos, et à ses sentiments pour la reine Dona Amélia. Il nous semble que, tant la princesse française que le cavalier, jaloué pour sa gloire instantanée, étaient deux étrangers en marge d'une micro-société de pâles courtisans et d'intrigues mesquines dans un pays dont il voulait enrayer la décadence. Quant à son suicide, réel ou maquillé (1902), l'auteur ne penche pas pour une version plus qu'une autre, ce qui nous paraît sage, aussi longtemps que des preuves irréfutables ne seront pas produites. En définitive, cette fin mystérieuse a plutôt favorisé le mythe, ou tout au moins sa longévité. Les foules aiment d'autant plus les mythes que les « héros » qui les ont suscités finissent dans des conditions obscures (cf. le sébastianisme).

<sup>20</sup> Paulo Jorge FERNANDES, MOUZINHO DE ALBUQUERQUE. UM SOLDADO AO SERVIÇO DO IMPÉRIO, Lisboa, A Esfera dos Livros, 423 p. + 24 pages de photos noir et blanc.

L'une des causes – pas la plus importante, certes – de l'effondrement de la colonisation portugaise est que dans la caste militaire de l'époque récente personne ne se croyait sérieusement capable de réincarner ledit mythe, car il avait fait son temps, et que le seul qui semblait y croire encore un peu était un vieil ermite, civil et retors, qui jouait au renard dévorant dans le poulailler des généraux, mais ne voyait pas la nécessité d'actualiser ses perspectives en fonction des vents extérieurs qui ne soufflaient plus dans la même direction qu'en 1895-1902.

Entre les lignes des innombrables livres qui se sont publiés depuis 1974 sur la guerre coloniale et la décolonisation, on ne trouve, au mieux, que de très lointains échos de Mouzinho. L'émulation martiale avait dû s'étioler vers les années 1910-1930, peut-être même avant. Dès lors, une indémodable routine avait rouillé l'appareil. On peut le constater à la lecture au second degré de *ROTA SEM FIM*<sup>21</sup> qui a le mérite d'aborder un domaine peu fréquenté : l'action psycho-sociale de l'Armée dans le district de Tete entre avril 1972 et 1974. Tete ? Une ville de poussières où les Africains craignent la troupe ; des officiers improvisés qui ignorent les réalités africaines ; des officiers opérationnels ivres et bagarreurs évoluant entre les prostituées ; des méthodes copiées sur les expériences françaises et américaines pour faire basculer les populations locales du côté portugais. L'auteur montre les succès et les échecs de cette politique qui arrive trop tard, malgré le modernisme qu'elle apporte. Le souvenir des contraintes et des injustices coloniales est la meilleure arme du FRELIMO. Quand elle est insuffisante, il harcèle les *aldeamentos* (villages de regroupement), mine les champs et les pistes, exécute les tièdes, attaque les camions et le chemin de fer qui approvisionnent les constructeurs de Cabora Bassa. On note l'hostilité entre les spécialistes de la *psico* et les administrateurs civils qui s'abritent derrière la bureaucratie, selon les bonnes traditions séculaires portugaises. Où sont le panache, les grandes cavalcades à la Mouzinho en des temps plus simples mais où les gnomes du Terreiro do Paço entravaient déjà les projets et les mouvements du Commissaire royal ?

L'auteur séjourne aussi à Nampula, Moçambique, Beira, Lourenço Marques (fin 1973). Il constate la virulence du racisme au Sud, les hésitations des officiers de carrière et la montée en puissance des colons ultras. L'Administration se met au service du MFA : l'édifice salazariste était rongé de l'intérieur et sclérosé. Les fins d'empire ne sont jamais romantiques.

Sauf, parfois, chez les romanciers étrangers mais là cela peut vite devenir également pathétique, ce qui n'est pas très grave si leurs livres se vendent bien. Nous avons un témoignage tardif sur le crépuscule wagnérien de la colonisation portugaise au Mozambique en 1974, peu avant et après le 25 avril. Et nous avons l'impression que l'auteur de *THE BARROS PAWNS*<sup>22</sup> s'est non seulement inspiré des manœuvres de Jorge Jardim, mais qu'il l'a fréquenté ou tout au moins côtoyé, à la fin de son âge d'or. En tout cas, il a probablement vécu au Mozambique central à l'époque (début des années 1970) et se révèle être un connaisseur des services secrets rhodésiens et sud-africains ainsi que du monde interlope des mercenaires que quelques riches (ou super-riches) colons d'extrême-droite veulent ou ont voulu recruter pour sauver leurs intérêts contre le MFA et le FRELIMO. On ne s'improvise pas spécialiste de l'aéro-

<sup>21</sup> Rogério SEABRA CARDOSO, *ROTA SEM FIM*, Coimbra, Areias do tempo, 2010, 318 p., dessins noir et blanc.

<sup>22</sup> Peter J. EARLE, *THE BARROS PAWNS*, Leicester, Troubadour Publishing, 2011, III-282 p.

club de Beira sans avoir connu la ou les filles parachutistes de Jorge Jardim, au temps où elles illustraient les magazines.

L'histoire extrêmement compliquée d'une bande de mercenaires qui s'entretuent, faute de chefs, les épisodes inventés par l'auteur, etc., importent donc moins que sa description réaliste de l'ambiance « fin de siècle », qui règne dans l'Armée portugaise en 1974. Il n'a aucune considération pour ses qualités martiales (sauf chez les commandos), pas plus qu'il n'admire l'irrésolution des colons divisés entre générations. Quoi qu'il en soit, c'est un livre qui s'inscrit dans une série relativement ancienne de fictions en anglais sur le Mozambique central et même la Zambézie. L'héritage imprévu de Livingstone ? Peut-être pas, mais celui de la Compagnie de Mozambique, à coup sûr.

Changeons de langues et de perspectives avec les Hispanophones puisque, tout en restant au Mozambique, nous entrons maintenant dans la bienfaisance. IBO<sup>23</sup> est essentiellement un album de photographies somptueuses d'un Andorran, probablement le premier à avoir laissé le témoignage graphique et iconographique de son séjour au Nord-Mozambique. Que va-t-il y faire ? Tirer le portrait de la population (4.000 âmes) d'une petite île (Ibo) pour le compte d'une fondation caritative qui, dirigée par des hommes d'affaires (c'est bon signe !), veut sortir de la misère les insulaires (pratiquement abandonnés par les autorités) en développant le tourisme auto-centré, les infrastructures, la santé, l'éducation, l'artisanat, l'agriculture, la pêche, la restauration des édifices portugais, etc., tout en contrôlant les résultats. Une ONG aux ambitions restreintes mais qui peut parvenir à ses fins si la continuité des investissements et des efforts est assurée. Pour une île qui était plus connue des négriers, des pirates, des soldats et de la PIDE que des philanthropes, ce serait un bienfait. Si « ça » marche !

LIPI<sup>24</sup> relève du même mouvement fraternel. C'est un simple conte didactique pour enfants catholiques liant l'histoire d'une jeune missionnaire espagnole à Boane (près de Maputo) à l'œuvre du Père Damien soignant les lépreux aux îles Hawaii.

Et puisque nous sommes arrivés dans le Pacifique, voyons ce qui reste de l'héritage des Ibériques en Océanie. Honnêtement, pas grand-chose, sinon des pierres et des influences linguistiques que, bien tardivement, les Lusophones s'évertuent à revivifier à Timor et les Espagnols à recenser dans leur ancienne Micronésie.

## OCÉANIE « EX-IBÉRIQUE »

Nous avons déjà expliqué (cf. René Pélissier, *Portugais et Espagnols en « Océanie ». Deux empires : confins et contrastes*, Orgeval, Editions Pélissier, 2010, 154 p.) pourquoi l'on peut inclure Timor en Océanie sans soulever la colère des ancêtres des géographes actuels, mais comme nous craignons que les ethnologues ne fassent pas preuve d'autant de mansuétude à notre égard, pour ne pas les heurter de front nous parlerons en premier d'archipels qui sont de droit et de fait incontestablement océaniques : les Mariannes, les Carolines et les Palaos. ISLAS DEL PACÍFICO<sup>25</sup> est un ouvrage collectif et officiel qui constitue une présentation valorisante de ce qui reste aujourd'hui de

<sup>23</sup> Jaume RIBA SABATÉ, IBO, Barcelona, Fundació Ibo, 2009, non paginé (une centaine de pages), une centaine de photos noir et blanc et couleur.

<sup>24</sup> Fernando CORDERO MORALES, LIPI, DE LA SIERRA DE CÁDIZ A MOZAMBIQUE, Madrid, Reino Social del Sagrado Corazón, 2010, 64 p. dessins noir et blanc.

<sup>25</sup> COLLECTIF, ISLAS DEL PACÍFICO : EL LEGADO ESPAÑOL, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Secretaria de Estado de Cultura, 2000, 2<sup>e</sup> édition, 126 p., photos noir et blanc et couleur, cartes noir et blanc.

visible ou d'audible de la présence ou de l'influence espagnole à l'est des Philippines. Le centenaire de la disparition (1898-1899) du « Spanish Lake » a évidemment justifié la préparation et la publication luxueuse d'un tel livre. Des chapitres sont consacrés à la découverte espagnole de ces archipels, à l'installation coloniale dans les Mariannes (à Guam essentiellement), à son démantèlement après la guerre hispano-américaine, aux missions catholiques, à l'héritage culturel et linguistique, etc. Il ne faut surtout pas croire qu'il est uniformément présent dans toutes les îles. Seules les Mariannes (et pas toutes) ont conservé des traces relativement profondes de plusieurs siècles de présence. Mais dans les Carolines, l'influence espagnole (militaire autrement dit) n'a duré que de 1887 à 1899, un peu plus longtemps pour les missionnaires. La partie la plus utile de l'ouvrage est constituée par l'inventaire précis, méthodique et illustré du patrimoine architectural dressé par Javier Galván Guijo. S'il avait pu lire notre livre le plus récent (cf. *supra*) il aurait vu cependant que la rébellion de 1890 à Ponape n'a pas coûté la vie à 118 Espagnols comme il l'écrit (p. 77) en se fiant trop aux sources allemandes et américaines. Plus raisonnablement, notre bilan minimum est de 69 soldats espagnols et philippins morts au combat ou massacrés en 1890 (cf. René Pélissier, *Portugais et Espagnols... op. cit.*, p. 67). C'est déjà beaucoup pour une île de 334 km<sup>2</sup> et de 5-6.000 habitants à l'époque.

Un livre fort estimable pour connaître un peu moins mal une micro-colonisation oubliée.

Le malheur de cette Océanie « ex-ibérique » est qu'elle a accumulé un passif lourd et extraordinairement sanglant, tant avant que pendant les colonisations successives qu'elle a enregistrées. « IF YOU LEAVE US HERE, WE WILL DIE »<sup>26</sup> est une épithète appropriée au cas de Timor qui l'emporterait largement par le nombre de morts si l'on dressait un palmarès des violences insulaires dans le Pacifique. Le livre qui porte ce titre a été rédigé par un professeur d'histoire californien dont le texte restera probablement la pierre angulaire de l'analyse des événements du « petit » génocide de 1500 (?) Timoriens en 1999 et de l'intervention de l'ONU pour contrer la politique de terreur maximale conçue et appliquée par l'Armée indonésienne depuis le début de l'invasion de décembre 1975. L'auteur ne porte pas dans son cœur les militaires de Djakarta, ni les politiques de certains Etats occidentaux complices. Quant aux Portugais, ni la façon dont ils se sont installés dans l'île ni l'effondrement de leur présence en 1974-1975 ne méritent ses éloges. En fait, pour la période portugaise qu'il expédie rapidement, il n'offre rien d'original car, s'il les connaît, il utilise rarement les études essentielles. Les *moradores* qui ont tué le gouverneur portugais ne l'ont pas fait en 1897 (comme il est écrit p. 254) mais en 1887, année fatale pour les colonisateurs ibériques aussi bien à Ponape (cf. René Pélissier, *op. cit.*, pp. 33-46) qu'à Timor.

Cela étant dit, ayant été sûr place à Dili, en tant qu'administrateur des affaires politiques de la Mission de l'ONU, dès juin 1999, l'auteur parle avec une autorité incontestable de ce qu'il a vu et entendu. Tous les auteurs timorianistes qui ont écrit sur ces années paroxystiques ne peuvent en dire autant. Et l'on en compte déjà près d'une centaine puisque Timor est devenu une mine à ciel ouvert pour les candidats docteurs dans une demi-douzaine de pays. *Praga de gafanotos ?*

<sup>26</sup> Geoffrey ROBINSON, « IF YOU LEAVE US HERE, WE WILL DIE ». HOW GENOCIDE WAS STOPPED IN EAST TIMOR, Woodstock (Angleterre), Princeton University Press, 2011, XVI-319 p., photos noir et blanc.

# Marleen Dekker; Rijk van Dijk (eds.) Markets of Well-being. Navigating Health and Healing in Africa

Fernando Florêncio\*

p. 201-204

Esta obra, editada por Marleen Dekker e Rijk van Dijk, apresenta um conjunto de textos que, na sua conjugação global discutem uma problemática interessante nos estudos africanos, isto é, a questão do pluralismo médico, e de como diferentes sistemas culturais, relacionados com os processos biomédicos ocidentais de saúde e diferentes processos locais de cura, se afrontam e se entrecruzam nos quotidianos dos actores sociais envolvidos, profissionais de saúde, pacientes, familiares, etc.

Logo na introdução, os editores estabelecem precisamente a distinção entre *health*, enquanto processo relacionado com o modelo biomédico, e *healing*, enquanto processo histórico-cultural, marcado por práticas e representações cosmológicas locais, usualmente referenciadas de “tradicionais”, (p. 1).

No entanto, a obra, a partir de diferentes estudos de caso, não se restringe à clássica oposição entre modelos modernos e tradicionais de saúde, ou a uma crítica dessa oposição, mas pretende igualmente realçar como estes diferentes modelos se transformam e se adaptam aos actuais processos de liberalização económica, e em especial de monetarização, mercantilização e globalização, dos diferentes sistemas de saúde e de cura, nacionais e locais africanos.

Pretende-se assim, elucidar como estes sistemas têm dado origem a formas de empreendedorismo, e se têm integrado nos mercados financeiros locais, de molde mais ou menos informal, mais ou menos articulados com os estados nacionais (p. 2). E de como essas novas formas empresariais se articulam com os mercados, sobretudo os nacionais. Nesse campo, a obra pretende realçar o surgimento de novos actores sociais, nomeadamente de certas igrejas, cristãs e confrarias islâmicas, em concorrência com os actores “tradicionais”, nomeadamente os profissionais de saúde do sistema biomédico e diferentes tipos de “curandeiros” locais, em aberta competição pela conquista de espaços nas arenas que são na actualidade os mercados de saúde e de cura, em África. Um conceito central usado ao longo dos diferentes textos da obra, e que me parece profundamente apropriado, é o conceito de “navegação” (*navigating*), que foi usado por H. E. Vigh, em 2006<sup>1</sup> para caracterizar a relação dos jovens da Guiné-Bissau no contexto de guerra civil (p. 9). Segundo os editores desta obra, o conceito de *navigating* permite perceber o modo como os actores sociais, ao se confrontarem com processos sociais

\* Universidade de Coimbra/CRIA.

<sup>1</sup> *Navigating Terrains of War: youth and soldiering in Guinea Bissau* (Nova Iorque/Oxford, Berghahn Books, 2006).

sobre os quais têm pouco ou nenhum controlo, podem contudo estabelecer estratégias, individuais e colectivas que lhes permita retirar oportunidades e vantagens, do contexto envolvente. No essencial, o conceito reflecte a agencialidade dos actores sociais, em situações, aparentemente adversas (p.10). Deste modo, os diferentes estudos de caso pretendem demonstrar como diferentes actores, profissionais de saúde do sistema bio-médico, curandeiros e igrejas, e os pacientes, são capazes de “navegar”, num contexto de crescente comercialização e monetarização dos mercados de saúde africanos.

Pretendendo dar conta de como crenças, valores, normas, expectativas e desejos se entrecruzam e “navegam” nos quotidianos dos actores sociais envolvidos, os editores da obra propõem um cruzamento epistemológico entre economia e antropologia, uma etnografia económica (p. 15), que se centra na análise dos modos como os diferentes actores se inserem no crescente mercados dos processos de saúde e de cura africanos. Nesse sentido, Akinyode e Bukola, em *Milking the sick: medical pluralism and the commodation of healthcare in contemporary Nigeria*, analisam o crescente empreendedorismo no interior do sistema nacional de saúde nigeriano, a partir de dados empíricos colectados em Lagos e Oyo, e em consequência da introdução de políticas de privatização e liberalização, sobretudo do *National Health Insurance Scheme*, no final dos anos 90. Esse empreendedorismo tem-se consubstanciado no incremento da medicina privada (clínicas), ou no surgimento de espaços privados no sistema público (*private-in-public system*), nos quais os especialistas de saúde (médicos e enfermeiros), estabelecem pequenas clínicas privadas, usando equipamentos e facilidades públicas. Esta mercantilização privada dos sistemas públicos, a preços inalcançáveis para a maioria da população nigeriana, fomenta a interrelação entre privado e público, com a participação dos pacientes mais ricos, mas tem como consequência a deterioração dos serviços de saúde públicos, e a crescente procura de formas de cura nas igrejas e nos curandeiros tradicionais (p. 43).

O texto de Böhming, *Organizing monies: The reality and creativity of nursing on a hospital ward in Ghana*, revela-nos como as enfermeiras do hospital académico em Accra, face às dificuldades em equipamento e em materiais hospitalares, e aos baixos salários, oscilam, ambigualmente, entre uma representação da sua carreira e estatuto social, influenciada pela igreja católica e pela noção de “bem-servir”, e práticas de mercantilização privada dos serviços prestados, entrando deste modo numa relação comercial com os pacientes, que por sua vez são obrigados a adquirir material hospitalar, para seu uso no próprio hospital. Nesse sentido, as enfermeiras são forçadas a gerir os fracos recursos hospitalares de forma criativa, mas também recorrendo a estratégias de empreendedorismo privado, no sentido de fornecerem os cuidados e os serviços que os pacientes necessitam (p.71). Essa mesma necessidade empreendedora surge descrita no texto de Foeken, Klaver, Mwangi e Owuor, *Market forces threatening school feeding: The case for school farming in Nakuru town, Kenya*, que relata como as escolas públicas, sobretudo as que estão inseridas em zonas de pobreza, se vêm obrigadas a produzir alimentos para provir necessidades alimentares dos seus alunos, oriundos das camadas sociais mais desfavorecidas. Deste modo, as escolas públicas servem de “factor mitigador” entre os mercados, onde os preços dos alimentos estão liberalizados e aos quais as famílias mais carenciadas não conseguem aceder, e a segurança alimentar dos alunos, e nesse sentido contribuem para garantir o seu “bem-estar” (p. 104).

Ombongi e Rutten, *Dashed hopes and missed opportunities: Malaria control policies in Kenya (1896-2009)*, demonstram que, apesar dos recentes esforços nacionais e internacionais, no combate à malária no Kênia, e de novas oportunidades económicas surgidas no seguimento das mais recentes estratégias de combate, nomeadamente a introdução local da produção de artemisia, contudo, a “batalha” contra a malária ainda está longe de estar vencida, e de que quer as estratégias dos indivíduos quer das instituições, nacionais e internacionais, não têm demonstrado capacidade de vencer o desafio (p. 139).

O texto de Thornton, *The market for healing and the elasticity of belief: Medical pluralism in Mpumalanga, South Africa*, retomada de forma mais clara a proposta teórica central da obra, ou seja, de como os indivíduos “navegam” entre diferentes sistemas de saúde e de cura. Baseado numa pesquisa na pequena cidade rural de Barbeton, no distrito de Mpumalanga, o autor conclui que, os preços dos serviços de cura prestados pelos diferentes sistemas (biomedicina, igrejas e curandeiros) não obedecem a nenhuma racionalidade económica de mercado, e que os indivíduos em geral não possuem um conhecimento garantido sobre a eficácia dos tratamentos oferecidos. Nesse âmbito, as escolhas centram-se sobretudo nas “crenças” que os indivíduos aportam sobre essa eficácia. Estas crenças são veiculadas através do rumor, das rádios locais, e da experiência de cada indivíduo, e funcionam como uma espécie de efeito placebo (p. 170). Nesse sentido, o processo de “navegação” entre os diferentes sistemas de saúde e de cura funda-se numa espécie de “mercado de crenças”, que determina as escolhas e opções dos indivíduos.

Por seu lado, van Beek, *Medical knowledge and healing practices among Kapsiki/Higi of northern Cameroon and northeastern Nigeria*, analisa o modo como os processos de cura na sociedade Kapsiki, por serem uma actividade financeiramente lucrativa e socialmente prestigiante, têm atraído novos curandeiros, em concorrência directa com os mais antigos, e mesmo com a biomedicina. Estes novos curandeiros têm introduzido novas estratégias de marketing, e o uso das modernas tecnologias de comunicação, tais como telemóveis, mas alguns dos aspectos estruturantes dos processos tradicionais têm-se mantido resilientes e inalteráveis (p. 198), como por exemplo o conhecimento dos mecanismos da cura, que continua a ser secreto e individualizado na figura do curandeiro, e na sua relação directa com o paciente.

Beckmann, em *The commodification of misery: Markets for healing, markets for sickness*, aponta numa linha completamente diferente da dos textos anteriores, a autora centra-se nos processos de monetização e de mercantilização da doença, nomeadamente dos doentes com Sida/HIV, em Zanzibar. Deste modo, o desenvolvimento dos programas de combate ao Sida/HIV passaram a incorporar doentes que, pelo seu estado de infecção e pelo seu exemplo, foram incorporados como trabalhadores, sobretudo em ONGs. A autora defende que o corpo doente, e as histórias de vida de sofrimento destes pacientes, se transformaram em objectos comercializáveis (p. 225). Neste exemplo, os pacientes não são meras vítimas do processo, mas sim agentes activos da sua própria mercantilização e exploração.

Por sua vez, o texto de Dekker, *Individual or shared responsibility: The financing of medical treatment in rural Ethiopian households*, analisa o modo como os indivíduos dentro dos grupos domésticos (*households*) têm diferentes capacidades monetárias de acesso aos sistemas de cura, e de como têm que activar redes familiares de entajuda e de compensações para angariarem fundos suficientes. Estas clivagens no seio dos grupos domésticos, nos casos estudados, reflectem igualmente clivagens de género.

Apesar da norma costumeira vigente, de que os homens, chefes do grupo doméstico, são responsáveis por providenciar fundos para todos os membros, na prática a situação tem-se alterado, com a crescente monetarização do mercado de cura, e, sobretudo as esposas, principalmente nos grupos polígamos, têm que procuram redes alternativas de financiamento no seu próprio grupo de familiares (p. 251).

No penúltimo capítulo desta obra, Dekker, Leliveld, Hart e Gnimadi, *Can't buy me health: Financial constraints and health-seeking behaviour in rural households in Central Togo*, procuram elucidar-nos como os indivíduos e os grupos domésticos, no universo rural do Togo, elaboram estratégias para acederem aos sistemas de saúde, biomédicos ou tradicionais. Face ao incremento dos custos de acesso aos sistemas locais de saúde e de cura, os indivíduos optam em geral, sobretudo quanto adocem pela primeira vez, por acederem aos sistemas não profissionais, ligeiramente menos dispendiosos. Contudo, e em face de novas doenças, as respostas e as estratégias já não dependem apenas do factor custo financeiro, mas de outros factores que entram igualmente em ponderação, como a qualidade do serviço e a gravidade da doença. No sentido de amortecer os custos financeiros do acesso e tratamento, sobretudo para as populações carenciadas, tem-se introduzidos sistemas de apoio comunitário (na sigla inglesa de CBHI, *community-based health insurance*), expressos [que] na forma de organizações mutualistas, voluntariado, ou mesmo micro-crédito. Introduzidos apenas em 2008, na área deste estudo, o seu impacto ainda é pouco conhecido, e requer maior avaliação, contudo, pela conclusão dos autores, ainda não constitui uma alternativa eficaz face ao incremento dos custos dos tratamentos no sistema nacional biomédico (p. 279).

Finalmente, o capítulo final da obra, da autoria de van Dijk, *Marriage, commodification and the romantic ethic in Botswana*, centra-se nos processos de transformação social em curso, nomeadamente no casamento, face ao flagelo da disseminação da Sida/HIV. Certos grupos sociais, sobretudo as igrejas, católica e pentecostais, têm pressionado no sentido da adopção do casamento monogâmico, e “ocidentalizado”, representado como sendo um meio de curar a desordem social e como resposta à crescente disseminação da infecção da Sida/HIV, “*a healthy institution of marriage is considered synonymous with a healthy social order*” (p. 302). Como consequência deste processo, o autor defende que tem ocorrido uma crescente estratificação social sobre a instituição do casamento, quer no plano económico quer ideológico. A adopção do modelo e da ideologia pentecostal de casamento, incrementa os custos da união, e torna o processo mais demorado e burocratizado. Para os mais pobres torna-se um processo de difícil acesso financeiros, aumentando o tempo em que os casais coabitam informalmente, simultaneamente, desestrutura o sistema de poder familiar, entre as gerações mais velhas e as mais novas. Em suma, esta obra, fruto da diversidade de estudos de caso apresentados, e da pluralidade de abordagens teóricas e epistemológicas, constituiu uma excelente base comparativa para o estudo do pluralismo médico em África, em contextos de crescente modernização, liberalização económica e globalização. No entanto, talvez o seu maior *déficit* seja que, na sua maioria, os textos apresentados dão pouco ênfase aos processos de “navegação” propriamente ditos, que os indivíduos estabelecem entre os diferentes sistemas de saúde e de cura, ao seu dispor, quais os mecanismos simbólicos, religiosos, económicos, sociais e culturais, que estão da base das escolhas dos indivíduos em procurarem, cada um dos sistemas de saúde e de cura, de forma simultânea, por vezes, e mesmo concorrencial.

# Resumos



## A habitação *low-cost* [in]formal entre a super e a infra-estrutura

David Viana

Reflectir sobre a temática residencial no espaço lusófono africano implica ter a consciência que grande parte da habitação existe entre a rede de infra-estruturas (ferro e rodoviárias, dos espaços públicos/colectivos e dos serviços urbanos) e a super-estrutura (da natureza). Constitui um parque habitacional que, a par das actividades produtivo-comerciais também informais, se consubstancia numa espécie de [sub]estrutura que “coloniza” de forma «camaleónica», que emerge, se sobrepõe e se agrega à infra-estrutura e à super-estrutura de forma adaptativa.

**Palavras-chave:** Cidade africana, construção informal, infra-estrutura, super-estrutura, habitação integrada e sistémica.

Reflecting on the residential issue within the African Lusophone space is to be aware that most of the buildings for residential use are between the network infrastructure (rail and road links, public and collective spaces and urban services) and the super-structure (nature). It constitutes a housing park that, along with the also informal productive and commercial activities, reflects a kind of [sub]structure that “colonizes” in a «chameleon» shape, which adaptively emerges, overlaps and adds itself to the infrastructure and superstructure.

**Keywords:** African city; informal building; infrastructure; superstructure; integrated and systemic housing.

## Habitar – Casas

Miguel Santiago

A casa, como objecto, encerra em si um conjunto de tradições, modelos, conceitos, e cate-

gorias; resumindo por isso, com algum rigor, a evolução da arquitectura desde os tempos mais remotos. O indivíduo aprisiona a casa como o lugar íntimo do seu habitar, estabelecendo a singularidade de cada Ser e do seu lugar no mundo. A relação entre o ninho, o ventre materno, as questões antropológicas e sociais permitiram um conjunto de metamorfoses, transformando o carácter do habitar.

Os projectos que Pancho Guedes desenvolveu em África, principalmente em Moçambique formalizam um conjunto de arquétipos presentes na história da arquitectura. As tipologias, os locais, os clientes e os programas são tão variados que somos obrigados a realizar um constante exercício de interpretação conceptual, metodológica e formal. Assim, a arquitectura não segue sempre os mesmos modelos e tipologias, experimenta novas realidades, propõe uma energia, uma intensidade, uma tensão que são transportadas para materialidades e plasticidades de presença tectónica muito marcante. Na maior parte das vezes, a dimensão onírica, gestual e simbólica tinha como objectivo inventar um grau de intensidade, capaz de transmitir a ideia de sonho; mostrando uma espacialidade orgânica, solta e “terrivelmente” espontânea.

**Palavras-chave:** casa, conceito, sonho, Pancho Guedes.

The house, as an object, comprises a set of traditions, models, concepts, and categories, synthesizing the evolution of architecture from ancient times till today. The individual traps the house as the core of his intimate inhabit, establishing the uniqueness of each human being and its place in the world. The relationship between the nest, the mother’s womb, anthropological and social issues led to a series of metamorphoses, transforming the character of the dwelling. The projects developed by Pancho Guedes in Africa, mainly in Mozambique formalize a set of archetypes which are part of the history of architecture. The types, locations, customers and the programs are extremely diverse, therefore we need to make a permanent exercise of conceptual, methodological and formal interpreta-

tion. Thus, the architecture of Pacho Guedes does not always follow the same models and types, rather experiments new realities, proposes an energy, an intensity, a tension that are transported to plasticity and materiality with a powerful tectonic presence. In most cases, the oneiric symbolic dimension aimed to invent a degree of intensity, able to communicate idea of a dream, showing an organic spatiality, loose and “terribly” spontaneous.

**Keywords:** home, concept, dream, Pancho Guedes.

### **Tectónica e técnica em projecto e construção do habitar**

**Ricardo Caetano de Freitas**

A partir da afinidade com o paralelismo temporal da revisão do moderno e as preocupações de adequação aos contextos e realidades locais, propõe-se uma atenção especial à vertente construtiva como entendimento de que a tecnologia aparte do ponto de vista económico e instrumental deverá operar também na construção de significado, gerador ainda de novas percepções de modo a contribuir para o forçar de uma atitude crítica sobre a construção como uma dimensão ética no desenho da Arquitectura.

A função ética a que se alude, para além das questões de eficácia, resistência e durabilidade, ainda mais pertinentes quando consideramos como destinatários os estratos económicos mais desfavorecidos, remetem para um tipo de comportamento que diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir da relação colectiva do arquitecto com a sociedade e a construção do seu habitat.

**Palavras-chave:** tectónica, projecto, construção, ética.

From the temporal affinity between today and the moment of review of the modern move-

ment with their concerns of appropriateness to local contexts and realities, it is proposed a special attention to the constructive understanding of how the technology, apart from the economic and instrumental point of view, should work also in construction of meaning, generating new perceptions in order to contribute to reinforce a critical attitude on the construction as an ethical dimension in the architecture design.

The ethical function alluded to, beyond issues of efficiency, resistance and durability, even more relevant when we consider how targeted the poorest economic status, refers to a type of behavior with respect to a human reality that is built historic and socially from the architect's collective relationship with society and the construction of their habitat.

**Keywords:** tectonics, project, construction, ethics.

### **Cabo Verde: Habitação: uma política, uma estratégia e uma visão**

**Pedro Manuel Delgado**

O tema trata de forma sucinta a problemática da casa cabo-verdiana enquadrada no seu meio ambiente, considerando, portanto, os modelos habitacionais do tipo urbano-rural que completam a paisagem.

Abordam-se os aspectos considerados essenciais do panorama recente da habitação em Cabo Verde, no quadro de uma política habitacional e urbana.

E finalmente, colocam-se questões pertinentes relativas à política de reabilitação e integração social assistidas, baseadas nas condições de habitabilidade, bem como numa reflexão sobre a respectiva diversidade espacial, tipológica e construtiva.

**Palavras-chave:** casa, paisagem urbana, modelo habitacional rural e urbano, política habitacional.

The theme refers to the problem of Cape Verdean housing, considering their specific environment, and the urban-rural housing models that complement the landscape. It addresses, briefly, the recent overview of housing in Cape Verde as part of a housing and urban policy.

And finally, raises questions relevant for the policies on assisted rehabilitation and social integration, based on living conditions and well as a reflection of spatial, typological and constructive diversity.

**Keywords:** house, landscape, urban housing model rural and urban, housing policy.

### Problemática da habitação do ponto de vista social na Guiné-Bissau

**Estanislau Ferreira**

A política habitacional da Guiné-Bissau é analisada historicamente, diferenciando o período colonial e as políticas seguidas após a independência. Nestas últimas, destacam-se o Programa de Acção Social e Infra-Estrutural (PASI - previsto para o bairro periférico de Bissau, Antula Bono), e os resultados obtidos através da cooperação chinesa (Bairro dos Antigos Combatentes).

A análise conclui-se, constatando as lacunas nas políticas de equipamentos habitacionais que foram implementadas e apresentando um conjunto de recomendações ao sector.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau, habitação popular, urbanismo, cooperação chinesa em África.

The housing policy of Guinea-Bissau is analysed in an historical perspective, separating the colonial period from the politics enforced after the Independence. From the latter, we highlight the Program of Social Action and Infrastructure (PAIS - projected for the peripheral neighbourhood of Bissau, Antula Bono) and the results obtained with

the Chinese cooperation (Bairro dos Antigos Combatentes).

We conclude our analysis by revealing the gaps in the housing equipment policies that were implemented and by presenting a set of recommendations to this sector.

**Key-words:** Guinea-Bissau, popular housing, urbanism, Chinese cooperation in Africa.

### Casas para um planeta pequeno - registos de uma investigação

**Margarida Louro e Francisco Oliveira**

*Casas para um Planeta Pequeno*, assume-se como uma investigação sobre a contingência contemporânea de crescimento e densificação urbana, propondo, através de uma reflexão específica sobre os *musseques* de Luanda, uma abordagem crítica que promova a emergência de novas urbanidades, onde interajam múltiplas escalas e campos de expressão. A proposta de modelos habitacionais que, impondo novas lógicas de implementação, promovem, a partir de potencialidades locais, soluções qualificadas para as necessidades de habitação e de construção de cidade.

**Palavras-chave:** cidade informal, habitabilidade básica, musseques - Luanda, urbanidade.

Houses for a Small Planet, is assumed as a contemporary research on the contingency of growth and densification, proposing, through a specific reflection on the slums (Musseques) of Luanda, a critical approach that promotes the emergence of new areas, where multiple interacting scales and fields of expression. The proposed housing models that imposing new logic implementation, promote, from the local potential, qualified solutions to housing needs and construction of the city.

**Keywords:** informal city, basic habitable conditions, musseques - Luanda, urbanity.

### **Contribuições para o sucesso do desenvolvimento do sector habitacional em Angola**

**Ilídio Daio**

A pressão demográfica e urbanística causada pelo afluxo de populações à cidade de Luanda, que concentra actualmente cerca de um terço da população angolana e a outras grandes cidades do país, levou o Governo a uma tentativa de planificação (L.O.T.U.) de grande dimensão (1 milhão de fogos).

O artigo pretende contribuir para uma tipologia dos musseques e para a conceptualização de uma urbanização alternativa, que combine a modernização de equipamentos e a cultura dos potenciais moradores, oriundos das áreas rurais. São referidas tipologias e tecnologias habitacionais de baixo custo.

**Palavras-chave:** Luanda, habitação popular, musseque, Kimbópolis

The urban and demographic and pressure caused by the influx of populations to the city of Luanda, which nowadays concentrates about a third of the Angolan population, and to other big cities of Angola, has forced the Government to attempt a large-scale building plan (L.O.T.U.) of a million houses.

The article intends to contribute to a typology of the musseques and to the conceptualization of an alternative urbanization that combines the modernization of equipment and the culture of the potential dwellers coming from rural areas. Low-cost typologies and housing technologies are presented here.

**Keywords:** Luanda, popular housing, musseque, Kimbópolis.

### **Luanda: cidade (in)formal. Reflexões sobre o papel da sociedade civil na qualificação do território**

**Sílvia Leiria Viegas**

A presente reflexão propõe identificar o papel e níveis de actuação da sociedade civil em Luanda, reconhecendo a sua importância catalisadora no combate à pobreza dos assentamentos informais periurbanos: refere-se a um compromisso sociocultural e de boa governança onde os actores são intervenientes num processo de descentralização de responsabilidades e de decisões na promoção da qualificação do território.

**Palavras-chave:** sociedade civil, Luanda, território (ordenamento).

The purpose of this reflection is to identify the civil society's role and its levels of intervention in Luanda, acknowledging its catalytic importance on the struggle against poverty in peri-urban informal settlements: it deals with a socio-cultural commitment of good governance in which stakeholders are deemed as partakers in a process of decentralizing responsibilities and decisions for the promotion of territorial qualification.

**Keywords:** civil society, Luanda, territorial qualification.

### **Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique – como abordar o assunto**

**Anselmo Cani**

O artigo analisa o conceito de “carreira habitacional” e aplica-o à planificação urbanística e à política habitacional de Maputo.

Caracteriza-se a tipologia de posse de habitações com base no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007 e analisam-

se as políticas seguidas desde 1975, com o referido contexto social. Apresenta-se sumariamente a metodologia a seguir para obter resultados conclusivos.

**Palavras-chave:** Maputo, carreira habitacional, urbanismo.

The article analyses the concept of “housing history” and applies it to urban planning and to the housing policy of Maputo.

We characterize the typology of house ownership based on the Population and Housing General Census of 2007 and analyse the policies enforced since 1975, in their social context. We summarise the methodology to be followed in order to obtain conclusive results.

**Keywords:** Maputo, housing history, urbanism.

### Arquitetura sustentável no contexto africano: o projecto SURE-África

**Manuel Correia Guedes**

Este artigo refere os resultados alcançados por um projecto da União Europeia, SURE-Africa, durante os três anos da sua execução. O projecto visou aprofundar o conhecimento e a sua aplicação na prática, contribuindo para um desenvolvimento sustentável através da área vital da eficiência energética em edifícios e cidades, e, em última instância, reduzir a pobreza. Foram reunidos conhecimentos académicos e experiências profissionais de três Universidades da União Europeia – nomeadamente o Instituto Superior Técnico (IST, Coordenador, Portugal), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade

de Lund (Suécia) – de modo a criar uma base de dados de informação, em cooperação com instituições académicas em Países Africanos de Língua Portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné), com informações sobre as ferramentas, estudos de caso e de material didáctico no domínio da construção sustentável, eficiência energética e desenho urbano. Foram também realizados seminários, workshops e conferências, e publicados manuais de boas práticas como resultado final do projecto.

**Palavras-chave:** reabilitação urbana, eficiência energética em edifícios, países africanos lusófonos.

This article refers to the results reached by a European Union Project, SURE-Africa, during the three years of its execution. The project aimed to deepen knowledge and its practical application, contributing to a sustained development through the vital area of energetic efficiency in buildings and cities, and, ultimately, reducing poverty. Academic knowledge and professional experiences from three Universities of the European union – namely the Instituto Superior Técnico (IST, Coordinator, Portugal), the University of Cambridge (U.K.) and the University of Lund (Sweden) - were brought together in order to create a database, in cooperation with academic institutions from the Portuguese-speaking African countries (Angola, Mozambique, Cape Verde and Guinea), with information on the tools, study-cases and educational material in the domain of sustained construction, energetic efficiency and urban design. As the project's final result, several seminars, workshops and conferences were held and good-practice manuals were published.

**Key-words:** Urban rehabilitation, energetic efficiency in buildings, Portuguese-speaking African countries.

## Legenda das ilustrações

1. África do Sul, periferia de Pretoria. 2005. Fotografia de Bruno Marques.
2. Nouadibou, Mauritània. 2009. Fotografia de Nelson Garrido.
3. África do Sul, periferia de Pretoria, 2005. Fotografia de Bruno Marques.
4. Cidade informal entre a infra e a super estrutura. Maputo. 2005. Fotografia de Sol Carvalho.
5. Expansão extensiva da habitação precária. Maputo. 2005. Fotografia de David Viana.
6. Proliferação de actividades informais no espaço colectivo da cidade formal. Maputo. 2005. Fotografia de David Viana.
7. “Colonização camaleónica” e informal dos espaços colectivos formais. Maputo. 2005. Fotografia de David Viana.
8. Maputo. 2005. Fotografia de Sol Carvalho.
9. Maputo. 2005. Fotografia de David Viana.
10. Fotomontagem virtual produzida pelo Arq. Estagiário Artur Jorge.
11. Projecto para a implementação de dispositivos tipológicos habitacionais unifamiliares em grande escala. Fotomontagem virtual produzida pelo Arq. Estagiário Artur Jorge.
12. Fotomontagem virtual produzida pelo Arq. Estagiário Artur Jorge.
13. Habitabilidade e produção agrícola para auto-consumo e rendimento complementar. Fotomontagem virtual produzida pelo Arq. Estagiário Artur Jorge.
14. Tipologias habitacionais sujeitas a princípios sociais e tipo-morfológico racionais. Fotomontagem virtual produzida pelo Arq. Estagiário Artur Jorge.
15. Correlação entre a habitação e os diversos “sub” modos de usar o espaço doméstico. Fotomontagem virtual produzida pelo Arq. Estagiário Artur Jorge.
16. Casa Rudin, Herzog and de Meuron. Localização: Leymen, Alto Reno, França, 1996-97.
17. Casa Farnsworth, Mies van der Robe, Illinois, 1948-52.
18. Corte do Prometeu com Dois Ovos Inquilinos, de Pancho Guedes.
19. Planta do Piso 1 da Mulher Habitável, de Pancho Guedes, Nelspruit, Transvaal, 1964.
20. Corte da casa vermelha, Pancho Guedes, Lourenço Marques, 1970.
21. Pormenor do acesso ao barbecue e palco para música da Casa Desirello, de Pancho Guedes, Illovo, Joanesburgo.
22. Pormenor da maqueta da Casa das Bonecas da Kiti, Pancho Guedes, 1967.
23. “Perspectivas para um racionalismo crítico de Keneth Frampton” (F. Tavora; A. Siza, K. Frampton, A. Aalto, J. Utzon, T. Ando, P. Zunthor.) Produção própria sobre fontes múltiplas.

24. “O momento de revisão moderno – 3.ª fase”. (A. Aalto, I. Gardella, G. Di Carlo, J. Stearling, A. & P. Smithson, Corbusier). Produção própria sobre fontes múltiplas.
25. “A 3.ª fase da obra de Le Corbusier” (Corbusier: casa Jaoul, 1954-56, Neuilly-sur-Seine, France ; Casa Shodan, 1956, Ahmedabad, India) Produção própria sobre fontes múltiplas.
26. “Urbanização Torre Valentina de Coderch” (Urbanização Torre Valentina, 1961, Coderch, Costa Brava, Espanha). Produção própria sobre fontes múltiplas.
27. “Edifício Leão que Ri de Pancho Guedes” (Edifício Habitação colectiva “O Leão que Ri”, 1954-55, Maputo, Moçambique, Pancho Guedes. Produção própria sobre fontes múltiplas.
28. “Casa Simão Fausto” (Casa “Simão Fausto”, 1961, Ubatuba, Brasil, Grupo Arquitectura Nova). Produção própria. Fonte: Arantes, Pedro Fiori – “Arquitectura Nova – Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Le Fèvre, de Artigas aos multirões”. São Paulo, Editora 34, 2002.
29. “Casa Boris Fausto” (Casa Boris Fausto, 1961). Ubatuba, Brasil, Grupo Arquitectura Nova). Produção própria. Fonte: Arantes, Pedro Fiori – “Arquitectura Nova – Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Le Fèvre, de Artigas aos multirões”. São Paulo, Editora 34, 2002.
30. “Casa M. Vampré , P. Campos e D. Zammataro” (Casas Marieta Vampré, 1961, São Paulo; Casa Péri Campos e Dino Zammataro, 1970, Grupo Arquitectura Nova). Produção própria. Fonte: Arantes, Pedro Fiori – “Arquitectura Nova – Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Le Fèvre, de Artigas aos multirões”. São Paulo, Editora 34, 2002.
31. Bairro Popular. Nouadibou, Mauritània, 2009. Fotografia de Nelson Garrido.
32. Paisagens típicas – Fontainhas – Ilha de Santo Antão. Fotografia de Pedro Manuel Delgado.
33. Vista parcial do Sitio da Cidade Velha – Ilha de Santiago. Fotografia de Pedro Manuel Delgado.
34. Rua Banana, Cidade Velha – Ilha de Santiago. Fotografia de Pedro Manuel Delgado.
35. Habitação tradicional - Ilha de Santiago. Fotografias de Pedro Manuel Delgado.
36. Vista parcial da cidade de São Filipe – Ilha do Fogo. Fotografias de Pedro Manuel Delgado.
37. Modelos de casas-tipo. Sobrados – Ilha do Fogo. Fotografias de Pedro Manuel Delgado.
38. (a) e (b) Imagens da Cidade da Praia. Fotografias de Pedro Manuel Delgado.
39. Casa futa-fula, provavelmente de um régulo, na região de Boé. Fotografia de Orlando Ribeiro. Fototeca do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, Fotografia 2294.
40. Musseque de Luanda, 2010. Fotografia de Maciel Santos.
41. Luanda, 2008. Fotografias de Francisco Oliveira.
42. Musseques em Luanda: Fotografia aérea, 2008. Fotografias de Francisco Oliveira.
43. Exposição no ISCTE, Setembro 2012. Fotografias de Francisco Oliveira.
44. Exposição na FAUTL, Outubro-Novembro 2010. Fotografias de Francisco Oliveira.
45. Fotografias da maquete. Fotografia de Francisco Oliveira.
46. Imagens do videograma “Casas para um Planeta Pequeno”, 2010-11.

47. Musseques, Lobito, 2010. Fotografia de Maciel Santos.
48. Musseques. Arquivo de Cristina Salvador.
49. Musseques. Arquivo de Cristina Salvador.
50. Aglomerado típico tradicional “Kimbo” Museu da Antropologia de Angola.
51. Arquivo Arq. António Gameiro.
52. Blocos BTC. Arquivo Arq. Susana Guimarães.
53. Traseiras do Hotel Mundial, Luanda, 2010. Fotografia de Maciel Santos.
54. Luanda, cidade (in)formal e periférica, 2010. Fotografia de Andrea Bettencourt.
55. Luanda: o espaço como produto do social, 2010. Fotografia de Andrea Bettencourt.
56. Luanda: contacto entre o musseque e a cidade formal, 2010. Fotografia de Andrea Bettencourt.
57. Luanda: Sambizanga e a distância à cidade formal, 2010. Fotografia de Andrea Bettencourt.
58. Luanda: uma nova centralidade em Kilamba Kiaxi, 2010. Fotografia de Andrea Bettencourt.
59. Cidade da Beira, Conjunto habitacional em altura (detalhe). Fotografia de Anselmo Cani.
60. Casas em madeira e zinco na periferia da Cidade de Maputo. Fotografia de Anselmo Cani.
61. Habitação numa zona urbana consolidada e com infra-estruturas em Chibuto, Província de Gaza. Fotografia de Anselmo Cani.
62. Prédio habitacional num bairro da área urbana consolidada de Maputo. Fotografia de Anselmo Cani.
63. Cidade da Beira. Conjunto habitacional em altura. Fotografia de Anselmo Cani.
64. Área do mercado novo, cidade de São Tomé, 2011. Fotografia de Isabel Galhano Rodrigues.
65. Zona urbana habitacional e informal da periferia da Praia (Cabo Verde). Fotografia de António Baptista Coelho.
66. Seminário no âmbito do projecto Sure Africa na UAN, Luanda, Maio, 2009.
67. Seminários no âmbito do projecto Sure África na Praia (esquerda) e Mindelo (direita), Cabo Verde, Março de 2008.
68. Conferência no âmbito do Projecto Sure Africa e Seminário em Bissau, Dezembro de 2009.
69. Seminários no âmbito do Projecto Sure Africa em Maputo, Moçambique, Junho de 2009.
70. Mário Rosário, Setembro 2011. Fotografia do próprio.
71. Mário Rosário, Setembro 2011. Fotografia do próprio.
72. Nouadibou, Mauritània, 2009. Fotografia de Nelson Garrido.
73. Mercado Municipal de São Tomé, 2009 Fotografia de André Oliveira.

74. Roça Plancas 2.ª São Tomé e Príncipe, 2009. Fotografia de André Oliveira.
75. Mercado Bandim. Fotografia de Susana Costa e Silva.
76. Avenida do aeroporto. Bissau, 2010. Fotografia de Susana Costa e Silva.
77. Estrada Bissau-Quinhamel. Bissau, 2010. Fotografia de Susana Costa e Silva.
78. Porto do Pidjiguiti. Bissau, 2010. Fotografia de Susana Costa e Silva.
79. Mercado de Bandim. Bissau, 2010. Fotografia de Susana Costa e Silva.

## Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

## Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte *Arial* ou *Times New Roman*, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias etc. sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos).
- 4) As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassarem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

## Normas de revisão e citação bibliográfica

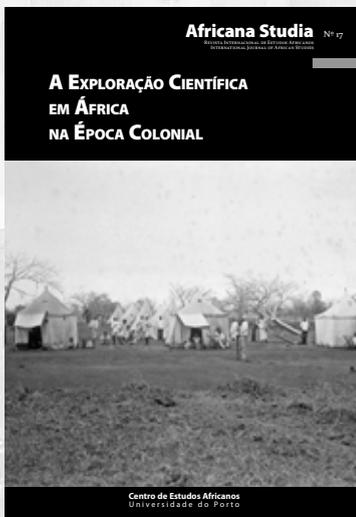
- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade, os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referência citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
  - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - § Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, nº 8, págs. 12 a 35.
  - § Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1ª publicação e o tradutor.
  - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista e 25 separatas.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.





# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos  
International Journal of African Studies

N.º 17 - 2.º semestre - 2011

## A EXPLORAÇÃO CIENTÍFICA EM ÁFRICA NA ÉPOCA COLONIAL



### Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africanica Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal

Telefone / Fax (00-351-226077141)

### Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal ..... 29 €

U.E. (European Union)..... 40 €

PALOP's ..... 40 €

Resto do Mundo (Rest of the world) ..... 50 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (\*)

(\* Add copy of student's card

Nome (Name) \_\_\_\_\_

Morada (Address) \_\_\_\_\_

Telefone / Fax \_\_\_\_\_

Endereço electrónico (E-mail) \_\_\_\_\_

### Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) \_\_\_\_\_

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/WIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) \_\_\_\_\_

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura / Signature)

